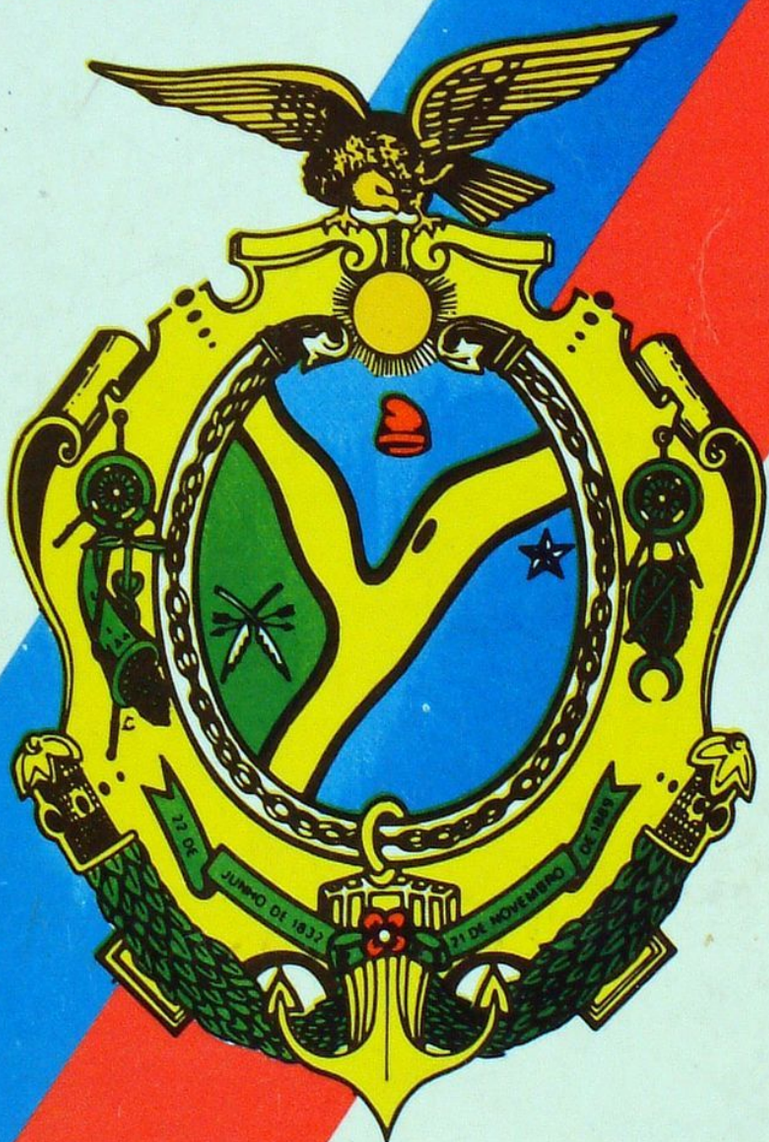
Mensagem à Assembléia Legislativa



AmM

Estado do Amazonas

Manaus, 15 de fevereiro de 1991

ODEAMA
. B.º 11.057 ex.2
a 28 / 08 / 91

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO
CODEAMA

Mensagem à Assembléia Legislativa

BIBLIOTECA PÚBLICA
DO ESTADO
AMAZONAS

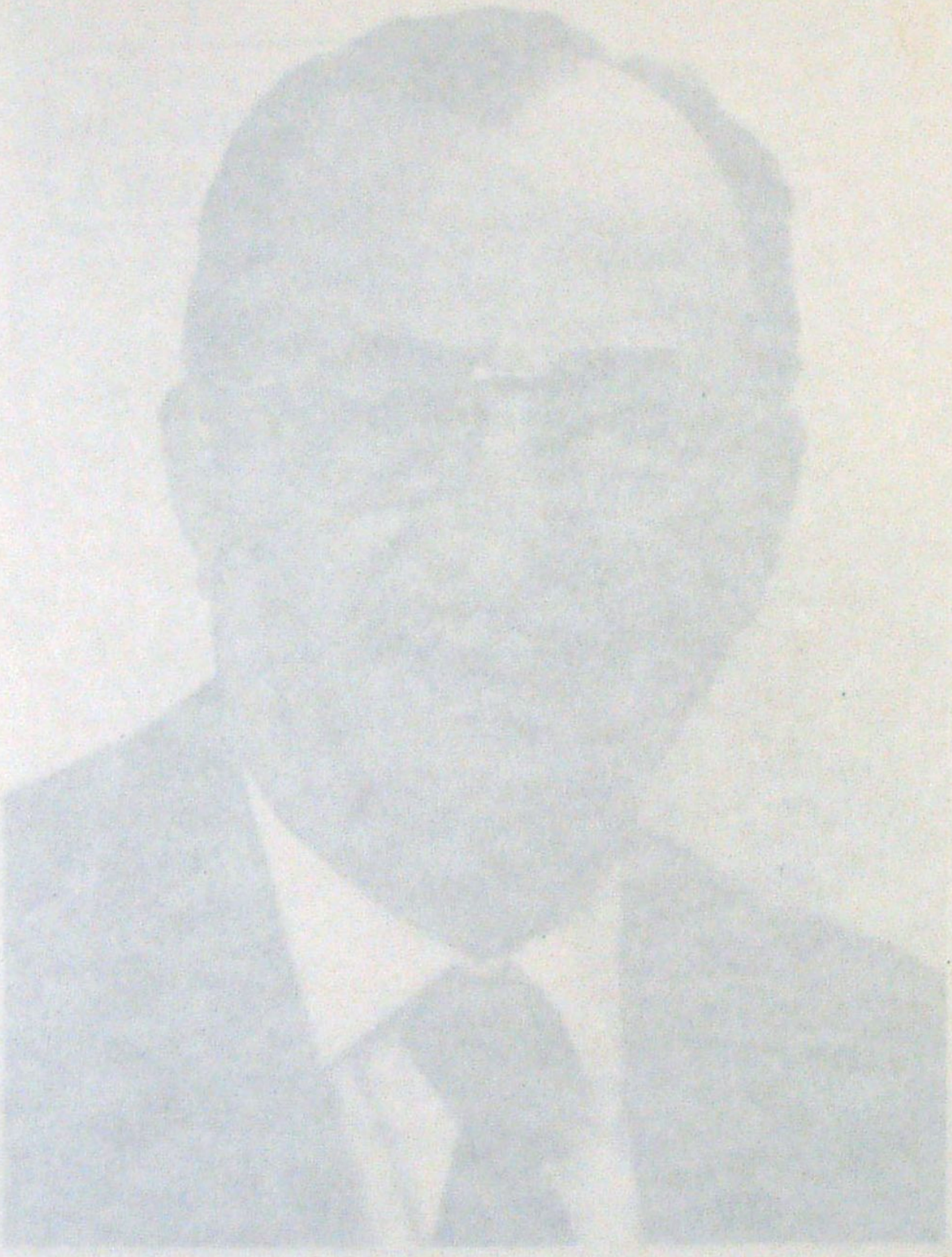
Manaus, 15 de fevereiro de 1991

CODEAMA
Reg. n.º 11.057 ex. 2
Data 28/08/91

3.9
89

VIVALDO BARROS FROTA
Governador do Estado do Amazonas

CODEAMA



CODEAMA
Reg. n.º 11.057
Data 28/08/91

ESTADO DO AMAZONAS

Governador do Estado
Dr. Vivaldo Barros Frota

Secretário de Estado de Governo
José Ronaldo Botelho Frota

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil
José Alves Pacífico

Secretário de Estado Chefe da Casa Militar
Odacy de Lima Okada

Secretário Particular do Governo
Osmar Alves Feitosa

Secretário de Estado para Assuntos Especiais
Jayth de Oliveira Chaves

Secretário de Estado da Justiça
Lourenço dos Santos Pereira Braga

Secretária de Estado de Comunicação Social
Peri Augusto Bezerra

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
José Carlos Reston

Secretário de Estado da Administração
Ubaldino Meirelles da Silva

Secretário de Estado da Educação e Cultura
José Melo de Oliveira

Secretário de Estado da Produção Rural e Abastecimento
Raul Jorge Leão Brasil

Secretário de Estado da Fazenda
Osires Messias Araújo da Silva

Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo
Rodemark de Castelo Branco

Secretário de Estado da Saúde
Carlos Augusto Telles de Borborema

Secretária de Estado do Trabalho e Bem Estar Social
Arabi Amed e Silva

Secretário de Estado de Transportes e Obras
José Braz de Chermont Rayol

Secretário de Estado para Promoção do Desenvolvimento
Sérgio Ferraz Frota

Secretário de Estado de Apoio do Governo do Amazonas em Brasília/DF
Levi Cunha Vasconcelos

Secretário de Estado para Promoção do Desenvolvimento
das Áreas de Fronteira
Raul de Queiroz Menezes Veiga

Procurador Geral do Estado
Elson Rodrigues de Andrade

Procurador Geral da Justiça
Aguinelo Balbi

Comandante Geral da Polícia Militar
Cel PM Romeu Pimenta de Medeiros Filho

Superintendente Geral da Polícia Judiciária
Ilmar dos Santos Faria

Procurador Geral da Defensoria Pública
Alberto Simonetti Cabral Filho

SUMÁRIO

I. Mensagem Governamental
II. Relatórios de Atividades das Secretarias de Estado.

1. Casa Civil do Gabinete do Governador
   - Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA
   - Fundação Rondon do Estado do do Amazonas – FUNDAÇÃO RONDON/AM
   - Fundação Rádio Cabocla – FUNRAC

2. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN
   - Centro de Desenvolvimento Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – CODEAMA
   - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI

3. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ
   - Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM
   - Banco do Estado do Amazonas – BEA

4. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo – SIC
   - Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODAM
   - Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA
   - Empresa Amazonense de Turismo – EMAMTUR

5. Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEDUC
   - Instituto de Educação Rural do Amazonas – IERAM
   - Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas – STREA
   - Superintendência de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas –SEDAM
   - Superintendência Cultural do Amazonas – SCA
   - Instituto de Tecnologia do Amazonas – UTAM
   - Fundação Teatro Amazonas

6. Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

7. Secretaria da Produção Rural e Abastecimento – SEPROR
   - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER
   - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA

8. Secretaria de Estado da Administração – SEAD

9. Secretaria de Estado de Saúde – SESAU
   - Instituto de Medicina Tropical – IMTM
   - Fundação do Centro de Oncologia – CECON
   - Instituto de Dermatologia Tropical e Venereologia "ALFREDO DA MATTA"

10. Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES
    - Fundação para o Desenvolvimento e Apoio Comunitário do Estado do Amazonas – FUNDAC
    - Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor - IEBEM

11. Secretaria de Estado dos Transportes e Obras – SETRAN
    - Superintendência de Obras – SUPLAN
    - Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas – DERAM
    - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN
    - Companhia de Navegação Interior do Amazonas – CONAVI

12. Secretaria de Comunicação Social – SECOM

13. Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteira – SEDAF

14. Secretaria de Apoio em Brasília – SEAB

15. Secretaria para Promoção do Desenvolvimento – SEPDE

16. Procuradoria Geral da Justiça – PGJ

17. Procuradoria Geral do Estado – PGE

18. Defensoria Pública do Estado do Amazonas

19. Polícia Militar do Amazonas – PMA

20. Superintendência Geral de Polícia Judiciária

21. Companhia Energética do Amazonas – CEAM

22. Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA

23. Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas – IPASEA

Mensagem Governamental

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Manaus, 15 de fevereiro de 1991

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Cumprimos o dever constitucional e temos a honra de encaminhar à apreciação desta Augusta Assembléia Legislativa, o Relatório das atividades reais do Estado do Amazonas, durante o exercício de 1990.

Esse período, por se tratar de uma transição entre mandatos deveria, por uma razão lógica, se constituir em um período calmo, em que se ajustassem as ações do Governo passado com as perspectivas do Governo futuro, para uma sucessão sem solução de continuidade, como regra do serviço público.

Assim, todavia, não o foi.

Além da situação crítica por que atravessa a Nação Brasileira, alvo de uma recessão brutal em que todas as camadas da sociedade sofrem o peso do impacto das medidas postas em execução pelo Governo Federal para ajustar a economia do País, o Estado vem enfrentando as restrições e boicotes impostos à Zona Franca de Manaus, que, apesar de ter demonstrado ser um modelo econômico que deu certo e é responsável pela sustentação da economia do Amazonas em mais de 95%, e pela geração de mais de 90.000 empregos diretos, está ameaçada de sucumbir, ao errôneo entendimento de que prejudica o ajustamento das finanças do Brasil.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Digníssimo Presidente da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
N E S T A

De par com isso, ocorreu ainda a realização das eleições estaduais que, embora transcorridas em clima de muita ordem, agitaram o meio social, provocando várias greves em setores do funcionalismo público, inclusive nas áreas consideradas essenciais, entre elas a saúde e a educação, obrigando-nos à adoção de medidas drásticas para superá-las, medidas essas que tiveram de ser discutidas até no Supremo Tribunal Federal, onde obtivemos pleno êxito.

Por fim, vimos sendo alvo de ataques sistemáticos, eivados de acusações levianas, insultuosas e até de denúncias caluniosas, quase sempre partidas dos que têm a obrigação moral de, pelo menos, silenciar.

Acusam-nos de ter provocado a falência econômica do Estado; de ter arrasado os setores da educação, saúde e segurança pública; promovido o exagerado aumento no quadro do funcionalismo público, inclusive com admissões irregulares de servidores, coadjuvadas por concursos internos irregulares; ter quebrado o BEA, a COSAMA, a CEAM e a SHAM.

Não respondemos a nenhum desses ataques, quase sempre temperados com expressões grosseiras e comprometedoras da nossa honra e dignidade pessoal.

Mantivemos, até aqui, um silêncio que chega a ser irritante, tantas têm sido as pessoas que nos aconselham e incentivam a revidar tais acusações infundadas.

Só hoje, pela obrigação constitucional de relatar a Vossas Excelências a real situação do Estado, somos compelidos a quebrar esse silêncio que, inclusive, nos é também constrangedor, para colocá-los a par da realidade dos fatos.

O Amazonas não é um Estado falido. Passa por dificuldades, como todos os outros Estados brasileiros, por força da conjuntura nacional e a retração imposta à Zona Franca de Manaus. No entanto, e apesar disso, conseguimos o milagre de não atrasar o pagamento do funcionalismo público em nenhum mês e já cumprimos as obrigações do 13º Salário para com 93% dos servidores, efetuamos o reajuste do salário mínimo vigente e isso, vale salientar, sem demitir ninguém.

Ressalvadas as demissões resultantes de abandono de cargo, regularmente processadas, ao longo desses dez meses e meio não demitimos um único servidor público. Assim, os que deixaram o serviço ativo o fizeram por vontade própria, por abandono de cargo, aposentados ou por término de contrato de trabalho.

Também não promovemos admissões além das necessidades ou por força da própria rotatividade dos serviços.

Quando assumimos o governo, o Estado contava com 50.927 servidores; hoje, conta com 48.281. A diferença é de 2.746 a menos, o que com-

prova a inverdade das acusações.

São 48.281 funcionários desempenhando 65.000 cargos. A diferença vem por conta do exercício de mais de um cargo, legalmente acumuláveis, como é o caso dos professores e médicos. Mas a realidade é que o número global de servidores do Estado do Amazonas, ao invés de ter crescido, diminuiu em 2.746 servidores.

Da mesma forma, no que diz respeito à sanção e aprovação dos planos de cargos e salários dos Tribunais de Contas e da Assembléia Legislativa, e das promoções de concursos internos para efetivação de servidores, atribuídos a nós como atos irresponsáveis e ilegais, quando é sabido que esses planos e esses concursos foram aprovados por esta Augusta Assembléia Legislativa e constam dos textos dos artigos 2º e 3º das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Amazonas, promulgada no dia 05 de outubro de 1989.

Após essas considerações iniciais, examinemos o desempenho da Administração Pública do Estado, setor por setor:

1. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Como suporte às ações e diretrizes governamentais implementadas por intermédio dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, a Secretaria da Fazenda, no âmbito de suas atribuições e competências, exerceu amplo controle da receita, através de medidas executadas na área normativa e de legislação tributária e dos sistemas de arrecadação e fiscalização, com vistas a se conseguir um aumento da arrecadação, viabilizando, assim, os objetivos e metas do Governo do Estado. Paralelamente, foram adotadas urgentes medidas saneadoras dos dispêndios estaduais, visando compatibilizar o nível das despesas às possibilidades de receita.

É de ressaltar-se que a modernização e dinamização da administração fazendária, buscadas há algum tempo, prosseguiram em todos os setores da Secretaria da Fazenda. Compreenderam ações destinadas a proporcionar melhor eficiência no atendimento aos contribuintes e tornar mais próxima da realidade a arrecadação tributária, face ao potencial de contribuição dos diversos setores econômicos e de serviços integrantes da base de incidência do ICMS.

Em razão das medidas e providências adotadas, foi possível recuperar receitas de anos anteriores, e o setor de arrecadação da Capital exerceu efetivo controle sobre todos os ingressos provenientes de tributos recolhidos em Manaus, através do sistema informatizado de arrecadação tributária operacionalizado pela atuação da Processamento de Dados Amazonas S.A. - PRODAM.

Assim, a arrecadação do ICMS, principal tributo de competência do Estado, foi de 46,380 bilhões, representando um acréscimo real de 15,37%, sobre o exercício de 1989, não obstante os reflexos recessivos da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, e o elevado índice inflacionário de 1.794,84%, ocorrido no exercício.

Merece destacar a participação dos setores econômicos da indústria e do comércio na arrecadação do ICMS, que foi de 47,43% e 36,76%, respectivamente. A participação do ICMS na Receita Tributária do Estado foi de 89,90%, no exercício pretérito.

A fiscalização tributária apresentou resultados significativos com a implantação, a partir do mês de maio/90, do Sistema Integrado de Administração Fiscal - SIAF. Esse sistema proporcionou a automatização das rotinas das ações fiscais programadas, possibilitando tornar mais ágil o sistema de recuperação dos débitos do ICMS das empresas.

Com a criação e implantação desse sistema, a ação fiscalizadora resgatou sua dinâmica e passou a acompanhar os fatos com maior presença e respondendo com maior rapidez às missões que lhe são atribuídas.

Ainda de grande importância no âmbito da SEFAZ foram as atividades desenvolvidas na elaboração de normas destinadas a adaptar a administração tributária às peculiaridades da legislação pertinente, dando sustentação técnico-jurídica às ações e medidas adotadas para operacionalizar e dar suporte às atividades desenvolvidas através do Sistema de Arrecadação e Fiscalização.

Nessa área específica, verificou-se também todo o acompanhamento e participação da SEFAZ nas reuniões técnicas do CONFAZ, em Brasília, nas discussões e defesa dos interesses do Amazonas quanto ao estabelecimento de normas e políticas de natureza tributária, em especial, relacionadas com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Uma das maiores conquistas conseguidas pelo Estado nesse setor, foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral do Estado no Supremo Tribunal Federal, atendida em liminar, suspendendo a eficácia dos convênios ICMS de nºs 01/90, 02/90 e 06/90 que determinavam a cobrança do ICMS pelo Estado de origem nas remessas de produtos semi-elaborados (insumos industriais) e nas operações de remessas de açúcar de cana destinadas à Zona Franca de Manaus.

Saliente-se que, apesar da unidade imprescindível Governo – Indústria – Comércio e outros segmentos sociais, para fazer prevalecer os direitos do Estado, foi igualmente relevante e decisiva a posição segura e imediata do titular da Secretaria da Fazenda, que, na qualidade de membro

do Conselho Nacional de Política Fazendária, alicerçou toda a ação posteriormente desencadeada, votando contra e não assinando a aprovação dos referidos Convênios, quando da reunião do CONFAZ.

Deve também ser ressaltado que, além de impedir os graves prejuízos econômicos que recairiam sobre o Estado, a principal vitória da ação impetrada foi o reconhecimento nacional da impotência do CONFAZ em legislar contrariamente à Zona Franca de Manaus, inibindo, assim, prováveis e futuras investidas contra o modelo ZFM, protegendo definitivamente a integridade da Instituição.

Na área da execução financeira e orçamentária, a Secretaria da Fazenda conseguiu, no exercício de 1990, desenvolver suas atividades de controle e execução financeira e orçamentária através de uma eficiente Programação Financeira, Instrumento de fundamental importância na implementação da política de controle dos gastos públicos. O acompanhamento dessa política pela SEFAZ é feito por intermédio de um estruturado sistema informatizado, no qual se integram dados e informações nas áreas de orçamento, finanças e contabilidade, abrangendo a totalidade dos órgãos da Administração Estadual.

Numa análise sintética, os dados sobre a execução financeira em 1990, no que se referem à receita e despesa do Estado, são os seguintes:

1) O total da receita orçamentária original foi de Cr$ 48,553 bilhões. A receita global arrecadada foi de Cr$ 69,380 bilhões, representando um crescimento de 42,89% sobre o valor estimado no Orçamento que, em valores absolutos, correspondeu a um acréscimo de mais Cr$ 20,826 bilhões. Os recursos próprios do Estado, no exercício de 1990, representaram 75,61% da receita global.

Dentre as transferências correntes é de se ressaltar o Fundo de Participação dos Estados, que teve de receita efetivamente arrecadada o valor de Cr$ 10,746 bilhões, com um crescimento de 119,31% sobre o valor orçado, que foi de Cr$ 4,900 bilhões. No entanto, a sua participação no montante global da receita atingiu apenas 14,90%.

2) A despesa empenhada atingiu o montante de Cr$ 71,674 bilhões e a realizada (despesa paga) foi de Cr$ 68,991 bilhões. As despesas com pessoal e encargos sociais da Administração Estadual representaram 40,72% do total das despesas empenhadas, destacando-se a Administração Direta com a participação de 37,81% e a Indireta com apenas 2,91%. Ou seja, as despesas com pessoal alcançaram o valor global de Cr$ 29,182 bilhões.

Na parte de encargos gerais, o destaque maior coube aos recursos objeto das transferências constitucionais aos Municípios, que totalizaram

Cr$ 12,790 bilhões, representando 81,38% dos recursos destinados aos respectivos encargos. Ainda nesse item de despesas, ao pagamento da Dívida Interna e Externa destinaram-se recursos no montante de Cr$ 2,272 bilhões, com uma participação de 3,17% no total das despesas empenhadas.

Cabe ressaltar que os recursos despendidos com pessoal atingiram, no exercício de 1990, o percentual de 43,03% das receitas correntes, índice abaixo do limite de 65% estabelecido pela Constituição da República.

De outro prisma, os investimentos realizados pelo Governo do Estado representaram 23,46% dos recursos empenhados, atingindo o valor global de Cr$ 16,814 bilhões.

2. ZONA FRANCA DE MANAUS

A Zona Franca de Manaus foi violentamente atingida pelas medidas econômicas adotadas no País durante 1990. Tendo, como pressuposto básico de sua criação, a dimensão e a potencialidade do mercado consumidor nacional, no âmbito da visão clássica de substituição de importações vigente no País há meio século, teve suas vantagens comparativas reduzidas a partir da nova política industrial e de comércio exterior – que reduziu alíquotas de importações e demais barreiras alfandegárias existentes.

Temos apoiado a política liberalizante do Governo Fernando Collor de Melo, por entendermos que o Brasil tem que deixar o papel de mero expectador pelo de participante das modificações que estão ocorrendo na economia mundial. O modelo industrial adotado deve buscar a integração competitiva à economia mundial, que significará aumento do nível de abertura de sua economia, atualmente bastante reduzido.

Esse novo processo de desenvolvimento industrial é necessário e irreversível. A questão básica é como implementá-lo sem que sejam ampliadas as desigualdades regionais, com o aumento da concentração especial das atividades econômicas nas regiões mais dinâmicas do País. Este é o cerne do debate que temos procurado fomentar na comunidade amazonense e defender a nível nacional: a política industrial para atender aos interesses do País deve ser social e regionalmente mais justa, não podendo olvidar a questão do desenvolvimento regional, na qual está inserida a Zona Franca de Manaus.

Consubstanciados nessa abordagem, desde nossa posse como Governador do Estado do Amazonas, temos realizado ações que visam adaptar a Zona Franca de Manaus à nova etapa do processo do desenvolvimento brasileiro, todas formuladas a partir de amplo debate com a comunidade, principalmente com as classes empresarial e trabalhadora.

Dentre as diversas propostas encaminhadas e debatidas com as autoridades do Governo Federal, inclusive com o Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Collor, destacamos as seguintes:

1. Participação efetiva de representantes do Governo do Estado, da SUFRAMA e de entidades empresariais do Amazonas, nos grupos de estudos das novas prioridades e políticas setoriais, especialmente no caso da indústria eletroeletrônica e demais segmentos de importância no parque da ZFM;
2. Eliminação da exigência de índices de nacionalização para a indústria de componentes instalada da ZFM, visando maximizar a quota de importação global e viabilizar a oferta interna a preços competitivos. Esta atividade é responsável por cerca de 13.000 empregos diretos e absorve em torno de 15% da quota de importação;
3. Estabelecimento de critérios que permitam a redução do índice de nacionalização para bens finais, de modo a permitir o aumento da capacidade competitiva dos produtos da ZFM em relação aos similares importados;
4. Criação de quota especial, para importação de bens de capital, não atrelada ao sistema de contingenciamento global vigente, objetivando promover rápida modernização do parque industrial da ZFM, bem como a implementação de novos empreendimentos;
5. Revisão da fórmula de cálculo da redução do Imposto de Importação, incorporando a totalidade dos custos de fabricação, a fim de estimular a incorporação de novas tecnologias de processo e de produto;
6. Descontingenciamento das importações realizadas pelo setor comercial e a criação de armazéns alfandegários, medidas que agilizarão o trabalho aduaneiro, reduzindo tempo e custo operacional desta atividade, além de facilitar o acesso de comerciantes e fabricantes nacionais, sem estrutura de intercâmbio comercial direto com o exterior, à importação de bens e insumos;
7. Eliminação do contingencimento de importação de produtos com alíquotas zero, otimizando a utilização da quota da ZFM;
8. Manutenção do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, como base em novos critérios de aplicação, controle e avaliação de seus resultados. Este Fundo tem-se constituído, historicamente, na principal fonte de financiamento para projetos que efetivamente têm contribuído com o desenvolvimento regional;

9. Aumento do valor da quota da ZFM, em montante que permita a manutenção da capacidade produtiva instalada, mas, também, a efetivação de projeto em implantação.

Muitas dessas propostas foram implementadas, reduzindo o impacto da abertura da economia na Zona Franca de Manaus. Outras estão em análise no Ministério da Economia e na Secretaria do Desenvolvimento Regional, com órgãos do Governo Estadual oferecendo subsídios a partir de estudos que realizam acerca do impacto de cada medida na economia amazonense.

Cônscios de que o aumento da capacidade competitiva das empresas aqui instaladas também está umbilicalmente ligado à redução das distâncias econômicas em relação aos principais centros consumidores e produtores do País e do mundo, realizamos diversos estudos e propostas de redimensionamento da infra-estrutura de comunicação do Estado, dentre as quais destacamos inúmeros contactos com o Ministério da Infra-Estrutura solicitando a complementação da Rodovia BR-174 - que facilitará o acesso aos mercados da América Latina Setentrional e dos Estados Unidos da América do Norte - e a ação que permitiu a não subordinação do Porto de Manaus à Companhia das Docas do Pará.

Temos certeza de que a forma enérgica com que atuamos quando da extinção da Portobrás, criou as pré-condições para a implantação da Companhia das Docas do Amazonas, cujo modelo de funcionamento e o anteprojeto de criação já foram elaborados. A proposta inicial de simples absorção pela Companhia das Docas do Pará foi substituída, por ação do Governo Amazonense, pela integração temporária, com manutenção das decisões administrativas neste Estado, à Companhia das Docas do Maranhão, enquanto é criada a empresa que administrará o nosso Porto e, também, será responsável pelas hidrovias amazonenses.

A economia amazonense sofreu não apenas o impacto decorrente da maior exposição da economia brasileira à concorrência internacional, mas também, o resultante do programa antiinflacionário - que gerou um processo recessivo no País. A redução de demanda ocorrida afetou fortemente a produção e venda de bens de consumo duráveis, base de produção da Zona Franca de Manaus, tendo como principal consequência a redução do nível de empregos.

Ao final de 1990, com excessivo número de empresas dando férias e licenças remuneradas aos seus funcionários, foi proposta, pelo Governo do Estado, a realização de um "pacto" entre Governo, trabalhadores e empresários, visando o estabelecimento de política anti-recessiva. Foi elaborada proposta de ação, visando principalmente reduzir o nível de demissões e gerar novos empregos, atualmente em fase de estudo e implementação.

É importante destacar que a partir das reuniões entre lideranças patronais e de trabalhadores, o nível de demissões foi reduzido, além de ter sido iniciado processo de debate acerca dos caminhos alternativos existentes para o desenvolvimento amazonense, histórico por integrar em torno dele os agentes do capital e trabalho.

Estamos cônscios da importância do modelo Zona Franca de Manaus no processo de desenvolvimento amazonense. No entanto, temos a certeza de que apenas ele não será suficiente para o alcance do desenvolvimento autosustentado que tanto pretendemos. É necessária a construção de novos pilares de sustentação de nossa economia, como turismo, aproveitamento econômico dos produtos regionais, mineração e agricultura. Durante nosso período de Governo, foram implementadas atividades de apoio a cada um desses setores, com ênfase àqueles que permitem a interiorização dos resultados do desenvolvimento, conforme Vossas Excelências poderão analisar com maiores detalhes no Relatório que ora lhes encaminho.

3. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

A questão fundamental para a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, no ano de 1990, foi a de desenvolver mecanismos, no âmbito estadual, de integração da Zona Franca com o novo modelo econômico brasileiro, de forma a preservá-la e dinamizá-la, tornando-a mais competitiva e eficaz. Isto levou a uma reformulação de caráter corretivo no Plano Operacional/90, com a revisão e supressão de algumas metas que, dentro do novo enfoque de política econômica, perderam sintonia.

Num primeiro momento, a estratégia centrou-se no acompanhamento dos fatos relacionados à conjuntura econômica da Região, no instante subsequente à deflagração do Plano Brasil Novo. Com efeito, foi realizado um levantamento quinzenal do nível de emprego, que possibilitou ao Governo Estadual marcar posição ante a questão do desemprego e da recessão que, nos dois últimos meses de 1990, começou a tomar dimensões preocupantes. Entretanto, graças à ação conjunta do Governo, empresas e trabalhadores, através de apelos junto à comunidade empresarial, tivemos os impactos sociais minimizados, uma vez que o desemprego, consequência inevitável do período recessivo, ainda se encontra num patamar menor do que aquele verificado no restante do País. Mensalmente também foi acompanhado o comportamento conjuntural do comércio varejista de Manaus, visando detectar os efeitos no setor comercial da recessão econômica do País.

Em outro estágio, a SIC elaborou diversos estudos acerca do impacto da abertura da economia na Zona Franca de Manaus, abalizando as pro-

postas apresentadas às diversas autoridades federais pelo Governo do Estado.

Outra providência tomada em relação ao acompanhamento da conjuntura local: vem sendo realizado um estudo sobre alternativas de desenvolvimento para a ZFM.

Esse documento será de fundamental importância nas discussões que certamente surgirão acerca do futuro deste modelo de desenvolvimento. A ênfase do estudo é a determinação do ponto de equilíbrio a partir das quotas e alíquotas do imposto de importação que cada família de produto fabricado em Manaus perderá competitividade em relação ao importado.

A contribuição da SIC estende-se também à elaboração de propostas que enriqueceram o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO, no que tange à sua área de abrangência no Estado do Amazonas, aumentando o número de setores passíveis de financiamento com destaque para a atividade turística anteriormente não contemplada com recursos do FNO.

No que diz respeito à área industrial foram contemplados, pelo FNO em 1990, e sub-setores, dentre os quais podemos destacar: o madeireiro/moveleiro, a indústria de produtos florestais, a indústria de produtos alimentares, agroindústria, minerais não metálicos, vestuário, etc. Em 1991, esse leque de prioridades será ampliado, agregando-se mais três subsetores, perfazendo um total de quatorze, que receberão tratamento diferenciado naquele ano.

O Amazonas, em 1990, participou ativamente das discussões acerca do PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Este Plano de Desenvolvimento teve sua elaboração coordenada pela SUDAM, BASA, SUFRAMA e Secretaria de Desenvolvimento Regional. Entretanto, todos os Estados da Região deram sua colaboração, configurando um processo amplo e participativo no detalhamento das propostas. O PDA entrará em vigor já a partir de 1991, e é importante lembrar que o desempenho do Amazonas, quanto ao direcionamento das políticas e aplicação dos recursos, dependerá da disposição política de implementá-lo e operacionalizá-lo, num esforço conjunto do Governo Estadual com a SUDAM, o BASA e a SUFRAMA, no plano federal.

Com relação a incentivos foi elaborada, neste ano, uma nova Lei, cujo processo de opção, coordenado por esta Secretaria, permitiu o enquadramento de 426 empresas. Foram ainda emitidos e analisados 17 Pareceres, 2.636 Laudos Técnicos, sendo 1.135 de empresas já optantes pela nova legislação, realizadas 675 inspeções e 1.275 renovações e/ou substituições de Laudos. Comparados com 1989, esses números representam um crescimento de 23 e 61%, respectivamente, na aprovação de projetos e emissão

de laudos, configurando assim uma boa performance da economia do setor industrial no ano de 1990, apesar do quadro recessivo já instalado no restante do País. A emissão de laudo técnico foi desburocratizada, sendo emitido por período mais amplo e por família de produtos, o que reduzirá de forma significativa o volume da emissão nos próximos anos. A nova sistemática liberará a equipe técnica para a realização de estudos e de acompanhamento das empresas incentivadas.

Quanto à nova legislação, podemos dizer que eliminou várias falhas existentes nas normas que vigoravam anteriormente, permitindo ao investidor discernir com maior clareza os incentivos de que disporá no Estado do Amazonas. Ao mesmo tempo, proporcionará ao setor público administrá-los (os incentivos) com maior eficiência e eficácia. Alguns pontos merecedores de destaque:

a) ao contrário das legislações passadas, a atual define a necessidade da empresa enquadrar-se em pelo menos três condições básicas que, combinadas, permitem atender a pelo menos uma diretriz de desenvolvimento regional;

d) a concessão do incentivo passa, agora, pelo estabelecimento do código numérico da Norma Brasileira de Mercadorias – NBM, facilitando o acompanhamento e a avaliação de linhas de produção incentivadas e evitando a definição de níveis diferenciados de restituição para o mesmo bem. Também foi determinada a data em que todos os produtos incentivados passarão a ter redução gradativa de 5% no nível de restituição, – assim considerados, permitem maior transparência no processo decisório de concessão de incentivo;

c) a caracterização da empresa e estabelecimento dos níveis de restituição são efetuados com base no que preceitua a Constituição do Estado, criando condições para, num futuro próximo, consolidarmos uma economia de maior "adesividade" e melhor distribuição do espaço econômico regional;

d) outro ponto importante é que não poderá mais ser concedida restituição de ICMS através de Portaria da SIC, conforme estabeleciam as leis e decretos anteriores, embora esta administração nunca tenha utilizado tal prerrogativa. Com a nova Lei, todas as concessões devem ter a aprovação pelo CODAM – Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Por sua vez, os órgãos integrantes do sistema SIC (CEAG, EMAMTUR E JUCEA) desenvolveram, em 1990, além das previstas no PLanc Operacional, várias atividades de grande repercussão no desenvolvimento dos setores que lhes competem.

O CEAG – Amazonas atuou dentro do Projeto de Expansão, Consolidação e Integração do Parque Industrial, em ações nas mais diversificadas áreas, dentre as quais podemos destacar: consultoria, elaboração de projetos, treinamento empresarial, diagnósticos, elaboração de documentos como o Cadastro Industrial, perfis e estudos, beneficiando mais de 2.500 empresas de médio e pequeno porte. Também vale registrar a atuação do órgão no interior, através do Programa de Desenvolvimento Empresarial, realizando principalmente projetos de apoio creditício, e as Feiras dos Setores de Vestuário e Móveis – FEIVEST E FEIMOV.

No que concerne ao direcionamento da Zona Franca à indústria tradicional, o CEAG teve e continuará a ter papel importante, pois atua nesse segmento há pelo menos quinze anos, através da aplicação de instrumentos de apoio gerencial, creditício e tecnológico. Em 1990, as ações foram intensificadas, visando a formação de uma nova mentalidade empresarial, a qual permitirá colocar a empresa tradicional dentro de um contexto de dinamismo e modernidade, ingrediente básico para a sobrevivência num cenário de maior competitividade interna e externa.

A Empresa Amazonense de Turismo – EMAMTUR, tem tido destacada atuação no processo de transformação da atividade turística, um dos principais pilares do desenvolvimento Amazonense. Dentre as diversas atividades desenvolvidas em, 1990, deve-se destacar a realização do Seminário Internacional de Turismo Amazônico, com a participação de investidores do resto do País, Europa e América do Norte, que mantiveram contactos com empresários do setor turístico desta Região. Além disso, participou de 10 (dez) eventos no País e no exterior divulgando a Região, apoiou a implantação de hotéis de selva, elaborou amplo material de divulgação do Estado, desenvolveu ação objetivando a implantação de terminais de turismo no interior do Estado e de Hotel-Escola em Manaus, e estabeleceu programa que permitiu a vinda de 15 cruzeiros marítimos com turistas estrangeiros a Manaus, abrangendo 8.022 pessoas. Durante 1990, como decorrência dessas ações, estiveram em Manaus 143.995 turistas do País e 41.206 estrangeiros.

Deve ser ressaltada a ação desenvolvida pelo Governo e empresários do setor comercial, sob coordenação da EMAMTUR, na busca de reversão da queda do fluxo turístico doméstico, como decorrência das medidas adotadas logo após a divulgação do Plano Brasil Novo. Foi criado o projeto Shopping Zona Franca, que trouxe, em 45 dias, aproximadamente 3.000 turistas a Manaus.

Quanto à JUCEA, constatamos que vem se modernizando e imprimindo maior dinamismo à sua atuação. Somente no ano de 1990, foram constituídas 7.652 empresas. No interior, a JUCEA vem ampliando gradati-

vamente seu raio de ação, instalando-se em vários Municípios e informatizando seus controles. Isto vai contribuir decisivamente para agilizar o processo de registro das empresas, reduzindo a atividade burocrática a níveis de regiões mais desenvolvidas.

O Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODAM, durante nosso período de Governo, transformou-se num fórum de debate dos problemas regionais, além de manter-se como poder decisório das concessões dos incentivos fiscais administradas pelo Estado do Amazonas.

Durante 1990 foram aprovados 172 projetos, sendo que 94 foram de implantação, 66 de diversificação e 12 de outros pleitos. Quando implantados, significará 22.936 novos empregos e inversões que totalizaram US$ 365.472.539. Nos últimos quatro anos foram aprovados 595 projetos, significando 85.823 empregos projetados e US$ 1.265.627.817 de investimentos.

A SIC encontra-se quase que totalmente informatizada, o que facilitará sobremaneira o trabalho da futura administração, que encontrará uma Secretaria estruturada e com um volume de informações e dados estatísticos relevantes sobre as áreas industrial e comercial, pois a administração que ora se encerra entendeu prioritária a atuação da SIC como um órgão efetivo de desenvolvimento, capaz de enfrentar os desafios que a conjuntura econômica, política e social do País certamente nos reserva, e que exigirão de nossas instituições boa base de criatividade, dinamismo e competência para vencê-los.

4. BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS

O Banco do Estado do Amazonas, principal agente financiador do desenvolvimento estadual, recebeu tratamento prioritário em nosso Governo.

A nova política econômica adotada no País a partir de março de 1990 afetou o desempenho do Setor Financeiro, como decorrência do congelamento dos Ativos Financeiros e da rígida política monetária adotada.

Deve, também, ser incluído dentre os percalços do Setor Financeiro de Bancos Estaduais o fechamento, pelo Banco Central, de algumas Entidades Financeiras Estaduais, gerando uma queda de credibilidade em todo o Sistema.

O Banco do Estado do Amazonas, como todas as Entidades Financeiras do País, principalmente as de Controle Estadual, também sentiu os efeitos da nova política econômica. Como decorrência, entretanto, das medidas adotadas, o BEA adaptou-se rapidamente às modificações ocorridas, encerrando o ano com lucro líquido de Cr$ 121,57 milhões.

O BEA adotou como estratégia de atuação a busca de maior agressividade no mercado, visando reduzir a participação relativa dos Depósitos Públicos, como decorrência do aumento dos Depósitos à Vista de Pessoas Físicas e Empresas Privadas. Estes, como resultado das ações realizadas, aumentaram suas participações de 48,3% para 68,6%.

Dentre as ações desenvolvidas pela BEA, destacamos o Plano de Melnoria de Atendimento ao Cliente, composto, dentre outros, pelas seguintes atividades: Criação da Poupança diária, Estabelecimento da Gerência de Contas, Valorização do Cheque Especial, criação do Jornal de Mercado - diariamente encaminhado aos principais Clientes, Pesquisa de Opinião, Fila Única, etc. Como consequência, enquanto o Depósito do Público no Sistema Bancário aumentou em 91,7%, no último semestre de 1990, no BEA o acréscimo foi de 101,5%.

Na busca de aumento de seu nível de Empréstimo, o Banco tornou-se, também, mais agressivo na Captação de Recursos no Mercado. Com isto cresceram os Depósitos a prazo em 428,4%, principalmente nos últimos sessenta dias de 1990, contra apenas 139,1% do Sistema Bancário.

Essas medidas, visando maior participação do BEA no Mercado Financeiro, foram acompanhadas de outras na área das Despesas, visando adaptá-las ao novo momento que atravessa o Sistema Financeiro Nacional.

O Governo do Estado teve papel decisivo nas ações do BEA, dando tratamento preferencial em seus pagamentos aos Fornecedores que tinham compromisso com o Banco, contribuindo decisivamente para a reduzida inadimplência do Setor Privado existente em 31.12.1990. Além disso, manteve no BEA, sem remuneração, razoável volume de recursos, aumentando a capacidade financeira do Banco.

A situação financeira do BEA, ao final de 1990, é boa, conforme expõem seus Demonstrativos Financeiros. Somente em Empréstimos nas Carteiras de Crédito Geral e Especializado, os dados de 31.12.1990 demonstram existir Cr$ 30,4 Bilhões. O lucro antes do Imposto de Renda, foi de Cr$ 754,45 Milhões e, após esse imposto, de Cr$ 121.56 Milhões.

O Governo do Estado atuou decisivamente na resolução do principal problema Estrutural BEA, que é a BEA Crédito Imobiliário S/A - BEACI. Visando permitir solução definitiva para essa situação existente há mais de dez anos, foi assinado, em 13.12.1990, Termo de Compromisso com a Caixa Econômica Federal, através do qual o Governo do Estado propõe-se a assumir a totalidade da dívida da BEA Crédito Imobiliário S/A - BEACI. Entendimentos também, estão sendo mantidos com o Banco Central visando idênticos compromissos, em relação à dívida da BEA Crédito Imobiliário S/A - BEACI com aquela Instituição.

Temos certeza de que a política agressiva junto ao Mercado que o Banco vem desenvolvendo, integrado à transferência da Dívida da BEA Crédito Imobiliário S/A - BEACI para o Governo Estadual, dará as condições necessárias para que o BEA transforme-se em BANCO MÚLTIPLO.

O posicionamento governamental durante 1990 em relação ao BEA foi fundamental para que essa entidade creditícia pudesse transpor os problemas decorrentes da nova política econômica do País, além de ter iniciado a superação de seus problemas estruturais.

Como se vê, durante o curto período do nosso Governo, ao invés de havermos onerado, solucionamos a situação financeira do BEA, resolvendo os graves problemas que vinham se arrastando há mais de dez anos, comprometendo sua estrutura, como é o caso da BEA Crédito Imobiliário S/A - BEACI que representava um endividamento para aquela Instituição de mais Cr$ 20,0 Bilhões, impedindo o funcionamento da área imobiliária do sistema BEA, com profundos reflexos no programa habitacional deste Estado.

Aproveitamos, também, para ressaltar que a inadimplência do Setor público com o BEA, que temos reduzido dentro da capacidade financeira do Estado, são decorrentes de financiamentos concedidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e BNDES a administrações anteriores. Nos dez meses de nosso Governo não oneramos o setor público com nenhum outro compromisso financeiro.

Temos a certeza de que, com a ação desenvolvida no BEA, contribuiremos para a reconstrução do principal agente financiador deste Estado.

5. TRANSPORTES E OBRAS

Ao assumirmos o Governo do Estado, tivemos a preocupação de manter em andamento as obras que foram deixadas inconclusas pelo Governador AMAZONINO MENDES, evitando com isso uma descontinuidade tão usual, movida pela vaidade pessoal que não é o nosso caso, pois com a continuação das obras evitamos o desemprego, a deterioração dos investimentos já realizados, que caracterizaria o desperdício do dinheiro público, pela falta de sensibilidade no que tange ao respeito que o governante deve ter na aplicação da arrecadação dos tributos, hoje, tão sofridamente pagos pelos cidadãos.

Assim, dando cumprimento ao **Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado,** efetuamos as seguintes atividades:

a) INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA URBANA

Atuamos, articulados com os Senhores Prefeitos, em todas as 09 nove Sub-Regiões, desde o ALTO SOLIMÕES (Atalaia do Norte, Benjamim

Constant, Santo Antonio do Içá, Amaturá e São Paulo de Olivença), passando pelo Triângulo JUTAÍ/SOLIMÕES/JURUÁ, (Japurá, Fonte Boa, Tefé e Alvarães), pelo PURUS (Canutama, Lábrea, Pauini e Boca do Acre), pelo JURUÁ (Carauari, Ipixuna, Envira e Guajará. Pelo MADEIRA (Nova Olinda do Norte, Borba, Manicoré e Apuí) pelo ALTO RIO NEGRO (Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira), pelo RIO NEGRO/SOLIMÕES (Coari, Codajás, Anori, Beruri, Anamã, Caapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Careiro do Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba e Autazes), pelo MÉDIO AMAZONA (Maués), e, finalmente, pelo BAIXO AMAZONAS (Urucará e Parintins), fazendo nossa administração presente em 40(quarenta) Municípios.

Tais serviços atingiram os seguintes valores:

- Terraplenagem e Base: - 194,3 Km
- Revestimento Asfáltico: - 49,20Km
- Drenagem: - 34,08 Km

Saliente-se ainda, a construção da **Ponte sobre o Igarapé do Espírito Santo,** no Município de Coari, na área central da cidade, em estrutura mista - metáliça/concreto, inaugurada em junho do ano passado.

b) **ESTRADAS VICINAIS**

Atuamos em vários Municípios, quer implantando-as, quer recuperando-as, as quais citamos:

- **Implantação:**

• Carauari	7,00Km
• Envira	3,35 Km
• Iranduba	2,45 Km
• Manaquiri	8,13 Km
• Pauini	5,92 Km
• São Paulo de Olivença	3,13 Km
• Autazes (Estrada Novo Céu)	21,10 Km
• Careiro da Várzea	5,93 Km
• Itacoatiara (Estrada do Arari/Rio Amazonas)	24,00 Km
• Itacoatiara (Estrada da Ciazônia)	44,30 Km
	125,31 Km

- **Recuperação:**

• Ligação Anori/Anamã	3,50 Km
• Caapiranga	9,07 Km

- Humaitá (BR-317 - BR-230) ..... 10,30 Km
- Nova Olinda do Norte -
- Estrada do Curupira .....23,30 Km
- Fontenele ..... 8,08 Km
- Urussacanga ..... 2,30 Km
- Ligação Borba/Mapiá ..... 26,60 Km

83,15 Km

Independentemente das obras anteriormente mencionadas, realizamos, ainda, no **Município de Iranduba** a **recuperação da estrada de acesso** àquele Município, através de um novo recapeamento asfáltico, num total de 10,69 Km.

c) INFRA-ESTRUTURA AEROVIÁRIA

Melhoramento, quer em revestimento asfáltico, quer em concreto, das pistas de pouso ou nas estradas de acesso, beneficiando os seguintes Municípios:

- Envira, no Juruá
- Manicoré, no Madeira
- São Gabriel da Cachoeira, no Ric Negro
- São Paulo de Olivença, no Solimões

Visando dotar o nosso Estado de um plano aeroviário que permita ser um instrumento de desenvolvimento alternativo de transporte rápido e de segurança às nossas populações interioranas, firmamos um Convênio com o Departamento de Aeronaútica Civil do Ministério da Aeronáutica, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras e o Instituto de Aviação Civil, para estabelecer uma infra-estrutura aeroportuária adequada às necessidades dos diversos setores do transporte aéreo que atuam no Estado, bem como a definição do sistema de aeroportos e diretrizes de implantação do sistema. O Estado participa com Cr$ 65.084.426,86 (30%) e o DAC com Cr$ 151.863.627,00 (70%). Vale salientar que o referido convênio foi assinado em 03 de janeiro próximo passado, e os seus efeitos se farão sentir, brevemente, já no novo Governo.

d) OBRAS CIVIS NO INTERIOR DO ESTADO

Saúde/Educação/Justiça

Obras Concluídas

- Reforma das Escolas Clóvis Prado de Negreiros e Santina Filizola, no **Município de Maués;**

• Recuperação das Escolas Eurico Gaspar Dutra e Felipe Cunha, no **Município de Eirunepé;**

• Construção do Centro de Saúde D. Arcângelo Cerqua, na área co Centro Cultural e Desportivo de **Parintins;**

• Recuperação do prédio onde funciona o Forum Oswaldo Frota no **Município de Boca do Acre**

• Recuperação da Unidade Mista de Saúde do **Município de Tefé;**

• Recuperação da Unidade de Saúde de **Boca do Acre.**

Obras em Andamento

Construções:

• Escola Agrotécnica no **Município de Eirunepé;**

• Hospital com 20 Leitos no **Município de Itapiranga;**

• Hospital com 20 Leitos no **Município de Fonte Boa;**

• Hospital com 06 Leitos no **Município de Beruri;**

• Hospital com 12 Leitos no **Município de Iranduba;**

• Unidade Mista com 50 Leitos no **Município de São Gabriel da Cachoeira.**

• Centro de Saúde na Localidade de **Içana,** no **Alto Rio Negro;**

• Centro de Saúde na Localidade de **Pari-Cachoeira,** no **Alto Rio Negro.**

Reforma e Ampliação:

• Escola Vital de Mendonça, com 14 salas, no **Município de Itacoatiara;**

• Hospital Lázaro Reis, com 50 leitos, no **Município de Manacapuru.**

e) **CONVÊNIOS**

O Estado, em 1990, firmou os seguintes Convênios com as Prefeituras Municipais.

• Boca do Acre, para a recuperação de equipamentos rodoviários;

• Alvarães, para construção de um hospital com 20 leitos;

• Envira, para pavimentação da pista de pouso do Município;

• Anori, para construção de escolas rurais;

• Pauini, para a aquisição de uma lancha rápida para a ligação Pauiní/Boca do Acre;

• Manacapuru, para a construção de três escolas com 4 salas de aula cada;

• São Sebastião do Uatumã, para a construção de uma quadra polivalente na Vila Santana;

• Boa Vista do Ramos, para construção de uma quadra polivalente.

• Maraã, para manutenção de uma linha regular de recreio fluvial no trecho Tefé/Copeá/Coari;

• Japurá, para manutenção de uma linha regular de recreio fluvial no trecho Japurá/Maraã/Tefé;

• Apuí, para restauração da estrada Mário Andreazza nos trechos Kms 3 ao 30 e 280 ao Km 300, no sentido Humaitá/Apuí;

• São Paulo de Olivença, para abertura da estrada vicinal ligando Bonfim a Uautê, naquele Município.

f) **RODOVIAS**

Após quase oito anos de parcial abandono de nossas poucas Rodovias Estaduais, determinamos ao DER-AM e à SETRAN que voltasse a priorizar a conservação e recuperação das mesmas. Assim é que:

– Na AM-010 (Manaus-Itacoatiara) - 266 Km, realizou-se a limpeza da faixa de domínio, desobstruição e limpeza de bueiros, recomposição da plataforma estadual, inclusive, do capeamento asfáltico e a remoção de barreiras. Destaque-se para essa Rodovia a conclusão da construção do **Terminal Rodoviário de Passageiros de Itacoatiara,** que deverá ser inaugurado nos primeiros dias do próximo mês de março;

– Na Rodovia AM-070 (Manaus-Manacapuru) - 86 Km, realizou-se a limpeza da faixa de domínio e a recomposição de aterros. Recuperamos, inclusive, trechos que sofreram arrombamentos das águas, com a substituição de bueiros armcos.

Nessa Rodovia destaque-se a **construção da Ponte sobre o Rio Ariaú,** numa extensão de 260 m que, ao assumirmos o Governo, estava somente com as fundações, blocos de coroamento e pilares concluídos e demos prosseguimento à obra com a construção da meno e super-estrutura (vigas de ligação em concreto, perfis duplos I de 12 polegadas), executando-se, também, os aterros dos encontros, faltando apenas as placas do tabuleiro, que deverão começar a ser colocadas, o que permitirá a sua conclusão num prazo de trinta dias. Esta obra é de grande alcance para a economia regional, haja vista a grande importância dos projetos implantados ao longo da diretriz daquela Rodovia.

Ainda tivemos uma das maiores vazantes no ano passado, que obrigou-se a agir de modo emergencial na implantação, mesmo precariamente, naquela região, onde problemas sérios estavam acarretando o es-

coamento da produção das comunidades ali assentadas, havendo a necessidade da **construção de uma Estrada de acesso até a localidade de Ponta das Pedras,** devido possuir calado que permite a tração durante o ano inteiro, no lado de Cacau-Pirêra, uma vez que os Portos de Cacau-Pirêra, como o do Brito, são temporários.

Para a solução definitiva dessa travessia, de Manaus a Cacau-Pirêra, alugamos com terceiros, duas balsas de 800 toneladas cada, as quais transportam 70 veículos leves ou 36 leves e 16 pesados.

Com tais providências por parte do Governo, acabaram os constantes reclamos dos usuários.

Destacamos, também, a entrega, pelo DER-AM, de três balsas de aço, com capacidade de 150 toneladas brutas cada e, em fase de construção, estão dois "ferry-boots", com capacidade de 403 toneladas cada, para operar na travessia mencionada, sendo que essas construções têm 70% de recursos do BNDES e 30% do Estado;

– Na AM-020 (Manaus-Aleixo) - 14Km, efetivou-se a recomposição da plataforma estadual, inclusive, do revestimento asfáltico;

– Na AM-450 (Ponta Negra-Tarumã-AM/010) - 18,40 Km, realizou-se limpeza e desobstrução de bueiros, limpeza da faixa de domínio, recomposição da plataforma estadual, com mistura betuminosa, recuperação das defensas (depois de 15 anos sem reparos) e a substituição de bueiro armco deteriorado por galeria em gabião, de seção 2,00x 1,70 m, com extensão de 16 metros, na bifurcação com as Estradas da Vivenda Verde e Vivenda do Pontal;

– Na Am-452 (Acesso ao Lago do Limão), executou-se a recomposição da plataforma estadual, bem como do seu revestimento primário;

– Na AM-353 (Manacapuru-Novo Airão), efetivou-se a restauração de 15 Km de revestimento primário;

– A Rodovia Federal BR-174 (Manaus-Caracaraí-BV 8), delegada pelo DNER ao DER-AM em seus 180 Km iniciais, contratada com a Construtora PARANAPANEMA, teve seu tráfego mantido a duras penas sem haver qualquer recurso liberado à mesma pela União; movimentou-se material terroso em cerca de 816.000 m^3;

– Na Rodovia Federal-BR-230 (Transamazônica)-Trecho Humaitá/Lábrea) - 186 Km, delegada, também, ao DER-AM, é que mantém a ligação das bacias do Madeira com o Purus, que se encontrava **sem tráfego há cerca de três anos,** teve de nossa Administração uma ação de restauração que restabeleceu o tráfego normal. Nessa rodovia destacamos os seguintes serviços:

- eliminação de 55 Km de atoleiros;
- recuperação total em cinco balsas;

- reconstrução de oito pontilhões de madeira;
- melhoramento da pista de rolamento com material selecionado.

Todos esses serviços foram executados com recursos unicamente do Estado, apesar da Rodovia ser federal.

Como obra maior de nossa Administração, não por ter nascido na região, mas por estar crente e convicto de seu custo-benefício, com reflexos reais e imediatos, concentramos nossa atuação na Rodovia Federal BR-317 (Trecho: Boca do Acre/Divisa AM-AC), transformando-a de um caminho de serviço de uso intermitenteou sazonal, para uma verdadeira estrada, substituindo pinguelas e pontilhões obsoletos por linha de bueiros de 0, 80 a 2, 30 metros, do tipo "armcos" metálicos em 96 pontos diferentes, elevando o greide em trechos que sofriam recobrimento de águas, alargando a plataforma estradal de 5 metros para 9 a 10 metros de largura, pavimentando-a com revestimento asfáltico a quente em cerca de 25 Km e o restante dos 113 Km, com revestimento de material laterítico, garantindo, desta forma, tráfego permanente naquela rodovia.

A implantação definitiva da BR-317 (Trecho, Boca do Acre/Rio Branco), incrementará a expansão de inúmeras atividades econômicas já estabelecidas ao longo de sua diretriz, nos quais destacam-se, a agricultura de grãos e a criação intensiva de bovinocultura, através de fazendas existentes, sendo a consolidação funcional do Porto de Boca do Acre, como grande terminal rodo-fluvial, da Bacia do Purus, no Amazonas, em particular, e para o Estado do Acre, em geral.

Todos sabem que a problemática de abastecimento e escoamento de bens naquela, região é decorrente do período de navegabilidade no Rio Acre, durante quatro meses do ano, ficando bloqueado o fluxo de cargas para a cidade de Rio Branco, nos oito meses restantes, quando nem a implantação da BR-364 – Trecho Porto Velho/Rio Branco, exclui a preferência pela ligação rodoviária – Rio Branco/Boca do Acre (BR-317), que é a "rota do desejo" de transporte e movimentação de grandes cargas , sendo, ainda, um corredor de acesso dos Paises Vizinhos – Bolívia/Peru ao Atlântico, pela integração inter-modal.

Para se ter uma idéia da envergadura da obra, ela foi realizada praticamente em 120 dias, movimentando cerca de 1.811.000m^3 de terra.

Tudo isso foi realizado com recursos do Estado, através de sacrifício, desgaste pessoal e até político, pela incompreensão daqueles que não perceberam a profundidade de nossa proposição, haja vista que:

1º) - Elaboramos um Programa na Área de Transporte Rodoviário para o Estado, incluindo:

a) - implantação pioneira de rodovias vicinais de baixo custo,

num total de 168 Km (Custo: Cr$ 570.273.850,00 - Jun/90);

b) - implantação básica de vicinais e rodovias de características mais aprimoradas, num total de 127 Km (Custo Cr$ 785 007. 205,00 - Jun/90);

c) - restauração rodoviária da BR-230 - Trecho Lábrea/Humaitá, num total de 186 Km (Custo: Cr$ 278.960.940,00 - Jun/90);

d) - recomposição e pavimentação de baixo custo da Rodovia BR-317 - Trecho Boca do Acre/Divisa AM-AC, num total de 113 Km (Custo: Cr$ 3.776.388.697,00 - Jun/90);

e) - construção do Terminal Rodo-Fluvial de Cacau Pirêra (Custo: Cr$ 500.687.987,00 - Jun/90).

Tal Programa, capeado por projetos básicos, ensejaram a busca dos recursos junto aos Órgãos Federais, que com nada contribuiram;

2º) - Elaboramos um Programa para Melhoria do Sistema Aeroportuário no Estado, abrangendo um montante na ordem de Cr$ 709.307.004,00, (abril de 90), alocados em 12 Municípios, distribuídos em 5 Sub-Regiões, destacando-se a adequação do aeroporto de Parintins para operação de aeronaves de primeiro nível, incluindo vôos noturnos.

Procuramos recursos junto ao Ministério da Aeronáutica e à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional, sem a devida participação;

3º) - Elaboramos o Programa de Proteção Contra Enchentes e Calamidades.

Tal programa consiste em executar obras de proteção, que solucionem de forma preventiva e definitivamente aquela velha problemática de, com a subida das águas em determinada época do ano, cidades interioranas que sofrem uma ação destruidora e de efeito nocivo à saúde de sua população pelos desbarrancamentos das margens e alagação de áreas, causando perdas materiais e doenças epidêmicas, condicionando seus habitantes a estado de calamidade pública, cíclico, por ser anual.

Priorizamos o atendimento às cidades de Manicoré, Manacapuru, Parintins, Eirunepé, Boca do Acre e Humaitá.

Conseguimos, no dealbar de 1990, por havermos apresentado projeto executivo, recursos no Ministério da Ação Social, de Cr$ 68.450.000,00 para o cais de proteção e Cr$ 250.000,00 para a drenagem da Cidade de Parintins, obras em execução.

Estão prontos os projetos de Boca do Acre e Eirunepé.

Registramos a luta insana mantida para viabilizar a criação da Companhia de Docas do Amazonas, a qual solucionaria definitivamente a questão do Porto de Manaus e de outros menores, como os do Município de Itacoatiara e Município de Parintins, mas esbarramos em pendências de ordem jurídico-institucional e econômico-social.

No entanto, acreditamos que o novo Governo que se instalará em nosso Estado saberá encontrar uma melhor solução.

OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NA CAPITAL

A Secretaria dos Transportes e Obras está executando, por administração indireta, as seguintes obras de infra-estrutura na Capital:

- implantação do loteamento AMAZONINO MENDES, no mutirão da Cidade Nova, complementando com 3.700 casas construídas em nossa Administração, as 4.100 entregues pelo nosso antecessor;
- implantação de um loteamento na Cidade Nova, com 4.630 lotes, com todo o serviço de terraplenagem pronto, com os arruamentos, estando sendo executadas as redes de água potável e distribuição de energia.

Já foram concluídas as seguintes obras e serviços:

- terraplenagem e pavimentação do Bairro de Santa Etelvina;
- terraplenagem, pavimentação e drenagem do Bairro de Santo Antonio;
- terraplenagem, pavimentação e drenagem do Bairro da União;
- terraplenagem e pavimentação da estrada de acesso ao Puraquequara, 8,5 Km.
- Três galpões, com área construída de 3.490,6m^2, para atender os feirantes da região leste da cidade.

Estão em execução das obras do Projeto Manaus Moderna, com a execução dos serviços de aterro, imprimação e drenagem, nas Ruas Marquês de Santa Cruz, Barés, Pedro Botelho, José Paranaguá, Lima Bacury, e Visconde de Porto Alegre, em rítmo lento por falta de recursos não obtidos junto à Caixa Econômica Federal.

CONSTRUÇÕES, RECUPERAÇÕES, REFORMAS E/OU RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS NA CAPITAL

Na área de Educação e Cultura, a SETRAN, em 1990, concluiu as seguintes obras:

- Construção de uma Escola com 10 salas de aula, equipada, na Av. Pedro Teixeira (Vila Olímpica), com 1.350 m^2 de área construída;
- Construção de uma Escola com 10 salas de aula, equipada, no Conjunto Residencial "Hiléia I", com 1.350 m^2 de área construída;
- Construção de uma Escola com 12 salas de aula, equipada, no

Bairro da Alvorada I, com 1.500 m² de área construída;

• Construção de uma Escola com 08 salas de aula no Bairro da Compensa, com 420m² de área construída;

• Reforma da Escola "Ondina de Paula", no Bairro do Jappim I, com 10 salas de aula e 1.238m² de área construída;

• Ampliação da Escola "Cunha Melo", no Bairro da Raiz, com 04 salas de aula e 200m² de área construída;

• Recuperação do prédio da Televisão Educativa do Amazonas, com 1.318m² de área construída;

• Recuperação da Escola "Almirante Barroso", na Vila Amazônia, com 972m² de área construída;

• Recuperação da Escola "Eucnice Serrano", na Rua Monsenhor Coutinho, com 12 salas de aula, e área construída de 1.200m²;

• Recuperação da Escola "Duque de Caxias", no Bairro da Compensa I, com uma área construída de 523m²;

• Recuperação da Escola "Melo Póvoas", no Bairro de Santo Antônio, com 11 salas de aula e 500m² de área construída;

• Recuperação do Prédio do Instituto Superior de Estudos da Amazônia – ISEA, cuja área construída corresponde a 1.132m²;

• Recuperação da Superintendência Cultural do Amazonas, com uma área construída de 840m²;

Nas áreas de Saúde, Segurança e Justiça, a SETRAN efetuou as seguintes obras:

• Construção de uma Maternidade com 36 leitos, denominada "Maria José Frota", no Hospital Adriano Jorge, equipada, tendo como área construída 860m²;

• Readaptação e recuperação do Posto de Assistência Médica-PAM, na Cachoeirinha, para funcionamento do Pronto Socorro da Criança, com capacidade para atender 300 crianças por dia, dispondo, ainda, de 36 leitos;

• Construção da Escola de Polícia, no Bairro da Cidade Nova, constante de 12 prédios, numa área construída de 2.812,24m²;

• Reforma de uma Sala de Instruções na Procuradoria Geral de Justiça, no Conjunto dos Secretários, constante de 76m² de área construída;

• Recuperação de 240m² e ampliação de 104m² do prédio onde ...ciona a Procuradoria Geral de Justiça, na Rua 24 de Maio;

• Recuperação do Prédio anexo ao Poder Judiciário, na Avenida Eduardo Ribeiro, com 700m² de área construída;

• Recuperação do Prédio onde funciona o Juizado de Menores no Aleixo, com 1.560m² de área construída;

• Conclusão do Prédio do Tribunal Regional Eleitoral, no Bairro do

Aleixo, inclusive com a implantação do sistema de ar condicionado e com 1.800m² de área construída;

- Recuperação parcial do Prédio do Tribunal de Contas do Estado, na Rua Emílio Moreira, no Bairro da Praça 14 de Janeiro, cuja área construída corresponde a 207m²;
- Recuperação Geral do Parque de Exposições "ANGELINO BEVILÁQUA", na Estrada Torquato Tapajós, constante de 27 prédios, com 9.000m², inclusive com a recuperação de 13.157m² de pavimento asfáltico;
- Acréscimo e adaptação de uma padaria em refeitório, no Bairro Tancredo Neves, constante de 162m² de área construída;
- Restauração do Teatro Amazonas, com 7.985m² de área construída;
- Reforma do Prédio da EMAMTUR, com 1.500m² de área construída;
- Recuperação e adaptação de duas salas para a Junta Médica da Secretaria da Administração, na Av. Joaquim Nabuco, com 60m² de área construída;
- Recuperação do Prédio do SINE/AM, com 360m² de área construída.

CONSTRUÇÕES, REFORMAS, RECUPERAÇÕES E/OU AMPLIAÇÃO EM ANDAMENTO NA CAPITAL.

Encontram-se em andamento, na Capital, as seguintes obras da área da Educação:

- **Construção:**

Duas Escolas com 40 salas de aula e um ginásio coberto para 1.000 espectadores, nos Bairros da Compensa e Cidade Nova, com 7.335,75m² de área construída cada;

Uma Escola com 10 salas de aula, equipada, no Bairro de São José III, com 1,350m² de área construída;

Uma Escola com 5 salas de aula no Conjunto Rio Xingu, na Compensa, com 789m² de área construída;

Uma Creche no Bairro da Colônia Antônio Aleixo, com 1,306,25m² de área construída;

Uma Quadra de Esportes, Recreio Coberto e Depósito na Escola "Almirante Barroso", com 1,047m² de área construída.

- **Reforma e Ampliação:**

Escola "Luiz Vaz de Camões", no Bairro do Japiim I, com 10 salas de aula contendo 1.540m² de área construída.

• **Ampliação:**

Escola "Paula Ângela Francinetti", no Bairro da Liberdade, com duas salas de aula, contendo 233m² de área construída.

• **Recuperação e/ou Reforma:**

Escola "Castelo Branco", no Bairro de São Jorge, contendo 14 salas de aula, numa área construída de 2.953,42m²;

Colégio Brasileiro, na Rua 10 Julho, contendo 28 salas de aula, numa área construída de 3.076m²;

Escola "Visconde de Mauá", na Avenida Joaquim Nabuco, com 10 salas de aula, numa área construída de 960m².

Nas áreas de Saúde, Segurança e Justiça, a SETRAN está promovendo as seguintes obras:

• Construção do Hospital "Francisca Mendes", equipado, com 106 leitos, no Bairro da Cidade Nova, com 6.783,98m² de área construída, a ser inaugurado em março vindouro;

• Reforma e Ampliação do Hospital "Adriano Jorge", no Bairro da Cachoeirinha, com 36 leitos, numa área construída de 860m²;

• Reforma e Ampliação, com 120 leitos, do Hospital do Instituto de Medicina Tropical, a ser inaugurado em março vindouro;

• Recuperação do Prédio onde funciona o Laboratório Central da SESAU, na Rua Emílio Moreira, com uma área construída de 636m²;

• Adaptação, Reforma e Conclusão da área comercial para Posto Policial, no Bairro Tancredo Neves, numa área construída de 153m²;

Ainda estão em andamento as seguintes obras:

• Construção da Diretoria, Auditório, Feira de Artesanato e Estacionamento da Legião Brasileira de Assistência, na Avenida Darcy Vargas, com uma área construída de 1.182m²;

• Conclusão de dois apartamentos na Sociedade São Vicente de Paula, no Bairro de Santo Antônio, com uma área construída de 184m²;

• Restauração da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, com uma área construída de 4.791m²;

• Ampliação, Reforma e Adequação da Penitenciária Agrícola Anísio Jobim, com uma área construída de 7.500m²;

Durante o ano de 1990 foram executados pela SETRAN os seguintes serviços:

• Manutenção de 17 Unidades de Saúde (14 na Capital e 3 no Interior do Estado, em Codajás, Envira e Humaitá);

• Manutenção do Teatro Amazonas;

• Manutenção do Centro de Educação Física e Desporto do Amazonas (Vila Olímpica).

OBRAS ESPECIAIS

A) – 2ª ETAPA DA VILA OLÍMPICA

As fases básicas desta obra se encontram no seguinte estágio:
– Centro de Reabilitação e Avaliação Física: 31% executado;
– Canal a céu aberto - (muro em Gabião) - 88% executado;
– Pista de aquecimento - 30% executado;
– Desassoreamento do Igarapé - 88% executado.

Vale ressaltar que, muito embora a obra seja totalmente financiada pela Caixa Econômica Federal, ainda não foi liberada nenhuma parcela, o que deve ocorrer por todo este mês.

B) – PROJETO ARAR – ÁREA ASSISTENCIAL E RECREATIVA

A precariedade de incentivos reais, agravada ainda mais, pela deterioração das condições de vida na área rural, leva o homem a se lançar do campo para a cidade e das cidade interioranas para a Capital dos Estados, à procura de meios de sobrevivência, quando, então, passa a invadir terrenos para construir seu abrigo, transformando-se, em certo momento, numa ação conjunta de várias famílias, formando as favelas ou aglomerados subnormais, sem nenhuma infra-estrutura para uma vida normal.

Essas famílias se sentem desassistidas, marginalizadas, sem perspectiva até de conseguir emprego, buscando na economia informal sua sobrevivência, e, sem entretenimento ou recreação, passam por um processo de desajustamento, gerando a violência tão comum em nossos dias, manifestada por assaltos, estupros e toda uma sorte de atos socialmente desagregadores de vida comunitária e atingindo a cédula mater da sociedade, a família.

Necessário se fazia um projeto que viesse ao encontro de um modelo de ação governamental, preliminar, mas aplicável de forma abrangente e compacta, às áreas urbanas menos assistidas das cidades, de qualquer porte, oferecendo-lhes os primeiros elementos essenciais ao bem estar coletivo.

O PROJETO ARAR – **área assistencial e recreativa** – visa implantar nas comunidades carentes, como invasões em bairros periféricos,

desprovidos de infra-estrutura, um atendimento mínimo integrado, no campo de saneamento básico (água potável), da saúde, da educação inicial, da segurança, da telefonia pública, do lazer, do esporte e do comércio alimentar, procurando maximizar o benefício-custo, com o uso da mão-de-obra disponível na comunidade, em regime participativo com o Estado, tornando a experiência singular, já que envolve a relação informal de co-responsabilidade entre governantes e moradores, demonstrando a realidade de um modelo compacto e criativo, mesmo quando os recursos são limitados.

O ARAR está distribuído numa superfície de 70m x 100m, composta de vários módulos, que se identificam pela função do uso, atuando de maneira integrante e interdependente.

Esses módulos são definidos por uma terminologia própria, que lembra campo-sítio, e de fácil entendimento à sua utilização ou à atividade ali exercida.

O PROJETO ARAR se constitui de 07 (sete) sítios:

- SICADA – sítio de captação d'água;
- SIABA – sítio de atendimento básico;
- SIAPE – sítio de aprendizado elementar;
- SIBRINCA – sítio das brincadeiras;
- SIPASSA – sítio do passatempo;
- SIBEC – sítio das bebidas e comidas; e
- SIESP – sítio dos esportes.

Tal projeto teve sua primeira unidade implantada no Bairro Amazonino Mendes, Mutirão da Cidade Nova, cujo referencial postal é a Rua Penetração 3 nº 200, para quem quiser apreciá-lo.

C) – ALA CULTURAL DE MANAUS

Quando assumimos o Governo do Estado, preocupou-nos sobremaneira a ação nociva da "indústria de invasão de terras", no ano político que experimentávamos, com graves prejuízos à qualidade de vida, pela degradação oriunda do afavelamento de vários locais, como o que ocorria, na ocasião, na área contígua que fica por trás do Hospital Eduardo Ribeiro, bem como nas proximidades da Avenida Loris Cordovil, onde é cortada pelo Igarapé do Mindu.

O espaço existente entre a Vila Olímpica e o Estádio Vivaldo Lima, com aproximadamente 48.000 metros quadrados, propiciava a invasão se não fosse ocupado. Daí nossa determinação em integrá-lo à Vila Olímpica

como ALA CULTURAL, formando o complexo Esportivo Educacional e Cultural de Manaus.

A ALA CULTURAL, cuja concepção arquitetônica e funcional é na forma de um tacape, instrumento indígena nativo de nossa Região, é constituída por um conjunto de 8 (oito) módulos básicos (retangulares) e 2 (dois) módulos fundamentais (semiferradura), distribuídos pelas laterais de uma passarela com 13 metros de largura por 400 metros de extensão, sendo a mesma protegida por dois fossos que dão guarida à imprensa, em seu trabalho de registro e divulgação dos eventos a serem realizados. A ALA CULTURAL está dimensionada para receber cerca de 48.000 pessoas sentadas e para atender 10.000 alunos em três turnos de aula.

Os módulos forma projetados de forma a permitir a reversibilidade entre as Salas de Aulas e os Camarotes, nos períodos devidos.

A obra se destina aos mais variados eventos como:

– DESFILES CARNAVALESCOS;
– DESFILES DO PELADÃO;
– DESFILES CÍVICOS, DE PARADAS MILITARES E/OU ESCOLAR;
– APRESENTAÇÃO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS;
– DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS;
– FEIRAS E EXPOSIÇÕES;
– SHOWS DE MÚSICAS POPULAR BRASILEIRA E DE NÍVEL INTERNACIONAL.

Desta forma, permite realizações permanentes e constantes e não somente para um determinado evento como se fosse um "sambódromo".

Para se avaliar a grandiosidade da obra, citamos três informações comparativas:

– O Movimento de terra executado equivale a 110.000 carradas de caminhão basculante;

– As estacas metálicas cravadas, equivalem a uma ferrovia de 22Km de extensão;

– O concreto utilizado, somente nas fundações, daria para construir um prédio de vinte pavimentos.

Buscamos recursos nas mais variadas fontes: nos Ministérios, na Caixa Econômica Federal e até junto a Entidades Internacionais, sem êxito. Contudo, não desistimos.

Hoje, praticamente toda a infra-estrutura da obra esta pronta, mas é aquela parte que não aparece: terraplenagem, drenagem, distribuição da re-

de d'água, rede de esgoto, rede de iluminação (subterrânea), base com imprimação, estaqueamento e blocos de coroamento, sendo que, o que se destacam são os gigantes (peças em concreto armado de vinte metros de altura).

O governante empreendedor é antes de tudo, considerado um visionário na época em que vive, e deve tornar irreversível aquilo que idealizou. Sofre críticas, agressões e até ações judiciais por parte daqueles que, movidos pelos mais variados motivos ou interesses, procuram impedir ou bloquear a realização.

Claro está que, se for esperar as condições ideais e adequadas, nunca tornará realidade o sonho. Juscelino Kubtscheck, nosso inesquecível Presidente, ao construir Brasília, foi chamada de louco e irresponsável e a Belém/Brasília foi denominada à época, de "estradas para onças", mas sua obra se apresenta viva e latente.

Gostaríamos de inaugurar a ALA CULTURAL: qualquer dirigente o faria com orgulho. Todavia, o importante é ter dado o passo da irreversibilidade, haja vista que 67% da obra e estão construídos e 37% estão pagos, representando investimento na ordem de 13,11% dos Investimentos realizados pela SETRAN, e provavelmente não chegue a 7% do total dos investimentos realizados em todo Estado, no exercício de 1990.

6. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, apresentaremos um resumo das realizações conseguidas neste importante Setor da Administração Pública, no período de nosso Governo.

I – Expansão da Matrícula

Conseguiu-se um índice de aumento percentual de 5% no Interior e 11,6% na Capital, dando a média de 8,38% em todo o Estado. Esse foi o maior crescimento da oferta de matrícula na Capital durante os últimos dez anos, possibilitando a oferta de 97.880 novas vagas na Capital em 1991.

Em decorrência disso, após o período normal de matrícula, ainda sobraram 18.723 vagas na rede oficial do Estado. Um novo prazo para preenchimento dessas vagas foi dado. O objetivo maior do Governo era de possibilitar vaga para todas as crianças em idade escolar.

Em termos de construção de novas escolas tivemos, na Capital, 13 novas escolas construídas, com 166 salas de aula, beneficiando 19.920 alunos. No Interior, em oito municípios, construímos oito escolas com 70 salas de aula, beneficiando 8.400 alunos, o que dá um total, no Estado, de 21 novas escolas com 236 salas de aula, beneficiando 28.320 alunos.

Houve também a ampliação de cinco escolas da Capital, aumentando 46 salas em benefício de 5.520 alunos.

Algumas escolas estavam deterioradas e foram recuperadas para continuar a receber seus alunos. Foram 53 na Capital e 34 no Interior, perfazendo um total de 87 escolas recuperadas na Capital e em 18 Municípios do Interior do Estado.

Ressalta-se a construção (em fase final) da maior Escola do Amazonas. Trata-se da Escola com 40 salas e ginásio coberto no bairro da Compensa, capaz de abrigar 4.800 alunos, com investimento final de Cr$ 600.000.000,00. Outra escola do mesmo tamanho foi inicianda na Cidade Nova.

Registramos, também, a construção e a inauguração de duas escolas com 12 salas cada uma, cujo projeto foi encampado pelo Banco Mundial, e, ainda, a recuperação (em fase final) do Colégio Brasileiro, que possibilitará a oferta de mais 27 salas de aula no centro da cidade de Manaus.

No momento, e para serem entregues até 5 de março de 1991, a Secretaria está recuperando as 13 últimas escolas da Capital, entregando ao futuro Governo, não só o maior percentual de crescimento de oferta de vagas, mas, também, a totalidade das escolas da Capital recuperadas.

Foi necessária a aplicação de recursos financeiros da ordem de Cr$ 3.329.881.000,00 assim distribuídos: Cr$ 2.851.857.917,00 na Capital e Cr$ 478.023.319,00 no Interior.

Para equipar as novas escolas construídas e as novas salas decorrentes de ampliações de escolas já existentes, foram necessárias mais 27.515 carteiras escolares, 156 mesas para professor, 136 bebedouros, 281 ventiladores e 257 estantes, num investimento de Cr$ 400.000.000,00.

II – Atividades Pedagógicas

O âmbito do ensino público, nos nossos dias, abrange o pré-escolar, o ensino de 1º e 2º graus, o ensino supletivo e a educação especial.

No pré-escolar, além das atividades de orientação, importantíssimas nessa fase da criança, foram distribuídos equipamentos e material didático para 837 classes.

No ensino de 1º e 2º graus, as principais atividades se concentraram em torno da elaboração, reformulação e acompanhamento de propostas curriculares. Especialmente quanto às disciplinas de Geografia e História do Amazonas, foi necessária u' a maior adequação no currículo à realidade regional.

Quanto ao ensino supletivo, além das atividades próprias dessa modalidade de ensino, desenvolveram-se ações conjuntas com empresas e

entidades de prestação de serviço como: YALO, CCE, MOTO HONDA, Capitania dos Portos, com vista à melhoria da mão-de-obra no próprio ambiente de trabalho do aluno.

Finalmente, a Educação Especial implantou, no período, 80 classes especiais e 2 oficinas pedagógicas; prestou assistência técnica e pedagógica às classes já existentes na Capital e no Interior. Além disso, estendeu o atendimento a crianças portadoras de alguma dificuldade auditiva, mental-educável e visual. Foram realizados a Semana do Excepcional e o Encontro Regional sobre a Educação Especial.

III – **Assistência ao Estudante**

a) - **Material Escolar**

Foram distribuídos 100.000 livros didáticos a 100 escolas da Capital e a 52 Municípios; foram implantadas 39 bibliotecas escolares, dotadas dos respectivos acervos bibliográficos. Foram também distribuídos 300 livros de História do Amazonas a 150 escolas da Capital e do Interior. Foram adquiridos pelo Governo em 1990, para serem distribuídos nas escolas públicas e para comporem um conjunto de material escolar do aluno – uma espécie de "sacolão escolar" – em 1991, os seguintes itens; 1.500.000 livros didáticos, 2.050.828 lápis; 3.631.741 cadernos; 842.846 canetas esferográficas; 68.180 réguas; 580.000 borrachas; 160.000 apontadores e 186.965 tubos de cola. Os recursos para compra desse material foram de Cr$ 550.000.000,00.

b) - **Assistência Comunitária**

Foram atendidos 22.544 alunos com bolsas de estudo no 1º grau e 2.854 no 2º grau. A Merenda Escolar distribuiu gêneros alimentícios para 4.334 escolas da Capital e do Interior, sendo: 918 escolas estaduais, municipais e urbanas; 3.265 escolas rurais e 151 entidades filantrópicas, beneficiando 720.159 alunos. As 4.500 toneladas de gêneros distribuídos ensejaram, pela vez primeira, no Amazonas, a constante oferta da merenda escolar sem qualquer interrupção. Merenda Escolar para serem distribuídas nas Escolas, no início do ano letivo.

IV – **Recursos Tecnológicos**

Distribuiram-se 1.300 livros de Silves; fez-se o lançamento do livro de Benjamin Constant e a produção da Cartilha Piratapuia; estão em fase de elaboração os livros de Autazes, Manicoré, Humaitá, Coari, Piratapuia.

Está também em preparo o livro Leituras Pré-Escolares para Tucanos. O livro Manaus já está pronto e será lançado no próximo dia 17 deste mês. Foi também elaborado o Plano de Educação Ambiental para o período de 1990 – 1994 e feito o treinamento de 50 educadores em Educação Ambiental.

V – **Recursos Humanos**

A atualização e treinamento de recursos humanos também mereceram a atenção do Governo. Realizaram-se 11 cursos diversos na Capital, com 857 participantes, e 54 cursos nos Municípios do Interior, com 3.692 participantes. Isso dá ao Estado um total de 65 cursos diversos com 4.549 participantes. Isso dá ao Estado um total de 65 cursos diversos com 4.549 participantes.

Cumpre ressaltar, também que, pela primeira vez no Amazonas, a totalidade dos Municípios foi atendida com o treinamento de professores em Leitura e Linguagem, Matemática e Ciências.

VI – **Atividades Culturais**

As atividades culturais foram realizadas na Pinacoteca do Estado, em seu Hall de Exposições, e no Salão Manoel Santiago; na Galeria Afrânio de Castro, reaberta no atual governo em 03/10/90, depois de ter estado fechada durante 03 anos, e na Casa da Cultura, cujo Espaço de Arte Contemporânea foi inaugurado também em nosso governo em 05 de setembro de 1990.

A partir de abril de 1990, foram realizadas várias exposições de artes plásticas tanto de artistas locais como de artistas estrangeiros. Dentre as principais, destacam-se as seguintes: Manaus – a visão de seus artistas; artistas da Bolívia; gravura Japonesa contemporânea; artistas plásticos do Amazonas; novos artistas 1990;

No domínio das Artes Cênicas foram realizados cursos permanentes do Teatro dos Artistas e dos Estudantes destacando-se: Curso de iniciação à dança com crianças, com adolescentes; curso de iniciação ao teatro, com crianças e com adolescentes; curso de iniciação ao teatro moderno. Na Mostra Estudantil de Artes Cênicas foram apresentadas 37 peças sobre os mais variados temas. A Superintendência Cultural criou ainda o Projeto Especial Tarde Alegre que apresentou 18 peças de variado interesse.

No domínio da música, foram realizados Consertos de Música Popular Amazonense e apoio a eventos culturais da comunidade, tais como: o 6º Festival da Canção de Itacoatiara – FECANI, o Festival da Canção de Parintins e o 4º Encontro Messejana de Música Popular.

No campo da literatura, a Superintendência promoveu o lançamento das seguintes obras: **Solidão,** de Clemilton Marques; **Apenas um Homem,** de Orígenes Júnior, **Um pedaço da Lua caía na Mata,** de Paulo Jacob.

Nas atividades de arte na escola, foram realizados cursos, seminários, exposições, dentre as quais salientamos: Feriarte – Curso de férias oferecidos à comunidade; a participação no Programa Nossa Criança, na Vila Olímpica, com dança, teatro, capoeira, e animação circence. Foi também realizada a 8ª Mostra Estudantil de Artes Cênicas.

A difusão cultural cinematográfica realizou-se através do Video-Cine Odeon com a mostra de filmes japoneses e do Video-Cine/Semana de Filmes sobre a Educação.

A Casa da Cultura foi uma conquista do artista local, que passou a dispor de um espaço onde expressar os seus dotes artísticos. A Casa da Cultura oferece ao Artista; Espaço de Arte Contemporânea, destinado a exposição e lançamento de livros; Biblioteca de Arte e Assuntos Culturais, especializada nas diversas linguagens artísticas; o Estúdio de Dança e de Ensaios e ainda a Sala de Cursos.

Reabriu-se o famoso Museu de Numismática, no dia 04/09/90, no prédio do Comando Geral da Polícia Militar. Foi realizada uma Exposição Comemorativa dos 90 anos do referido museu, que esteve desativado durante 10 anos.

A Biblioteca Pública também mereceu as atenções do Governo. Foram feitas melhorias no ambiente físico para melhor atender aos consulentes e cuidou-se também do enriquecimento do acervo a fim de atender a clientela estudantil de 1º e 2º graus.

As atividades culturais do Estado contam ainda com a Sala André Vidal de Araújo, no prédio do Centro de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos do Magistério "Pe. José de Anchieta" – CEPAN, que funciona como auditório, sala de conferências, de seminários, de encontros.

Finalmente, encontra-se em obras o Teatro Chaminé, velho sonho dos artistas amazonenses que procura preservar um patrimônio histórico ao mesmo tempo em que amplia o espaço das atividades artísticas do nosso povo.

7. SESAU

Apesar das dificuldades no setor Saúde, a nível de todos os Estados da Federação, no Amazonas foram realizadas obras de ampliação e reforma geral nas Unidades de Saúde dos bairros da Compensa, Ajuricaba,

Alvorada, Coroado, Morro da Liberdade, Cidade Nova e Chapada. Entretando, as obras de maior destaque foram:

O Pronto Socorro da Criança (Substituindo o Pronto Socorro da Casa Dr. Fajardo), a Maternidade Maria José Frota (Substituindo a Maternidade Ana Nery), os Hospitais Francisca Mendes e instituto de Medicina Tropical de Manaus que serão entregues a população até o mês vindouro.

O Interior do Estado também foi beneficiado com a construção e/ou Ampliação dos Hospitais de São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Manacapuru, Lábrea, Tefé, Barcelos; além dos Hospitais que estão em fase de construção, como os de Fonte Boa, Carauarí, Itapiranga, Iranduba, São Sebastião do Uatumã, Maraã e Boca do Acre.

Com relação aos investimentos neste setor podemos afirmar que deixaremos as Unidades da Capital e Interior completamente reequipadas, melhorando, sobremaneira, a eficiência do atendimento ao usuário.

As greves que se sucederam no Estado, foram administradas com zelo, sabedoria e inteligência pelos dirigentes do setor, conseguindo evitar que a população deixasse de ser atendida. Entretanto, ficou bastante transparente que as mesmas traziam no seu bojo o ativismo Sindical de pseudo-líderes que tinham e têm muito mais interesses particulares político-partidários do que a luta reivindicatória dos servidores de Saúde.

Até mesmo a Vacinação, em plena greve, foi realizada com eficiência, beneficiando milhares de Crianças que se livraram das doenças imunopreviníveis. Foram vacinadas contra a Poliomielite 378.101 Crianças (1ª dose) e 290.378 Crianças (2ª dose); contra o Sarampo 265.050 Crianças; contra Coqueluche, Difteria e Tétano 76.679 Crianças. Ainda foram vacinadas com a BCG 69.705 Crianças, como também foram aplicadas 139.299 dose de Toxóide Tetânico.

Através do Projeto Emergência/Traumatologia da Cidade de Manaus o Governo do Estado captou recursos federais da ordem de 429 milhões que foram empregados na construção da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Getúlio Vargas e equipamentos, com os quais, também, foi beneficiado o Pronto Socorro Municipal 28 de Agosto e os Prontos Atendimentos dos Bairros Periféricos de Manaus, o que solucionará de imediato os problemas da emergência na Capital do Estado.

Através de Termo de Cessão absorvemos os bens móveis e imóveis do INAMPS, assim como, todo a assistência médica, o tratamento fora de domicílio, o acidente de trabalho e o reembolso de passagem dos usuários do Sistema Unificado de Saúde.

Com o objetivo de atender às exigências do Sistema Unificado de Saúde, a SESAU viabilizou e o Governo do Estado aprovou pelo Dec. nº 13.171 de 19/07/90 a nova estrutura organizacional, para concretizar uma

política de trabalho dentro dos preceitos do referido Sistema.

Realizamos, ainda, uma verdadeira lipoaspiração da máquina administrativa dessa Pasta, quando colocamos à disposição da SEAD hum mil trezentos e setenta (1.370) servidores, o que veio propiciar uma melhor remuneração daqueles que permaneceram na sua difícil missão de fazer saúde num momento nacional de mudanças e crises.

Nesta administração, os Municípios de Interior do Estado, em número de cinquenta e seis (56), foram contemplados com repasses financeiros do Sistema Unificado de Saúde da Ordem de Cr$. 653.398.293,00, fato impar e de fundamental importância para o processo de descentralização e municipalização do Setor Saúde.

Devemos ressaltar que, do total das despesas empenhadas, 82,84% foram da Fonte Estado e 17,66% de Convênios. Entretanto, 61,32% das despesas empenhadas pela Fonte Estado foram destinadas a pagamento de pessoal e 38,68% para manutenção da Rede de Saúde, ao passo que dos Convênios, 8,86% foram destinados a pessoal e 91,17% à Manutenção da Rede. Nesta análise podemos afirmar que o Estado continuou majoritário no que diz respeito à manutenção dos serviços de Saúde.

8. SEGURANÇA

A Polícia Civil foi extinta na Administração Amazonino Mendes, pela falência total de suas atividades e pela deficiência de sua estrutura.

Quando assumimos o Governo a Polícia Judiciária esncontrava-se na fase inicial de organização, com a alocação do seu quadro funcional.

Pela escassez de recursos, para equipá-la convenientemente, e nos moldes da moderna técnica que o organismo requer para poder enfrentar a brutal onda de crimes e violências que assola o País de Norte a Sul, outra saída não tivemos se não buscar recursos fora do País, mais precisamente junto ao Governo Francês.

Enquanto isso, fomos minimizando as deficiências, na medida do possível, para evitar danos maiores.

Assim é que, não podendo adquirir novas viaturas para atender à necessidades do serviço, resolvemos recuperar os 42 carros de que dispunha o órgão se encontravam praticamente sucateados, além de ordenar à Secretaria da Administração que remanejasse veículos de outros órgãos, conseguindo totalizar mais 10 viaturas.

No que pertine às comunicações, foi realizada a manutenção de cinquenta e oito (58) unidades móveis; trinta e oito (38) em base fixa; quarenta e quatro (44) em rádios UHF/FM; instalação de cinco (05) bases fixas e doze (12) em viaturas.

O efetivo operacional, sobremodo defasado, apresentando-se impotente ante a crescente onda de criminalidade, deparava-se com o agravante do desvio de função de considerável número de servidores que eram designados para atividades administrativas, situação que foi minimizada com o aproveitamento de dezesseis (16) agentes administrativos e vinte um (21) auxiliares de serviço gerais, dos quadros da extinta Secretaria de Estado da Segurança, que se encontravam em disponibilidade, remanejados da SEAD setenta e cinco (75) servidores administrativos, admitidos em regime especial, e transferido da SESAU um (01) Agente Administrativo, providência essa que possibilitou a liberação dos servidores policiais que desempenhavam tais atividades, ensejando que os mesmos fossem deslocados para as Intendências de Polícia, em reforço ao contigente operacional. Promoveu-se também o aproveitamento de dezessete (17) Intendentes de Polícia; cinco (05) oficiais Escreventes e quarenta e dois (42) Investigadores de Polícia, que se encontravam igualmente em disponibilidade. Foi ainda nomeado um (01) Perito Legista e um (01) Perito Criminal.

Atentos aos problemas sociais que afligiam a família policial, promoveu-se a ratificação, por lei, da isonomia salarial para os Intedentes de Polícia e concedido um substancial aumento de salário, num percentual médio de 130%, ao Peritos Legistas, Peritos Criminais, Oficiais Escreventes e Investigadores de Polícia.

Ainda na área de recursos humanos, foi ministrado, na Academia de Polícia, o estágio de reciclagem para os novos Intendentes de Polícia, assim como autorizamos três Intendentes de Polícia de 1ª. Classe a frequentarem o Curso de Polícia em Minas Gerais, em consonância com a política de capacitação do profissional, adotada pela atual Administração.

Em decorrência do atual quadro, apresentando graves problemas conjunturais e estruturais do órgão, foram desenvolvidos projetos de modernidade operacional, envolvendo uma série de atividades e ações estratégicas, visando melhorar os serviços de policiamento, de apoio científico e tecnológico, constituindo uma resposta rápida e eficiente à onda de criminalidade.

Assim, como primeiro passo foi efetivada a integração do Instituto de Identificação do Amazonas ao Sistema Nacional de Informações – SINIC, já em plena operacionalidade, que possibilita realizar consultas sobre os criminosos a nível nacional, através de simples operação do computador.

Seguidamente, foi elaborado o Projeto de Aparelhamento da Superintendência Geral de Polícia Judiciária, abrangendo Capital e Interior, a ser viabilizado através da SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca d Manaus, objetivando modernizar e aparelhar adequadamente os sistemas de

transportes e comunicações, com o aumento da frota de veículos automotores, bem como a aquisição de lanchas adaptadas ao serviço policial, a instalações fixas e móveis, visando a integração da rede de comunicações policiais entre Capital e Interior.

Foi, ainda, elaborado o Projeto de Aparelhamento e Modernização da Superintendência de Polícia Judiciária do Amazonas, a ser viabilizado através de Convênios com o Governo Francês, objetivando:

- Modernizar e implementar o Instituto de Criminalística que abrange toda a parte de perícias policiais, no intuito de dotá-lo de maior eficiência em suas atividades;
- Modernizar e aparelhar adequadamente o Instituto Médico Legal, dotando-o de materiais e equipamentos, visando oferecer condições de perfeito funcionamento;
- Estruturar e modernizar o sistema de comunicações em todo o Estado, no âmbito policial, instalando estações fixas e movéis;
- Modernizar e aparelhar o Instituto de Identificação, objetivando dinamizar suas atividades;
- Reequipar o sistema de transportes na Capital e no Interior do Estado, dotando as Unidades policiais de uma moderna frota de viaturas e lanchas, que possibilitem um atendimento eficaz;
- Aquisição de armas, munições e equipamentos modernos para dar condições de operacionalidade à Polícia Judiciária do Estado do Amazonas.

No que se relaciona ao Acordo firmado com o Governo Francês, apesar das dificuldades inerentes a esse tipo de acordo, merecemos tratamento especial por parte do Exmo. Sr. Ministro do Interior, Pierre Joxe, hoje Ministro de Defesa da França, que inclusive, por ordem do Exmo. 1º. Ministro, determinou que o Banco de Paris se responsabilizasse pelo financiamento.

Esse Processo se encontra inteiramente pronto, já tendo recebido aprovação da Assembléia Legislativa, e está dependendo apenas da aprovação do Senado Federal.

Se não conseguirmos a concretização desse convênio no período de nosso Governo, teremos, pelo menos, a satisfação de deixar viabilizados, para a próxima Administração, recursos que modernizarão a Polícia Judiciária, desde a informatização dos seus serviços de datiloscopia até a implementação das comunicações, transportes e armamentos.

09. COSAMA

Na área de Saneamento, mesmo com a limitação de recursos fi-

nanciados pela Caixa Econômica Federal, o aporte de recursos próprios da Cosama propiciou uma série de obras e serviços com vistas a expandir o atendimento às comunidades com água potável, destacando-se por exemplo a conclusão do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro de Armando Mendes que veio beneficiar cerca de 21.000 pessoas e a conclusão do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro de Zumbi dos Palmares que veio beneficiar cerca de 12.000 pessoas. Atualmente cerca de 90% da População da Cidade de Manaus conta com um adequado suprimento de água potável, prcpiciando à comunidade melhorias significativas dos indicadores de saúde pública. Foi ainda realizado na Cidade de Manaus o seguinte elenco de obras e serviços.

- Conclusão do Reservatório semi-enterrado do setor Aleixo com 6.000m^3 de capacidade.
- Conclusão do Centro de Reservação do Aeroporto Velho com 8.500 m^3 de capacidade.
- Conclusão do Centro de Reservação do Coroado com 1000m^3 de capacidade.
- Implantação de oito estações de recloração em reservatórios para garantir a qualidade da água em qualquer ponto de abastecimento.
- Implantação da rede de distribuição de Água uma extensão de aproximadamente 30.000 metros.
- Implantação de aproximadamente 5.000 ligações prediais de água.
- Recuperação do sistema de esgotamento sanitário do conjunto Residencial D. Pedro II.
- Propiciando além da melhoria na qualidade de vida, o aumento da população atendida, em aproximadamente 20.000 pessoas.
- Conclusão da obras da Central de Estocagem de Cloro.
- Implantação do Sistema de Fluoretação.

No Interior do Estado a ação executiva da Cosama no período se fez em praticamente todas as cidades, com implantação de estações de tratamento de água, reservatórios de distribuição, adutoras e rede de distribuição, propiciando, além da melhoria na qualidade de vida, o aumento da população atendida, em aproximadamente 20.000 pessoas.

A seguir apresenta-se as cidades beneficiadas com suas respectivas obras e serviços:

1. CAAPIRANGA – • Construção de 02 poços tubulares
  • Aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos.

- Construção de Reservatórios elevados – 35m² (em andamento)
- Assentamento de Adutora – 1000m
- Construção do Escritório da Cosama

2. IPIXUNA –
- Construção do Escritório da Cosama
- Construção da Casa de Química
- Construção do reservatório apoiado 200m³.
- Implantação da E.T.A. 50m³/h.
- Ampliação da rede de distribuição – 12.800 m.
- Instalação de 04 grupos moto-bomba.

3. TEFÉ –
- Implantação da rede de distribuição – 12.800m
- Instalação de 03 conjuntos moto-bomba
- Assentamento de adutora – 800 m
- Construção de 02 sub-estações Abaixadora.
- Reforço de Ampliação da rede de Distribuição 4000m

4. S. PAULO OLIVENÇA –
- Implantação de 02 E.T.A. – 100m³/H – em andamento
- Construção da barragem de nível – em andamento
- Construção de Reservatório elevado – 100m³ – em andamento
- Construção de Reservatório apoiado – 100m³ – em andamento
- Construção da casa de química – em andamento.
- Construção da casa de bomba – em andamento.
- Ampliação da Captação em 100m³/h – em andamento
- Assentamento de adutora, 0 300mm, 1068m – em andamento

5. AUTAZES –
- Ampliação da captação em 100m³/h – em andamento
- Construção de Reservatório apoiado – 100m³ – em andamento
- Construção de Reservatório elevado – 100m³ – em andamento
- Implantação de 02 E.T.A. – 100m³ – em andamento
- Assentamento de Casa de bomba – em andamento

6. IRANDUBA – • Ampliação da Captação – 100m³/h
• Construção de reservatório apoiado – 100m³ em andamento
• Construção reservatório elevado – 100m³ em andamento
• Implantação de 02 E.T.A. – 100³/h em andamento
• Assentamento de Adutoras 0 – 970m

7. STº ANTº IÇA – • Implantação de uma E.T.A. – 50m³/h em andamento
• Construção de Reservatório apoiado – 100m³

8. CAREIRO (CASTANHO) – • Ampliação da Captação – 100m³/h
• Construção de casa de bomba – em andamento
• Implantação de 02 E.T.A. – 100m³/h
• Assentamento de adutoras – 435m
• Construção de Reservatório apoiado – 100m³
• Construção de Reservatório elevado – 100m³

9. BOCA ACRE – • Reforma da casa de bomba
• Reforço e Ampliação da Rede de Distribuição – 2.600m
• Instalação de equipamento eletromecânico

10. MANAQUIRI – • Construção de 02 poços tubulares
• Construção do escritório sede da Cosama
• Instalação de equipamentos eletromecânicos
• Reforço e Ampliação da rede de distribuição – 1.950m

11. NHAMUNDÁ – • Construção de 02 poços tubulares
• Assentamento de adutoras – 120m
• Instalação de equipamento eletromecânico

12. MARAÃ – • Construção de 02 poços tubulares

13. ANAMÃ – • Construção de 01 poço tubular

14. BERURI – • Construção de 02 poços tubulares

- Instalação de equipamentos eletromecânicos

15. NOVO ARIPUANÃ
- Implantação da captação superficial – 100m³/h
- Construção da Casa de bomba fluente
- Instalação de equipamento eletromecânico
- Assentamento de adutora – 1600m

16. EURUNEPÉ
- Aquisição de 06 E.T.A. tipo cloroficador de contacto de 50m³/h.

17. ENVIRA
- Implantação da captação superficial – em andamento
- Assentamento de adutoras – Em andamento
- Montagem de uma ETA – 50m³/h – em andamento
- Instalação de equipamento eletromecânico – em andamento

18. BORBA
- Construção de 02 poços tubulares
- Recuperação da ETA existente – 50m³/h

19. NOVA OLINDA DO NORTE
- Construção de 02 poços tubulares
- Instalação de equipamento eletromecânico

20. HUMAITÁ
- Construção de 03 poços tubulares

21. ANORI
- Costrução de 02 poços tubulares
- Assentamento de adutoras – 1800m
- Instalação de equipamento eletromecânico

22. RIO PRETO DA EVA
- Construção de 02 poços tubulares

23. ITAMARATI
- Montagem de Reservatório elevado – 65m³/h – em andamento
- Instalação de equipamento eletromecânico

24. Stª IZABEL RIO NEGRO
- Montagem de um reservatório metálico com 33m³ de capacidade.

10. CEAM

A Companhia Energética do Amazonas - CEAM, por concessão do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica é responsável pela geração e distribuição de energia elétrica em todo interior do Estado do Amazonas. Ao longo dos últimos quatro anos, sua situação econômico-financeira vem se deteriorando cada vez mais, não se vislumbrando no presente, nenhuma perspectiva de equacionamento.

A expectativa é que o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, órgão do Ministério da Infra-Estrutura, faça cumprir o que determina a Constituição, no que tange a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração - RENCOR, que foi o mecanismo concebido para resolver o problema das empresas deficitárias, proporcionando o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas. Isto porque as concessionárias superavitárias (detentoras de mercadorias de alto potencial de consumo - Região Sul e Sudeste) que são concitadas a recolher valores definidos pelo Poder Concedente (DNAEE) ao RENCOR, passaram a não cumprir a determinação, sob a alegação de que suas remunerações do investimento em Ativos Imobilizados mostram-se abaixo do mínimo fixado pelo próprio Poder Concedente.

Em decorrência, o Governo do Estado, na condição de acionista majoritário da empresa, obrigou-se a assumir a responsabilidade de repassar recursos do Tesouro Estadual para complementar a receita própria da CEAM, sob pena de, em não o fazendo, condenar todo o interior do Estado à escuridão total, por falta de energia.

SITUAÇÃO DO PODER GERADOR

O parque gerador da CEAM se compõe de 233 (DUZENTOS E TRINTA E TRÊS) motores, com dez diferentes marcas, e tempo de uso em torno de 15 (QUINZE) anos. Um dos fatores, o mais grave, que contribui para a falta de confiabilidade técnica de todo o Sistema de Geração é a adoção da prática de canibalizar motores parados (**recuperáveis**) para usar suas peças e partes, na restauração de outros, em situações de emergências. Essa alternativa é adotada por absoluta falta de novos recursos para aquisição de peças de reposição, o que, em condições normais, deveria ser feito. Vale destacar que, se não fosse o ecletismo dos mecânicos da CEAM, na busca de resolver as constantes situações de blecaute, na maioria das vezes sob pressão da população revoltada, presentemente o hinterlandino já estava amargando a falta de energia. A realidade é que, ao longo dos últimos dez anos, nenhuma manutenção preventiva foi feita, ensejando a que

tenhamos, 55 (CINQUENTA E CINCO) motores parados, ocasionando racionamento médio de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), do tempo normal, em 18 (DEZOITO) cidades do interior. Hoje, nem o programa de manutenção corretiva vem se implementando, por absoluta falta de recursos. Nosso dilema atual é aonde priorizar a alocação de recursos: ou se paga os fornecedores de peças sobressalentes e prestadores de Serviços para dar continuidade à recuperação de motores parados, evitando-se a redução da oferta de energia com a consequente queda no faturamento e transtornos aos consumidores, ou se realiza o pagamento do pessoal.

PESSOAL

Cabe lembrar que o poder concedente (DNAEE, órgão do Ministério de Infra-Estrutura) estabelece parâmetros gerais e específicos para as concessionárias: fixa número de pessoal, remuneração média e benefícios sociais e empregados.

Em março de 1990 o DNAEE tinha dimensionado para a CEAM cerca de 1.289 empregados, enquanto o efetivo da empresa contava com 1.266 servidores cerca de 23 empregados a menos que o aprovado. Em dez/90 em posição totalmente inversa, a CEAM apresentava um excedente de pessoal da ordem de 27 empregados. Determinamos à atual administração, por medida de contenção de gastos recolocar a Empresa nos parâmetros estabelecidos pelo DNAEE e já em janeiro/91 o número de empregados excedentes caiu para 4, além da redução de mão-de-obra por serviços contratados que caiu de 84 para 18.

Recentemente, por decisão judicial a empresa foi compelida a pagar Cr$ 759.519.000,00 (SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MILHÕES, QUINHENTOS E DEZENOVE MIL CRUZEIROS) por conta de diferenças salariais não honradas no passado, restando ainda a inadimplência com obrigações sociais da monta em Cr$ 838 milhões.

Cabe ressaltar que a falta de pagamento de janeiro/91, da ordem de Cr$ 180.838 mil, foi devidamente paga, embora todas as dificuldades de caixa do Tesouro Estadual.

PERFIL DA DÍVIDA

Presentemente a dívida consolidada da CEAM é de Cr$ 24.140.374.000,00 (VINTE E QUATRO BILHÕES, CENTO E QUARENTA MILHÕES, TREZENTOS E SETENTA E QUATRO MIL CRUZEIROS), equivalente a U$ 185,7 Milhões de Dólares, distribuída da seguinte forma: PES-

SOAL - U$ 12,3 milhões de dólares, referentes a encargos sociais vencidos desde setembro de 1989 e diferenças salariais concedidas por decisão judicial datada de novembro de 1990 correspondente reajuste devido em julho de 1989; FORNECEDORES - U$ 144,1 milhões de dólares, referentes: dívidas para a PETROBRÁS a partir de INTERNO E EXTERNOS, U$ 23,2 milhões de dólares, de parcelas vencidas, por empréstimos contraídos com BLADEX, no ano de 1987. Desse empréstimo foram pagas as primeiras parcelas no ano de 1990, no valor de aproximadamente U$ 1,3 milhões de dólares. FINANCIAMENTOS INTERNOS, com o FINAME e BNDES, hoje com um valor de U$ 21,0 milhões de dólares vencidos, cujos empréstimos foram contraídos em 1986, para a construção da USINA TERMO ELÉTRICA A LENHA PICADA DE MANACAPURU - UTL MANACAPURU. EMPREITEIROS, U$ 5,1 milhões de dólares, dívidas contraídas a partir de 1986 a março de 1990.

Pelo quadro delineado, pode-se constatar que a situação econômico-financeira da CEAM é bastante delicada, pois as suas fontes naturais de recursos não estão fluindo a contento, verificando-se que:

a) O repasse do RENCOR que seria para complementar a Receita Própria e fazer face às despesas operacionais, não vem sendo liberado pelo Governo Federal;

b) Conta somente com os repasses de recursos oriundos do ICMS (que incorporou o Imposto Único s/ Energia Elétrica) o qual deveria ser alocado em investimentos mas, ante a falta de transferência da Reserva Nacional de Compensação de Remuneração pelo Governo Federal, têm sido aplicados em custeio, particularmente no pagamento da folha de pessoal.

PROGRAMA DE AÇÃO

Em consequência do exposto anteriormente, determinamos à CEAM um **Programa de Ação Imediata,** a ser implementado a curto prazo com a finalidade de solucionar problemas de ordem administrativa, estrutural, técnica e econômico-financeira, e que constaram das seguintes medidas:

01) Redução do quadro funcional do escritório Central (Manaus) e interior;
02) Implantação de sistema de tratamento de óleo lubrificante nas 10 (DEZ) maiores usinas, reduzindo em 50% o consumo;
03) Redução de 50% das despesas com telefone e energia, com reflexos a partir de janeiro/1991;

04) Desativação do restaurante da empresa, e implantação de horário corrido;
05) Redução de 80% (OITENTA POR CENTO) dos serventes contratados por serviços prestados;
06) Suspensão de fornecedores de energia a consumidores inadimplentes, inclusive o Poder Público Municipal;
07) Reestruturação organizacional, eliminando-se duas diretorias: Econômico-Financeira e Administração, incorporando-as à Administrativa–Financeira e a fusão da Operacional e a de Engenharia Técnica;
08) Redirecionamento do transporte fluvial visando receita alternativa (transporte de carga seca), a partir de janeiro/91;
09) Redirecionamento dos serviços de processamento de dados, visando o ingresso de receita alternativa;
10) Aquisição e instalação de 10.000 (DEZ MIL) medidores nas cidades de fácil comunicação e maior renda per capita, com expectativa de incremento de receita estimado em 15% (QUINZE POR CENTO), a partir de abril de 1991;
11) Recuperação de grupos geradores de várias cidades e localidades;
12) Reconquista da credibilidade junto aos fornecedores, através da eliminação e/ou diminuição da inadimplência;
13) Importação de peças e componentes de motores parados há mais de um ano;
14) Descentralização da área comercial, através da colocação de terminais de entrada e saída de dados nas principais sedes municipais, viabilizada pela aquisição de um **equipamento de controle de teleprocessamento,** o que propiciará substancial antecipação de receita;
15) Celebração de **Convênios** com as Prefeituras Municipais para repasse de recursos para a CEAM, como forma de viabilizar investimentos na ampliação do parque gerador e/ou melhoria na confiabilidade do sistema, assim como melhoria e/ou ampliação de rede de distribuição;
16) Solicitação de prorrogação por mais 12 (DOZE) meses de carência para início da amortização (a partir de abril/92) do principal do empréstimo contratado junto ao BNDES para construção da Usina Termelétrica de Manacapuru;
17) Prosseguimento dos démarche para viabilizar recursos da ordem de U$ 17 milhões de dólares, através da operação conjunta en-

tre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Econômico e ZANINE com a garantia do Governo do Estado;

18) Como forma de sanear pendência que mês a mês vinha se acumulando junto ao Banco do Estado do Amazonas, da monta de Cr$ 800 milhões, que originalmente tinha como garantia os recursos oriundos do Imposto Único s/ Energia Elétrica, incorporado ao ICMS na Constituição de 1988, estão sendo feitos estudos no sentido de que o Governo do Estado venha a assumir essa dívida.

11. SHAM

Nas nossas ações de Governo, a habitação popular foi um segmento prioritário. O Governo, através da sua Sociedade de Habitação, SHAM, não vacilou em desenvolver programas ousados de curto prazo e com isso amenizar o deficit habitacional do Estado.

Preocupada principalmente com os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos , a direção da SHAM buscou implementar projetos que atendessem também aos mais carentes e desempregados, vindos das áreas alagadas do interior do Estado.

Ao iniciarmos o nosso trabalho, em abril do ano que passou, deparamos-nos com muitas circunstâncias adversas, tais como, implementação de uma nova política habitacional, através do recém-criado Ministério da Ação Social, redução e escassez dos recursos do FGTS para a construção de moradias e, principalmente, com o enorme aperto de liquidez do Sistema Financeiro da Habitação, aliado a uma brutal recessão que se implantou no País. Diante desse desalentador quadro e considerando ainda, que a SHAM era uma empresa esquecida, combalida e devedora da Caixa Econômica Federal, única instituição responsável por financimentos de habitação popular no Brasil, não nos restou outra opção a não ser pagar a enorme dívida no valor de 700.000.00 dólares e começarmos tudo do zero.

Novos programas foram feitos, pois a empresa não dispunha de nenhum projeto adequado à nova realidade e, o mais preocupante, de nenhuma obra em fase de execução.

Somente em julho a nova política habitacional do País foi, finalmente, definida e logo em seguida pleiteamos, com sucesso, a aprovação de recursos para a construção de 2.300 casas, ficando o Estado com ônus de financiar e executar todas as obras necessárias de infra-estrutura. Os contratos somente foram assinados em dezembro, pois ainda se fez necessário

renegociar as dívidas contraídas há mais de dez anos pelo Banco do Estado (Crédito Imobiliário), sem o que não seria possível financiarmos novos projetos. Nesse meio tempo o Governo não ficou imóvel e insensível aos problemas sociais causados pela sub-habitação, determinando a construção, imediata, de 3.900 casa com recursos do Tesouro do Estado, sendo 3.500 de madeira e 400 de alvenaria em lotes de 180 m^2 totalmente urbanizados. Tais casas encontram-se concluídas e já entregues às populações necessitadas.

Estão em fase final as obras de mais 1.900 unidades habitacionais financiadas pela CEF, com recursos do FGTS, no valor de 2,3 bilhões de cruzeiros, dos Conjuntos Canaranas II (500 unidades), Américo Medeiros (400 unidades), Oswaldo Frota I (500 unidades) e Oswaldo Frota II (500 unidades). Tais conjuntos contarão, além de toda a infra-estrutura, com vários equipamentos comunitários, tais como, escolas, creches e postos de saúde.

Em face do Estado estar construindo, também com financiamento da CEF/FGTS, 4.630 lotes urbanizados, em terras da SHAM, entramos com oito novos projetos para a construção de mais 3.200 casa, pleiteando com isso toda a cota do Estado do Amazonas para 1991, num total de 3,8 bilhões de cruzeiros. Com tudo isso, hoje a SHAM é uma das companhias de habitação estaduais mais ativas e respeitadas do País conforme declarações de dirigentes da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério da Ação Social.

Além dos projetos normais da habitação popular, ainda executamos um programa especial de 20 creches, através de convênios com as empresas privadas do Distrito Industrial e três delas com recursos do Estado. A primeira, inaugurada em novembro/90, foi executada em área extremamente carente onde se construiu 3.500 casas de madeira. Mesmo a despeito das enormes dificuldades econômicas do País e em especial da Zona Franca de Manaus, foi possível concluir três creches e já estão em fase final mais duas, isso apenas em sete meses desde o início do projeto.

Como é do conhecimento de V.Exas., a SHAM foi criada com claros objetivos de planejar e implementar a política habitacional do Estado para populações de baixa renda, mas mesmo à revelia das regras básicas do seu estatuto, projetou e executou há oito anos um loteamento constante de 720 módulos, na Ponta Negra, destinados a compradores de alto poder aquisitivo, pretendendo atender a uma faixa de mercado específica das grandes empresas privadas. Como não poderia ser diferente, encontramos os 720 lotes completamente abandonados e entregues ao vandalismo de estranhos, a ponto de toda a rede elétrica do empreendimento ter sido misteriosamente roubada e as pistas estarem sendo utilizadas como Kartodromo. Dos 720 lotes, 127 foram dados em pagamento a uma empreiteira, 87 foram vendidos

em 30 parcelas dos quais cerca de 43 não foram pagos. No nosso governo foram comercializados 20 lotes até janeiro/91, e vendidos a preço de mercado (US$ 40.00 por m^2), os quais estão devidamente contratados e com os pagamentos regulares.

Além de todas as dificuldades, já mencionadas, ainda fomos compelidos a pagar antigos financiamentos dos Projetos Alvorada, Compensa e Coroado num total de 80.000.00 dólares, que nunca foram comercializados, inexplicavelmente.

No nosso governo iniciamos o cadastramento dos mutuários e a venda dos lotes, com o objetivo de incrementar a receita e contribuir para o saneamento da empresa.

Como se vê, ao contrário das aleivosias, de a SHAM estar comprometida com débitos astronômicos, o que na realidade está ocorrendo é justamente o contrário. Hoje a SHAM não deve nada à CEF, estando totalmente equacionados os compromissos com os empreiteiros, pelos serviços em execução, diferente, bem diferente da SHAM que nos foi entregue.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Ao término dessas informações, que presto com a mais absoluta lisura, não somente em respeito ao mandamento constitucional, mas, principalmente em respeito a Vossas Excelências, evidenciado ficou que, apesar da brutal recessão que assola o País de Norte a Sul, impossibilitando, inclusive, vários Estados de cumprirem com as suas obrigações mais essenciais, como o pagamento dos seus servidores, o Estado do Amazonas, provado está, não é um Estado falido, nem tampouco ingovernável.

Muito obrigado.

VIVALDO BARROS FROTA
Governador do Estado

Relatórios de Atividades das Secretarias de Estado

CASA CIVIL

CASA CIVIL

Integrante do Gabinete do Governador com status de Secretaria de Estado, a CASA CIVIL tem por finalidade a assistência e o assessoramento imediatos ao chefe do Poder Executivo, especialmente nos assuntos afetos à área civil, envolvendo a tramitação e julgamento dos processos de ordem administrativa, a elaboração de decretos, despachos e de toda a correspondência do Governador, a coordenação da elaboração de Proposituras de Leis e o controle de sua tramitação na Assembléia Legislativa, bem como a supervisão das ações dos órgãos estaduais quanto aos Projetos de Lei submetidos à sanção governamental.

São também vinculados à CASA CIVIL as atividades do Cerimonial, envolvendo todas as providências concernentes à representação social do Governador do Estado e as atividades inerentes à recepção de autoridades e visitantes ilustres, culminando com a organização da agenda diária do Chefe do Poder Executivo.

Além dessas tarefas, que impõem o estreito relacionamento com todos os órgãos estaduais e das esferas federal e municipal, a CASA CIVIL permaneceu, no exercício de 1.990, responsável pela coordenação da edição do Diário Oficial do Estado e do Diário da Justiça, em consequência da extinção da Autarquia Imprensa Oficial do Estado, ainda na Administração Amazonino Mendes (Lei nº 1.888, de 30.12.1988).

A par da publicação dos atos oficiais dos Poderes Executivos do Estado e do Município de Manaus, do Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, cumpre destacar, no exercício de 1.990, a publicação, através do Diário Oficial do Estado, de inúmeras Leis Orgânicas dos Municípios do Amazonas, consequentes à promulgação da Constituição Estadual, a 05 de outubro de 1.989.

Ademais, a Coordenadoria do Diário Oficial permaneceu prestando decisivo apoio aos órgãos da Administração Estadual, mediante a confecção de impressos em geral, representando significativa economia para os cofres públicos, face à eliminação dos gastos que decorreriam desses serviços, se contratados com particulares.

Finalmente, deve-se ressaltar os órgãos da Administração Indireta que, integrando o Gabinete do Governador, são vinculados, para efeito exclusivamente orçamentário, à CASA CIVIL, e cujas atividades setoriais se encontram detalhadas a seguir.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS NATURAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

IMA / AM

O Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas IMA/AM, realizou as seguintes atividades no exercício de 1990.

A Procuradoria Geral desenvolveu atividades de assis-tência jurídica na esfera administrativa e representação da Autarquia nas ações judiciais, especificamente, na representação do IMA/AM, nos processos judiciais em que foi autor, réu ou opoente e nas ações em geral. Instruiu juridi-camente processos de regularização fundiária e analisou e edificou Cadeias Dominiais de imóveis particulares, quando houve provocações e/ou interesses do Estado para anulação, retificação e desapropriação.

A Coordenadoria de Planejamento executou as seguintes atividades:

. Definição das taxas em BTN para cobrança do valor das terras nuas - Urbanas e Rurais;

. Atualização das novas tarifas, para a concessão de licenças (Expedidos pelo Departamento do Meio Ambiente);

. Continuação do levantamento de informação para a montagem de um banco de dados para o atendimento das reais necessidades e execução dos trabalhos do Instituto;

: Elaboração de Projetos em conjunto com os diversos Departamentos e apoio logistico às demais atividades do Instituto.

A Coordenadoria de Recursos Humanos desenvolveu as seguintes atividade:

. Elaboração de Instrução Normativa do Cadastro

Técnico Estadual de Atividades de Defesa Ambiental, Instrução Normativa do Estagiário, Projetos de Avaliação de Desempenho dos Funcionários do IMA, Quadro de Estagiários, Programas de Treinamento e Fluxo de Entrada e Saída de documentos; Realização dos Cursos de Galvanoplastia e Toxicologia ministrados por professores do INPA e FUA;

. Promoção de Palestras " Misturas Naturais de águas Quimicamente Diferentes na Amazônia" e "Recursos Hídricos da Bacia Amazônica",

. Articulação com a Universidade do Amazonas sobre programação de treinamento, com o ICOTI sobre orçamento, com o INPE, sobre a realização do curso de sensoriamento remoto, com a EMATER e UTAM sobre a confecção do Folder do Instituto e junto a Polícia Militar e Eletronorte sobre a assinatura de Protocolo de Intenções;

. Apoio à Fundação do Meio Ambiente - FEAMA, na realização dos cursos: Fundamentos Básicos e Técnicos de Controle da Poluição Ambiental e Estudos de Impacto Ambiental e RIMA;

. Encaminhamento de Técnicos do IMA para participação em diversas atividades ambientais;

. Elaboração do calendário ecológico e cartilhas de orientação ao Empresário.

A Diretoria Técnica do IMA desenvolveu as suas atribuições através de cinco departamentos a ela subordinados cujas atividades operacionalizadas foram as seguintes:

1 - Departamento de Avaliação e Controle Ambiental

. Apreciação de EIA/RIMA apresentados pelo IMA;

. Elaboração de roteiro para Licenciamento Ambiental;

. Elaboração de formulários para Auto de Infração Notificação e Intimação:

. Treinamento de Técnicos lotados no Departamento;

. Viagens para fiscalizar em atividades impactantes;

. Fiscalização nos municípios;

. Apreciação de dois recursos impetrados pela PETROBRÁS S/A, referente aos EIA/RIMA do oleoduto e do AEROPORTO.

2 - Departamento de Ecossistemas

. Definição Conceitual de Unidades de Conservação e a discriminação das existentes no Estado do Amazonas;

. Plotagem do mapa da distribuição dos municípios por subregiões;

. Levantamento da Legislação de cada uma das Unidades de Conservação existente no Estado;

. Viagem Técnica à ilha de Caiambé/Tefé para verificação do potencial da área para a criação de unidades de conservação;

. Apresentação de dois trabalhos técnicos no Estado do Amazonas - Diagnóstico de Manejo e Acompanhamento Bioecológico de quelônios no Estado do Amazonas

3 - Departamento de Desenvolvimento de Recursos Naturais

. Delimitação em mapas em áreas não Desmatadas na região de Manaus (Recursos Hídricos e Minerais)

. Elaboração do Programa Estadual de Avaliação do Potencial Geológico/Geotécnico do Amazonas;

. Participação no Cadastramento de Garimpos /Garinpeiros;
- Projeto Ouro - GEMA; executado pelo DNPM com o apoio da CPRM, IBAMA e IMA/AM;

. Divisão das áreas de atuação dos Cartórios de Registros de Imóveis no Município de Manaus.

4 - Departamento de Regularização Fundiária

. Processos de Regularização Formalizados (Capital e Interior)

. Processos separados por Glebas (Capital e Interior)

. Documentos expedidos e entregues na Capital

. Vistorias realizadas

. Fichas de atendimento preenchidas

5 - Departamento de Cartografia

. Plotagens das áreas institucionais do Estado, Reservas Indígenas, Parques Nacionais, Parques Estaduais, Florestas Nacionais, Reservas Biológi-cas, Reservas Florestais, Reservas Ecológicas, Estações Ecológicas, áreas de Proteção Ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e das sub-resgiões do Estado;

. Plotagem e controle cartográfico de imóveis;

. Reconstituição de peças técnicas de processos que deram origem a títulos definitivos expedidos pelo GEA em favor de particulares.

FUNDAÇÃO RONDON DO AMAZONAS

A Fundação Rondon do Estado do Amazonas, criada em 30.11.89, através da Lei nº 1.931 e vinculada à Secretaria do Estado da Educação e Cultura - SEDUC através do Decre-to nº 12.965, de 25.04.90, surgiu em função da luta dos remanescentes da extinta Fundação Rondon e da sensibilida-de do Governo do Estado do Amazonas, que soube reconhe-cer e compreender a importância e o alcance do trabalho que vinha sendo desenvolvido por estudantes e professores de Universidades brasileiras, sobretudo no interior do Estado, através dos Campi Avançados instalados no Alto Solimões, Humaitá, Parintins e Tefé.

Esta Fundação foi instituída com a finalidade de articu-lar e possibilitar ações integradas entre o Governo, e as instituições de Ensino Superior e a Sociedade, visando cola-borar para o desenvolvimento racional e harmônico do Estado do Amazonas.

As principais atividades desenvolvidas em Manaus em 1990, foram a elaboração de projetos destacando-se:

. Projeto Básico de Educação; Projeto Básico de Produção;

. Projeto de Saúde Básica; Projeto "Funcionamento do Centro de Prevenção e Defesa Contra Acidentes Ofídicos - Serpentário de Tefé"; Projeto Prevenção e Atendimentos à Pessoa Portadora de Deficiência Sensorial - Visual e Auditiva.

Estes projetos estão em fase de negociação com o Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Ação Social, SUFRAMA e PETROBRÁS.

. Elaboração de Propostas para engajamento da Fundação no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, em trabalho integrado com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, obedecendo às diretrizes do Ministério da Educação..

- Coordenadoria e Manutenção dos Serviços Administrativos;

- Funcionamento do Hotel de Trânsito;

- Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Nos Campi Avançados do Alto Solimões abrangendo os municípios de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá (sub-sede), Santo Antônio do Içá, Tonantins e Tabatinga:

Com o apoio de técnicos interiorizados da SESAU (Secretaria do Estado de Saúde) e PASEI (Programa de Assistência Social Especial Integrada), além de estudantes da PUC/RS, esta Fundação prestou assistência através das Unidades-Móveis a 38 comunidades rurais e 06 municípios do Alto Solimões, além das sedes de Benjamin Constant e Amaturá.

Nos campi Avançados de Parintins abrangendo os municípios de Parintins (Sede), Agrovilas de Cabori e Mocambo, Nhamundá, Barreirinha.

Foram desenvolvidas pelos universitários e professores atividades tais como: atendimento médico; odontológico; de enfermagem; palestras educativas. Estas ações foram desenvolvidas nas comunidades rurais do município de Parintins, principalmente em Mocambo e Cabori.

Foram realizados os seguintes cursos beneficiando o Município de Parintins e adjacencias:

- Curso de Licenciatura Plena em Letras, beneficiando 45 professores de 09 municípios.

- Curso de Atualização para profissionais da área de Comunicação Social- Radialistas, com a participação de 38 profissionais.

- Curso de Secretária e Arte Culinária, beneficiando funcionários da Prefeitura Municipal de Parintins.

- Curso de Atualização em Geografia, beneficiando 31 professores de 1° e 2° graus de Parintins e adjacências.

- Curso de Reciclagem em Matemática - Geometria Plena e Funções, beneficiando 40 professores de 1° e 2°. graus de Parintins e adjacências.

No Campus Avançado de Tefé, abrangendo Tefé (Zona urbana e rural), Alvarães, Uarini, Marãa e Fonte Boa, está sendo realizado Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, 5a. e 6a. etapas, beneficiando 77 alunos de 16 municí-pios, com apoio da Prefeitura de Tefé, SEDUC e Fundação Rondon do Estado do Amazonas com o término previsto para julho/91.

Através da Bióloga responsável pelo Serpentário, foram realizados: Treinamento da população ribeirinha e urbana na captura de serpentes; palestras em escolas e na rádio local sobre ofidismo e ofidiologia; montagem de coleção herpetológicas; manutenção do serpentário; participação da bióloga no curso de especialização sobre serpentes, aranhas e escorpiões, no Instituto Butantã - SP no período de 13/08/90 a 21/12/90.

FUNDAÇÃO RÁDIO CABOCLA
FUNRAC

A FUNRAC tem sua gênese na Lei nº 1928 de 21.11.89, publicada no Diário Oficial de 22.11.89 e tem por motivo primordial a manutenção de emissoras de Rádio, em Ondas Tropicas, responsável pela programação Radiofônica Educativa Cultural e Informativa dirigida às comunidades dos Municípios, que compõem o interior do Amazonas, bem como a preservação dos valores culturais que identificam o homem amazônico, na expectativa de despertar as suas aptidões para que venha a assumir o papel de sujeito no processo de desenvolvimento.

1- CURSOS SUPLETIVOS ATRAVÉS DO RÁDIO (Lei 5692/71) - Projeto Minerva (alcance: 200 mil pessoas).

Aulas organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura. O acompanhamento é feito através dos Exames Supletivos realizados pelo Sistema Estadual de Ensino.

PROJETO VITÓRIA RÉGIA - (alcance 30 mil pesso-as, entre professores e monitores).

As aulas são organizadas e gravadas pelo IERAM. Objetivo: Atualização a curto prazo, de professores da Zona Rural, e da faixa etária de 14 (quatorze) anos em diante, para alunos. Acompanhamento feito através do IERAM.

PROJETO EDUCAÇÃO SUPLETIVA CONTÍNUA (alcance: Toda Amazônia).

Informações sobre conhecimentos gerais de 15 em 15 minutos durante a programação da Emissora. Objetivo: Proporcionar educação supletiva contínua. Acompanhamento: Através de cartas e telefonemas.

PROJETO DE SUPLEMENTO EDUCACIONAL - Mesa redonda semanal sobre assunto palpitante do momento. O Programa tem cunho didático, sendo as informações discutidas e repassadas ao final. Objetivo: Atualizar os ouvintes dando oportunidade de participação pelo telefone, no ar. Acompanhamento: pelo recebimento de cartas.

EM ELABORAÇÃO: Psicologia através do Rádio. Deverá ser iniciado no dia 01 de janeiro de 1991. No momento está sendo escrito e montado. Os ouvintes apresentarão problemas que serão discutidos ao vivo. Acompanhamento: Pelo telefone o ouvinte poderá questionar e enviar cartas para serem analisadas..

2 - COBERTURA DE EVENTOS: Transmissões diretas via EMBRATEL, via TELAMAZON.

Festivais de Música: ITACOATIARA

PARINTINS

Festa da Banana: COARÍ

Festa do Guaraná: MAUÉS

Festas das Padroeiras dos principais Municípios

3 - GINKANAS CULTURAIS ENVOLVENDO COMUNIDADES

4 - JORNAIS FALADOS A CADA 15 MINUTOS

5 - COBERTURA INTEGRAL DA COPA DO MUNDO/90: Através da Rede Brasileira de Esportes, a FUNRAC retransmitiu os 52 (cinquenta e dois) jogos da Copa do Mundo/90, realizada este ano na Itália.

6 - EMISSORAS DO INTERIOR - Até o dia 30 de maio a FUNRAC foi responsável, também, pelas emissoras de TEFÉ/AM e TABATINGA/AM (ambas em comodato) utilizando o mesmo padrão a que se referem os itens 01 a 05 do presente.

7 - MUDANÇA - Os estúdios da Rádio Cabocla funci-onaram até o dia 30 de julho/90, no 15° andar do prédio ED.Palácio do Comércio, sito à AV.Eduardo Ribeiro - centro. A mudança do equipamento para a sede atual, cedida pela SEAD, em definitivo, melhorou em 100% desempenho da equipe da emissora.

A FUNRAC desenvolveu em 1990 um trabalho social amplo, reencontrando pessoas, ideais, discutindo problemas, fazendo um Rádio participativo, tendo o fator educação em primeiro lugar. Orientou, liderou grupos comunitários, incenti-vou momentos de lazer e alegria para milhares de pessoas na Zona Rural ou até mesmo nos longínquos garimpos ou igapós inacessíveis. É a Rádio Cabocla - Ondas Tropicais, a compa-nheira do irmão interiorano levando no radinho de pilha a notícia, a aula, a música, a felicidade, enfim.

SEPLAN

SEPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SEPLAN

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, ajustada as condições excepcionais do exercício de 1990, impostas por razões de pleno conhecimento de todos, desen-volveu sua dinâmica, assentada na mais absoluta essenciali-dade e em critérios rígidos de austeridade de gastos e racio-nalidade de decisões, tendo em vista, sempre, em todas as áreas de seu contexto administrativo, o alcance de níveis máximos de eficiência e eficácia, levando-se em conta princi-palmente, o limitado horizonte temporal, disponível para a atuação.

Assim sendo, a ação desencadeada no âmbito do planejamento seja desenvolvida direta, ou indiretamente, através de seus organismos jurisdicionados, o CODEAMA - Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas e ICOTI - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal, teve esse fundamento e orientou-se a partir do balizamento das seguintes grandes "linhas".

. Atividades Subsidiárias à Ação de Governo;

. Interiorização do Desenvolvimento;

. Identificação e Acesso à Fontes Adicionais de Recursos;

. Articulação e Integração Institucional e Interregional.

Os principais fatos relativos ao desempenho obtido nesses segmentos, em síntese, destaca-se a seguir:

ATIVIDADE SUBSIDIARIAS À AÇÃO DE GOVERNO

Sob esse enfoque, as atividades de maior ênfase foram desenvolvidas nas áreas de Ciência e Tecnologia e Programação Orçamentária:

1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O segmento de Ciência e Tecnologia, no decorrer do período da Administração VIVALDO FROTA, foi objeto de tratamento destacado, com o objetivo de se estabelecer as bases necessárias a retomada de atividades visando o desenvolvimento programado desse setor.

As ações desenvolvidas com vista a promoção do progresso científico e tecnológico do Estado, voltaram-se principalmente no sentido de resgatar e adequar os instrumentos institucionais e financeiros, a partir das diretrizes e normas necessárias a fixação das pré-condições, ao deslanchar desse processo.

Assim sendo, foram reorganizados o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia sob nova configuração, de modo a permitir o reestabelecimento da dinâmica operacional, atos consubstanciados na Lei nº 1978, de 14 de setembro de 1990. Na mesma Lei, oficializou-se o I Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como documento hábil para orientação e balizamento da atuação governamental nesse âmbito. A adoção do IDCT com essa característica, justificou-se pela conjugação de esforço de que foi objeto, resultante de um trabalho sistematizado e congregado, desenvolvido pelos órgãos, que neste Estado, se ocupam em atividades de Ciên-cia e Tecnologia. Trata-se de uma programação especializada, com horizonte temporal de 15 anos, na qual foi definida a demanda de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento humano.

Evidentemente, que em decorrência do processo de evolução das ciências e da própria dinâmica, conjuntural precisará ser revisto nas épocas em que essa necessidade se evidenciar. Deverá também desmembrar-se em planos de curto prazo a fim de possibilitar a sua execução.

Outra medida de fundamental importância, nesse aspecto diz respeito à instituição e definição de normas operacionais a regulamentação do Fundo Especial de Meio Ambiente e de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUMCITEC - AM, apoio financeiro no qual se assentará toda a ação direcionada a esse segmento. Todavia, somente a partir do exercício financeiro de 1991 é que será possível a viabilização financeira desse instrumento, cuja dotação orçamentária situa-se em aproximadamente, em cinco bilhões e meio de cruzeiros, para esse período anual.

Um fato relevante a destacar é que, pela primeira vez o Estado dispõe de orçamento específico, e formalizado para o segmento de Ciência e Tecnologia, possibilitando, desse modo que se visualize o montante de recursos realmente aplicados nessa função e ao mesmo tempo, ofereça os elementos necessários à avaliação do processo. A estimativa das verbas a serem mobilizadas num cômputo total é superior a Cr$ 29 bilhões..

2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A partir das regras definidas na Constituição da República promulgada em 05 de outubro de 1989, estabeleceu-se uma nova sistemática para a prática orçamentária, na qual, a função de suporte sequencial e complementar à programação de governo, ficou revigorada ou seja, o orçamento deverá estar necessariamente vinculado ao programa de governo. Na mesma Carta, introduziu-se de forma obrigatória, a definição, anual, prévia, das diretrizes a serem observadas, quando da elaboração dos orçamentos, para a fixação das prioridades financeiras e das dotações orçamentárias. Um outro aspecto a relevar, diz respeito ao desmembramento do Orçamento Fiscal, em documentos segmentados, como é o caso da Seguridade Social, Investimentos das Empresas Públicas e Orçamento das Entidades de Administração Indireta, o que possibilitará, realmente, uma maior transparência dos investimentos públicos.

No Amazonas, logramos alcançar, nesse âmbito, avanços consideráveis, tendo em vista, que, com razoável grau de pioneirismo, na região, definir e aprovar junto ao Poder Legislativo, a Lei nº 1968, de 13/07/1990, "Lei das Diretrizes Orçamentárias" com definições claras e precisas a serem observadas por todas as organizações que integram a estrutura do poder público, tanto nos aspecto da formulação das propostas, como nas vinculações estabelecidas pelas Constituições Federal e Estadual. Ali, ficou determinada a obrigação legal da elaboração dos Orçamentos Fiscal, das Entidades de Administração Indireta, da Ciência e Tecnologia, Seguridade Social e de Investimentos e das Empresas Públicas, Fundações e Sociedades de Economia Mista.

Como de praxe, a elaboração do Orçamento Fiscal, documento básico para a montagem dos demais, seguiu rigidamente os prazos e normas legais em vigor e fixando,

para o próximo exercício, a receita e despesas em Cr$ 285.562.343.793,00 (duzentos e oitenta e cinco bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, trezentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e três cruzeiros) dos quais Cr$ 232.378 bilhões estima-se, como originária do Tesouro Estadual e Cr$ 53.274 bilhões, de verbas a serem transferidas pela União e outras Fontes, deixando, assim o Governo Federal, de se constituir uma das fontes principais para o custeio e investimentos no Estado.

Um outro fato de significativa importância, é que, pela primeira vez, demonstra-se, nesse documento, o montante da "renúncia fiscal", correspondendo a cifra superior a Cr$ 74,0 bilhões, possibilitando desse modo, aquilatar-se a magnitude dos recursos direcionados pelo Governo Estadual, às atividades produtivas objeto de incentivos fiscais.

Como não poderia deixar de ser, a fonte mais expressiva de receita é a arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal e de Comunicação - ICMS que representa 99,06% da Receita Tributária, cujo montante foi fixado em Cr$ 213.970 bilhões dos quais, Cr$ 35.124 bilhões serão transferidos aos Municípios.

3. ADMINISTRAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Através de sua Coordenadoria de Administração de Instrumentos Financeiros, a SEPLAN desenvolveu atividades de formalização e acompanhamento de convênios, inclusive, assistência às prefeituras no que tange a orientação e elaboração de Prestação de Contas. Em síntese, essas atividades consubstanciaram-se nos seguintes resultados:

I - Assistência a Prefeituras beneficiadas com recursos de Convênios na elaboração de Prestação de contas 63

II - Elaboração de Prestação de Contas para Prefeituras, órgãos e/ou entidades 16

- CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO ESTADO 13

- CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS 03

III - Prestações de Contas analisadas 96

- CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO ESTADO 93

- CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS 03

IV - Roteiro orientador para todos os beneficiados com Convênios da SEPLAN, sobre elaboração de Contas, de acordo com as normas exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

4. INCENTIVOS FINANCEIROS

Sob esse enfoque agrupam-se as atividades relativas a análise, suporte administrativo e participação relativas aos Comitê de Administração do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico - FUNEDE e Fundo de Fomento as Micros e Pequenas Empresas no FMPE.

Considerando que as aplicações relativas ao FMPE estão sob a responsabilidade do Banco do Estado do Amazonas S/A, esta Secretaria restringe-se às informações sobre o FUNEDE.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FUNEDE

Foram aprovados pelo Comitê de Administração do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico, quatro (04) Projetos, envolvendo recursos da ordem de Cr$ 9.905.809,00 (Nove Milhões, Novecentos e Cinco Mil, Oitocentos e Nove Cruzeiros), ainda não liberados.

AGRO-INDUSTRIAL MERCANTIL ITAPIRANGA LTDA

- Aquisição de Máquinas e Equipamentos Cr$ 211.007,00.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRA FREIJÓ LTDA

- Produção de Artefatos de Madeira Cr$ 3.020.000,00.

EMELSON ÂNGELO DE SOUZA

- Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas para Exploração de Culturas Alimentares Cr$ 4.339.802,00.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

- Custeio da Pesquisa sobre Consumo de Drogas Psicotrópicas em Manaus Cr$ 2.335.000,00.

5. CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE PESSOAL

As principais atividades desenvolvidas com esse objetivo foram:

. Curso de Atualização de Técnicas Orçamentárias beneficiando representantes de todas as Instituições que integram a estrutura do setor público, no total de 87 pessoas.

. Participação da Comissão Pró-Erradicação do Analfabetismo.

. Participação da Comissão Estadual Permanente de Apoio à Pessoas Deficientes, com várias atividades desenvol-vidas;

. Participação em Seminários.

. Conferência Municipal de Saúde de Manaus.

. Seminário de Sócio-Econômico da Amazônia.

. IV Encontro de Ciência e Tecnologia da Amazonia.

. Encontro Regional sobre Educação Especial.

. A Zona Franca de Manaus e o Novo Modelo Econômico Brasileiro.

. Seminário Internacional de Turismo Amazônico.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A dinamização da economia interiorana vem sendo perseguida através de programas especiais como é o caso do Programa de Desenvolvimento do Inteior - PDI e da administração dos instrumentos financeiros postos à disposição da SEPLAN quais sejam o Fundo de Desenvolvimento do Interior e o próprio FUNEDE.

1. PROJETOS

Com esse propósito foi reestruturada a Coordenadoria de Programas Especiais, que passou a ter como incumbência a elaboração do projeto de desenvolvimento integra-do, com a participação das partes interessadas, procedendo também a compatibilização de programas e projetos com o mesmo objetivo.

Como atividades que possam ser destacadas no ano de 1990 temos:

Participação na reelaboração do Projeto Amazonas que tem como princípio fazer levantamento sócio-agroeconômico-ecológico, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado. Pretende-se negociar os recursos para financiar o projeto junto ao governo japonês.

- Coordenação de reelaboração do projeto de Assentamento Extrativista de Antymari e envio para a SUDAM solicitando seu financiamento.

- Saneamento Rural: envio do Projeto de Coleta e Destino Final do Lixo da Cidade de Parintins, para o Cônsul Geral do Japão em Manaus, e Diretor Executivo da ABC/Ministro das Relações Exteriores, em Brasilia para obter financiamento do projeto também junto ao governo japonês.

Atualização do Programa de Desenvolvimento do Setor de Transporte do Estado do Amazonas (PRODEST/AM).

- Com a crescente demanda de serviços públicos, fez-se necessário reunir em um só documento todos os projetos de interesse do Estado, com dados resumidos; como: objetivo, órgãos Executor, área de atuação e valor em BTN, com objetivo de se conseguir possíveis fontes de financiamento.

- Coordenação da Comissão que definiu os limites dos municípios pela Constituição do Estado de 05 de outubro de 1989. O Projeto Lei que cria os municípios e seus limites já foi aprovado pela Assembléia Legislativa.

2 - PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - PID/AM

O PID/AM, no ano de 1990, atendeu municípios, instituições e organismos que congregam comunidades, de acordo com as normas do programa atingindo no montante das aplicações o valor de Cr$ 109.160.406,00 (Cento e Nove Milhões, Cento e Sessenta Mil, Quatrocentos e Seis Cruzeiros) distribuídos, de forma agrupada, conforme se expõe a seguir:

Especificação	Nº de Municípios Atendidos	Valor em Cr$ 1,00
. Equipamentos Industriais.	21	29.532.000
. Grupos Geradores	07	14.799.675
. Transporte de Cargas e Passageiros inclusive Barcos	11	29.009.511
. Maquinas Equipamentos e Implementos Agrícola	03	9.399.720
. Creche e Pré-Escolar	02	5.000.000
. Hospitais e Posto de Saúde	01	2.419.500
. Escola Agrotécnica	01	500.000
. Manutenção do Zoológico - CIGS -.	01	500.000
. Restauração de 180 km da BR - 230	01	15.000.000
. Outros	01	3.000.000
TOTAL	49	109.160.406

3 - AÇÃO SOCIAL

A Ação Social da SEPLAN, em 1990, firmou convênios com entidades da Capital do Estado, bem como de municípios interioranos, visando atender a programas que envolvem a assistência dos menores carentes, totalizando Cr$ 720.048,00 (Setecentos e Vinte Mil e Quarenta e Oito Cruzeiros), conforme demonstração a seguir:

MUNICÍPIO DE GUAJARÁ
. Ajuda de custo a mil Crianças Carentes 16.720,00

MUNICÍPIO DE MANAUS
. Atendeu 12 mil Crianças Carentes:

1.400 pessoas com Registro Civil;

10.800 com apoio nutrição;

3.326 pessoas com educação social;

3.000 pessoas com lazer e esporte comunitário; e

583 pessoas com formação profissional. 679.920,00

MUNICÍPIO DE MAUÉS
. Ajuda de custo a 1.400 Crianças Carentes 23.408,00

3 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

Foram aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM, vinte (20) projetos envolvendo quatorze (14) municípios, totalizando Cr$ 85.756.584,79; valendo ressaltar que até a presente data, nenhum recurso foi liberado.

ANAMÃ
. Construção de um Mercado Municipal 4.799.889,54

ANORI
. Construção de dois Centros Comunitários na área Rural de Maquira e São José 7.591.289,02

AUTAZES	
. Construção de estradas vicinais	3.560.000,00
CANUTAMA	
. Aquisição de uma Serraria Móvel	3.359.000,00
. Construção de um Galpão para instalação de uma Olaria	4.967.373,82
JAPURÁ	
. Construção de três Galpões para Olaria/ Marcenaria/Carpintaria	8.541.509,33
MANACAPURU	
. Projeto de tração animal	970.000,00
. Aquisição de 05 Grupos Geradores	6.250.000.00
. Aquisição de três Caminhões Carroceria	7.500.000,00
MANAQUIRI	
. Aquisição de material para instalação da rede de abastecimento de água	1.500.000,00
MARAÃ	
. Aquisição de uma Máquina Beneficiadora de Arroz e uma Debulhadeira de Milho	288.000,00
NOVO AIRÃO	
. Aquisição de um Trator de Esteiras	4.000.000,00
NOVO ARIPUANÃ	
. Construção de uma praça	1.000.000,00
PRESIDENTE FIQUEIREDO	
. Aquisição de uma Máquina Beneficiadora de Arroz e Motor Diesel	221.000,00
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	
. Construção de dois Galpões	8.539.310,08
SILVES	
. Construção e equipamentos para matadouro	1.905.000,00

. Construção e equipamentos para a sede da Polícia Judiciária 1.295.000,00

URUCARÁ

. Aquisição de um Motor Marítimo 3.198.069,00

. Construção de seis barragens para açudes 5.400.000,00

. Iluminação do estádio Municipal Pedro Falabela 10.871.144,00

TOTAL -> 85.756.584,79

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES POR SUB REGIÃO

	SUB-REGIÃO	VALOR EM CR$ 1,00
1	Alto Solimões	24.474,310
2	Triângulo Jutaí/Solimõe/Juruá	14.087,509
3	Purús	28.034,673
4	Madeira	13.961,394
5	Juruá	4.285,120
6	Alto Rio Negro	5.446,000
7	Rio Negro / Solimões	62.380.267
8	Médio Amazonas	10.573,133
9	Baixo Amazonas	26.274,391
	TOTAL	189.516,797

Obs. Computados os Investimentos direcionados ao Interior Ref. ao PID e FDI

IDENTIFICAÇÃO E ACESSO A FONTE ADICIONAIS DE RECURSOS

1 - FUNDO NACIONAL DO NORTE - FNO

Ao ser criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o F.N.O., surgiu baseado numa profunda compreensão

da realidade social e econômica das regiões periféricas do país. Seus legisladores, delinearam diretrizes de tratamento preferencial às atividades de menor porte, de conjugação do crédito com assistência técnica, de apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos em área interioranas de ação institucional integrada e principalmente de adoção de prazos e carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.

O ano de 1990 por ser um período de experiência na aplicação de recursos, apresentou um resultado bastante distante daqueles inspirados pela Lei nº 7.287, principalmente inadequação das condições de crédito as características de acessibilidade dos tomadores potenciais que são os médios e pequenos empresários.

Em função desse quadro o governo do Estado, através da SEPLAN em articulação com SIC, SEPROR, BEA e FUCAPI, elaborou diversos documentos propondo ao BASA, alterações indispensáveis à proposta de Aplicação do Fundo no exercício de 1990, visando principalmente a ampliação das prioridades e a abrangência espacial das atividades do setor primário, inclusão de novos ramos prioritários no setor Industrial, criação do Programa de Expansão da Atividade Turística no Estado do Amazonas, inclusão da atividade de Transporte Fluvial de Passageiros e Cargas, inclusão da atividade de Artesanatos, Programas de Infra-estrutura Básica, geração sistemática das informações sobre aplicação de recursos do F.N.O. e redefinição de critérios de classificação.

O estado do Amazonas teve aprovado de 1989 até 10.09.90 nas áreas de Crédito Rural e Industrial o valor de 3.889.570 BTNF, o que representou 9,32% do total dos recur-sos liberados pelo F.N.O. até 10.09.90.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Programa do Setor Agropecuário

- O programa objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do setor primário, mediante assistência técnica e financeira aos setores produtivos, através de créditos diferenciados dos usualmente

adotados, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, considerando ainda as peculiaridades da região.

Programa do Setor Industrial

Estabelece como prioridade a aplicação de recursos nos subsetores da indústria de transformação.

Programa do Setor de Turismo

Ampliar a capacidade de infra-estrutura da oferta turística, no Estado do Amazonas, de modo a aumentar o seu fluxo de turistas nacionais e internacionais. Pretendendo aumentar, nos próximos 5 anos a capacidade de hospedagem em 3.200 unidades habitacionais.

Programa do Setor de Transporte

Fluvial de Passageiros e Cargas

- Ampliar a oferta de barcos fluviais para passageiros e cargas no eixo Manaus e demais municípios do interior.

Programa de Artesanato

- Ampliar a capacidade de infra-estruturas da oferta turística, no Amazonas, mediante o aumento da produção artesanal.

Programa de Infra-estrutura Básica

- Financiamento de Infra-estrutura Básica median-te abertura de crédito fixo, através de contrato.

ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E INTERREGIONAL

O esforço de articulação e compatibilização institucional de responsabilidade da SEPLAN, desenvolveu-se no sentido de lograr incluir no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, Programas e Projetos de interesses do Estado e

com esse propósito, integrou-se ao acompanhamento das atividades, em curso, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM com vista a elaboração desse importante documento. Os fatos mais relevantes dessa tarefa, estão a seguir especificados:

. Coordenação da comissão que elaborou o documento de críticas às Políticas propostas pela SUDAM para o PDA;

. Envio de todos os documentos solicitados de sócio-economia do Estado do Amazonas para subsidiar o plano;

. Reunião em Belém para o conhecimento e críticas ao documentos elaborados pelos Grupos de Trabalhos de Agricultura, Infra-estrutura Econômica, Industrial, Turismo, Recursos Renováves, Ciência e Tecnologia;

. Definição das áreas Programas do Estado do Amazonas, com seus respectivos mapas e Diagnósticos.

OUTRAS ATIVIDADES DE DESTAQUE

. Elaboração do diagnóstico do Estado do Amazonas abordando os aspectos físicos, sociais econômicos para servir de base aos projetos a serem negociados por esta SEPLAN.

. Trabalho de suporte à elaboração da mensagem Governamental a ser apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas.

. Conferências Ministradas Pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas, Dr.Vivaldo Barros Frota.

. Aos Participantes da Comitiva da Escola de Guerra Naval.

. Aos Participantes do Curso de Políticas e Estratégias Aeroespaciais. (CPEA)

. Aos Alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército

Para contornar a escassez de recursos, optamos pelo reordenamento das tarefas técnicas, substituindo os estudos e pesquisas programadas, por trabalhos de interesse imediato do Governo e pesquisas embaçadas em bibliografias disponíveis no órgão.

Por outro lado, em decorrência da participação do CODEAMA no Conselho Estadual de Educação, foi necessário o envolvimento de técnicos da Instituição, na execução de estudos com vistas ao levantamento de custos do ensino privado, para fins de fixação das mensalidades escolares.

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES - Área Técnica

1.1. Trabalhos Desenvolvidos

1.1.1. Estudo de Hierarquia Urbana - Estado do Amazonas

Este estudo fez uma avaliação da estrutura urbana dos 62 (sessenta e dois) Municípios do Estado, baseada nas variáveis: População, Arrecadação de ICM, funções urbanas existentes e localização espacial.

1.1.2 Anuário Estatístico do Amazonas

Contendo informações referentes ao exercício de 1985/1987, o Anuário representa um dos mais importantes trabalhos realizados pelo CODEAMA, reunindo informações dos mais representativos segmentos das atividades sócio-econômicas do Estado.

1.1.3. Ciência Política

Ao longo do período eleitoral, foram realizadas 4 (quatro) pesquisas de intenções de votos, associadas com questões de relevante interesse para o Governo. Desse modo, pode-se medir o nível de desemprego da população, identificar as propriedades dos bairros em termos de "ação do poder público" e ainda dar a conhecer ao Chefe do Executivo o nível geral de satisfação da sociedade.

1.1.4 Perfil dos Municípios

Para atender à demanda de informações, foram elaborados documentos contendo informações sócio-econômicas dos principais municípios amazonenses.

Dentre os 62 municípios, estão disponíveis para consulta os perfis dos municípios de: Coari, Parintins, Maués, Benjamim Constant, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Manacapuru, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Autazes, Atalaia do Norte, Barcelos, Beruri, Borba, Careiro, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Humaitá, Lábrea, Japurá, Manicoré, Novo Airão, Nova Olinda do Norte, São Paulo de Olivença e Silves.

1.1.5. Produto Interno Bruto

Em que pese os entraves, foi possível efetuar os levantamentos das contas do Setor Público referentes a Energia Elétrica, Telecomunicações, Correios e Abastecimento d'água.

1.1.6. Estatísticas Primárias

Atividade básica do CODEAMA, o levantamento de dados primários é fundamental para o subsídio de estudos sócio-econômicos e base das principais publicações, entre elas o Anuário Estatístico do Estado do Amazonas e o Perfil dos Municípios.

1.1.7. Perfil das Entidades de Ciência & Tecnologia

O CODEAMA,como órgão vinculado ao Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, tem participação de cunho informativo, na medida em que, coleta os dados junto às entidades e os transforma, adequando-os para o futuro manuseio pela coletividade, tanto a nível empresarial, quanto a nível estudantil, principalmente na área de 2° grau. Na realização dessa tarefa, está sendo elaborado um documento que apresentará, em forma sintética, os projetos realizados e em elaboração, por diferentes entidades atuantes na área de Ciência e Tecnologia do Estado.

1.1.8 Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e da Construção Civil (ICC)

. Índice de Preços ao consumidor

A coleta de informações para determinação destes índices é realizada diariamente por pesquisadores, através da aplicação de questionários. No decorrer do ano de 1990, e após a análise dos resultados alcançados na II POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares, foi alterada a classe de renda Familiar Modal (Antigamente concentrada na classe de 1 a 5 salários mínimos e atualmente de 1 a 8 salários mínimos), ocasionando uma revisão de todos os cálculos que determinam o IPC.

O índice de Preços ao Consumidor vem sendo divul-gado mensalmente pelo CODEAMA desde 1976, com um nível de aceitação bastante significativo junto à comunidade.

. Índice de Custo de Construção Civil

Publicado mensalmente, o ICC mede as alterações de preço dos Materiais de Construção Civil e do custo da Mão-de-Obra empregada nesse setor.

1.2. Cooperação com órgãos da Administração Pública

1.2.1. Conselho Estadual de Educação

Pesquisa para conhecer e avaliar o universo das escolas particulares de Pré-Escolar, 1° e 2° Graus, compreendendo vários aspectos, inclusive o valor das mensalidades.

Foram pesquisadas 200 (duzentas) escolas.

Técnicos do CODEAMA colaboraram na análise das Planilhas de Custos das Escolas Particulares de Manaus.

1.2.2. Fundação Rondon do Amazonas

Estudo para elaboração ao Plano de Cargos e Salári-os dessa Instituição.

1.2.3. Conselho Estadual de Entorpecentes

Elaboração do Projeto de Pesquisa sobre o Consumo

de Drogas Psicotrópicas, visando conhecer o nível de consumo entre discentes da rede particular, municipal e estadual de ensino.

1.2.4. Comando da Polícia Militar

Por solicitação do Comando da P.M. do Estado o CODEAMA elaborou o Programa de Expansão da Polícia Militar do Estado para o período de 1991/1995.

1.2.5. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral

Por colaborar com a SEPLAN, o CODEAMA participou nos estudos para definição dos limites dos novos municípios do Estado do Amazonas.

1.3. Apoio Logístico às atividades técnicas e administrativas

1.3.1. Organização e Manutenção do serviço de informação Legislativo.

Este serviço viabiliza o acesso às informações de interesse do governo do Estado contidas nas Leis, Decretos, Medidas Provisórias e Resoluções emanadas do Poder Executivo Federal e Estadual.

Neste exercício foram preparados os "EMENTÁRIOS" de 1987, 1988 e 1989.

1.3.2. Organização e Manutenção do Acervo Documentário.

Constitui o processamento técnico de todos os documentos adquiridos pelo CODEAMA e visa subsidiar com informações bibliográficas os projetos, estudos e pesquisas do CODEAMA e de outros órgãos públicos e particulares.

Neste exercício foram processados 3.352 documentos, entre Livros, Folhetos, Periódicos, Mapas, Artigos de Jornais, Referências Bibliográficas e Normalização de Documentos.

Em 1990, os resultados deste trabalho estão traduzi-dos pelos seguintes catálogos:

. Catálogo Onomástico (autor) 98

. Catálogo Didascálico (título) 96

. Catálogo Ideográfico (assunto) 368

. Catálogo Topográfico (classificação) 132

1.3.3. Serviço de Microfilmagem

Os serviços de microfilmagem neste exercício, atenderam exclusivamente o CODEAMA.

1.3.4. Serviços de Publicação e Difusão

Dispondo de uma infra-estrutura regular, a grande maioria dos trabalhos produzidos pelo CODEAMA, são reproduzidos em sua própria gráfica; atendendo ainda a órgãos do Setor Público Estadual e Federal com, reproduções em Xerox, Stencil eletrônico Gráfica.

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERMUNICIPAL
ICOTI

O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal - ICOTI no exercício de 1990, cumpriu seu objetivo de prestar assistência técnica aos municípios do Estado do Amazonas, sendo efetuados 567 atendimentos, sendo 137 através de viagens técnicas aos municípios e 430 no ICOTI.

ATIVIDADES

1. Capacitação de Recursos Humanos - Consistiu:

- Treinamento de Servidores Municipais

- Encontro de Vereadores do Estado do Amazonas, com a participação de 59 municípios.

- Treinamento de Funcionários do ICOTI:

. Folha de pagamento pelo Sistema C.F.P.P.

. Comportamento Humano na Empresa

. Nova Metologia em Orçamento

. Lotus 123

. MS-DOS

. Organização e Métodos I

. Elaboração do Orçamento - Programa Municipal

. Administração Tributária

. Fiscalização Financeira, Contábil e Orçamentária

. Fiscalização Tributária

. Políticas Sociais e o Município

. Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano

2. Reformulação e adaptação do Regimento Interno às novas necessidades da Autarquia, coordenada pela Assessoria de Planejamento, visando definir atribuições das unidades administrativas.

3. Reforço ao Quadro Técnico/auxílio com a contratação sob regime especial, (Grupo Tarefa) de arquitetos (2), engenheiros (2), tipógrafo (1), desenhista (1), auxiliares técnicos (5), serviços gerais (9).

4. Articulação com outras entidades:

- SUDAM/SEPLAN/AM - discussões preliminares para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA)

- SEPLAN/IMA-AM - Proposta de definição dos Novos Municípios criados pela Nova Constituição Estadual, a saber:

. Auatiparaná, Augusto Montenegro, Auxiliadora, Axinin, Belém do Solimões, Bittencourt, Caburi, Caiambé, Canumã, Caviana, Jauaretê, Ipiranga Juí, Janauacá, Messejana do Norte, Mocambo, Murituba, Osório da Fonseca, Puraquequara, Purupuru, Rosarinho, Sacambu, Tamaniquá, Cacau Pirêra, Campina do Norte, Moura.

- IBAM - Assinatura de Convênio para realização de cursos em Manaus.

- SUFRAMA - Encaminhamento à referida autarquia propostas de programas de trabalhos para 1991, visando o apoio financeiro aos projetos de interesse dos municípios.

- SEPLAN / Secretaria de Desenvolvimento da República - Confecção do projeto de captação de recursos para elaboração do Plano Diretor do Município de Tabatinga.

5. O ICOTI participou em Manaus do I Seminário Internacional de Turismo Amazônico em conjunto com os representantes dos países que compõem o Tratado de cooperação Amazônico.

6. O ICOTI, resgatou a atividade de emissão dos pareceres técnicos para as solicitações de recursos financeiros pelas Prefeituras ao Fundo de Desenvolvimento do Interior - FDI, emitindo 48 (quarenta e oito) pareceres, sendo 7 (sete) desfavoráveis por não se enquadrarem na legislação que criou e regulamentou o FDI. Foram 24 (vinte e quatro) Prefeituras atendidas.

7. Municípios atendidos:

. Careiro da Várzea

. Anamã

. Autazes

. Rio Preto da Eva

. Codajás

. Iranduba

. Maués

. Boa Vista do Ramos

. Coari

. Anori

. Nhamundá

. Novo Aripuanã

. São Gabriel da Cachoeira

. Barcelos

. Beruri

. Caapiranga

. Tonantins

. Silves

. Borba

. Barreirinha

. Santa Izabel do Rio Negro

. Urucará

. São Sebastião do Uatumã

. Itapiranga

. Manaquiri

. Nova Olinda do Norte

. Apuí

. Atalaia do Norte

. Ipixuna

. Manicoré

. Jutaí

. Carauari

. Guajará

. Tefé

. Juruá

. Maraã

. Fonte Boa

. Careiro

. Uarini

. Humaitá

. Canutama

. Eirunepé

. Envira

. Japurá

. Pauini

. São Paulo de Olivença

. Alvarães

. Amaturá

. Axinim/Canumá

. Lábrea

. Urucurituba

. Itacoatiara

. Manaus

SEFAZ

I - ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA : Atividades Setoriais

Como suporte ás ações governamentais implementadas por intermédio dos diversos órgãos entidades da Administração Pública, a Secretaria da Fazenda, no âmbito de suas atribuições e competências, desenvolveu, em 1990, suas atividades com fundamento em três diretrizes básicas:

a) Dinamização dos mecanismos de arrecadação e fiscalização;

b) Esforço para estabelecer uma programação efetiva das finanças públicas;

c) Controle sobre os gastos públicos, visando compatibilizar o nível das despesas às possibilidades de receita.

De acordo com essas diretrizes, a Secretaria da Fazenda exerceu amplo controle da receita tributária através de medidas executadas na área normativa e de legislação tributária e dos sistemas de arrecadação e fiscalização, com vistas a se conseguir um aumento da arrecadação tributária, para viabilizar os objetivos e metas do Governo do Estado. Paralelamente, foram adotadas urgentes medidas saneadoras dos dispêndios estaduais, abrangendo contratos de aluguéis de imóveis; consumo de energia e telefone; horas extraordinárias; passagens e diárias; admissão de pessoal; e investimentos.

É de se ressaltar que a modernização e dinamização da administração fazendária, buscadas há algum tempo, prosseguiram em todos os setores da Secretaria da Fazenda. Compreenderam ações destinadas a proporcionar melhor eficiência no atendimento aos contribuintes e tornar mais próxima da realidade a arrecadação tributária, face ao potencial de contribuição dos diversos setores econômicos e de serviços integrantes da base de incidência do ICMS.

Em razão das medidas e providências adotadas no âmbito da Coordenadoria de Arrecadação da Secretaria, foi possível recuperar receitas de anos anteriores, e o setor de arrecadação da capital exerceu efetivo controle sobre todos os ingressos provenientes de tributos recolhidos em Manaus, através do sistema informatizado de arrecadação tributária, operacionalizado pelo processamento de dados da PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S.A. Analisando o desempenho da arrecadação do ICMS no Estado, verifica-se a ocorrência de um crescimento real na ordem de 15,37%, sobre o exerecício de 1989, do principal tributo de competência do Estado, não obstante os reflexos recessivos da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, com a vigência do "Plano Collor", cujos efeitos começaram a ser notados na arrecadação a partir de junho de 1990, aliado ao elevado índice inflacionário de 1.794,84%, ocorrido no exercício, afetou e comprimiu a demanda dos bens e serviços o que certamente acabou ocasionando variações que comprometeram o comportamento da arrecadação do ICMS.

É oportuno destacar também, a participação dos setores econômicos na arrecadação total do ICMS, a saber:

1. Indústria 47,43%
2. Comércio 36,76%
3. Produtos In Natura 0,56%
4. Transportes 2,76%
5. Minerais 0,40%
6. Energia Elétrica 1,77%
7. Comunicações 1,61%
8. Combustíveis e Lubrificantes 6,03%
9. Outros 2,68%

No segmento industrial a maior participação ficou por conta do "ICMS - da Indústria Incentivada" com 17,44%,

enquanto que no segmento comercial o maior destaque foi para o "ICMS - Normal Comércio" com 11,60%.

A arrecadação das Receitas Tributárias, em 1990, foi de ordem de Cr$ 46,679 bilhões e teve a seguinte composição:

1. ICMS 98,90%
2. ITBI 0,04%
3. IPVA 0,46%
4. Adicional do IR 0,47%
5. Taxas 0,13%

Fiscalização

A fiscalização apresentou resultados significativos com a implantação, a partir do mês de maio/90, do Sistema Integrado de Administração Fiscal - SIAF. Esse sistema proporcionou a automatização das rotinas das ações fiscais programadas, possibilitando tornar mais ágil o sistema de recuperação dos débitos do ICMS das empresas. O sistema, ainda, está dando condições efetivas de maior controle e acompanhamento dos processos fiscais e demais ações supletivas.

Com a criação e implantação do SIAF, a ação fiscalizadora resgatou sua dinâmica e passou a acompanhar os fatos com a maior presença e respondendo com maior rapidez às missões que lhe são atribuidas. Hoje, todas as rotinas da fiscalização possuem uma retaguarda que lhes assegura toda condição e lhes dá respaldo para aprimorar mecanismo de programação e execução da fiscalização de tributos estaduais.

Ainda na área de fiscalização tributária enfatizou-se a fiscalização especial em profundidade de contribuintes com baixo desempenho no recolhimento de tributos; a fiscalização especial de caráter orientativo e educativo junto aos contribuintes localizados nos Municípios de Manacapuru, Parintins, Nhamundá, Coari, Lábrea, Humaitá, Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant; foram corrigidas distorções nos valores do ICMS existentes nos carnês de estimativa fixa e adotaram-se ações fiscais visando à

regularidade de micro-empresas; implementou-se rígida fiscalização sobre os camelôs localizados na área central do comércio de Manaus; desenvolveu-se treinamento intensivo de 76 Agentes Fiscais nomeados em 1990.

Outro aspecto fundamental a ressaltar nessa área é a atuação da fiscalização de trânsito de mercadorias que foi fortemente aumentada visando neutralizar a sonegação de impostos. Para tanto a atuação da SEFAZ vem sendo feita com o apoio e colaboração da Polícia Militar do Estado, em pontos estratégicos através de operações de equipes volantes e de ações mais rigorosas e vigilantes nas bases fixas, localizadas nas saídas rodoviárias da capital e de embarque e trânsito fluvial de mercadorias.

Tributação e Informações

Na Coordenadoria de Tributação e Informações há destacar a elaboração de normas destinadas a adaptar a administração tributária às peculiaridades da legislação pertinente, dando sustentação técnico-jurídica às ações e medidas adotadas para operacionalizar e dar suporte às atividades desenvolvidas através do Sistema de Arrecadação e Fiscalização da Secretaria da Fazenda.

Nessa área específica, verificou-se também todo o acompanhamento e participação da SEFAZ nas reuniões técnicas do CONFAZ, em Brasília, nas discussões e defesa dos interesses do Amazonas quanto ao estabelecimento de normas e políticas de natureza tributária, em especial, relacionadas com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Ação Direta de Inconstitucionalidade - Uma das maiores conquistas conseguidas pelo Estado em que a Secretaria da Fazenda, através da Coordenadoria de Tributação e Informações, participou fornecendo, principalmente, subsídios técnicos, foi a Ação Direta de Insconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, como o pedido de liminar objetivando suspender a eficácia dos Convênios ICMS de Nos. 01/90, 02/90 e 06/90 que determinavam a cobrança do ICMS pelo Estado de origem nas remessas de produtos semi-elaborados (insumos industriais) e nas operações de remessas de açucar de cana destinadas à Zona Franca de Manaus.

Saliente-se que apesar da unidade imprescindível Governo - Indústria - Comércio, e outros segmentos sociais

para fazer prevalecer os direitos do Estado, foi igualmente relevante e decisiva a posição segura e imediata do Titular da Secretaria da Fazenda, que na qualidade de membro do Conselho Nacional de Política Fazendária, alicerçou toda a ação posteriormente desencadeada, votando contra, e não assinando a aprovação dos referidos Convênios quando da reunião do CONFAZ.

Deve também ser ressaltado que além de impedir os graves prejuízos econômicos que recairiam sobre o Estado, a principal vitória da ação impetrada, foi o reconhecimento nacional da impotência do CONFAZ em legislar contrariamente à Zona Franca de Manaus, inibindo assim, prováveis e futuras investidas contra o modelo ZFM, protegendo definitivamente a integridade da Instituição.

IPVA - Embarcações - A Secretaria da Fazenda tem dispendido enorme esforço, na maioria das vezes improdutivo, na cobrança do IPVA, em especial o incidente sobre as embarcações, de passeio ou lazer.

As embarcações, assim como os aviões são veículos automotores e como tais devem pagar o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Esta é a definição do parágrafo 4o., do artigo 1o. da Lei No. 1743/85, com a redação dada pela Lei No. 1893, de 30 de dezembro de 1988.

Estranhamente, a justiça do Estado do Amazonas tem se inclinado pela tese de que a Secretaria da Fazenda na cobrança do IPVA - Embarcações invade o campo de Direito Marítimo.

A SEFAZ não invade o campo do Direito Marítimo, pois não institui normas sobre o trânsito de embarcações, define apenas o campo de incidência do IPVA, cumprindo a competência plena outorgada pela Constituição Federal.

Saliente-se que as embarcações denominadas de "recreio" bastante utilizadas pela população hinterlandina no transporte de cargas e passageiros não pagam este tributo, que onera somente as embarcações de passeio ou lazer.

II - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO

Execução Financeira e Orçamentária

Apesar das dificuldades financeiras conjunturais enfrentadas pelo Governo do Estado, decorrentes da execução da política monetária e fiscal do Governo da União

de combate à inflação, e dos elevados compromissos de investimentos assumidos pelo Estado nas áreas de infra-estrutura social e econômica, a Secretaria da Fazenda conseguiu, no exercício de 1990, desenvolver suas atividades de controle e execução financeira e orçamentária através de uma eficiente Programação Financeira, instrumento de fundamental importância na implementação da política de controle dos gastos públicos. O acompanhamento dessa política pela SEFAZ é feito por intermédio de um estruturado sistema informatizado, onde se integram dados e informações nas áreas de orçamento, finanças e contabilidade abrangendo a totalidade dos órgãos da Administração Estadual.

Através da Coordenadoria de Administração Financeira - CAF/SEFAZ, o controle da execução orçamentária continuou sendo feito com base no Sistema Integrado de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SIADAM. Com esse sistema a SEFAZ dispõe de todos os dados relativos ao orçamento em execução, visto que todas as rotinas de elaboração de empenho, liquidação e pagamento são registrados antecipadamente para baixa e atualização do orçamento e cota financeira.

Análise da Receita

Para o exercício de 1990, o total da receita orçamentária original foi de Cr$ 48,553 bilhões. A receita global arrecadada foi de Cr$ 69,380 bilhões, representando um crescimento de 42,89% sobre o valor estimado no Orçamento que, em valores absolutos, correspondeu a um acréscimo de mais Cr$ 20,826 bilhões.

Merece destacar dentre a receita tributária, a arrecadação do ICMS que foi de Cr$ 46,379 bilhões, contra um valor orçado de Cr$ 35 bilhões, correspondendo a um acréscimo relativo de 32,51% e, absoluto de Cr$ 11,379 bilhões, em comparação com o valor constante do Orçamento. Os recursos próprios do Estado, no exercício de 1990, representaram 75,61% da receita global.

Dentre as transferências correntes é de se ressaltar o Fundo de Participação do Estado que teve de receita efetivamente arrecadada o valor de Cr$ 10,746 bilhões, com um crescimento de 119,31% sobre o valor orçado que foi de Cr$ 4,900 bilhões. No entanto, a sua participação no montante global da receita atingiu apenas 14,90% .

Análise da Despesa

No exercício de 1990, a despesa empenhada atingiu o montante de Cr$ 71,674 bilhões e a realizada (despesa paga) foi de Cr$ 68,991 bilhões.

As despesas com pessoal e encargos sociais da Administração Estadual representaram 40,72% do total das despesas empenhadas, destacando-se a Administração Direta com a participação de 37,81% e a Indireta com apenas 2,91%. Ou seja, as despesas com pessoal alcançaram o valor global de Cr$ 29,182 bilhões.

Para manutenção dos órgãos da Administração Estadual foram destinados recursos no valor de Cr$ 9,968 bilhões, representando 13,91% do total das despesas.

Na parte de encargos gerais, o destaque maior são os recursos objeto das transferências constitucionais aos municípios, que totalizaram Cr$ 12,790 bilhões representando 81,38% dos recursos destinados aos respectivos encargos. Ainda nesse item de despesas, ao pagamento da Dívida Inter-na e Externa destinaram-se recursos no montante de Cr$ 2,272 bilhões, com uma participação de 3,17% no total das despesas empenhadas.

Cabe ressaltar que os recursos despendidos com pessoal atingiram, no exercício de 1990, o percentual de 43,03% das receitas correntes, índice abaixo do limite de 65% estabelecido pela Constituição Federal.

Por outro lado, merece registrar que o número de servidores vinculados ao Poder Executivo, no exercício de 1990, teve uma redução significativa, face às medidas adotadas pelo Governador do Estado de contenção dos gastos públicos. Assim, essa redução foi de 2.746 servidores, ou seja, de 50.927 em dezembro de 1989 para 48.281 servidores registrados no mês de dezembro de 1990.

Os investimentos realizados pelo Governo do Estado representaram 23,46% dos recursos empenhados, atingindo o valor global de Cr$ 16,814 bilhões.

Dívida Pública

Analisando o comportamento do endividamento do Estado em comparação ao exercício de 1989, verificou-se um crescimento global do saldo devedor do principal de Cr$ 57,073 bilhões pagável até o final dos contratos previstos além do ano 2.000.

Destaca-se que este crescimento deveu-se a reajustes contratuais decorrentes das constantes mudanças da Política Econômica do País, pois, ao longo do exercício de 1990 nenhum contrato foi assinado, salvo aqueles já previstos junto à CEF para infra-estrutura de conjuntos habitacionais e o refinanciamento da Dívida Externa e Interna junto ao Banco do Brasil S/A.

Para uma melhor compreensão, apresenta-se a seguir o desdobramento da Dívida Pública Externa e Interna;

Dívida Interna

a) SALDO DEVEDOR (PRINCIPAL) Cr$ 1.000.000

31.12.89	31.12.90	ACRÉSCIMO
1.353	26.963	25.610

b) Pagamentos Realizados e a Realizar

A despeito das dificuldades vividas pelo País o Estado do Amazonas desembolsou com o pagamento da Dívida Interna o montante de Cr$ 1,760 bilhões, ficando pendente o vencido no mês de dezembro que soma aproximadamente Cr$ 360 milhões, não quitado em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado.

c) Aspectos Sobre o Crescimento da Dívida

1) Contratos Novos

Apenas 4 contratos foram assinados em 1990, ambos de interesse da SHAM para infra-estrutura de conjuntos habitacionais:

CONJUNTO	VALOR DA OPERAÇÃO	DATA
RIBEIRO JUNIOR	88.204.00000 VRF	28/02/90
AUGUSTO MONTENEGRO	72.022.00000 VRF	28/02/90
J.CANARANAS	32.028.65000 VRF	15/06/90
LOTEAMENTO F.MENDES	8.899.999.00000 BTNs	17/02/90

2) Reajustes Contratuais

Este item foi o que mais contribuiu para o crescimento da Dívida Pública, tendo em vista que são corrigidos pelo índice inflacionário e características próprias de cada cláusula prevista nos contratos.

Dívida Externa

a) SALDO DEVEDOR (PRINCIPAL) Cr$ 1.000.000

31.12.89	31.12.90	ACRÉSCIMO
2.149	33.613	31.464

b) Pagamentos Realizados e a Realizar

No decorrer do exercício de 1990 foi desembolsado o montante de Cr$ 512,364 milhões no pagamento da Dívida Externa.

Destaca-se que o Governo do Estado conseguiu junto ao Banco do Brasil o refinanciamento por 20 anos da Dívida Externa, rolada com base nos empréstimos pontes anteriores a 31.12.89, representando cerca de US$ 53.344 milhões que teriam que ser pagos no exercício de 1990.

Com este refinanciamento o Estado pode reorganizar as Finanças Públicas sem o perigo de atraso do pagamento do funcionalismo estadual.

Outro contrato assegurado foi o financiamento da Dívida Externa vencida e a vencer no exercício de 1990, possibilitando o Estado pagar apenas 53% do respectivo valor vencido e o restante financiado pela União e, incluído automaticamente no Saldo Devedor do contrato de refinanciamento.

Existem pendentes de pagamento cerca de US$ 25,184 milhões, sendo de responsabilidade do Estado 53% dessa dívida, ou seja, US$ 13,347 milhões.

ICMS Arrecadado e Restituível

A política de incentivos fiscais do Estado consubstanciada na restituição do ICMS adotada como estímulo às atividades produtivas industriais e agropecuárias, tem representado ao longo dos anos de sua vigência um

certo ônus às finanças públicas do Estado. No entanto, corresponde a uma contrapartida aos investimentos privados realizados, principalmente, na área da Zona Franca de Manaus, e vem funcionando como instrumento de incremento da dinâmica da economia estadual e atuando, em especial, como fator de geração de renda e emprego no Amazonas.

No exercício de 1990 o valor global do ICMS gerado no Estado do Amazonas foi de Cr$ 65,353 bilhões.. Desse valor foi restituído às empresas beneficiadas o montante de Cr$ 18,973 bilhões, correspondente a 29,1%, ficando para o Estado o valor de Cr$ 46,380 bilhões, equivalente a 70,9% do valor global, destinados aos investimentos, custeio e transferência aos municípios.

Do total de Cr$ 40,872 bilhões, recolhido pelo setor industrial da Zona Franca, o Estado ficou com o montante de Cr$ 21,899 bilhões, representando uma participação de 53,6%. As empresas industriais receberam de restituição o correspondente a 46,4% do ICMS gerado pelo próprio setor.

Considerações Finais

A situação financeira do Estado no exercício de 1990, teria sido tranquilizadora se o governo estadual, por absoluta necessidade, não tivesse assumido alguns novos e significativos compromissos de dispêndios, seja no que se refere ao aumento do funcionalismo estadual, corrigindo distorções salariais improrrogáveis, seja no tocante ao desenvolvimento de programas e projetos demandados inadiavelmente pela sociedade.

A elevação da despesa global do Estado acarretou pesado ônus à receita própria estadual, sobretudo se for levado em consideração que os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) estão sendo repassados pela União, desde junho do corrente, em valores geometricamente menores, e que esse Fundo representou até maio aproximadamente 23% da receita global do Estado e, atualmente, está reduzido a uma participação de 14,90%.

A insuficiência de crédito financeiro tem gerado eventuais déficits de caixa que só serão definitivamente debelados com a retomada da execução orçamentária da União, e com os repasses de recursos aos Estados e Municípios assumindo regularidade. Observa-se que a União, no exercício de 1990, afora a constitucional transferência do

FPE, não repassou absolutamente nada ao Estado do Amazonas, obrigando o governo estadual a arcar, às suas próprias expensas, sem nenhum apoio financeiro do Governo Federal, com as despesas gerais do Estado, inclusive se responsabilizando por projetos sociais que normalmente correriam à conta de recursos federais.

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO ICMS DO ESTADO - VALOR CORRENTE

1980 / 1990

Em Cr$ 1,00

Meses	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	257	530	1.413	2.851	8.228	30.145	157.661	342.814	1.141.582	14.850.605	587.167.133
Fevereiro	266	543	1.057	2.132	8.191	28.159	130.086	372.752	1.130.123	16.644.147	984.520.043
Março	247	484	1.051	1.698	7.812	29.475	153.537	391.620	1.419.675	19.686.650	1.616.477.154
Abril	276	523	1.270	2.704	9.873	35.400	179.786	392.331	2.087.516	25.288.969	2.265.040.462
Maio	296	629	1.422	2.398	10.063	42.127	176.048	449.663	2.131.563	37.433.417	3.048.761.065
Junho	354	692	1.522	2.572	11.823	46.566	226.193	519.515	2.550.613	58.494.340	3.285.334.783
Julho	380	757	1.574	2.726	13.731	49.086	230.574	603.100	3.148.426	67.648.518	3.809.297.116
Agosto	495	836	1.734	3.019	14.879	57.951	252.972	644.784	3.955.188	103.569.109	4.198.897.715
Setembro	469	821	1.811	6.408	16.100	74.773	248.885	736.848	5.137.444	145.958.109	5.214.562.924
Outubro	501	910	1.881	5.033	18.178	80.811	264.826	926.906	6.775.828	205.820.792	5.929.274.128
Novembro	527	897	2.043	6.670	22.997	96.343	282.535	1.095.117	8.901.590	287.366.105	6.554.864.286
Dezembro	613	1.050	2.093	6.448	27.922	123.440	320.020	1.102.162	11.834.323	466.209.597	8.885.469.089
Total	4.681	8.672	18.871	44.659	169.797	694.276	2.623.123	7.577.612	50.393.871	1.448.970.358	46.379.665.898

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO ICMS DO ESTADO - VALOR CONSTANTE

1980 / 1990 - Base: Jan 90

Em Cr$ 1.000,00

Meses	1980	1981	982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	71.871	97.908	132.581	133.615	148.754	168.324	268.699	359.837	260.896	253.898	587.167
Fevereiro	71.381	95.532	94.455	94.263	134.868	139.640	198.746	334.951	212.680	274.674	569.811
Marco	63.924	79.955	89.446	70.360	114.539	132.650	196.862	294.182	236.071	306.234	507.579
Abril	68.881	81.277	102.938	102.794	131.598	141.348	230.778	257.361	299.219	366.583	491.181
Maio	71.237	92.217	109.249	83.634	123.168	150.415	224.229	243.858	256.147	493.565	612.898
Junho	82.395	95.711	110.836	83.058	132.884	151.142	284.119	228.237	260.235	617.846	602.892
Julho	85.703	98.775	108.647	81.662	141.327	145.887	285.988	224.501	268.743	554.937	619.051
Agosto	108.178	102.909	112.917	82.972	138.842	160.049	310.076	232.912	272.176	656.875	649.091
Setembro	99.317	95.522	110.216	162.315	135.837	190.893	300.026	250.252	303.265	680.928	670.826
Outubro	103.043	100.167	106.987	116.426	138.795	189.100	313.834	297.878	311.620	697.719	667.925
Novembro	104.989	93.411	108.599	140.651	155.942	206.830	328.598	322.345	321.716	688.836	638.862
Dezembro	118.336	103.644	104.467	125.433	172.282	238.483	360.337	287.503	336.991	727.800	732.047
Total	1.04[illegible]714	1.137.026	1.291.337	1.277.184	1.668.836	2.014.762	3.294.292	3.333.817	3.348.756	6.319.893	7.309.321

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ARRECADAÇÃO DO ICMS DO ESTADO - VARIACAO REAL

1980 / 1990 - Base: 1985 = 100

Em Cr$ 1.000,00

Meses	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	-57,30	-41,83	-21,23	-20,62	-11,63	0,00	59,63	113,78	55,00	50,84	248,83
Fevereiro	-48,89	-31,59	-32,36	-32,50	-3,42	0,00	36,60	139,87	58,75	96,70	308,06
Marco	-51,81	-39,72	-32,57	-46,96	-13,65	0,00	48,41	121,77	77,97	130,86	282,65
Abril	-51,27	-42,50	-27,17	-27,28	-6,90	0,00	63,27	82,08	111,69	159,35	247,50
Maio	-52,64	-38,69	-27,37	-44,40	-18,11	0,00	49,07	62,12	70,29	228,14	307,47
Junho	-45,49	-36,67	-26,67	-45,05	-12,08	0,00	87,98	51,01	72,18	308,79	298,89
Julho	-41,25	-32,29	-25,53	-44,02	-3,13	0,00	96,03	53,89	84,21	280,39	324,33
Agosto	-32,41	-35,70	-29,45	-48,16	-13,25	0,00	93,74	45,53	70,06	310,42	280,57
Setembro	-47,97	-49,96	-42,26	-14,97	-28,84	0,00	57,17	31,10	58,87	256,71	251,41
Outubro	-45,53	-47,03	-43,42	-38,43	-26,60	0,00	65,96	57,52	64,79	268,97	253,21
Novembro	-49,24	-54,84	-47,49	-32,00	-24,60	0,00	58,87	55,85	55,55	233,04	208,88
Dezembro	-50,38	-56,54	-56,20	-47,40	-27,76	0,00	51,10	20,55	41,31	205,18	206,96
Total	-47,92	-43,57	-35,91	-36,61	-17,17	0,00	63,51	65,47	66,21	213,68	262,79

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ICMS ARRECADADO NA CAPITAL E INTERIOR E POR SETORES ECONOMICOS

Em Cr$ 1,00

ANOS	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL	PARTICIPAÇÃO CAPITAL (%)	PARTICIPAÇÃO INTERIOR (%)	Setores Financeiros					
						PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO	PARTICIPAÇÃO (%) PRIMARIO	TERCIARIO	SECUNDARIO
1980	4.320	361	4.681	92,29	7,71	337	1.012	3.332	7,20	21,62	71,18
1981	8.034	638	8.672	92,64	7,36	559	2.818	5.295	6,44	32,50	61,06
1982	17.838	1.033	18.871	94,53	5,47	862	6.278	11.731	4,57	33,27	62,17
1983	42.067	2.602	44.669	94,17	5,83	1.827	19.652	23.180	4,09	43,99	51,89
1984	160.124	9.673	169.797	94,30	5,70	6.578	86.101	77.118	3,87	50,71	45,42
1985	666.854	27.422	694.276	96,05	3,95	19.520	380.652	293.904	2,81	54,86	42,33
1986	2.538.887	84.235	2.623.123	96,79	3,21	95.633	1.355.841	1.171.649	3,65	51,69	44,67
1987	7.379.078	198.391	7.577.469	97,38	2,62	106.042	3.915.651	3.555.776	1,40	51,67	46,93
1988	49.348.204	1.045.666	50.393.871	97,93	2,07	1.045.667	25.582.278	24.840.254	2,07	50,76	49,29
1989	1.430.405.631	18.364.727	1.448.770.358	98,73	1,27	14.334.559	818.283.336	616.352.463	0,99	56,48	42,54
1990	45.725.294.377	664.371.521	46.389.665.898	98,57	1,43	439.404.919	21.899.141.062	24.041.119.917	0,95	47,21	51,82

FONTE: Balanços Gerais do estado/SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ICMS ARRECADO E RESTITUIVEL - VALOR CORRENTE

ANOS	ICMS			PARTIC. RELATIVA (%)	
	Arrecadado	Restituivel	Total	Arrecadado	Restituivel
1980	4,681	4,484	9,165	51,07	48,93
1981	8,672	10,491	19,163	45,25	54,75
1982	18,871	25,800	44,671	42,24	57,76
1983	44,659	39,049	83,708	53,35	46,65
1984	169,797	114,683	284,480	59,69	40,31
1985	694,276	530,977	1,225,253	56,66	43,34
1986	2,623,123	1,941,225	4,564,348	57,47	42,53
1987	7,577,464	7,314,507	14,891,971	50,88	49,12
1988	50,393,871	54,502,258	104,896,129	48,04	51,96
1989	1,448,970,358	784,665,194	2,233,635,552	64,87	35,13
1990	46,379,665,898	18,973,334,993	65,353,000,891	70,97	29,03

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DEMONSTRATIVO RECEITA DO ESTADO POR FONTES-VALOR CORRENTE

EM Cr$ 1,00

Fontes	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
1. RECEITAS CORRENTES	7,822	14,769	35,102	73,081	260,307	1,320,358	4,382,388	14,642,805	101,870,663	2,718,040,047	67,817,122,328
Receitas Tributaria	4,767	8,848	19,279	45,489	171,992	700,483	2,699,307	7,729,538	51,283,701	1,460,585,374	46,920,116,268
. ICMS	4,681	8,672	18,871	44,659	169,797	694,276	2,623,123	7,577,469	50,393,871	1,448,970,358	46,379,665,898
. OUTROS	86	176	408	830	2,195	6,207	76,184	152,069	889,831	11,535,016	540,450,370
RECEITA DE CONTRIBUICAO							15	74	428	6,597	2,816,644
RECEITA PATRIMONIAL	56	32	368	113	128		76,953	312,094	3,628,450	349,567,473	1,279,398,833
RECEITA DE SERVICOS											41,556,343
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1,703	3,843	7,332	19,022	75,893	532,964	1,445,028	5,004,155	26,780,056	876,468,013	18,398,811,692
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,296	2,046	8,123	8,457	12,293	86,911	237,270	1,596,943	20,258,027	31,492,590	1,174,422,548
2. RECEITAS DE CAPITAL	2,459	5,038	17,151	18,869	28,923	309,089	1,203,666	3,284,761	23,070,315	294,900,218	1,563,344,580
OPERACOES DE CREDITO	555	900	8,555	826	1,616	309,089	1,203,087	3,280,604	23,061,669	293,009,104	1,500,657,093
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1,565	2,881	6,533	14,626	27,155		368	0	4,189	54,472	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	321	1,257	2,063	3,417						1,352,642	54,157,405
ALIENACAO DE BENS MOV. E IMOV.	18				152		211	4,156	4,457	393,999	8,530,082
TOTAL GERAL DA RECEITA	10,281	19,807	52,253	91,950	289,230	1,629,447	5,586,054	17,927,566	124,940,977	3,012,940,265	69,380,466,908

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO - VALOR CORRENTE

1980/1990

EM Cr$ 1,00

ESPECIFICACAO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
DESPESAS CORRENTES	6,936	15,185	40,595	74,893	230,551	1,083,154	3,631,280	10,076,217	72,074,998	1,598,813,550	52,022,993,010
DESPESAS DE CUSTEIO	4,226	10,058	24,853	45,490	135,281	604,799	2,205,207	6,480,180	47,418,852	973,248,776	28,922,979,660
. PESSOAL	3,520	8,226	20,345	38,323	111,938	476,582	1,765,385	4,729,792	30,891,315	603,111,423	21,778,594,654
. OUTROS	706	1,832	4,507	7,166	23,343	128,217	439,823	1,750,388	16,527,537	370,137,353	7,144,385,006
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2,709	5,127	15,742	29,404	95,270	478,355	1,426,072	3,596,037	24,656,146	625,564,774	23,100,013,350
DESPESAS DE CAPITAL	2,807	4,982	18,177	15,486	47,290	452,180	2,059,068	7,506,248	50,533,312	1,253,375,854	16,968,886,132
INVESTIMENTO	1,284	2,033	4,445	5,072	15,716	98,231	1,198,544	4,097,801	32,748,046	872,082,070	12,225,537,894
INVERSOES FINANCEIRAS	94	84	339	132	6,337	34,442	90,784	183,807	121,126	751,555	340,230,160
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1,430	2,864	13,393	10,281	25,237	319,507	769,740	3,224,640	17,664,140	380,542,230	4,403,118,078
TOTAL GERAL DA RECEITA	9,743	20,167	58,772	90,379	277,841	1,535,334	5,690,348	17,582,465	122,608,310	2,852,189,405	68,991,879,142

FONTE: BALANCOS GERAIS DO ESTADO/SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO - VALOR CORRENTE

1980/1990

EM Cr$ 1,00

DISCRIMINACAO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
1. RECEITA TOTAL (A)	10.281	19.807	52.253	91.950	289,230	1,629,438	5,662,238	17,927,566	124,940,977	3,012,940,261	63,380,466,908
RECEITAS CORRENTES	7,822	14,769	35,103	73,081	260,307	1,320,358	4,458,572	14,642,805	101,870,663	2,718,040,047	67,817,122,328
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2,459	5,038	17,151	18,869	28,923	309,080	1,203,666	3,284,761	23,070,315	294,900,217	1,563,344,580
2. DESPESA TOTAL (B)	9,743	20,167	58,772	[illegible],379	277,841	1,535,334	5,690,348	17,582,465	122,608,340	2,852,139,485	68,991,879,142
DESPESAS CORRENTES	6,936	15,185	40,595	74,893	230,551	1,083,154	3,631,280	10,076,217	72,074,998	1,598,813,554	52,022,993,010
DESPESA DE CAPITAL	2,807	4,982	18,176	15,486	47,290	452,180	2,059,068	7,506,248	50,533,342,34	1,253,357,854	16,968,886,132
3. DEFICIT OU SUPERAVIT (1-2)	538	(360)	(6,518)	1,571	11,389	94,104	(28,110)	345,100	2,332,637	160,750,860	388,587,766
4. REL REC/DESP (A/B)	5,53	(1,79)	(11,09)	1,74	4,10	6,13	(0,49)	1,96	1,90	5,64	0,56

FONTE: BALANCOS GERAIS DO ESTADO/SEFAZ

NOTA: (1) INCLUSIVE OPERACOES DE CREDITO (EM CZS 1,00)

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMPARITIVO DA RECEITA E DESPESA ORCADA E REALIZADA

1980/1990

Ano	Receita e Despesa Orcada	Receita Realizada	Despesa Realizada	Deficit ou Superavit do Exercicio	Receita Realizada/ Receita Orcada (%)	Despesa Realizada Despesa Orcada (%)
1980	6.187	10.281	9.743	538	66,2	57,5
1981	12.689	19.287	20.167	(360)	56,1	58,9
1982	28.120	52.253	58.772	(6.158)	85,8	109,0
1983	71.300	91.950	90.379	1.571	29,0	26,8
1984	164.359	290.873	277.770	13.103	77,0	69,0
1985	550.000	1.629.477	1.535.334	94.113	196,3	179,2
1986	3.157.716	5.751.444	5.690.348	61.147	82,1	80,2
1987	5.464.215	17.927.566	17.582.465	345.100	228,1	221,8
1988	21.467.006	124.940.977	122.608.340	2.332.637	482,0	471,1
1989	341.488.888	3.012.940.266	2.852.189.405	160.750.861	782,3	735,2
1990	48.553.708.175	69.380.466.908	68.991.879.142	388.587.766	42,9	42,1

PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A

- P R O D A M -

PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S.A. é uma sociedade de economia mista - o governo do Estado é seu acionista majoritário - que tem por finalidade a execução, o controle e a venda, com exclusividade, por processamento de eletromecânicos ou eletrônicos, de todos os serviços de processamentos de dados aos órgão da Administração Pública Direta e Indireta, Estadual e outros afins, objetivando através de desenvolvimento e implantação de sistemas de processamento de dados informatizados, a modernização, agilização e racionalização da Administração Estadual.

A atual Diretoria assumiu em maio deste ano.

SERVIÇOS IMPLANTADOS

- Modernização de instalação do Setor Banco de Dados da SEAD.
- Sistemas Implantados:

. Nova Versão de Sistema de Controle de Veículos, Multas e Talonário do Detran

. Controle de Material e de Patrimônio - Detran e P.S.M.

. Nova Versão de Sistema de Gestão Hipotecária - IPASEA

. IPTU - Prefeituras do Interior

. Nova Versão de Sistema de Controle do Cheque-Salário

. Concluída a implantação do Cadastro e Folha de Pagamento em todos os órgãos do Estado

Para a SEFAZ:

- Controle de IPVA
- Atualização do cadastro do IPVA
- Controle de DAM

- Conta-Corrente Fiscal
- Parcelamento de Débitos
- Apuração da Produtividade Fiscal
- Controle de Postos Fiscais
- Controle e Recepção de DAM, DAC, CIE e Inventário
- Sistema de Controle de Notas Fiscais de Empresas
- Sistema de Controle de Notas Fiscais de Contribuintes Atacadistas
- Módulo de Declaração de Importação do Exterior
- Cadastro de Máquinas Registradoras
- Controle de Talonários Fiscais

Em Fase de Implantação:

- Sistema de Administração Fiscal
- Nova Versão do Sistema de Notificação Fiscal

Avanço Tecnológico

O sistema operacional passou de VM-VSE/SP para MVS/SP.

Instalação de Unidade de fita cartucho IBM-3480 no CPD da Sefaz e Prodam.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

A situação econômica da empresa na gestão da atual Diretoria se mantém sólida e em pleno crescimento. Diríamos que a Empresa vive hoje um excelente momento da sua economia, gerando receita própria, fruto da prestação dos serviços, neste último quadrimestre na ordem de Cr$ 413.231.900,00 contra uma despesa de Cr$ 128.744.700,00, que somados com o do quadrimestre anterior, montam um superávit acumulado no exercício em Cr$ 153.403.592,00. Com isto a Empresa mantém excelente poder de liquidez, ou seja, para cada Cr$ 1,00 devido, ela possui Cr$ 287,33 para saldá-lo. Como se vê, o PRODAM é uma Empresa sólida lucrativa e viável, desde que bem administrada.

Formação de mão-de-obra - de maio a setembro deste ano, o PRODAM realizou 43 cursos para seus

funcionários, totalizan-do 251 funcionários treinados, em 690 horas.

O treinamento de clientes apresentou uma receita de Cr$ 1.560.276,50, num total de 285 horas de aula e 117 participantes de diversos órgãos do Estado.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A
B E A

A decretação de novo plano buscando a estabilização da economia, novamente alterou a programação de mudanças, especialmente as de inversões físicas (agências) e tecnológicas (informática) deste banco.

Diferente dos anteriores, o atual plano de estabilização provocou de imediato um brutal enxugamento de liquidez que, ao contrário dos antecedentes, afetou enormemente o segmento bancário, pelo menos nos seus primeiros momentos, carreando problemas inclusive à credibilidade do setor.

Os bancos estaduais, por seu turno, vivendo ainda, em sua maioria, com sérios problemas estruturais, foram os que mais sentiram os efeitos, apesar do elevado volume de recursos públicos que por eles circularam, mercê dos pagamentos de tributos via cruzados retidos.

Com os fatos atuais, o difícil entendimento entre governo, empresários e trabalhadores e mesmo pela imperiosa necessidade de sedimentação do plano econômico, não há dúvida que a situação tende a se agravar, e que só sobreviverão as empresas de estruturas flexíveis e ágeis na identificação de ajustes á sobrevivência.

Apesar de algumas reformulações já processadas, o BEA, como a maioria dos estaduais, ainda se ressente de uma estrutura mais 'enxuta', a fim de que possa melhorar o seu papel de órgão participante do desenvolvimento do Estado do Amazonas.

ATIVIDADES RELACIONADAS COM OS PROGRAMAS DO GOVERNO ESTADUAL

Com juros elevados, tendo em vista o aperto monetário, e a necessidade de imprimir maior rigor na seletividade de operações o BEA se valeu principalmente dos repasses para uma maior correlação com suas atividades de desenvolvimento.

Para tal, desenvolveu - principais destaques -, o seguinte:

A. FNO

O credenciamento junto ao BASA deu ao BEA, neste programa, o seguinte desempenho:

a. Valor conveniado - Cr$ 400 milhões *
b. Operações aprovadas - Cr$ 1.341 milhões
c. Valores liberados - Cr$ 248 milhões
d. Valores a liberar - Cr$ 93 milhões
e. Quantidade de operações - 10

* Equivalente a 4.547. BTNFs

B. FMPE

Devidamente ajustado e já em fase operacional, o BEA dispõe, neste Fundo, da seguinte situação:

a. Valor em conta - Cr$ 115 milhões *
(base 30.11.90)
b. Operações em análise - 57 operações
(base 30.11.90)
c. Operações em fase final de aprovação - 27
d. Operações liberadas - 2

* Saldo total

C. PRODEN/BEA

Programa de Desenvolvimento da micro empresa teve até novembro o seguinte desempenho:

a. Operações aprovadas - 10
b. Valores liberados - Cr$ 59 milhões
c. Valores a liberar - NIHIL

D. REPASSES BNDES/FINAME

Canalizando recursos federais ao desenvolvimento do Estado, nosso comportamento foi o seguinte até novembro:

a. Valor conveniado - Cr$ 1.730 milhões
b. Valor liberado - Cr$ 84 milhões
c. Valor contratado e a liberar - Cr$ 609 milhões
d. Disponível - Cr$ 1.037 (*)

* Equivalente a 19.665 mil BTNs
* Correspondente a 10.997 mil BTNs

DESEMPENHO NAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS

A. PATRIMÔNIO LíQUIDO

Até novembro o BEA registra o montante de Cr$ 2.057 milhões

B. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Com destaque às operações rurais que tiveram acentuado crescimento, principalmente pelas mudanças determinadas pelo BACEN, o desempenho até novembro acusa.

	Cr$ milhões	Variações/dez
a. Total das Operações de Crédito	30.039	1.381,9%
b. Crédito Especializado *	26.932	1.310,8%
c. Crédito Rural	1.108	3.474.2%
d. Crédito Geral	1.916	3.891.7%
e. Crédito de Câmbio	83	102,4%

* Os créditos ao Governo Estadual representam cerca de 97,0%

C. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

(em novembro / nºs de balancete - prévios)

	Cr$ Milhões	Variações/dez
a. Depósitos á Vista	3.057	1.127.7%
Do Governo Estadual	1.359	630,6%
Do Público e Outros	1.698	2.595.2%
b. Depósitos a Prazo	428	8.460,0%
c. Arrecadação	224	3.100,0
d. Mercado Aberto	545 *	53,0%

* Os números são referentes ao mês e há um forte enxugamento de recursos, afora a falta de credibilidade.

D. RESULTADOS

Neste semestre, até novembro, o resultado acusa o líquido de Cr$ 720 milhões, correspondente à rentabilidade de 26,0% . Vale frisar que as recentes normas do BACEN,

aplicáveis a partir de dezembro, farão refluir tal desempenho. No exercício de 90, até novembro, e ainda sem a influência das novas normativas do BACEN, o resultado atinge Cr$ 842 milhões.

IV. ÁREA ADMINISTRATIVA

Nº DE AGÊNCIAS

Total = 44
Manaus 12
Interior 27
Fora do Estado 05

Neste exercício foram inauguradas duas agências (Iranduba e Alvarães) e, na busca de racionalização e dentro do seu processo de reforma, ocorreu um fechamento (Guilherme Moreira).

Estudos estão sendo realizados para transformar as agências fora do Estado em órgãos de representação.

V. CONCLUSÕES

Embora as medidas emergenciais que ora estão sendo processadas e ainda conviver com o problema de sua coligada - BEA Crédito Imobiliário , este banco necessita de alguns ajustes em sua estrutura, a fim de fixar-se com a Instituição Financeira do Estado que deve ser.

SIC

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
S I C

O ano de 1990 mostrou ser um ano atípico em vários aspectos. No cenário político nacional assumir, a partir de março, um novo governo, cuja característica principal vem sendo o combate acirrado à inflação e uma nova política industrial, baseada na livre competição e abertura da economia ao mercado internacional.

Essas medidas afetaram e vêm afetando de forma intensa a Zona Franca. O combate à inflação, via choque de liquidez, ocasionou uma diminuição sem precedentes da demanda agregada, particularmente no que se refere aos bens de consumo duráveis, os quais são produzidos de forma concentrada no Distrito Industrial de Manaus. Por outro lado, a nova ordem econômica, fundamentada na livre concorrência com o mercado exterior, causou grandes apreensões, em face da abertura do mercado interno aos produtos importados também no restante do país, abolindo assim o caráter de exclusividade antes reservado a esta área de exceção.

Fatos dessa natureza vêm mudando o perfil da economia brasileira e também da Zona Franca de Manaus.

O Governo do Estado, através da SIC, vem acompanhando e atuando firmemente nesse novo cenário, consciente de que a nova dinâmica das economias capitalistas não admite mais posturas isolacionistas, pois vivemos num mundo cada vez mais interdependente, sob as óticas econômicas, política e social.

A questão fundamental para a SIC, no ano de 1990, foi a de desenvolver mecanismos, no âmbito estadual de integração da Zona Franca com o novo modelo econômico brasileiro de forma a preservá-la e dinamizá-la, tornando-a mais competitiva e eficaz. Isto levou a uma reformulação de caráter corretivo no Plano Operacional 90, com a revisão e supressão de algumas metas que, dentro do novo enfoque de política econômica, perderam sintonia.

Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes atividades:

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (DPI)

O DPI é o departamento encarregado de promover ações que visem consolidar o parque industrial da Zona Franca.

Em 1990 atuou com os projetos:

1. Projeto de Expansão, Consolidação e Integração do Parque Industrial, que teve a seu encargo os sub-projetos de Regionalização e Promoção Industrial.

2. Projeto de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais - Desenvolveu o sub-projeto de Avaliação da Zona Franca de Manaus, de acordo com a nova política industrial e de comércio exterior.
   As atividades desenvolvidas foram:

   A) Implantação, em conjunto com a FUCAPI, de um banco de dados da indústria de bens intermediários.

A pesquisa efetuada direcionou-se a 98 empresas, obedecendo a seguinte distribuição setorial: Eletroeletrônico - 42 empresas; Termoplástico - 18 empresas; Metalúrgico - 13 empresas; Editorial e Gráfico - 05 empresas; Mobiliário - 03 empresas; Papel e Papelão - 03 empresas; Madeireiro - 02 empresas; Mineral não-metálico - 02 empresas; Têxtil - 01 empresa; ótico - 01 empresa.

O relatório final da pesquisa agregou informações cadastrais, dados de linha de produção, capacidade instalada com o nível de utilização e mão-de-obra empregada.

B) Realização de Missões Técnicas para a concretização dessa atividade o DPI forneceu apoio Técnico na formulação de documentos que embaçaram as missões do Secretário ao Sudeste da Ásia, à Itália e Japão.

C) Elaboração e publicação do Manual do Investidor, em inglês.

D) Atualização e publicação do Manual do Investidor em português.

E) Participação da Micronora/9 -Besançon.

F) Divulgação de eventos, tais como, Brasilian Industrial e Techological Show Bits/90, nos Emirados Arabes Unidos.

G) Exposição de catálogos de produtos brasileiros, em Georgetow - Guiana.

H) Realização de estudo para avaliação da Zona Franca a partir do estabelecimento de nova política industrial e de comércio exterior.

I) Apoio à Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social na formulação do Programa-Creches, bem como sua execução junto às empresas do Distrito Industrial.

J) Constituição e Lei Orgânica - a SIC foi representada junto ao Poder Legislativo com a participação de um técnico no assessoramento ao relator da Constituição do Estado e junto à Câmara Municipal, desempenhando a mesma função relativa à Lei Orgânica do Município de Manaus.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE INCENTIVOS (DAI)

Este departamento é o responsável pela coordenação e implementação dos incentivos fiscais e tem na sua estrutura as seguintes divisões: Acompanhamento e Análise de Projetos e Divisão de Laudos Técnicos.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO DAI

Expansão, Consolidação e Integração do Parque Industrial de Manaus.

Atividades desenvolvidas:

A) Treinamento da equipe de acompanhamento e avaliação às empresas incentivadas;

B) Formulação do banco de dados, de modo a

conter para cada empresa todas as informações sobre os produtos liberados;

C) Aperfeiçoamento do roteiro de análise utilizado, dando ênfase aos aspectos tecnológicos de integração com a economia do Estado;

D) Informatização do parecer de análise;

E) Relatório do acompanhamento e avaliação dos empreendimentos agropecuários.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO (DID)

Desenvolveu as seguintes atividades:

A) Tabulação dos dados pertinentes ao Programa de Benefícios Sociais, avaliando os seguintes pontos:

A.1) Desenvolvimento de recursos humanos;

A.2) Assitência e saúde;

A.3) Alimentação;

A.4) Transportes urbanos;

A.5) Creche;

A.6) Residências;

A.7) Relação custo-benefício.

B) Levantamento do nível de emprego no período de março a setembro/90, visando acompanhar efeitos do plano Brasil Novo e seus reflexos na economia amazonense.

C) Fornecimento de relatórios com dados estatísticos para fins de estudo técnico como: salário pago, nível de emprego por faixa salarial, aquisições de insumos, impostos restituídos, recolhidos e devidos.

D) Elaboração, em conjunto com a COPLAN, de estudo analítico da atividade econômica do Amazonas.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL (DDC)

Desenvolveu as seguintes atividades:

A) Coleta de dados junto a 96 empresas de 12 ramos diferenciados de atividades, alusivas às seguintes variáveis: número médio de empregados, folha de pagamento e faturamento.

B) Levantamento e análise de variações ocorridas mensalmente nos índices conjunturais dos três setores da economia amazonense.

C) Elaboração, publicação e distribuição do Boletim de Indicadores Econômicos do Estado do Amazonas.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - CODAM

No ano de 1990 o CODAM reuniu-se 04 (quatro) vezes e votou 150 (cento e cinqüenta) proposições oriundos da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo - SIC, que implicam na geração de 20.680 (vinte mil seiscentos e oitenta) novos empregos, com inversões totais de US$ 365.472.539,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos e trinta nove dólares).

Também foram apreciadas e votadas 20 proposições oriundas do F.D.I., encaminhadas através da SEPLAN, que beneficiaram vários municípios, com financiamento do próprio F.D.I., operações sem retorno da ordem de Cr$ 85.756.883,00 (oitenta e cinco milhões, setecentos e cinqüenta e seis mil e oitocentos e oitenta e três cruzeiros), em valores correntes.

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS - CEAG-AM

O CEAG-AM executou em 1990 o Projeto de

Desenvolvimento das Microempresas com a realização de 80 palestras, 269 registros e 12 propostas de créditos.

Foi idealizado também o Projeto de Desenvolvimento Empresarial da capital com as seguintes ações desenvolvidas:

A) Realização de uma consultoria;

B) Elaboração de 450 registros de empresas;

C) Elaboração de 5 projetos de incentivos e 11 projetos de financiamento.

Outros projetos foram executados como o de Treinamento Empresarial, com 73 cursos e participação de 1.554 pessoas, o de Iniciação Empresarial, Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Balcão do Empresário, Projeto de Estudos e Pesquisas e vários subprojetos como o Cadastramento Industrial do Amazonas e Cadastro das Empresas de Serviços de Manaus.

Dentre os sub-projetos desenvolvidos pelo CEAG-AM resalta-se a VII FEIVEST com a realização de uma feira, com um total de 27 empresas participantes e o sub-projeto VIII FEIMOV com a realização de uma feira com 22 empresas participantes.

INTERIOR

Na incrementação das atividades econômicas do interior do Estado o CEAG-AM executou o Programa Empresarial do Interior com o Projeto de Capacitação Gerencial com os seguintes sub-projetos:

1) Sub-Projeto de Desenvolvimento Empresarial do Interior;

2) Sub-Projeto de Fomento à Industrialização; e

3) Sub-Projeto PROGERAR.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

JUCEA

A JUCEA executou em 1990 o Programa de Registro Empresarial com as seguintes atividades desenvolvidas:

1) Constituição de 7.652 novas empresas;

2) Extinção de 408 empresas;

3) Constituição de 4.797 microempresas;

4) Enquadramento de 520 empresas na categoria de micro;

5) Registro de 5.478 firmas individuais, 2.137 sociedades limitadas e 7 sociedades anônimas.

A JUCEA realizou também o Programa de Modernização Administrativa, com as seguintes atividades:

1) Instalação de escritório da JUCEA em 3 novos municípios.

2) Aquisição e instalação de novos equipamento como arquivo móvel, etc.

3) Informatização de algumas etapas do serviço de registro de empresa.

EMPRESA AMAZONENSE DE TURISMO
E M A M T U R

O turismo no Amazonas que nos últimos anos apresenta escalas de crescimento, foi afetado no primeiro quadrimestre de 1990, tendo por repercussão o impacto das mudanças econômicas ocorridas no país.

Para reativar o turismo e considerando as novas medidas adotadas pelo atual Governo Federal para preservação da natureza aliada ao desenvolvimento do turismo ecológico na Amazônia, a EMAMTUR adotou uma estratégia de planejamento, priorizando ações que contribuíssem na retomada dos índices de crescimento de fluxo turístico no Estado. Dentre elas podemos citar o pacote promocional "Shopping Zona Franca", tendo como agências veiculadas a CVC/CWB/AMERICATUR.

O acontecimento de maior relevância no setor turístico foi a realização em Manaus do I Seminário Internacional de Turismo Amazônico, que motivou o empresário local a expor projetos turísticos, visando futuros investimentos.

Programa: Empreendimentos Turísticos

O programa passou a integrar os projetos "Preservação Arqueológica e Aproveitamento Turístico do Município de Novo Airão" e "Construção do Centro de Convenção do Amazonas". O Projeto "Hotel-Escola" passou a denominar-se "Construção e Implantação do Centro de Formação de Recursos Humanos de Turismo da Amazônia" e o de "Construção do Prédio Canto da Cultura" passou para "Reformulação da Política de Comercialização do Artesanato".

Essas mudanças decorrem em função da prioridade que vem sendo dada ao turismo, possibilitando maior abrangência dos objetivos estabelecidos para o Setor.

Ressaltamos que a fase de planejamento desses projetos foi cumprida, com a elaboração dos projetos arquitetônicos, através da contratação de serviços especializados e de outras medidas constantes no Plano de Trabalho.

Programa: Promoção do Turismo

Projeto: Divulgação das Potencialidades Turísticas do Amazonas

A divulgação do produto "Amazonas" através da participação da EMAMTUR em eventos a nível nacional e internacional tem contribuído significativamente para vinda de turistas, principalmente, oriundos da América do Norte e da Europa, conforme estudo de mercado dos países emissores onde o Amazonas investiu.

Eventos Internacionais:

. FITUR - Feira Internacional de Turismo - Madrid/Espanha

. BIT - Borta Internacional Del Turismo - Milano/Itália

. ITB - Internacionale Tourismus Bourse - Berlim/Alemanha

. Feira da Zona Franca - Sta. Cruz de La Sierra/Bolívia

. IT and ME - Incentive Travel - Chicago/EUA

. Travelmart Latinamerica - San José/Costa Rica

. BIG FAMTUR - Brazil Gateway to South América

. I Seminário Internacional de Turismo Amazônico - Manaus/Amazonas

. II Simpósio Internacional e Warkshop "Ecoturism and Resource Conservation" - Miami/EUA

. W.T.M. - World Travel Market - Londres/Inglaterra

Eventos Nacionais

. XIV - Salão Profissional de Turismo - são Paulo

. FAMTURSÃO (Walpax) - Rio de Janeiro

. 18º Congresso de ABAV - Porto Alegre

Produção de Material Promocional

A Coordenadoria de Propaganda produziu durante o ano de 1990, 34 peças promocionais entre anúncios, folhetos, pastas, material fotográfico, etiquetas e convites.

Divulgação do turismo no Amazonas

O número de reportagens e anúncios veiculados nos meios de comunicação locais, nacionais e internacionais superou as estimativas, principalmente, em função da realização do I Seminário Internacional de Turismo Amazônico no Hotel Tropical de Manaus, no período de 21 a 23 de novembro, da reabertura do Teatro Amazonas, em 17.03.90, após 04 anos de reforma.

Destacamos, ainda, a ênfase dada pela imprensa nacional e internacional à questão turismo Ecológico, o que acreditamos propiciou o crescente interesse turístico pelo produto Amazonas.

Principais Publicações:	Jornal/Revista
. Reabertura do Teatro Amazonas -	Jornal do Brasil
. Hotéis de Selva -	O Estado de São Paulo
. Manaus a Sport of civilization Surrouned by the Lush green of -	Brasil Huris
Amazon rain forest -	Edição Internacional
. Uma expedição pela Amazônia para saber o que a floresta tem -	O Globo
. Estrangeiros usam mais alojamentos de selva -	Folha de São Paulo
. Eire arie in Rosa -	Zeit Magazine
. Anúncio CVC (Shopping Zona Franca) -	Shopping Newa - SP
. Parintins faz a festa do Boi-Bumbá -	O Estado de São Paulo

. Zona Franca - Jornal do Brasil

. Amazonas terá o I Seminário de Turismo - Diário da Serra

. The Power of Ecological Tourism - Brazil News

Desenvolvimento do Programa Fram-Tour

Fram-Tour é uma viagem de familiarização turística realizada, geralmente, por jornalistas e agentes de viagem com a finalidade de conhecer e divulgar as potencialidades turísticas de uma região. A EMAMTUR vem prestando total apoio a este tipo de programa.

Projeto: Promoção e Desenvolvimento das Manifestações Populares e Outros Eventos

Metas: - Programação e apoio a Festas Populares e outros Eventos Culturais e Turísticos.

- Apoio a Eventos realizados em Manaus.

Projeto: Melhoria dos Serviços e Atendimento Turístico.

Metas: - Classificação e Controle de Qualidade de Hotéis, Alojamentos Ambientais e Ecológicos, Excursões, Agências de viagens e Outros Equipamentos e serviços turísticos.

Projeto: Capacidade de Recursos Humanos

Metas: - Participação dos funcionários da Empresa em curso de atualização e/ou aperfeiçoamento realizadas por outras entidades.

- Houve a participação de funcionários no curso: Introdução do sistema operacional MS-DOS, promovido pelo PRODAM;

Seminário Internacional de Turismo Amazônico

Em função da realização do I Seminário Internacional de Turismo Amazônico, a EMAMTUR prestou apoio ao empresário amazonense na formulação e apresentação de projetos; elaboração de informações técnicas.

Durante o Seminário, o Governo do Estado, através da EMAMTUR propôs a implantação do "Amazon Air Pass", sendo incluído no documento final do encontro.

Programa: Organização e Modernização Administrativa

Projeto : Fortalecimento da Infra-Estrutura Oficial de Turismo.

A EMAMTUR tem realizado pesquisa da demanda turística para o Amazonas em períodos denominados alta, média e baixa estação. Estes estudos visam a um maior conhecimento dos turistas que nos visitam, para fins de planejamento do setor como um todo.

Programa : Administração Geral

Atividade: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos.

Resultados Alcançados com o Turismo

O fluxo de turistas em excursões de cruzeiros marítimos até o mês de outubro foi de 8.022 turistas, num total de 15 excursões.

O desenvolvimento do ecoturismo apresenta um crescimento significativo. Atualmente o Estado conta com 10 (dez) alojamentos turísticos ambientais e ecológicos.

O atrativo natural do Estado, que é o principal motivo de viagem do estrangeiro ao Amazonas, começa a despertar interesse, também, no brasileiro, que em anos anteriores vinha a Manaus principalmente em função de negócios ou para fazer compras na Zona Franca, o que está sendo revertido, pois conforme pesquisa de julho/90, 47% vieram a passeio e apenas 26% a negócios.

SEDUC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SEDUC

Em 1990, a Secretaria de Educação e Cultura - SEDUC, desenvolveu várias atividades importantes. Foram construidas e recuperadas escolas, adquiridos equipamentos e muito se realizou para a obtenção de Recursos Humanos melhor qualificados, proporcionando desta forma uma melhoria da qualidade do ensino.

1 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

. Distribuição de material didático e de consumo para 157 classes da capital e 680 do interior.

. Distribuição de cadeiras, mesas e armários para 17 escolas da capital e 03 do interior.

. Cursos e encontros no Estado e em outras unidades da Federação.

. Elaboração de Boletins Informativos.

. Reuniões com técnicos da SEDUC, FUNABEM, IEBEM, SEMED, SEMAC, Fundação Municipal do Menor com vista à elaboração de um plano de Ação conjunta que atenda a criança dentro de suas peculiaridades.

. Discussão e orientação sobre a melhoria das estratégias de atendimento.

. Visitas às diversas escolas objetivando promover a implementação da metodologia de trabalho adotado.

2 - ENSINO DE 1° GRAU

. Elaboração do plano de Trabalho do Núcleo.

. Avaliação do Rendimento Escolar do ano de 1989.

. Análise do Rendimento por Escola, Série, Turno e Turma.

. Elaboração do roteiro de orientação para o desenvolvimento das atividades a serem realizadas no período de retorno do professor à escola.

. Elaboração e/ou revisão de instrumentos de apoio, controle e avaliação do trabalho.

. Realização de reuniões sistemáticas para acompanhar o desenvolvimento do trabalho, com os Coordenadores de Disciplina, Coordenadores de 1ª a 4ª série e Coordenadores da Ciranda da Ciência.

. Acompanhar o desenvolvimento das Propostas Curriculares em integração com o setor de Assistência Curricular.

. Elaboração do documento "Alfabetização como Processo Contínuo".

. Avaliação contínua do desenvolvimento da Proposta de "Alfabetização como Processo Contínuo" tomando como principal indicador a melhoria do rendimento escolar.

. Detectar os pontos de estrangulamento que implicariam no baixo rendimento e evasão escolar.

. Participação em reuniões e auditagem.

. Organização de sessões de Estado com a equipe de 1° grau e coordenadores de 1ª a 4ª série.

. Análise de Calendário Escolar.

. Elaboração de Material de 1° grau para o Boletim Informativo.

. Estudo da proposta de atividades sobre Educação para o Trânsito pela equipe de 1ª a 4ª série juntamente com a Assistência Curricular.

. Análise de plano de curso.

. Treinamento em serviço com os Coordenadores de

Disciplina e Técnicos das Unidades Educacionais no período de 01 a 03 de agosto.

. Análise de plano de trabalho e de cursos da Coordenadoria de 1ª a 4ª série, equipe intermediária e do município de Rio Preto da Eva.

. Participação na elaboração das propostas curriculares de História e Geografia do Amazonas.

. Participação na organização e realização da VI Feira de Ciências e III da Ciranda da Ciência.

. Participação no II Encontro do SISTEAM sobre a LDB.

. Participação na Elaboração do Projeto de "Alfabetização e Cidadania".

. Debate sobre projetos dos Núcleos da Coordenadoria, das Coordenadorias da SEDUC, incluindo o IERAM, Entidades e Instituições.

3 - ENSINO DE 2º GRAU

. Acompanhamento das atividades pedagógicas.

. Acompanhamento da operacionalização das propostas e grades curriculares das diversas Disciplinas e Habilitações.

. Divulgação da Pesquisa "Caracterização do Ensino Noturno".

. Análise e interpretação dos resultados da aprendizagem, propondo medidas corretivas.

. Planejamento e organização do Programa de Qualificação Profissional para o Magistério.

. Aquisição e distribuição de material de consumo específico para os escritórios modelos dos cursos de Contabilidade e Administração.

. Acompanhamento de operacionalização do Estágio Supervisionado nas Escolas.

. Elaboração do Boletim Informativo No. 2 Habilitações oferecidas pelas Escolas de 2o. Grau do Estado.

. Elaboração da Proposta Pedagógica para o Ensino de 2o. Grau.

. Participação no Encontro de Diretores do Interior.

4 - ENSINO SUPLETIVO

. Capacitação dos técnicos e professores em convênio com a Fundação Educar.

. Distribuição de material didático básico.

. Acompanhamento técnico-pedagógico dos municípios através de treinamento, supervisão aos cursos e aplicação de Exames de Suplência.

. Atendimento educacional de curso de suplência em ação conjunta com a Penitenciária Agrícola, IALO, Capitania dos Portos, EVADIN, CCE e Moto Honda.

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL

. Distribuição de material didático, de consumo e equipamento específico para classes, Escolas Especiais e CETRID.

. Implantação de 80 classes especiais e 02 oficinas pedagógicas, atendendo a capital e o interior.

. Acompanhamento pedagógico às classes especiais.

. Atendimento técnico e pedagógico em 23 municípios do Estado.

. Participação de professores e técnicos em cursos

de atualização, capacitação e especialização em congressos, estágios, simpósios, encontros, etc.

. Realização de atividades sociais como a Semana do Excepcional e Encontro Regional dos Sistemas de Ensino.

6 - NÚCLEO DE MATERIAL ESCOLAR

. Organização e distribuição de 100.000 livros didáticos, beneficiando 100.000 alunos e 100 escolas da capital e 52 municípios.

. Organização e distribuição de 39 acervos bibliográficos beneficiando 39 escolas do interior.

. Distribuição de 300 exemplares de livros (História do Amazonas) beneficiando 150 escolas.

. Distribuição de 100.000 cadernos na capital e interior.

7 - NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

. Através do Programa Bolsa de Estudo de 1° e 2° Graus, foram firmados contratos com 45 escolas particulares atendendo 22.544 alunos bolsistas de 1° Grau e 2.845 de 2° grau.

. Elaboração de fichas para recadastrar 22.000 alunos bolsistas no ano de 1991.

. Visita a 14 escolas particulares para contatos com o corpo técnico/docente.

. Atendimento a 23.398 alunos bolsistas para informações diversas e sobre a política adotada entre SEDUC/ESCOLAS PARTICULARES.

. Através do Programa Hortas Escolares foram implantadas 07 hortas escolares, sendo 02 em

Manaus e nos municípios de Autazes, Anori, Anamã, Boa Vista do Ramos e Barreirinha.

. Distribuição de materiais tais como: 14 enxadecos, 14 colheres de transplantio, 14 terçados e 21 regadores.

. Implantação de 15 hortas em escolas da capital e 48 nas escolas do interior.

SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICO-ODONTOLÓGICO

Responsável pela operacionalização do Programa Saúde Escolar, sob a Coordenação de uma equipe multiprofissional, abrangeu três áreas de atuação:

- Saúde Geral - Atendimentos Médicos - 5.827

- Assistência Odontológica - Atendimentos - 30.966

- Assistência Oftamológica

. Encaminhamentos - 415

. Distribuição de óculos - 320

Paralelamente à ação clínica foi viabilizado um trabalho educativo, constando de palestras, bochechos fluorados, sessões de escavação e de um atendimento através do Serviço Móvel de Saúde.

COORDENADORIA DE INSPEÇÃO DE ENSINO

. Verificação, análise, orientação e acompanhamento das atividades técnico-pedagógicas e administrativas das Escolas do Sistema Estadual observando o Cumprimento da legislação vigente.

. Averiguação dos quadros técnicos-administrativos e docentes das escolas do sistema quanto ao registro ou autorização pelos órgãos competentes.

. Sindicância nos processos irregulares de alunos e escolas.

. Registros dos Diplomas, Certificados e autenticação de históricos escolares.

. Orientação, controle, análise e arquivamento dos relatórios de atividades anuais das escolas.

. Auditagem em estabelecimentos da rede pública de ensino em conjunto com outros setores desta Secretaria.

. Participação e atuação nos treinamentos dos secretários de escolas e encontros de Diretores de estabelecimentos.

COORDENADORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO

. Programação e Acompanhamento

. Plano de Aplicação de Recursos

. Conclusões de Escolas na Capital e Interior (11)

. Aquisições de Livros Didáticos

. Recuperação de Escolas na Capital e Interior (14)

. Programa Monhangara

. Proposta para o PTA/90 (SE-FQ-TESOURO)

. Proposta Orçamentária para 1991

. Elaboração de Relatório Técnicos Adminstrativos dos Projetos: MEC/SESP; MEC/CENESP; MEC / BIRD E MEC/SEEC

. Fornecimento de Informações físico/financeiras das ações dos Planos, Programas e Projetos / Atividades.

. Acompanhamento, Controle e Avaliação das Ações dos Planos, Programas e Projetos Atividades.
. Elaboração de Relatório de Atividades da SEDUC.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS
I E R / AM

Órgão vinculado à SEDUC, o IER/AM é responsável pela estruturação da educação rural, tendo ainda participação junto às Prefeituras com subsídios técnicos para o implemento do ensino básico de 1ª a 4ª série.

Preocupando-se em contribuir para a concretização das diretrizes políticas do Governo, desenvolveu no ano de 1990, as seguintes ações:

CURSO DE CAPACITAÇÃO E TITULAÇÃO DE PROFESSORES RURAIS A NÍVEL DE 1ª A 4ª SÉRIE

Com recursos do SE/QE/90 - Salário Educação Quota Federal foram ministrados conteúdos básicos de Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, enriquecidos com informações, palestras e trabalhos sobre higiene, ecologia, educação ambiental e metodologia de aplicação, numa carga horária de 400 horas. Foram beneficiados os municípios de Ipixuna, Novo Aripuanã, Manacapuru e Beruri, e uma clientela de 159 professores, atingindo indiretamente 3.250 alunos.

PROJETO VITÓRIA - RÉGIA

Financiado pelo Governo do Estado este projeto está no ar desde julho/89. É um curso de apoio ao ensino direto que consiste na transmissão de rádios aulas diárias, com duração de 30 minutos, via Embratel. Direcionado para professores rurais, a nível de 1ª a 4ª série, suas aulas são produzidas e gravadas pelos Técnicos na sede do IER/AM e tem autorização concedida pelo MEC/MINICOM.

Em 1990 foram beneficiados diretamente 900 professores em 26 municípios e indiretamente 3.405 professores em 35 municípios.

REFORÇO E CAPACITAÇÃO EM "METODOLOGIA DO CURRÍCULO"

O curso de Reforço e Capacitação em "Metodologia do Currículo" foi desenvolvido em dois módulos específicos:

O primeiro, ministrado para Secretários de órgãos Municipais de Educação e Supervisores foi executado em Manaus, com carga horária de 40 hrs, beneficiando os municípios de Anori, Autazes e Urucará, atingindo diretamente 25 supervisores e 400 professores indiretamente.

O segundo, ministrado para professores foi executado em Manaus, beneficiando o município de Iranduba, atingindo 130 professores e 2.600 alunos, com carga horária de 24 hrs e em São Gabriel da Cachoeira, com carga horária de 74 hrs, beneficiando 50 professores e 100 alunos.

ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Treinamento para Secretários e Supervisores, realizado na sede do IER/AM, com 16 horas de duração. Foram beneficiados os municípios de Uarini e Boa Vista do Ramos.

AÇÕES DE APOIO

LEVANTAMENTO DA SEDE FÍSICA ESCOLAR "MAPEAMENTO ESCOLAR"

Para 1990 a meta visava o mapeamento de 5 municípios. No entanto, só foi possível executar esta ação em Anori, sendo este o 14° município mapeado desde 1986.

PRODUÇÃO E IMPRESSÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DO CURRÍCULO PRÓPRIO PARA A ZONA RURAL A NÍVEL DE 1ª A 4ª SÉRIE

A Produção da edição revisada do material didático (programa de ensino, cartilhas e cartazes pedagógicos), regionalizado para 31 municípios onde o IER/AM tem currículo próprio para a zona rural, foi realizada a contento. Para a impressão foi necessária a solicitação de apoio junto às Prefeituras, no sentido de fornecer material, tendo obtido a colaboração de algumas, porém em quantidade insuficiente.

O ano letivo de 1990 foi iniciado com estoque de material didático defasado, tendo suprido as necessidades somente até o mês de julho. A partir do segundo semestre foram iniciadas novas negociações com as Prefeituras para garantir a impressão de todo o material para os próximos dois anos.

ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

O núcleo de Planejamento e Estatística elaborou os seguintes quadros demonstrativos e gráficos:

- Estatística escolar da zona rural em 1990;

- Aproveitamento escolar - 32 municípios, 1989;

- Aproveitamento escolar - 31 municípios com currículo para a zona rural, 1989;

- Níveis de escolaridade do professor rural - 89/90.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PERMANENTE

Em 1990 foram adquiridos equipamentos através do FNDE destinados a complementar os já existentes para o Projeto Vitória-Régia.

Com recursos decorrentes do Salário Educação Quota Estadual propiciou-se o apoio às atividades do órgão através da aquisição de material de expediente.

Considerando que no decorrente ano, além dos recursos próprios do Estado somente as duas fontes de recursos acima citadas foram liberadas, não foi efetuada nenhuma compra de equipamento, material escolar e de expediente destinado às escolas rurais do Estado.

PAGAMENTOS DE PROFESSORES RURAIS

Em continuidade à ação executada pelo IER/AM em conjunto com a SEFAZ, procedeu-se a elaboração da folha de pagamento para 4.266 professores rurais, através de cheque-salário, de 59 municípios, à exceção dos municípios de Itamarati e Presidente Figueiredo.

SUPERINTENDÊNCIA DE TELEVISÃO E RÁDIO EDUCATIVA DO AMAZONAS
S T R E A

A Diretoria da STREA tem orientado e desenvolvido suas ações objetivando melhorar a organização interna da emissora, estabelecendo um bom entrosamento entre seus funcionários e a direção e propiciando condições ao desempenho eficiente de suas atividades fins.

Apesar dos obstáculos, a STREA manteve-se em funcionamento, prestando serviços à comunidade veiculando diariamente 18 horas de programação integrada à Rede Brasil, sendo que 20% desta programação são de programas locais.

Prestou serviços a órgãos estaduais, a outras emissoras de radiodifusão, a entidades filantrópicas e participou das atividades públicas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para filmagem e divulgação.

ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Através da SETRAN foi realizada a reforma parcial do prédio da STREA, melhorando em parte as condições de trabalho. Nesta reforma incluiu-se o estúdio com consertos gerais, desde o revestimento, forro até o piso, pintura e reparos em todas as áreas técnicas e administrativas.

Em 1990 foi adquirido um equipamento de transmissão de TV em VHF, TELAVO modelo RTV 15.00-A com unidade de combinação (NO - TCH FILTER DE VÍDEO E ÁUDIO) MOD. MTUCB 2/2.

No exercício de 90 a STREA, através do seu Núcleo Industrial, prestou serviços a vários segmentos da sociedade, sob a forma de produções de vídeo-tape com: comerciais, instituicionais, documentários, religiosos, além de copiagem de fita colaborando com as seguintes entidades:

* Universidade do Amazonas;

* Serviço Social de Comércio;

* CEAG/AM;

* Curso de Pedagogia da U.A;

* Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia;

* Procuradoria Geral do Estado;

* Diretório Central dos Estudantes;

* Faculdade de Estudos Sociais;

* Secretaria de Comunicação;

* SEDUC - Unidades Escolares;

* Superintendência Cultural;

* Apoio Técnico Operacional a outras emissoras como a RBN;

* Geração, para todas emissoras, de programas jornalísticos, via EMBRATEL.

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO ESTADO DO AMAZONAS
S E D / AM

No exercício de 1990, a SED/AM executou a seguintes atividades, na seguinte ordem cronológica:

Março: IV Campeonato de Futebol de Campo dos órgãos Públicos;

Inauguração da Fundação Vila Olímpica de Manaus;

Meeting Internacional de Atletismo;

Cursos de Handebol, Tênis de Mesa, Pólo Aquático.

Maio: Primeiro Encontro Latino Americano de Wushu;

Programa de Iniciação Esportiva nas seguintes modalidades:

. Atletismo

. Basquetebol

. Natação

. Futebol de Salão

. G.R.D.

. Voleibol

. Saltos Ornamentais

. Tênis de Mesa

Programa de Atendimento às Comunidades:
Clube de Corrida

. Clube de Caminhada

. Ginástiça Aeróbica

. Natação

Julho: Jogos Escolares Brasileiros - JEB'S.

Agosto: Jogos Estudantis do Alto Solimões;

Curso de Arbitragem de Atletismo;

Comemoração ao Dia do Excepcional.

Setembro: Campeonato íbero-Americano de Atletismo.

Outubro: Comemoração do Dia da Criança (SETRABES).

Novembro: Torneio Norte Nordeste de Natação..

SUPERINTENDÊNCIA CULTURAL DO AMAZONAS
S C A

A Superintendência Cultural do Amazonas realizou atividades de difusão cultural na área de artes plásticas, na qual foram realizadas exposições na Pinacoteca do Estado e no Espaço de Arte Contemporânea da Casa da Cultura, enfatizando-se:

. Manaus na visão de seus artistas (Cleidy Pinheiro);
. Artistas da Bolívia;
. Futebol Arte;
. Gravura Japonesa contemporânea;
. Pietro, Bruno e Jean Alcântara (Pinturas);
. Solange Araújo (cerâmica);
. Anísio Melo, 51 anos de arte.

A galeria Afrânio de Castro foi reaberta em 1990.

ARTES CÊNICAS

As atividades de difusão cultural nas áreas de teatro e dança assim como aquelas relacionadas com a formação tiveram apoio da Superintendência com a concessão de auxílio, montagem e de divulgação de trabalhos montados nas áreas das artes cênicas (circo, dança e teatro), atendendo grupos da comunidade e oriundos das escolas.

CURSOS PERMANENTES

. curso de iniciação à dança com as crianças;
. curso de iniciação à dança com adolescentes; e
. curso de iniciação ao teatro com as crianças e adolescentes.

CURSOS EVENTUAIS

. cursos de iniciação ao teatro moderno;
. cursos de iniciação à dança;
. cursos de iniciação às técnicas circenses.

PROJETO ESPECIAL

A Superintendência criou o Projeto Tarde Alegre "Alfredo Fernandes", que apresentou os seguintes espetáculos:

. Pluft, o Fantasminha;
. O Dragão verde;
. A Bruxinha que era boa;
. Saltimbanco;
. Quando os Palhaços se encontram.

MÚSICA

A Superintendência Cultural do Amazonas desenvolveu suas atividades de difusão nesta área através da programação Concerto de Música Popular Amazonense.

Concerto da Música popular amazonense:

. Raízes Caboclas - Canto-do-Mato e Cartazes da Floresta;
. Cileno-A força da lua na terra dos Negros;
. Paulinho Kokay - correnteza;

Apoio a eventos culturais da comunidade:

. 6º Festival da Canção de Itacoatiara - FECANI;
. Festival da Canção de Parintins;
. 4º Encontro Messejana da Música Popular.

LITERATURA

A Superintendência promoveu os lançamentos literários:

. Solidão, de Clemilton Marques;
. Apenas um Homem, de Orígenes Jr;
. Um pedaço da Lua Caía na Mata, de Paulo Jacob.

CINEMA

A difusão cultural cinematográfica, aconteceu através do vídeo-cine Odeon, que realizou as sequintes atividades:

. Mostra de filmes "Yasujiro Ozu";
. Eu nasci, mas.....
. Era uma vez em Tóquio;
. Ervas Flutuantes;
. Fim de verão;
. Eu vivi, mas .....

- Mostra de Filmes Japonês:

. Não lamento minha juventude;
. Portal do Inferno;
. A Volta de Carmem;
. O profundo Desejo dos Deuses;
. As Irmãs Makioka.

- Vídeo Cine/Semana de filmes sobre a Educação..

. Vídeo sem rumo;
. O preço do Desafio;
. Confissões de um adolescente;
. Escola da Desordem.

A Biblioteca Pública do Estado desenvolveu as seguintes atividades:

- Exposições realizadas:

. Exposição de obras raras, comemorativa aos 120 anos da Biblioteca Pública do Estado;

. Retratos do Brasil: Oposição na República através da Caricatura;

. Exposição Álvaro Maia - o Escritor;

. O atendimento na Biblioteca, através de consulta local foi de 58.325 pessoas atendidas e 97.647 de material bibliográfico consultado, enquanto os empréstimos foram de 3.764 livros emprestados, 2.654 pessoas atendidas e 531 inscrições novas.

MUSEU DE NUMISMÁTICA

. Reativado após 10 (dez) anos de desativação, com exposição comemorativa aos 90 (noventa) anos do Museu de Numismática.

UNIVERSIDADE DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS
U T A M

CETIC - Centro da Tecnologia da Indústria e Construção

Número de alunos matriculados no 1° Semestre: 996 assim discriminados:

408 no Curso de Engenharia Industrial
588 no Curso de Formação de Tecnólogos

Seminários

. Programação Linear
. A contribuição de Einstein para a Indústria Elétrica Alemã

C.A.E - Coordenadoria de Assistência ao Estudante

Encaminhamento para Estágio Curricular	70
Ecaminhamento para Estágio Extra-Curricular	26
Expedição de carteira de estudante	160
Divulgação de Eventos	40
Visitas Técnicas	15
Participação em reuniões de Conselho e Comissões	36
Bolsas de Estudo e Monitoria	15

Departamento de Eletrotécnica

Coordenou a 1ª Semana de Engenharia Elétrica da UTAM, com uma Programação de nove (09) Palestras sobre Assuntos Diversos.

Departamento de Eletrônica

Cursos de Extensão - Proporcionar à comunidade em geral, treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento e conhecimento básico na área de eletrônica.

Cursos ministrados - Eletrônica I, Eletrônica III, Televisão I, Eletrônica Digital II.

Atualização de Docentes

Automação Industrial - 1 professor - ministrado na FUCAPI.

Projeto de Tubulação e Gerenciamento de Redes Telefônicas - 1 professor - Aracaju -SE.

PROJETOS

Aparelhamento parcial dos laboratórios de Ensino Pesquisa e Extensão - encaminhado à Bosch da Amazônia.

Departamento de Engenharia Mecânica

Estágio Supervisionado: acompanhou 08 alunos do curso de Tecnologia e 02 do Curso de Engenharia Industrial.

Departamento de Engenharia Civil

Números de alunos por curso:

1° Semestre	
Tecnologia em Construção Civil	37
Tecnologia em Topografia e Estrada	26
Engenharia Civil com ênfase em Saneamento ambiental	46
2° Semestre	
Construção Civil	57
Topografia e Estrada	38
Saneamento Ambiental	60

Convênios

Entidades / Instituição	Objetivos
Municípios de Manaus	Cooperação Técnico-Científica
IMA/AM	Protocolo de Intenções / Cooperação Técnico-Científica
UTAM/DEF, IEL/AM, ATECAM	Caracterização de madeiras da Amazônia

FUNAI/ Programa Waimirí Atroarí	Assessoria e consultoria técnico-científica ao sub-programa de meio ambiente e apoio à produção na área indígena Waimirí-Atroarí
UNESP/Instituto de Biologia	Cooperação Técnico-científica
Champion Papel e Celulose	Concessão de estágios

PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS

1. TITULO: Mudas Florestais para Iranduba

   FINANCIADOR: IEL/AM

   INSTITUIÇÕES: UTAM/DEF, IEL/AM, Escola Politécnica Rural de Iranduba, Prefeitura Municipal de Iranduba

   OBJETIVOS: Produção de mudas florestais, educação ambiental e extensão rural

   SITUAÇÃO: Em andamento

2. TÍTULOS: Laboratório de Semente e Viveiro Florestal

   FINANCIADOR: IEL/AM, NUCITEF E FUNEDE

   OBJETIVOS: Implantação do laboratório e viveiro na UTAM

   SITUAÇÃO: Em andamento

3. TÍTULO: Proposta para implantação de um Parque Municipal no Bairro do Parque 10

   FINANCIADOR: Alunos de Engenharia florestal e professor responsável da disciplina Manejo de áreas Silvestres

   OBJETIVO: Planejar o uso público e o manejo da área em questão

SITUAÇÃO: Em conclusão

4. TÍTULO: Fruticultura e Sistemas Agroflorestais

FINANCIADOR: NUCITEF

INSTITUIÇõES: UTAM/DEF, INPA/DCA, Escola Politécnica Rural de Iranduba

OBJETIVOS: Levantamento de espécies perenes de sítios em comunidades rurais

SITUAÇÃO: Em andamento

5. TÍTULO: Pesquisa Florestal em Novo Airão

FINANCIADOR: Alunos de tecnologia florestal e professor do DEF

OBJETIVO: Identificação de espécies florestais utilizadas pela indústria de construção naval de Novo Airão

SITUAÇÃO: Em conclusão (1ª fase)

6. TÍTULO: Reforma do Herbário do DEF/UTAM

FINANCIADOR: Fundação Botânica Margareth Mee

OBJETIVO: Ampliação e adequação do Herbário

SITUAÇÃO: em andamento

FUNDAÇÃO TEATRO AMAZONAS

Em 1990 ocorreu a transformação da Superintendência do Teatro Amazonas em Fundação Teatro Amazonas, através da Lei nº 1953, de 25.05.1990 regulamentada pelo Decreto nº 13091, 26.06.1990, que criou a Orquestra, o Coral o corpo de Baile do Teatro.

Realizamos treinamento de combate e prevenção de incêndios, ministrado pelo pessoal especializado do Corpo de Bombeiros com a participação de todos os servidores, além de requisição da presença de bombeiros em todos os dias de espetáculo.

A Orquestra e o Coral já estão sendo trabalhados, e o nosso testemunho são as apresentações já realizadas nesta Capital, e até por solicitação do Governo de Roraima, em Boa Vista, no centenário daquela cidade, no mês de setembro do ano pretérito. O Corpo de Baile está sendo trabalhado mais lentamente.

A visitação e o turismo são executados por serviços de receptivo com guias bilíngües falando inglês, francês, e alemão.. Registramos também um programa interessante e bem aceito pela comunidade: 4a feira de toda a semana a visitação é gratuita para grupos de estudantes acompanhados de professor, bastando que esse intercâmbio seja avisado com antecedência para providências administrativas.

Vale salientar que o programa de trabalho foi profundamente mutilado porque a política nacional no setor de cultura teve seus órgãos extintos. Além disso houve a considerar a atual crise econômica, a falta de investimento do empresariado local, a ausência de política cultural, o deslocamento geográfico do Estado e as peculiaridades do preço de custo operacional elevado.

SEJUS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
S E J U S

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES NA ÁREA PENAL

- I Simpósio sobre modernização do Sistema Penitenciário

Destaca-se como grande evento, com o objetivo de refletir e analisar criticamente o SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO, com a finalidade de deliberar diretrizes para definição de uma política carcerária eficaz, realizado no período de 17 a 21.12.90.

- Desenvolvimento do programa educativo ocupacional do presidiário.

Com introdução de atividades laborterápicas, culturais e educativas, objetivando humanizar a política penitenciária, por meio de cursos profissionalizantes e desenvolvimento dessas atividades propriamente ditas, obedencendo assim, o que preceitua a própria CIÊNCIA PENITENCIÁRIA CONTEMPORÂNEA, que o tratamento Penitenciário há de estar assentado na TERAPÊUTICA OCUPACIONAL, em si mesma recuperativa e também fornecedora dos meios indispensáveis à reintegração social do interno.

- Assistência aos internos

Foi intensificada a assistência Jurídica aos internos, com a implantação de um núcleo da Defensoria Pública, no SISTEMA PENITENCIÁRIO, que conta com um Procurador e um Defensor. Encontra-se em tramitação pelos canais competentes. No setor educacional destaca-se o restabelecimento da biblioteca, com aquisição de equipamentos e realização de campanhas objetivando reiniciar a formação do acervo bibliográfico.

- Combate às drogas

Com uma política estadual de prevenção ao uso de substâncias que provocam dependência física e/ou psíquica, o Governo do Estado do Amazonas, através do Conselho Estadual de Entorpecentes, encerrou algumas atividades pertinentes àquela política, onde buscou-se primordialmente

atingir não apenas a massa crítica consumidora de drogas, mas também, à família. Substancialmente, é de se destacar:

. CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ENTORPECENTES

. CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO USO DE TÓXICOS

. TRABALHO PREVENTIVO NA REDE DE ENSINO PRIVADA E PÚBLICA

. EDIÇÃO DO LIVRO "PENSE NISSO" - DROGAS: COMO CONHECER ? O QUE FAZER ?

- Defesa dos direitos da pessoa humana

Na luta para que a pessoa humana tenha seus direitos assegurados e respeitados, esta Secretaria, aprovou moção de apoio ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - pela evolução dos princípios que regem o tema da campanha da Fraternidade 90.

Participou também do Seminário sobre a nova política do governo brasileiro, para promoção e defesa dos Direitos da Infância e da Juventude e a aplicação concreta do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado em Brasília/DF.

- Defesa do consumidor

Objetivando traçar uma política eficaz, na defesa e orientação do consumidor, contra a exploração abusiva do comércio e prestações de serviços, esta Secretaria, através do colegiado, participou da REUNIÃO DE TRABALHO, com o objetivo de promover a troca de experiência e informações, com vistas a estruturação de um Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Participou, também do CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS DO CONSUMIDOR.

Realizou o 1° ENCONTRO DE ENTIDADES DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO AMAZONAS, para definição de uma política estadual, objetivando instrumentalizar as entidades, que habitam na área de defesa do consumidor, com relação a futura vigência do código do consumidor.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

- Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas

O conselho penitenciário do Estado do Amazonas, órgão responsável pela execução da medida alternativa à prisão, oriundo do decreto Nº 16.665/24 que instituiu o livramento condicional, é o mais antigo dos conselhos vinculados à ação da Justiça.

Através desse conselho foi encaminhado aos representantes do nosso estado no Senado e na Câmara Federal, cópia do projeto de Lei criando o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).

- Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária

Funcionando na sede da SEJUS, onde são realizadas as reuniões, com uma representação oficial, o conselho participou do Fórum Internacional de Criminologia critica, no período de 05 a 09.08.90.

Por deliberação unânime dos membros do conselho, foi designada uma comissão para proceder a avaliação dos atuais agentes penitenciários estaduais, visando a realização de um curso de aperfeiçoamento, que ainda se encontra em estudo.

- Conselho Estadual de Entorpecentes

O Conselho Estadual de entorpecentes (CONEN/AM), em suas reuniões plenárias, achou por bem adotar medidas internacionais de combate ao tóxico, concentrando suas energias ao trabalho esclarecedor, preventivo e educador, por achar, também, que o trabalho repressor não se constitui o único artifício metodológico para evitar-se o consumo abusivo de entorpecentes em todo o Globo Terrestre.

Sendo a preocupação da SEJUS com o interior do estado, a partir do momento que se propôs "in loco" aos senhores Prefeitos, a criação dos Conselhos Municipais de entorpecentes, os quais os principais municípios visitados foram Coari e Maués, com o resto da programação a ser cumprida naqueles municípios considerados como ROTA DO TÓXICO

COLÔNIA AGROINDUSTRIAL ANÍSIO JOBIM

- Projeto constante do orçamento /90

ARTESANATO com as atividades em serigrafia, oferecendo ao participante um campo infinito de aplicações, desde estampas de tecidos à confeccões de cartazes, decorações, etc.

CHINELEIRO que abrange confecções de sandálias, cintos e bolsas, etc.

AMPLIAÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL, visando melhorar a formação do interno, tão necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades.

- Assistência aos Internos

a) De fundamental importância a assistência jurídica aos órgãos competentes, de forma eficiente, constituindo-se num fator de equilíbrio, nas ações dos reclusos;

b) As necessidades materiais consideradas básicas tem sido cumpridas, como atendimento essencial, no processo de adaptação do interno á colônia;

c) O setor social desenvolveu atividades de confraternização, tais como celebração da Páscoa, etc;

d) O setor de saúde e Criminologia clínica desenvolveu atividades voltadas para a prevenção criativa e promocional do interno, como observação dos fatores psíquico social e criminógenos , estudo da personalidade, acompanhamento para verificação da eficácia das técnicas terapêuticas e outros;

e) O setor Educacional articulou com os órgãos envolvidos no processo educacional (SEDUC E SENAC), para o desenvolvimento do ensino supletivo de 1° e 2° Graus, em cursos por correspondência oferecidos pelo SENAC - TELECOMUNICAÇÕES, foram obtidos resultados positivos;

f) No tocante ao setor agroindustrial destaca-se o incremento na área agrícola, com plantios de verduras e

legumes, destinados ao abastecimento da colônia e venda do excedente. Em fase de expansão está também a pocilga onde já existe uma pequena criação de suínos.

PENITENCIÁRIA FEMININA DE MANAUS

Com uma política de humanização da penitenciária, em que se preconiza que o tratamento penitenciário e educativo deve se fundamentar no trabalho, na educação, na disciplina, religião e nas atividades culturais, recreativas e esportivas.

Com base nisso, é que a execução da política penitenciária tem se fundamentado, principalmente, no desenvolvimento de atividades laborterápicas, de lazer e religiosas, na realização de cursos profissionalizantes que possibilitem a redescoberta de habilidades e facilite o processo de reinserção social da reclusa.

No programa educativo ocupacional, está se dando ênfase à construção do maquinário de fabricação de saponáceo em convênio com a escola técnica federal do Amazonas, e a criação da oficina de costura.

Em vista do número crescente de reclusas, articulou-se com a SUPLAN, a elaboração do projeto arquitetônico do pavilhão que aloja as internas, com capacidade para 21 celas individuais.

CASA DO ALBERGADO DE MANAUS

Fiel às diretrizes traçadas pela SEJUS, pôde esse estabelecimento penal alcançar, após a instalação da comissão técnica, resultados até certo ponto satisfatórios.

Com um total de 71 albergados, as atividades da casa do albergado Manaus, no exercício de 1990, constou de livramento condicional, alvará de soltura, regressão.

HOSPITAL DE CUSTÓDIA DE TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DE MANAUS

Fato de notável destaque no sistema penitenciário, foi a implantação desse hospital, criado pela Lei nº 1874, de 29 de novembro de 1988, com finalidade de proporcionar atendimento médico odontológico e psiquiátrico a todos os detentos das unidades prisionais do Estado, atuando, provisionalmente, em dependências da penitenciária

Desembargador Raimundo Vidal Pessoa.

Embora o hospital tenha sido criado em novembro de 1988, o funcionamento do mesmo só passou a vigorar, de fato, a partir de julho de 1990.

Atualmente o hospital dispõe de:

. Uma enfermaria, com equipamento médico suficiente para o atendimento ambulatorial e de emergência.

. Um gabinete odontológico completo.

. Duas celas gradeadas para internamentos provisórios.

ATENDIMENTOS

a) Médicos: Os atendimentos vêm sendo efetuados diariamente, de acordo com a necessidade de cada interno. Em caso de tratamento especializado, providencia-se o encaminhamento para outro hospital adequado.

b) Odontológicos: são assistidos todos os internos que necessitarem de tratamento dentário de urgência.

c) Psiquiátricos: face a inexistência de um setor de psiquiatria, os doentes mentais são encaminhados ao hospital psiquiátrico Eduardo Ribeiro.

d) Internamentos: são efetuados de acordo com o estado de saúde do interno.

PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR RAIMUNDO VIDAL PESSOA

Construção e reforma dos raios "A" e "C" e da casa do albergado

SEGURANÇA

1) Derrubada da antiga guarita que servia de ponto de apoio para alcançar o muro externo, sendo utilizada em várias fugas.

2) Soldagem do portão externo do raio "A".

3) Abertura de uma porta de comunicação para o campo de futebol.

4) Tornar aguda a parte superior do muro interno.

ASSISTÊNCIA AOS INTERNOS

1) Distribuição de colchões

2) Reaparelhamento da cozinha

3) Intensificação da assistência judiciária ao interno

4) Colocação de bebedouros

PROGRAMA EDUCATIVO OCUPACIONAL

1) Fábrica de tijolos, produzindo 500 tijolos/dia, empregando 16 internos.

2) Treinamento de internos, instrução profissionalizante "Sapataria", emprego para 10 internos

3) Horta, empregando 03 internos

4) O projeto de implantação da vassouraria e engradados se encontra em fase final de implantação

ATIVIDADES CULTURAIS

- Semana do presidiário

a) Palestras culturais

b) Torneio de futebol de campo

c) Festa com apresentação de conjuntos musicais

- Comemoração do dia da criança

EDUCATIVO

A) Horário de aula: Modificou-se o horário de 15:00 hs para 17:00hs, para que o interno que desenvolvesse trabalhos laborais, pudessem frequentar a escola

A) Alcoolismo
- Foi implantado um grupo de AA com internos. No momento já conta com 50 adeptos.

TÓXICO

- Tem sido feito um trabalho educativo e o aumento da vigilância, para evitar a entrada de tóxicos na penitenciária.

BIBLIOTECA

- Inaugurada dia 22 de dezembro, contando com 05 (cinco) estantes duplas, uma mesa de leitura com 06 (seis) cadeiras e uma mesa para estrutura e controle dos livros.

SALA DE REUNIÃO

- Implantada para atender os membros do Conselho Penitenciário.

SEPROR

SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO
S E P R O R

RELATÓRIO ANUAL DO SETOR AGRÍCOLA DO ESTADO

1 - FOMENTO À PRODUÇÃO

Foi aplicada a importância de Cr$ 19.847.000,00 (Dezenove Milhões Oitocentos e Quarenta e Sete Mil Cruzeiros) no fomento à produção agrícola do Estado.

2 - INCREMENTO À PRODUÇÃO DE GRÃOS E HORTALIÇAS

Foi aplicada a importância de Cr$ 40.000.000,00 (Quarenta Milhões de Cruzeiros) no incremento à produção de grãos e hortaliças. A produção foi de 211.285 ton.

3 - CONTROLE ZOO-SANITÁRIO DO REBANHO BOVINO

Foi aplicada a importância de Cr$ 13.500.000,00 (Treze Milhões e Quinhentos Mil Cruzeiros) no controle zoo-sanitário do rebanho bovino do Amazonas, totalizando 350 mil doses, o dobro do ano anterior.

4 - PARQUE DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE PARINTINS

Foi gasto Cr$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Cruzeiros) no parque de exposição agropecuária de Parintins

5 - MANUTENÇÃO DA EMATER/AM

O Governo do Estado gastou Cr$ 225.658.000,00 (Duzentos e vinte e Cinco Milhões Seiscentos e Cinqüenta e Oito Mil Cruzeiros) na manutenção da EMATER-AM

6 - EXPOAGRO

Na manutenção e realização da Exposição Agropecuária do Amazonas foram gastos Cr$ 10.983.000,00 (Dez Milhões Novecentos e Oitenta e Três Mil Cruzeiros).

7 - COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

Na formação da Coordenadoria Política de Produção

e Abastecimento foram gastos Cr$ 4.593.000,00 (Quatro Milhões Quinhentos e noventa e Três Mil Cruzeiros).

8 - FEIRA DO PRODUTOR

Na implementação da Feira do Produtor de Manaus foram gastos Cr$ 36.424.000,00 (Trinta e Seis Milhões Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil Cruzeiros).

EMATER

PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA

No ano de 1990 as atividades ATER nas áreas com projeto de Reforma Agrária não foram paralisadas em virtude dos convênios firmados entre a EMATER-AM e as Prefeituras dos Municípios onde os mesmos ficam localizados.

Foram distribuídas nos projetos de assentamento 60 toneladas de sementes básicas, beneficiando a 1.100 produtores.

Em síntese, foram 5.908 hectares com culturas anuais e perenes, onde se destacam a mandioca, arroz, milho, feijão, abacaxi, hortaliças, banana, melancia, maracujá, citrus, cacau, guaraná, café, cana-de-acúcar, cupuaçu, pimenta-do-reino e castanha-do-brasil.

Na área de criações destacam-se a bovinocultura de corte e mista, com 7.000 cabeças, Suinocultura, Ovinocultura, Avicultura doméstica, apicultura, bubalinocultura e caprinos.

Na área de Bem-Estar Social houve participação em Campanha de vacinações (SABIM, DTP, VAS, TT), palestras sobre prevenção de doenças transmissíveis, orientação na área de nutrição, saúde e higiene.

PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - PPA.

Os objetivos do Programa são, apoiar financeiramente projetos comunitários de lavouras e criações com recursos da SUDAM e reembolsáveis através da equivalência física.

Deste reembolso, que se dá a partir de 1991, criar-se-á um fundo para refinanciamento de novos projetos.

A área de atuação do Programa, em 1990, atingiu 23 municípios, sendo 19 com convênios SUDAM/EMATER e 4

SUDAM/Prefeituras Municipais, alcançando 91 comunidades rurais beneficiando cerca de 1.500 famílias rurais.

No ano de 1990, não houve incremento de projetos sendo que as atividades realizadas pela EMATER/AM foram de acompanhamento (assistência técnica).

Atividades Acompanhadas:

. Mandioca	- 694 ha
. Arroz	- 20 ha
. Milho	- 6,5 ha
. Feijão	- 5,0 ha
. Horticultura	- 17,5 ha
. Cana-de-açúcar	- 5,0 ha
. Laranja	- 14 ha
. Maracujá	- 19,5 ha
. Casas de farinha	- 36 ha
. Suinocultura	- 106 animais
. Caprinocultura	- 159 animais
. Criação de aves	- 326 bicos
. Beneficiadora de arroz	- 02
. Beneficiadora de cana-de-açúcar	- 02

PROGRAMA NACIONAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS.

Na área de Microbacias, o trabalho se limitou a assistência a 01 projeto no município de Rio Preto da Eva, uma vez que não houve incremento no ano de 1990 face à não liberação de recursos.

SISTEMA ENERGÉTICO INTEGRADO - SEI

O projeto tem como objetivo integrar o potencial das fontes alternativas de energia existentes na propriedade rural com os sistemas de produção agrícola, sem agredir o meio ambiente, promovendo derivados de petróleo.

Em 1990, foi dada a devida continuidade dos já iniciados em 12 municípios do Estado a saber: Careiro da Várzea, Autazes, Iranduba, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Presidente Figueiredo, Parintins, Tefé e Rio Preto da Eva.

PROGRAMA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL - PROBOR.

A EMATER-AM fez sua programação anual para 1990 visando assistir 363 projetos com 362 produtos, perfazendo uma área de 10.321 ha. Para o alcance das metas propostas, foram orçados recursos na ordem de 769.271 BTS's, sendo que até a presente data a empresa não recebeu nenhuma parcela. Esta situação embora não tenha causado a paralisação das atividades de campo prejudicou bastante a realização, particularmente no que se refere à efetivação de visitas de assistência técnica aos produtores, capacitação de técnicos e de mão-de-obra rural e aquisição e manutenção de máquinas e equipamento.

CONTROLE ZOO-SANITÁRIO DO REBANHO BOVINO

FEBRE AFTOSA.

Foram adquiridas, através da SEPROR, 300.000 doses de vacinas do tipo oleosa. Deste total cerca de 150.000 foram enviadas aos escritórios locais para aplicação nos rebanhos, havendo um estoque, em Manaus, aproximadamente 150.000 doses que deverão ser utilizadas até início de 1991.

RAIVA.

Previa-se aplicação de vacina somente nos Municípios onde ocorre a doença como Parintins, Barreirinha, Nhamundá, Maués, Urucurituba, Itacoatiara. Por isto foram adquiridas somente 10.000 doses. Constatou-se a existência de dois focos em Presidente Figueiredo, um em bovinos e outro em equinos, sendo realizada nestes Municípios a vacinação de 3.500 animais.

BRUCELOSE.

Por tratar-se de vacinação realizada somente em fêmeas de 3 a 8 meses de idade o ritmo é mais lento do que nos outros tipos de vacinação.. Foram adquiridas 20.000 doses já tendo sido encaminhadas aos municípios 8.000. Espera-se utilizar o restante até meados de 1991.

INCENTIVO A PRODUÇÃO DE GRÃOS E OLERÍCOLAS

A obtenção de sementes fora do Estado e a indisponibilidade dos mesmos para venda em outros Estados, dificultou o fornecimento de sementes em época oportuna para o produtor rural, o que em parte prejudicou o programa.

O quadro a seguir espelha a situação da produção de grãos no Estado.

CULTURAS	SEMENTES DISTRIBUÍDAS (t)	ÁREA PLANTADA ESTIMADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
.Arroz	100	4.000	4.800
.Feijão	10	660	560
.Milho	100	5.000	10.000

Fonte: Gerência de Fitotecnia

PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS

As ações mais importantes do programa foram a distribuição de sementes e o acompanhamento técnico no cultivo de hortaliças aos municípios, o que contribuiu para um aumento da oferta de produtos olericolas nas sedes municipais e abastecimento da capital.

O programa estima uma área cultivada de 1.441 ha, com uma produção esperada de 21.564. t.

Embora havendo uma produção satisfatória em 1990, está muito além da demanda. Os fatores que contribuíram para o desestímulo a produção foram: dificuldade na comerciaríamos, não acesso ao Crédito rural principalmente quanto às exigências de garantia pelos agentes financeiros, e por parte dos agricultores de várzea foram prejudicados ainda mais pelo intenso período seco ocorrido nos meses de agosto a outubro, prejudicando o cultivo das principais hortaliças, uma vez que a maioria dos agricultores não dispõem de sistema de irrigação adequado.

FRUTICULTURA.

A EMATER-AM, no ano de 1990 visando estimular a produção de mamão efetuou a distribuição de sementes, que proporcionou um incremento na área cultivada de 66.ha Espera-se um aumento na produção na ordem de 1.980 t do produto.

Além desta cultura, foram também distribuídas sementes de porta-enxertos para produção de 200.000 mudas de laranja em 10 municípios. Estas mudas estão sendo feitas através das Comunidades Rurais com acompanhamento técnico da EMATER-AM.

INFORMAÇÕES SOBRE AÇÃO DA EMATER EM CRÉDITO RURAL.

A utilização do Crédito Rural por parte dos produtores rurais ficou muito limitada em face dos elevados encargos financeiros vigentes.

Podemos destacar 2 (dois) programas de atuação no Estado.

CRÉDITO RURAL DIFERENCIADO DE ÂMBITO ESTADUAL (BEA S.A e FUNEDE)

Este programa tem como característica básica a "Equivalência Física do Produtor", que permite ao produtor rural o pagamento do empréstimo com parte da produção a ser colhida. Por falta de recursos financeiros sua atuação ficou bastante limitada em 1990, conforme Quadro I em anexo.

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANC. DO NORTE FNO DE ÂMBITO FEDERAL

Este fundo tem como objetivo fundamental, contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região norte, mediante assistência técnica e financeira aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais dos governos estaduais.

As metas alcançadas por este programa constam no Quadro II em anexo.

QUADRO I

PROGRAMA DE CRÉDITO RURAL DIFERENCIADO - CRD

MUNICÍPIO	PROJETOS ENCAMINHADOS AO BEA		PROJETOS CONTRATADOS PELO BEA	
	Nº	VALOR (Cr$ 1,00)	Nº	VALOR (Cr$ 1,00)
. Coari	37	1.607.094,	21	895.789,
. Castanho	12	779.925,	-	-
. Humaitá	36	1.742.091,	-	-
. Itacoatiara	80	4.477.017,	-	-
. Lábrea	95	2.975.058,	72	1.830.077,
. Manaus	23	1.194.629,	-	-
. Maués	42	2.267.178,	-	-
. Manacapuru	19	712.170,	02	69.601,
. Manicoré	113	2.126.984,	-	-
. Novo Airão	39	2.038.445,	-	-
. Parintins	90	4.669.375,	-	-
. Tefé	77	3.901.950,	-	-
. Rio P.da Eva	23	1.660.652,	-	-
TOTAL	686	30.152.568	95	2.795.467,

- Atividades financiadas: arroz, milho, feijão e mandioca.

- Posição: 05.11.90

QUADRO II

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

MUNICÍPIO	PROJETOS ENCAMINHADOS AO BASA		PROJETOS CONTRATADOS PELO BASA	
	Nº	VALOR (Cr$ 1,00)	Nº	VALOR (Cr$ 1,00)
. Anori	30	19.923.520,	-	-
. Autazes	04	30.207.037,	04	30.207.037,
. Boca do Acre	09	170.893.084,	-	-
. Coari	02	1.633.270,	01	1.033.270,
. Carauari	17	25.480.131,	08	4.774.710,
. Castanho	08	15.377.671,	03	5.946.040,
. Eirunepé	22	18.494.886,	03	2.291.691,
. Humaitá	09	17.975.393,	02	4.268.035,
. Itacoatiara	09	73.331.190,	04	11.925.118,
. Lábrea	06	6.982.934,	01	2.619.712,
. Manaquiri	01	4.504.301,	-	-
. Manaus	17	97.348.327,	03	5.049.495,
. Manicoré	01	965.257,	-	-
. Manacapuru	19	41.235.155,	07	14.284.079,
. Parintins	10	89.411.720,	-	-
. Presidente F.	04	13.302.150,	-	-
TOTAL	168	627.066.026	36	82.399.187,

- Posição: 5.11.90

- Atividade: Pecuária de Leite, Piscicultura, Avicultura, Pesca, Artesanato, Cunicultura, Seringal Nativo, Mandioca, Milho, Citros, Arroz, Cupuaçu, Suinocultura, Maracujá, Mamão, etc.

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990 1o. TRIMESTRE PROGRAMA	1o. TRIMESTRE REALIZ.	2o. TRIMESTRE PROGRAMA	2o. TRIMESTRE REALIZ.	3o. TRIMESTRE PROGRAMA	3o. TRIMESTRE REALIZ.	4o. TRIMESTRE PROGRAMA	4o. TRIMESTRE REALIZ.	TOTAL PROGRAMA	TOTAL REALIZ.
. PROGRAMA DE REFORMA AGRARIA												
. Projetos	No.	06	-	-	-	-	-	-	-	-	07	12
. Familias Assistidas	No.	1.553	-	-	-	-	-	-	-	-	1.376	1.708
. PROGRAMA DE PRODUCAO DE ALIMENTOS - PPA												
. Projetos	No.	29	-	-	-	-	-	-	-	-	45	29
. Comunidades assistidas	No.	96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91
. Familias assistidas	No.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500
. PROGRAMA NACIONAL DE MICROBACIAS HIDROGRAFICAS												
. Projetos	No.	01	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-
. Familias assitidas	No.	46	-	-	-	-	-	-	-	-	225	-
. SISTEMA ENERGETICO INTEGRADO - SEI												
. Biodigestor	No.	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82
. Energia hidraulica	No.	88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
. Energia solar	No.	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
. Eletrificao Rural Convencional	No.	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88
. Eletrificacao Rural - MRT	No.	79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83
. Energia Eolica	No.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
. Gasogenio	No.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
. PROGRAMA DE INCENTIVO A PRODUCAO DE BORRACHA												
. Assistencia Tecnica e Supervisao Crediticia aos projetos	Projetos	393	-	-	-	-	-	-	-	-	363	-
. Produtores assistidos	No.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362	-
. PROVARZEAS / PRONI												
. Produtos assistidos	No.	159	-	-	-	-	-	-	-	-	945	159

OBSERVACOES E COMENTARIOS :

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990 1o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 1o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 2o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 2o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 3o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 3o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 4o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 4o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 TOTAL PROGRAMA	1990 TOTAL REALIZ.
. CONTROLE ZOO-SANITARIO												
. REBANHO BOVINO												
. Vacinacao contra Febre Aftosa												
. Bovinos	cab.	128,000									612.827	150.000
. Bubalinos	cab.	-									27.900	-
. Ovinos/Caprinos	cab.	-									32.000	3.500
. Vacinacao contra Brucelose												
. Bovinos	cab.	-									59.700	8.000
. Bubalinocultura	cab.	-									5.400	-
. Vacinacao contra Raiva												
. Bovinos	cab.	-									193.816	6.500
. Bubalinos	cab.	-									16.800	-
. INCENTIVO A PRODUCAO DE GRAOS E OLERICOLAS												
. Sementes Adquiridas e Distribuidas												
. Pimentao	kg	32,6									50,0	40,0
. Coentro	kg	316,0									294,0	300,0
. Melancia	kg	378,5									770,0	400,0
. Quiabo	kg	38,4									35,0	42,0
. Repolho	kg	26,7									33,0	38,5
. Couve	kg	28,4									15,0	47,0
. Pepino	kg	47,4									10,0	75,0
. Maxixe	kg	-									20,0	20,0
. Tomate	kg	11,5									15,0	15,0
. Salsa	kg	-									5,0	-
. Abobora	kg	59,3									15,0	100,0
. Cenoura	kg	-									2,0	-
. Rabanete	kg	-									2,0	-
. Berinjela	kg	-									2,0	-
. Beterraba	kg	-									2,0	-
. Cebolinha	kg	33,4									-	34,0
. Alface	kg	32,0									-	55,0
. Tangerina Cleopatra	kg	-									15,0	25,0
. Mamao	kg	-									15,0	10,0
. Milho	t	66,1									100,0	100,0
. Arroz	t	45,4									115,0	100,0
. Feijao	t	30,3									10,0	10,0
. Juta	t	-									26,0	-
. Malva	t	-									65,0	-

OBSERVACOES E COMENTARIOS :

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990 1o. TRIMESTRE PROGRAMA	1o. TRIMESTRE REALIZ.	2o. TRIMESTRE PROGRAMA	2o. TRIMESTRE REALIZ.	3o. TRIMESTRE PROGRAMA	3o. TRIMESTRE REALIZ.	4o. TRIMESTRE PROGRAMA	4o. TRIMESTRE REALIZ.	TOTAL PROGRAMA	TOTAL REALIZ.
. Assistencia Tecnica e Extensao Rural												
. Produtores assitidos	No.	16.623	-	7.506	-	11.831	-	15.059	-	15.059	22.806	
. Donas-de-casa	No.	6.675	-	2.568	-	3.929	-	4.981	-	4.981	9.622	
. Jovens Rurais	No.	2.727		1.106		1.265		1.473		1.473	5.989	
. Grupos de Produtores	No./Part.	505/8.229		267/3.628		324/5.136		366/5.955		366/5.955	533/8.679	
. Grupos de Pescadores	No./Part.	19/1.002		16/283		21/583		27/1.268		27/1.268	-	
. Grupos de Mulheres Rurais	No./Part.	274/4.286		118/1.630		164/2.440		171/2909		171/2909	318/4.900	
. Grupo de Jovens Rurais	No./Part.	96/1.834	-	33/654	-	-	-	-	-	-	223/3.173	
. Cooperativa de Produtores	No./Part.	5/326	-	-	-	-	-	-	-	-	6/285	
. Associacao de Produtores	No./Part.	60/2.366	-	-	-	-	-	-	-	-	115/5.397	
. Sindicato de Produtores	No./Part.	12/4.088									25/3.871	
. Cantina Comunitaria	No./Part.	70/733									68/1.397	
. Orientacao sobre Educ. Alim.	pessoa	4.761									23.913	
. Orientacao sobre Captacao de agua	pessoa	1.365	-	-	-	-	-	-	-	-	917	
. Orientacao sobre Industria Caseira	pessoa	2.137	-	-	-	-	-	-	-	-	1.357	
. Orientacao sobre Artesanato	pessoa	960									3.369	
. Hortas Domesticas e Comunitarias instaladas	No./M2.	2.939/ 302.091,5									5.590/ 7.516	
. Fossas Septicas construidas	No.	186	-	-	-	-	-	-	-	-	3.009	
. Pocos/cisternas construidas	No.	7	-	-	-	-	-	-	-	-	545	
. Mini-Postos de Saudes Orientados	No.	112	-	-	-	-	-	-	-	-	239	
. Pessoas encaminhadas para documentacao	No.	1.312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
. Conservacao do Solo-Producao /Area	No./ha	1.439/ 3.195,94	-	743/ 1.143,29		748/ 1.259,59		1.092/ 1.707,9			5.651/ 7.974,4	
. Cultivo a Tracao Animal - - Produtores / Area	No./ha No./ha	159/593	-								367/721	
. Uso de Adubo Organico - Produtores/Area	No./ha	2.531/ 3.398,64	-								4.326/ 35.751,7	
. Combate a Pragas e Doencas - Produtores / Area	No./ha	3.332/ 4.819,16	-								- -	
. Animais de Servicos - Produtores / Animais	No./No.	347/306									-	
. Acudes e Barragens Contruido	No.	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
. Feira do Produtor	No./Part.	661/15.853	-	-	-	-	-	-	-	-	1.628/ 14.070	
.. Valor Comercializado	Cr$ 1.000,00	391.886	-								-	
. Culturas e Criacoes												
(Ver quadro a seguir)												

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990 1o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 1o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 2o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 2o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 3o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 3o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 4o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 4o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 TOTAL PROGRAMA	1990 TOTAL REALIZ.
. ABACAXI												
. Produtos assistidos	No.	84		76		165		165		165	194	165
. Area Plantada	Ha.	98,1		35,0		40,7		48,3		48,3	127,4	48,3
. Area Colhida	Ha.	63,9		4,3		10,2		17,7		17,7	124,2	17,7
. Producao	mil frutos	562		43,6		94,0		142,0		142,0	604,5	142,0
. ALFACE												
. Produtos assistidos	No.	221		31		41		127		127	472	127
. Area Plantada	Ha.	5,0		0,5		6,4		5,1		5,1	38,2	5,1
. Area Colhida	Ha.	4,7		0,5		5,9		3,6		3,6	38,2	3,6
. Producao	mil pes	225,7		27,0		70,2		209,3		209,3	2.445,6	209,3
. ACAI												
. Produtos assistidos	No.	7		7		7		7		7	237	7
. Area Plantada	Ha.	16,0		16,0		16,0		16,0		16,0	246,0	16,0
. Area Colhida	Ha.	10,0		6,0		16,0		16,0		16,0	246,0	16,0
. Producao	T.	27,5		16,5		44,0		44,0		44,0	147,5	44,0
. ARROZ												
. Produtos assistidos	No.	1.770		1.314		1.314		1.338		1.362	3.938	1.362
. Area Plantada	Ha.	3.013,6		1.381,8		1.381,8		1.381,8		1.381,8	5.404,3	1.381,8
. Area Colhida	Ha.	2.344,6		483,4		659,1		659,1		659,1	5.358,8	659,1
. Producao	T.	3.113,2		572,7		697,6		697,6		697.6	6.170,7	697,6
. BANANA												
. Produtos assistidos	No.	1.491		1.285,0		1.695,0		1.695,0		1.695,0	3.268,0	1.695,0
. Area Plantada	Ha.	1.830,3		1.120,4		1.120,4		1.044,5		1.044,5	3.581,6	1.044,5
. Area Colhida	Ha.	1.141,3		307,1		403,4		596,3		596,3	2.037,3	596,3
. Producao	Mil cachos	890,9		156,2		277,9		417,4		417,4	1.949,1	417,4
. GUARANA												
. Produtos assistidos	No.	776		521		568		568		568	726	568
. Area Plantada	ha.	1.453,4		1.314,3		1.314,3		1.315,6		1.315,6	1.038,2	1.315,6
. Area Colhida	ha.	1.001,5		71,6		182,7		182,7		182,7	1.038,2	182,7
. Producao	t.	107,3		9,1		27,2		27,2		27,2	177,2	27,2
. JUTA												
. Produtos assistidos	n.	226		100		100		100		100	310	100
. Area Plantada	ha.	326,5		92,7		92,7		92,7		92,7	356	92,7
. Area Colhida	ha.	242,5		9,0		90,7		90,7		90,7	356	90,7
. Producao	t.	183,8		9,0		142,6		142,6		142,6	397	142,6
. MACAXEIRA												
. Produtos assistidos	n.	30		2		64		63		63	32	63
. Area Plantada	ha.	22,8		11,2		41,2		37,3		37,3	20,0	37,3
. Area Colhida	ha.	11,0		2,5		17,0		21,0		21,0	20,0	21,0
. Producao	t.	133,0		5,5		146,0		168,0		168,0	239,0	168,0

OBSERVACOES E COMENTARIOS :

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990 1o. TRIMESTRE PROGRAMA	1o. TRIMESTRE REALIZ.	2o. TRIMESTRE PROGRAMA	2o. TRIMESTRE REALIZ.	3o. TRIMESTRE PROGRAMA	3o. TRIMESTRE REALIZ.	4o. TRIMESTRE PROGRAMA	4o. TRIMESTRE REALIZ.	TOTAL PROGRAMA	TOTAL REALIZ.
. MANDIOCA												
. Produtos assistidos	n.	7.003		4.669		5.160		5.160		5.160	9.460	5.160
. Area Plantada	ha.	11.891,2		6.272,2		6.108,2		7.403,6		8.957,0	13.007,0	8.957
. Area Colhida	ha.	4.779,8		1.040,9		1.799,8		2.687,3		3.251,0	12.498,0	3.251
. Producao	t.	55917,0		2.933,9		5.236,7		7.745,9		8.957,0	36.005,0	8.957
. MELANCIA												
. Produtos assistidos	n.	1.617		511		561		900		900	1.961	900
. Area Plantada	ha.	483,3		12,2		322,1		434,9		434,9	814,3	434,9
. Area Colhida	ha.	430,6		6,0		24,2		251,3		251,3	806,3	251,3
. Producao	mil frutos	1.119,0		6,0		49,4		408,3		408,3	2.211,0	408,3
. MILHO												
. Produtos assistidos	n.	3.200		1.667		1.667		1.819		1.819	3.355	1.819
. Area Plantada	ha.	2.556,0		1.320,0		1.320,0		1.646,0		1.646,0	2.406,0	1.646
. Area Colhida	ha.	1.310,0		811,0		1.010,0		1.010,0		1.010,0	2.399,0	1.010
. Producao	t.	1.960,0		1.326,0		1.714,0		1.714,0		1.714,0	4.249,0	1.714
. CACAU												
. Produtos assistidos	n.	233		191		191		191		191	299	191
. Area Plantada	ha.	404,0		292,3		292,3		292,3		292,3	417,8	292,3
. Area Colhida	ha.	158,0		114,0		121,0		131,0		52,0	370,8	131,0
. Producao	t.	72,4		26,4		46,8		52,0		52,0	112,6	52,0
. CAFE												
. Produtos assistidos	n.	923		1.360		1.720		1.771		1.771	2.097	1.771
. Area Plantada	ha.	893,1		857,2		2.334,0		2.334,0		2.334,0	1.209,1	2.334,0
. Area Colhida	ha.	167,8		8,4		114,8		146,6		146,6	1.002,1	146,6
. Producao	t.	167,6		2,5		96,9		115,1		115,1	268,6	115,1
. COENTRO												
. Produtos assistidos	n.			10		21		76		76	397	76
. Area Plantada	ha.			0,8		3,1		4,1		4,1	11,7	4,1
. Area Colhida	ha.			0,4		2,5		3,0		30,5	11,7	3,0
. Producao	mil macos			10		70,6		89,6		89,6	535,2	89,6
. CITROS												
. Produtos assistidos	n.	314		499		578		586		586	772	586
. Area Plantada	ha.	465,4		394,7		319,7		319,7		319,7	409,0	319,7
. Area Colhida	ha.	277,4		106,7		156,2		177,7		177,7	404,5	177,7
. Producao	mi. frutos	11,137,0		3.242,5		5.242,5		5.242,5		5.242,5	16,671,3	5.242,5
. CUPUACU												
. Produtos assistidos	n.	270		216		216		216		216	829	216
. Area Plantada	ha.	391,8		319,5		319,5		319,5		319,5	1.150,8	319,5
. Area Colhida	ha.	310,0		220,7		215,2		215,2		215,2	1.134,8	215,2
. Producao	mil frutos	995,1		536,7		652,6		652,6		652,6	1.230,8	652,6

OBSERVACOES E COMENTARIOS :

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990									
			1o. TRIMESTRE		2o. TRIMESTRE		3o. TRIMESTRE		4o. TRIMESTRE		TOTAL	
			PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.
FEIJAO												
. Produtos assistidos	n.	2.207		604		757		869			2.470	
. Area Plantada	ha.	1.197,0		482,8		831,2		1.025,8			1.468,1	
. Area Colhica	ha.	606,0		92,4		92,4		487,1			1.468,1	
. Producao	t	473,5		78,5		78,5		369,5			1.431,1	
PIMENTA DOCE												
. Produtos assisticos	n.			5		5		5		5	6	5
. Area Plantada	ha.			1,0		1,0		1,0		1,0	1,0	1,0
. Area Colhica	ha.			1,0		1,0		1,0		1,0	1,0	1,0
. Producao	t			6,0		12,0		18,0		18,0	20,0	18,0
PIMENTAO												
. Produtos assisticos	n.	82		59		60		100		100	226	100
. Area Plantada	ha.	19,8		11,6		24,5		24,5		24,5	43,8	24,5
. Area Colhida	ha.	11,5		6,1		11,6		11,6		11,6	43,8	11,6
. Producao	t	137,0		85,3		185,0		185,0		185,0	610,7	185,0
PUPUNHA												
. Produtos assisticos	n.			116		124		124		124	244	124
. Area Plantada	ha.			80,0		80,0		80,0		80,0	62,0	80,0
. Area Colhida	ha.			7,0		7,0		7,0		7,0	60	7,0
. Producao	mil cachos			13,6		14,8		14,8		14,8	294,0	14,8
REPOLHO												
. Produtos assisticos	n.	175		43		100		134		134	426	134
. Area Plantada	ha.	32,4		10,3		28,3		52,0		52,0	72,5	52,0
. Area Colhida	ha.	20,2		9,3		23,3		29,3		29,3	72,5	29,3
. Producao	t	341,8		173,2		459,5		558,7		558,7	1.249,0	558,7
SERINGUEIRA												
. Produtos assisticos	n.	240		134		134		134		134	206	134
. Area Plantaca	ha.	8.766,0		3.889,0		3.889,0		3.889,0		3.889,0	2.657,0	3.889,0
. Area Colhida	ha.	57,0		14,0		14,0		14,0		14,0	807,0	14,0
. Producao	t	16		1,3		7,1		7,1		7,1	71,2	7,1
TOMATE												
. Produtos assisticos	n.	34		23		63		132		132	478	132
. Area Plantaca	ha.	8,7		4,3		6,4		8,7		8,7	42,1	8,7
. Area Colhida	ha.	4,8		80,5		8,5		8,5		8,5	43,1	8,5
. Producao	t	63		53,1		73,5		73,5		73,5	558,5	73,5
BOVINOCULTURA MISTA												
. Produtores	n.	1.039									892	1.169
. Rebanho	n./cab	81.765									84.806	51.100
. Producao	t carne	992,5									1.762,0	2.420,2
	l leite	958,4									3.040.891,0	407.413,6
	kg queijo	148,8									293.040	60.722,8

OBSERVACOES E COMENTARIOS

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990 1o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 1o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 2o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 2o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 3o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 3o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 4o. TRIMESTRE PROGRAMA	1990 4o. TRIMESTRE REALIZ.	1990 TOTAL PROGRAMA	1990 TOTAL REALIZ.
. BOVINOCULTURA DE CORTE												
. Produtores	No.	717									1.277	539
. Rebanho	No. cab.	140.454									196.717	102.855
. Producao	t carne	2.297,3									3.933,5	1.160,8
. BOVINOCULTURA DE LEITE												
. Produtores	No.	231									819	207
. Rebanho	No. cab.	3.636									3.752	9.230
. Producao	l leite	871,5									196.040,0	119.000
	kg queijo	-									2.000	2.650
. BUBALINOCULTURA												
. Produtores	No.	87									101	70
. Rebanho	No. cab.	17.436									19.261	413
. Producao	t carne	487,0									958,0	237,7
. AVICULTURA DE CORTE												
. Produtores	No.	25									42	41
. Plantel	Mil cab.	286.500									205	81
. Producao	t carne	557,4									364,3	144,1
. AVICULTURA DE POSTURA												
. Produtores	No.	13									13	2.364
. Plantel	Mil cab.	61.350									165	757
. Producao	Mil cab.	1.017,5									862	144,1
		18										
. AVICULTURA DOMESTICA												
. Produtores	No.	2.202									1.294	2.325
. Plantel	Mil cab.	134.670									723	2.342
. Producao	t carne	-									64,6	-
. SUINOCULTURA												
. Produtores	No.	627									607	711
. Rebanho	No. cab.	12.765									9.275	11.712
. Producao	t carne	126,8									437,3	12,2
. OVINOCULTURA												
. Produtores	No.	98									276	189
. Rebanho	No. cab.	3.536									4.927	4.325
. Producao	t carne	1,2									2.226,7	15,0
. CAPRINOCULTURA												
. Produtores	No.	101									363	154
. Rebanho	No. carne	1.711									3.504	2.795
. Producao	t carne	1,0									1.726,4	0,3

OBSERVAÇÕES E COMENTARIOS :

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990									
			1o. TRIMESTRE		2o. TRIMESTRE		3o. TRIMESTRE		4o. TRIMESTRE		TOTAL	
			PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.
. PSICULTURA												
. Produtores	No.	100									85	110
. Plantel	mil cab.	349.000									6	41
. APICULTURA												
. Produtores	No.	-									118	
. Rebanho	mil abelhas	-									10	
. Producao	1 mel	-									2.600	

OBSERVACOES E COMENTARIOS :

EMPRESA AMAZONENSE DE DENDE - EMADE
RELATORIO DE ATIVIDADE - 1990

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	REALIZ. EM 1989	1990									
			1o. TRIMESTRE		2o. TRIMESTRE		3o. TRIMESTRE		4o. TRIMESTRE		TOTAL	
			PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.
. Manutencao da cultura	ha	1.142	1.142,0	286,5	1.292	-	1.452	-	1.602	-	1.602	1.428,5
. Desenvolvimento	ha	160	-	-	175	175	-	-	-	-	175	175
. Preparo de area	ha	100	160	290	-	-	250	-	50	-	710	290
. Plantio	ha	96	150	286,5	-	-	160	-	150	-	460	286,5
. Criacao e Pre-viveiro	ha	70.000	70.000	70.000	50.000	50.000	-	-	-	-	150.000	150.000
. Viveiro	ha	48.000	35.000	35.000	35.000	35.000	50.000	50.000	50.000	50.000	85.000	85.000
. Construcao da Usina	%	30	16	16	8	8	34	-	34	-	100	24
. Manutencao de estradas	km	28	36	36	20	20	36	10	45,5	10	45,5	36
. Abertura de estradas	km	4	-	-	-	-	9,5	-	-	-	9,5	-
. Projeto de Engenharia Civil	n.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-
. Treinamentos Funcionarios	n.	04	02	-	-	-	03	02	04	-	12	02
. Construcao de casas Tipo A	n.	01	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
. Construcao de casas Tipo B	n.	-	-	-	-	-	01	-	02	-	03	-
. Construcao de casas Tipo C	n.	40	-	-	-	-	50	-	-	-	50	-
. Manutencao do Porto (2)	%	100	10	10	20	05	30	10	40	10	100	35
. Terraplanagem local usina	%	30	60	60	40	40	-	-	-	-	100	100
. Vila Manutencao	%	50	25	10	25	-	25	-	25	-	100	10

OBSERVACOES E COMENTARIOS : 1) Em 1989 foi feita a germinacao de 70.000 sementes e em 1990 elas estavam em pre-viveiro
2) No periodo de 1989 foi feita a construcao da Rampa de Acesso do Porto

COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA
CEPA

Durante o ano de 1990 a CEPA teve seu plano concentrado em aprovação de projetos, viagens de acompanhamento e elaboração de relatórios.

No quadro a seguir se demonstra o elenco de atividades durante o ano de 1990.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE - 1990

QUADRO - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE	1990									
		1o. TRIMESTRE		2o. TRIMESTRE		3o. TRIMESTRE		4o. TRIMESTRE		TOTAL	
NEAP		PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ.	PROGRAMA	REALIZ
. Administração e Monitoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Viagem de Acompanhamento	una	01	-	01	-	01	-	01	-	04	-
. Elaboração de Relatorios	un	01	-	01	-	01	-	01	-	04	-
. Projetos Elaborados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Projetos Aprovados	un	05	-	-	-	-	-	-			
Reformulação:											
- Diretrizes para Execução	una	-	-	01	01	-				01	01
- Metodologia de Acompanhamento	una	-		01	01					01	01
- Roteiro para Elaboração de Projetos	un	-		01	01					01	01
- Linhas basicas para a Formação e Func. no Conselho Intercomunitário Local.											
- Reuniões do Conselho Executivo do F.D.C	una	01	01	01	-	01	01	01	-	04	-
- Seminário em Desenvolvimento Comunitário	un	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Levantamento de dados a nível municipal.	n.	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Viagem a área programa.	n.	01	-	01	-	01	-	01	-	04	-
. Elaboração do Relatório de Avaliação por Segmento	n.	-	-	-	-	01	01	-	-	01	01
. Elaboração do Relatório sobre Produção Agricola	n.	-	-	01	-	-	-	-	-	01	-
. Definicao de Metodologia para Avaliação do Segmento Comunitário, execução da Avaliação do Desenvolvimento Comunitário.	una	01	-	-	-	-	-	-	-	01	-

SEAD

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
S E A D

Apesar de todas as dificuldades detectadas no ano de 1990, a Secretaria de Estado da Administração, conseguiu realizar diversos trabalhos, tais como:

- Melhoria no salário dos servidores.

- Melhoria no sistema de Comunicação (incluindo interfone, telefonia interna e externa).

- Criação de um grupo-tarefa, para reestudar o posicionamento dos recursos humanos e materiais, assim como para estudar o planejamento, execução e avaliação de um Plano de Cargos e Salários (trabalho que normalmente também é efetuado por consultores externos, tal é a sua complexidade e amplitude), visando ao mesmo tempo, a implantação de Regime Jurídico único para todos os servidores amazonenses.

- Apoio integral ao Processo de Informatização nas áreas de Pessoal, Administração e Transporte.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em linhas gerais, dadas as dificuldades financeiras pelas quais atravessa o nosso Estado, o Departamento de Administração teve de ajustar-se à conjuntura e não pôde implementar, em toda a sua plenitude, as reformas e outras providências necessárias à otimização operacional desta Secretaria.

Principais atividades desenvolvidades pelo Departamento de Administração:

Informatização de diversos Setores: Divisão de Pessoal, Protocolo, Finanças, Material.

À Escola de Serviço Publico do Estado do Amazonas-ESPEA realizou cursos de curta, média e longa duração, nas seguintes áreas:

CURSOS

Chefia e Liderança

Secretária Júnior

Secretária Executiva

Administração Orçamentária e Financeira

Inglês e Taquigrafia

Administração de Material

Administração Patrimonial

Administração de Transportes Oficiais

Estética Datilográfica

Administração de Pessoal

Técnica em Comunicação Escrita e Redação Oficial

Relações Humanas

Arquivo e Protocolo

Paralelamente, a ESPEA realizou os seguintes concursos:

Técnico de Incentivo

Assistente Técnico

Agente Administrativo

Auxiliar de Serviços Gerais

Motorista

Concursos vários para a Policia Judiciária.

À Coordenadoria do sistema de Transportes Oficiais apesar de todas as dificuldades assegurou a continuidade no abastecimento dos veículos oficiais, quer da Administração Direta, quer da Administração Indireta, incluindo as Polícias Judiciária e Militar com o remanejamento de veículos, tendo em vista a economia de combustível e a racionalização de Serviços na área de transportes.

SESAU

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
S E S A U

A Secretaria de Estado de Saúde no ano de 1990, prestou serviços de assistência médico-sanitária e hospitalar, através das unidades de saúde que compõem a rede física deste órgão.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- Análise da Situação Atual

De acordo com o princípio da descentralização das ações, e dos serviços, no processo de implantação do Sistema único de Saúde, as unidades Assistências do antigo INAMPS (PAM'S), foram transferidos para esta Secretaria Estadual, através da assinatura do Termo de Cessão, com relação ao patrimômio, estrutura física, bem como, os serviços de Tratamento Fora Domicílio - TFD, convênios e credenciamento da rede privada.

Ocorre que a própria estrutura administrativa da SESAU, não estava preparada para absorver esses serviços, o que gerou uma situação confusa, ficando suspensos os credenciamentos, basicamente por falta de definição, inclusive por parte da CIS, fórum Legal de decisões para assuntos como este, mas que não se manisfestou frente ao problema, em face de desativação, neste momento.

O Ministério da Saúde encaminhou a esta Secretaria o PLANO PLURIANUAL DE SAÚDE para o período 1991-1995, o qual traz a proposta de implantação do PRÓ-SAÚDE, programa criado com a finalidade de injetar recursos financeiros na recuperação, gerenciamento e capacitação de recursos humanos das unidades de serviços de urgências.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1990

- As atividades realizadas foram as seguintes:

- COORDENADORIA METROPOLITANA DE SAÚDE - C.M.S

. Ampliação e reformas do pronto atendimento Joventina Dias;

. Reforma e ampliação dos centros de saúde Ajuricaba e Rayol dos Santos;

. Ampliação das CAMIS I e III;

. Construção e equipamento nos Municípios do Careiro/Castanho e Careiro da Várzea;

. Construção e equipamento dos 34 postos de saúde nos Municípios de Iranduba, Castanho, Careiro da Várzea, Autazes, Novo Airão e Presidente Figueiredo;

. Reforma e equipamento do PAM 431 para pronto socorro infantil com 50 leitos;

. Ampliação e equipamento do ambulatório da U.M. Autazes.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO INTERIOR - C.S.S.I

. Participação na equipe de elaboração do Plano Quinquenal 90-94;

. Realização de treinamento para implantação do Sistema de Informações Hospitalares de 12 Municípios;

. Supervisão e acompanhamento do Projeto Calha Norte - PASEI, nos Municípios de Alto Solimões Rio Negro, Boca do Acre, Lábrea;

. Abastecimento de medicamentos e outros, nas áreas do Calha Norte.

CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS - HEMOAM

. COLETAS DE SANGUE:

HEMOAM	9.789 - Coletas
EXTERNAS	1.436 - Coletas

. ATENDIMENTO À GESTANTE

Rh Negativo — 398 - Atendimentos

. DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS

Anti-D para gestantes com filho Rh (+)

. EXAME IMUNOHEMATOLÓGICO DAS GESTANTES — 2.149 - Exames

Transfusão Sanguínea — 22.435 - Unidades

. PROVAS DE COMPATIBILIDADE — 21.483 - Provas

. PRODUÇÃO DE HEMODERIVADOS — 23.455 - Unidades

. TIPAGEM SANGUÍNEA — 13.372 - Tipagem

. ATENDIMENTO HEMATOLÓGICO — 2.500 - Consultas

. CONTROLE SOROLÓGICO

	Doador	Paciente	= Total
SÍFILIS	8.978	378	9.356
HBsGg	8.978	346	9.324
HIV	8.978	290	9.268
CHAGAS	7.199	169	7.368
			35.316

. INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DO HEMOAM

. Implantação - Núcleo de Coari

. Treinamento de Rh - Parintins, São Gabriel

. IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE HEMOGLOBINAS

- Iniciou em: agosto 1990

- Feito - 200 eletroforeses

- COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA- COFIS

. Visitas a estabelecimentos comerciais, varejistas e

atacadistas de medicamentos, comésticos e saneantes;

. Visitas a Bancos de Sangue e Laboratórios de Análises Clínicas;

. Visitas a consultórios, óticas, hotéis, motéis, estabelecimentos hospitalares e similares;

. Registro de domissanitários e de alimentos; cadastramento das drogarias existentes.

- PROGRAMA DE CONTROLE DE DIABETES

. Implantar Programas

Implantação do Programa no SESC.

. Supervisionar atendimentos

. Formar equipe multiprofissional

. Assessorar a CEME e Laboratório Central

. Promover cursos de capacitação

Cursos realizados: Controle e Orientação para Pacientes; Atualização de Profissionais; Seminário Pan-Americano realizado em João Pessoa.

- COORDENADORIA DE EPIDEMIOLOGIA - COOREP

. Implantação de 22 postos de notificação negativa de paralisia flácida, sendo 07 na capital e 15 no interior;

. Elaboração do diagnóstico epidemológico da cidade de Manaus;

. Participação em campanhas de vacinação;

. Busca ativa de casos de suspeitos de hepatite, realização de exames (HBS) em casos suspeitos e vacinação.

- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL û SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA - PAISMC

. Implantação:

Centro de Saúde de Tabatinga

Unidade Mista de Atalaia do Norte

Implementação:

São Gabriel da Cachoeira

Centro de Saúde de Tabatinga

Na Capital - Foram realizadas 02 supervisões em 12 unidades de saúde.

No Interior - Foi realizado 01 supervisão em 02 unidades de saúde.

CAPACIDADE FISICA INSTALADA/SESAU

REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE, SEGUNDO TIPO E NÚMERO DE LEITOS OPERACIONAIS - 1990

REDE ASSISTENCIAL	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL	Nº DE LEITOS OPERACIONAIS
POSTO DE SAUDE	03	294	297	- - -
CENTRO DE SAUDE	38	14	52	- - -
UNIDADE MISTA	--	44	44	1.309
HOSPITAIS	13	--	13	716
MATERNIDADE	02	--	02	11
PRONTO SOCORRO	04	--	04	87
CENTRO ESPECIALIZ.	03	--	03	- - -
T O T A L = = =>>>				2.123

Foram realizados em Manaus, no ano de 1990, 08 reformas e 02 ampliações em Centro de Saúde e nos Municípios do Amazonas, foram construidos 09 hospitais e 01 Centro de Saúde, ampliados 02 Centros de Saúde, 02 Unidades Médicas e 01 Hospital.

SERVIÇOS PRODUZIDOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO POR REGIONAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	ATENDIMENTO AMBULATORIAL				ATENDIMENTO HOSPITALAR						
REGIONAIS DE SAÚDE	ATENDIMENTO BÁSICO	CONSULTA MÉDICA	ASSISTENCIA ODONTOLOGICA T.C	ASSISTENCIA ODONTOLOGICA PROC.	CLINICAS CIRURGIA	CLINICAS MÉDICA	CLINICAS PSIC.	CLINICAS PEDIA.	CLINICAS OBST.	CLINICAS ONCOL.	ALTAS
SOLIMÕES/NEGRO	52.581	93.270	1.260	146.485	898	2.472	535	1.489	4.645	235	10.274
SOLIMÕES/PURUS	39.720	17.520	-	5.592	295	3[illegible]	-	432	580	-	1.686
MÉDIO AMAZONAS	48.166	23.830	14	22.432	306	525	-	333	1.236	-	2.400
RIO MADEIRA	55.651	26.493	199	17.446	228	1.713	13	1.353	1.246	-	4.553
ALTO RIO NEGRO	28.246	13.747	-	6.691	62	405	-	442	186	-	1.085
TRIANG. SOL./JUR.	47.661	26.778	-	22.993	247	1.014	13	779	1.234	-	3.307
REGIONAL PURUS	46.572	22.413	-	21.682	52	750	2	555	705	-	2.064
JURUÁ	29.983	9.844	-	4.273	12	193	-	177	310	-	692
ALTO SOLIMÕES	10.312	7.975	55	19.840	2	64	5	12	15	-	98
BAIXO AMAZONAS	63.849	17.322	94	7.722	96	2.302	-	331	310	-	3.039
T O T A L	422.741	253.649	1.622	275.156	2.188	9.826	568	5.914	10.467	235	29.198

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE SAUDE

DA SESAU

1º.2º E 3º T - 1990

ESPECIFICAÇÃO / ATIVIDADES	PROGRAMADO	REALIZADO	%
ATENDIMENTO BÁSICO	5.168.880	422.741	8,17
ATENDIMENTO MÉDICO-AMBULATORIAL	2.212.008	259.201	11,71
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO TRAT. COMP.	143.937	1.622	1,13
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PROCEDIMENTO	709.350	275.156	38,79
INTERNAÇÃO NA REDE PÚBLICA	97.624	29.048	29,75
RÁDIO DIAGNÓSTICO	116.938	20.691	17,69
MEDICINA NUCLEAR	2.203	64	2,90
ULTRASSON	5.601	2.125	37,93
OUTROS EXAMES DE IMAGENOLOGIA	6.750	-	-
PATOLOGIA CLÍNICA	1.376.592	226.022	16,41
ESTUDOS HEMODINÂMICOS	-	-	-
OUTROS EXAMES ESPECIALIZADOS	36.522	41.758	114,33
FISIOTERAPIA	14.541	17.296	118,94
HEMOTERAPIA (TRANSFUSÃO)	135.000	41.390	30,65
OUTRAS TERAPIAS ESPECIALIZADAS	34.952	15.896	45,47
TRATAMENTO FORA A DOMICILIO	1.270	-	-
ORTESES/PROTESES ORTOPEDICAS	45	-	-
ORTESES/PROTESES OUTRAS	5.667	413	7,28

CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

A performace de campanhas como a vigilância epidemiológica, profilaxia da raiva, imunizações e controle das doenças transmissiveis foram neste ano, prejudicadas pelo carência de recursos, que refletia negativamente nos serviços de treinamento de pessoal, suprimento de imunobiológicos, material de laboratório, substituição de vacinas vencidas, embarque e recebimento de vacinas.

O Laboratório Central(LACEN) neste ano, manteve uma escala de sobreaviso para atendimento de diagnóstico laboratorial para casos de suspeitos de meningites em todo o Estado, atendendo a rede hospitalar pública e particular.

Quanto ao Programa Nacional de Imunização (PNI), observando os dados estatísticos, verifica-se que a cobertura vacinal de rotina ano a ano, vem alcançando índices que pouco têm contribuído para o controle das doenças transmissíveis preveníveis por imunizantes e consequentemente, para modificar o perfil epidemiológico no Estado.

CASOS E ÓBITOS DE DOENÇAS TRANSMISSIVEIS COMFIRMADOS NO ESTADO DO AMAZONAS - 1 9 9 0 -

D O E N Ç A S	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	CASOS	ÓBITOS	CASOS	ÓBITOS	CASOS	ÓBITOS
FEBRE TIFÓIDE	7	-	62	2	69	2
D. MENINGOCÓCICA	11	6	3	3	14	8
DIFTERIA	7	1	1	-	8	1
SARAMPO	460	1	294	1	754	2
COQUELUCHE	83	-	162	-	245	-
POLIOMIELITE	-	-	1	-	1	-
TÉTANO ACIDENTAL	12	3	12	3	24	6
O. MENINGITES	74	15	20	4	94	19
T. NEONATAL	1	1	1	1	2	2
SÍFILIS	193	-	202	-	395	-
LEPTOSPIROSE	18	2	1	1	19	3
HEPATITE	228	3	838	-	1066	19

CASOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NOTIFICADOS E CONFIRMADOS

NO ESTADO DO AMAZONAS - 1990

DOENÇAS	Nº DE CASOS NOTIFICADOS		Nº DE CASOS CONFIRMADOS		CONFIRMADO POR EXAME DE LABORAT.		Nº DE CASOS NOTIFICADOS		Nº DE CASOS CONFIRMADOS		CONFIRMADO POR EXAME DE LABORAT.	
	CAP	INT	CAP	INT	CAP	INT	CAP	INT	CAP	INT	CAP	INT
POLIOMIELITE	4	8	-	1	-	1	4	8	-	1	-	1
D. MENINGOCÓCCIA	13	4	11	3	8	2	13	4	11	3	8	2
D. MENINGITES	111	17	74	17	74	15	111	17	74	17	74	15
DIFTERIA	8	1	7	1	7	1	8	1	7	1	7	1
TÉTANO NEONATAL	1	1	1	1	-	-	1	1	1	1	-	-
TÉTANO ACIDENTAL	15	12	15	12	-	-	15	12	15	12	-	-
RAIVAS	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-

INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE MANAUS
I M T M

No ano de 1990 o Instituto de Medicina Tropical de Manaus - IMTM, desenvolveu, através dos seus vários segmentos, as seguintes atividades:

ÁREA MÉDICO HOSPITALAR

. Unidade Ambulatorial

Esta unidade conta atualmente com 13 consultórios médicos e um odontológico. Durante o exercício foram atendidos 28.400 pacientes em consultas ambulatoriais. Para o atendimento dessa demanda o ambulatório conta com o concurso de 35 médicos.

CONSULTAS AMBULATORIAIS

ESPECIALIDADE	PACIENTES ATENDIDOS	%
Clínica Médica	8.806	31,0
Pediatria	1.410	5,0
Malária	8.110	28,5
Dermatologia	7.640	26,9
Leishmaniose	937	3,3
Cardiologia	610	2,1
Outras	887	3,2
T O T A L	28.400	100,0

. Setor de Odontologia

Contando com 03 Dentistas e 01 Auxiliar, as atividades do Setor estão voltadas para o atendimento dos servidores do Instituto e seus dependentes e dos pacientes internados.

ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

Consultas	254
Extrações	133
Restaurações	225
Aplicações de Flúor	19
Outros	70

. Unidade Clínica

Atualmente o IMTM dispõe de 60 leitos para internação.. Por falta de pessoal o Hospital vem operando com cerca de 60% de sua capacidade, isto é, 35 leitos.

No ano de 1990 foram internados 1.152 pacientes.

PATOLOGIAS MAIS FREQUENTES

Diagnóstico	Nº de Pacientes Internados
Hepatite	23
Malária Falciparum	164
Acidente Ofídico	59
Meningite Bacteriana	77
Pneumonia	48
Sarampo	35
Gastroenterite	20
Tétano	22
Infecção Urinária	16
Meningite Bacteriana	13
Febre Tifóide	10

. Unidade de Análises Clínicas

Foram realizados exames de Hematologia, Bioquímica e Uroanálise, num total de 22.417 exames, em pacientes de ambulatório e internados.

. Unidade de Enfermagem

Funcionando em 3 turnos, a Unidade conta atualmente com 8 enfermeiros e 54 técnicos/auxiliares para atendimento de toda a área hospitalar.

. Unidade de Nutrição e Dietética

Conta com uma equipe de 25 servidores entre Técnicos de Nutrição, Cozinheiros, Auxiliares de Nutrição e Auxiliares de Cozinha, e serviu 149.445 refeições para pacientes, acompanhantes e funcionários.

. Unidade de Apoio Diagnóstico

A Unidade conta com 2 Técnicos e 1 Radiologista, realizando exames em pacientes internados e ambulatoriais.
No serviço de eletrocardiografia opera um Técnico atendendo pacientes internados e de Ambulatório.

. Serviço Social

Foram atendidos e encaminhados pelo Serviço Social 6.404 casos de pacientes.

. Farmácia

Conta com 4 funcionários que exercem o trabalho de dispensar a medicaçäo para os pacientes internados e de Ambulatório.

ÁREA DE PESQUISA E DESEVOLVIMENTO

As atividades de pesquisa vem se desenvolvendo através de 04 unidades:

. Unidade de Protozoologia

Desempenhou atividades de rotina e pesquisa sobre Malária e Leishmaniose.

. Unidade de Virologia

Foram atendidos 613 pacientes em ambulatório, dos quais 81 foram encaminhados ao HEMOAM e realizados 1.788 exames sorológicos para Hepatite A, B e Delta e 807 exames específicos (sorológicos) para o Projeto do I.M.T.M., além dos projetos e pesquisas desenvolvidos sobre estudos clínicos - sorológicos das Hepatites.

. Unidade de Animais Peçonhentos

- Ofidismo: Foram coletados 112 serpentes para o serpentário, 39 das quais peçonhentas.

O Laboratório de processamento de venenos extraiu, centrifugou e/ou filtrou e liofilizou venenos de Lanchesis muta, Bothrops atrox, Micrurus surinamensis, M. spixii e crotalus durissus ruruima que foram armazenados no Banco de Venenos do Instituto ou cedidos para laboratórios produtores de sôro (FUNEDE) ou ainda encaminhados para pesquisadores de outras Instituições que trabalham conjuntamente com este Instituto (FUNEDE, Núcleo de Ofiologia de Goiânia, Departamento de Saúde Pública Tropical de Harvard, ICB-USP; Instituto Butantã).

- Biotério: O Biotério forneceu animais como camundongos, ratos brancos, hamsters e gerbils, destinados à alimentação de serpentes, inoculação experimentais e isolamento de Leishmania, bem como manutenção de cepas de Malária. Também foi responsável pelo fornecimento de sangue de coêlho, utilizado para o preparo de meios de cultura.

Foram desenvolvidos estudos clínicos e terapêuticos dos acidentes ofídicos da Amazônia.

. Unidade de Patologia

Realizou exames Histopatológicos (1.130), Citológicos (340) e Necrópsia (08), além de pesquisas sobre alburações morfológicas e ultra-estruturais do P. yoelli em roedores.

ÁREA ADMINISTRATIVA

. Recursos Humanos

Foi realizado um Concurso Interno para preenchimento da vagas existentes, como o aproveitamento de servidores de outros órgãos e que se encontram prestando serviço no I.M.T.M.

Assim , o Quadro de Pessoal do órgão passou a contar com um efetivo de 374 servidores, paralelamente à realização do Concurso Interno procedeu-se o Reenquadramento do Pessoal, corrigindo-se as distorções e os desvios de função.

. Material

Foi feito o controle no fluxo de ressuprimento de material, evitando-se perdas pela inobservância de prazos e qualidade dos produtos.

A escassez de medicação e produtos farmacêuticos fornecidos pela CEME levou à necessidade de adquirí-los no mercado local, a preços altos, inflacionando o orçamento do órgão.

. Encargos Gerais

Realizou reparos, principalmente na parte Hidráulica-Sanitária e na rede elétrica, totalmente deficiente e com funcionamento precário.

Os setores de Vigilância e Transporte desempenharam suas atividades limitados à escassez de recursos humanos e inoperância dos equipamentos, reduzidos a 1 ambulância e 5 viaturas em estado precário de funcionamento.

Área de Planejamento

Transformada em Assessoria, através do Decreto nº 12.585/89, desenvolveu dentre outros trabalhos:

- Elaboração da Programação da POI, com a aplicação de recursos do SUDS para o exercício de 90/91;

- Elaboração da Proposta Orçamentária para 1991;

- Acompanhamento e avaliação do desempenho orçamentário-financeiro do órgão e elaboração da Solicitação de Créditos Adicionais;

- Consolidação dos projetos de captação de recursos, acompanhamentos, avaliação e elaboração das prestações de contas dos convênios com órgão federais e estaduais.

FUNDAÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA - FUNDAÇÃO CECON

No exercício de 1990 a FCECON desenvolveu as seguintes atividades:

1. Atendimento Ambulatorial
   Portaria
   Recepção
   Triagem
   Same
   Consultórios Clínicos/Cirúrgicos
   Consultórios Ginecológicos
   Consultórios Odontológicos

1.1. Atendimento de 1a. vez/Ambulatorial - 3.346

Retorno/Ambulatorial - 4.015

Atendimento de 1a. vez/Genecologia - 1.044

Retorno/genecologia - 3.825

1.2. Serviços Complementares

Laboratório de Anatomia Patologia

Citopalogia

Patalogia Clínica

Laboratório de Bacteriologia

Radiodiagnóstico

1.3. Centro Cirúrgico
Cirurgias realizadas - 323

Números de casos de câncer - 182

1.4. Divisão de Serviços Administrativos

Serviço de Pessoal

Serviço de Secretaria - Protocolo, Estatística, Análise, Datilografia e Mecanografia.

Serviços Gerais

Orçamento

Execução Financeira

Serviço de Material

1.5. Divisão de Serviços Médicos

Oncologia Clínica

Cirurgia Oncológica e Anestesia

Radioterapia - 13.715

Quimioterapia - 1.330

Endoscopia

1.6. Divisão de Enfermagem

Unidade de Internação

Unidade de Centro Cirúrgico

Unidade Ambulatorial

1.7. Divisão de Serviços Médicos

Serviço Social Médico
Nutrição e Dietética

Codificação de Tumores

Arquivo

Estatística

Farmácia

Ainda que os dados deste relatório sumário estejam computados até setembro/90, não podemos fazer uma avaliação da programação, mas as metas estão sendo atingidas. Saliente-se que dentro da realidade da política de saúde, os serviços estão sendomantidos. Acrescente-se que as doenças transmissíveis, na sua maioria resultante do desequilíbrio social, das más condições sanitárias, analfabetismo e seus agravantes, falta de higiene,péssimas condições de moradia, formam o espaço propício ao desenvolvimento e expansão das doenças

A realidade do agravo do Mal de Hansen, é demostrado por estudos,revelando evitar que 150.000 casos novos são esperados para o quinquênio (90-95). Temos assim a obrigação de preparar pessoal e a rede básica de saúde para o diagnóstico precoce, e tratar eficazmente evitando as seqüelas e deformidades, assim como nos comprometemos em efetuar um planejamento para o próximo quinquênio com pespectivas de impacto mais eficiente.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO - 1990

METAS PROGRAMADAS		ALCANÇADAS	NÃO PROGRAMADAS E REALIZADAS	OBS
SERVICOS:				
01 - Casos Novos MH	2,000.00	1,480.00		
02 - Controle de MH	18,000.00	14,830.00		
03 - Consultas Médicas	20,000.00	15,000.00		
04 - Outras Dermatoses	12,000.00	10,300.00		
05 - Aten.Enfermagem	100,000.00	70,600.00		
06 - Prev.Incapacidade	18,000.00	12,450.00		
07 - Baciloscopia	9,000.00	6,700.00		Específico MH
08 - Aten.Social	6,000.00	4,130.00		
09 - Exames Laboratorias	20,000.00	15,969.00		
10 - Exames Dermatológicos	35,000.00	31,170.00		Outros exames
11 - Fisioterapia	23,000.00	17,196.00		
12 - Ortese e Prótese	1,000.00	413.00		Meta estimada
13 - Curativos	4,000.00	3,287.00		
14 - Adaptação calçados	1,000.00	576.00		
15 - Aten. DST/AIDS	3,500.00	2,811.00	Levantamento Dermatológico do bairro da Cidade Nova, com exame Dermatológico da populacao do Mutirão, cujo objetivo, além da descoberta de casos novos é ter um perfil de MH na cidade de Manaus zonas periféricas, o que fornecerá dados para estudos de MH Urbana provocando impacto para alterar positivamente o quadro encontrado.	
16 - Aten.I.T.Americana	600.00	419.00		
TREINAMENTOS:				
01 - Nº de cursos	14	10		20 alunos/cursos
02 - Supervisões	50	42		8 dias/meida

SETRABES

SECRETARIA DE ESTADO E BEM ESTAR SOCIAL
S E T R A B E S

As ações de Secretaria de Estado e Bem Estar Social-SETRABES, fundamentaram-se nas Propostas Orçamentárias de 1990, complementadas a partir de maio deste exercício pelo Plano Estadual de Atendimento Social - PEAS, estabelecido pela administração que elegeu com absoluta prioridade o pré-escolar, o desempregado e o migrante.

Os idosos e deficientes receberam um atendimento caracterizado como especial prioridade, dando-se ainda, continuidade ao atendimento dos demais segmentos sociais através das atividades que integram os Programas Assistência, relação do Trabalho e Cultura, desenvolvidos pela SETRABES.

1- PROGRAMA ASSISTÊNCIA

Integram este programa todas as atividades destinadas a prestar assistência aos segmentos identificados como carentes, marginalizados ou vítimas de fatos adversos, incluindo-se ainda as atividades de caráter preventivo e de promoção social desenvolvidos pelos centros comunitários da Capital e do Interior.

No final do exercício, o Centro Social "ROSANE MALTA COLOR DE MELO" localizado no bairro Armando Mendes, passou a integrar o patrimônio da SETRABES.

1.1 - MANUTENÇÃO DE CRECHE

As creches e o atendimento ao pré-escolar mantidos pela SETRABES contemplaram crianças na faixa etária de 0 a 6 anos que, juntamente com as atividades Sócio-Psicopedagógicas, receberam completa assistência alimentar e de apoio à saúde, condições essenciais para o desenvolvimento integral e harmonioso da criança.

1.2 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE

No exercício de 1990 a SETRABES prestou assistência a pessoas carentes em situação de migração, provenientes do interior do Estado e demais Unidades

Federativas, fornecendo auxilio imediato tal como: passagens, hospedagens, auxilio alimentar, auxilio funeral, remédios, fotografias e outros, no período de trânsito ou fases de adaptação e reintegração.

No final do ano, em articulação com a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, foram obtidos recursos para a construção e equipamento do Centro de Reintegração e Assistência Social - CERAS, para atendimento ao migrantes e carentes.

1.3 ATENDIMENTO AO DEFICIENTE

Com a reativação da Comissão de Apoio permanente aos Deficientes, foram realizadas as seguintes ações:

- Divulgação para conscientização da Comunidade sobre o deficiente;

- Solicitação à Prefeitura Municipal de Manaus para a remoção de Barreiras Arquitetônicas;

- Confecção da Cartilha sobre as Leis de Amparo ao Deficiente;

- Instalação de 17 Pontos Prioritários para estacionamento do deficiente;

- Adoção pela Empresa Municipal de Transportes Urbanos - EMTU, do passe livre ao deficiente estudante menor, nos transportes urbanos.

2 - PROGRAMA RELAÇÕES DE TRABALHO

Considerando o grave problema que enfrenta o trabalhador brasileiro, derivado da situação sócio-econômica que atravessa o país, a SETRABES optou por destacar com prioridade absoluta as linhas de ação que viessem auxiliar a mão-de-obra excedente, desempregada ou subempregada, dinamizando e ampliando atividades que favorecem a intermediação da mão-de-obra, a capacitação para o trabalho, os estágios profissionalizantes e outras atividades de orientação ao trabalhador como o seguro desemprego e outros direitos que lhe são assegurados.

As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

1. Coordenação e Manutenção do Sistema Estadual de Emprego-SINE/AM (Integração de mão-de-obra).

2. Manutenção dos Serviços de Recolocação do Trabalhador (seguro desemprego).

3. Capacitação para o trabalho (Cursos).

4. Estágios Profissionalizantes e supervisionados.

3 - PROGRAMA CULTURA

Compõem este programa as ações voltadas para o incentivo à produção artesanal com o emprego de matéria-prima da região, considerado como alternativa de trabalho e geração de renda, bem como o cadastramento de artesões..

Novo espaço para comercialização foi criado através da feira de Arte Popular que acontece semanalmente. A SETRABES presta ainda atendimento e apoio aos postos de comercialização do Município de Janauarí e Porto de Manaus.

O trabalho no interior do Estado foi feito através dos entrepostos de São Gabriel da Cachoeira, Maués, Itacoatiara e Urucará.

4 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E APOIO COMUNITÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - FUNDAC

A FUNDAC, órgão da Administração Indireta, passou a ser vinculada a esta Secretaria para fins de supervisão disciplinada.

A FUNDAC, permaneceu com os objetivos de formular, implantar e planejar a política estadual de desenvolvimento das ações comunitárias mediante o estudo dos problemas e soluções.

5 - PROMOÇÃO DE EVENTOS

5.1 XXI Forum Nacional de Secretários do Trabalho - FONSET.

5.2 Seminário Pró-Interiorização do Estato dos Direitos da Criança e Adolescente.

5.3 Semana da Criança.

5.4 Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente.

5.5 Semana do Idoso.

5.6 Treinamento em Músicoterapia.

FUNDAÇÃO PARA O DESEVOLVIMENTO E APOIO COMUNITÁRIODO ESTADO DO AMAZONAS
F U N D A C

No exercício de 1990 a Diretoria de Desenvolvimento Social da FUNDAC realizou atividades voltadas principalmente para atendimento das famílias carentes dos bairros periféricos procedentes do interior do Estado.

No que se refere à habitação, no período de janeiro a maio foram realizadas uma média de 3.000 inscrições de famílias carentes para aquisição de casas populares sob o regime de mutirão.. Essas famílias foram visitadas e avaliadas pela equipe do recursos humanos.

Dando continuidade ao projeto que fora iniciado no ano anterior encaminhamos para o Mutirão do Bairro de Santa Etelvina 500 famílias, completando o projeto com um total de 1.400 casas.

No Bairro Amazonino Mendes até o momento foram atendidas com o projeto Mutirão aproximadamente 6.000 famílias.

A FUNDAC, diariamente atende uma faixa de 200 pessoas que procuram o órgão em busca de uma solução para seus problemas, quer sejam eles de ordem comunitária, quer sejam de ordem pessoal, e em todos os casos procuramos fazer com que obtenham respostas aos seus anseios e aos seus pleitos, atendendo pessoas que a sorte não favorece, deixando-os em situações econômico-financeiras difíceis e quase sem opção.

Foram atendidas as famílias que por situações alheias à sua vontade sofreram danos causados por acidentes tais como sinistro de incêndio, enchentes, alagações, destelhamento de casa, parte do imóvel que se deteriorou, e que precisam ser ajudados, retirados do local para outra moradia em condições mais humanas e saudáveis.

Também foram atendidas as creches e escolas a nível de pré-escolar com materiais didáticos, móveis, equipamento educacionais, utensílios, carteiras, bancos colchonetes e complementação alimentar.

As oficinas domiciliares, que funcionam através dos clubes de mães, muito contribuem com o nosso trabalho, porque é através delas que a FUNDAC distribui enxovais para recém-nascidos, colchões shorts, camisas, camisinhas para bebês. Fornecemos a matéria-prima para essas oficinas e em contra-partida recebemos 30% do produto acabado para doar às famílias carentes, isto sem custo financeiro algum.

A nível de interior, procuramos auxiliar com o envio de equipamentos e materiais agrícolas, para que a comunidade faça a sua produção rural, beneficie e depois comercialize com maior valor, constituindo-se esse equipamento em pás, enxadas, ciscadores, bocas-de-lobo, terçados, bombas d'água de pequena potência, casas de farinhas, etc.. . O propósito disto é o de tentar manter o homem nas suas origens, com melhores condições.

Para atender a população ribeirinha e trabalhadores da orla fluvial, instalou-se um barco recuperado pela CONAVI, para serviços médico-odontológicos e de ordem geral, inaugurado a 16.11.89, atuando a FUNDAC com a colaboração da SUCAM, colônia de Pescadores, Sindicato dos Feirantes e Policia Judiciária.. Realiza, também, atividades de orientação sobre educação familiar, saúde, higiene e campanha antidrogas.

Em 1990, acionou-se e agilizou-se o Programa de Ação Comunitária, o PAC, instalando boxes nos bairros periféricos da cidade, fornecendo Cestas Básicas à população de baixa renda ou carente, sobretudo do peixe.

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DO AMAZONAS
I E B E M

Dentro da finalidade de coordenar e executar a nível estadual a política de assistência de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, o Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor (IEBEM/AM) executou no exercício de 1990 as seguintes atividades:

1.0 - Formulação e coordenação da política do Bem-Estar do Menor.

2.0 - Coordenação dos serviços administrativos.

3.0 - Capacitação, reciclagem e seleção de servidores.

4.0 - Melhoria das instalações físicas das unidades (em andamento)

5.0 - Construção e aparelhamento de casas-lar (em andamento).

6.0 - Funcionamento da coordenadoria de atendimento do menor.

7.0 - Manutenção do projeto Meu Filho.

8.0 - Contribuição para a formação do patrimônio do servidor público.

INFORMAÇÕES GERAIS

O instituto Estadual do Bem-estar do Menor do Amazonas, preparou-se para assumir os compromissos que lhe estão atribuídos pela nova ordem constitucional e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, agilizando os procedimentos para o reordenamento de sua estrutura e programação a fim de adequá-las às necessidades do atendimento dos verdadeiros destinatários de seu trabalho. No entanto, este reordenamento limitou-se em apontar as ações a serem desenvolvidas, uma vez que por falta de recursos financeiros, não foi acompanhado de igual processo

em termos de estrutura física: instalações de novas bases físicas e adequação das existentes.

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E ACORDOS

I - Convênios de concessão de bolsas de estudos e de aceitação de patrulheiros.

- Same da Amazônia S/A
- Digiponto Amazônia S/A
- Tecoy Indústria de Brinquedos LTDA
- Xerox do Brasil S/A
- Triunfo Máquinas e Sistemas Reprográficos
- Banco do Brasil S/A
- Essilor da Amazônia Indústria e Comércio LTDA
- Prefeitura Municipal de Manaus - PMM
- Secretaria de Estado da Indústria, e Comércio e Turismo - SIC
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN
- Valetim Indústria e Comércio LTDA
- Empresas de Águas Santa Claúdia S/A
- Paraíso das Festas LTDA
- Technos Componentes LTDA
- Sanko do Brasil S/A Instalações de Serviços Técnicos
- Goyana da Amazônia S/A
- Technos da Amazônia S/A
- Associação dos Empregados da Xerox
- Icoma S/A
- Departamento Regional do Sesi
- Evadim Componentes da Amazônia S/A
- Coca-cola Indústria LTDA
- Molex da Amazônia
- Lloyds Bank PLC
- Procuradoria Geral de Justiça
- SESC - Serviço Social do Comércio
- Teletec - Comércio e Serviço de Teleinformática

II - Convênio Estágio Remunerado.

- Nelima Indústria de Relógios
- Macrodata da Amazônia Indústria e Serviços
- Concentrados da Amazônia LTDA
- Epam Componentes Eletrônicos da Amazônia LTDA

SETRAN

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS
S E T R A N

A Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, no período de 1990, realizou as atividades operacionais que lhe estavam afetas, obedecendo as diretrizes fundamentadas no Programa de Governo, visando a interiorização do desenvolvimento do Amazonas.

Alguns destaques necessitam ser mencionados, como: a recomposição e pavimentação dos 113km da rodovia BR/AM - 317, no Município de Boca do Acre, a construção da ALA CULTURAL em Manaus, complementando o complexo da Vila Olímpica. Após sua conclusão, os benefícios sócio-educativo-culturais serão positivos, pois ela atenderá a todas as manifestações da área cívico-cultural e promoções artísticas em geral. Suas instalações físicas, fora dessas funções, servirão para atender à rede de ensino da capital, dado que se transformação em 78 salas de aulas, funcionando em três turnos, podendo ser atendida uma população estudantil de até 7.182 alunos; Construção de 123 novas salas de aula na capital e no interior, mais de 420 leitos hospitalares tanto na capital como no interior e implantação de 11.630 lotes urbanizados na área da Cidade Nova.

- Obras e serviços dos sistemas viários das sedes municipais concluídas.

No ano de 1990, foram concluídas as obras e serviços viários na sede dos municípios de Borba e Coari, efetuados os trabalhos de terraplenagem, base, revestimento asfáltico e drenagem.

- Obras e serviços do sistema viário das sedes municipais, em andamento.

A SETRAN, no decorrer do ano de 90, desenvolveu atividades voltadas à área de obras e serviços viários urbanos, nas seguintes sedes municipais, de acordo com o PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS - PID-AM, usando na pavimentação asfáltica, o método do asfaltamento a frio, confirmando a qualidade dos trabalhos iniciados no ano de 1987, com prosseguimento em 88 e 89.

Anori, Alvarães, Barcelos, Benjamin Constant, Beruri, Borba, Canutama, Carauari, Careiro, Coari, Codajás, Envira, Fonte Boa, Iranduba, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Parintins, Pauini, Santo Antonio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tefé e Urucará.

- Rodovias, vicinais e obras de arte implantadas.

Durante o ano de 90 a SETRAN, por administrações indiretas plantou as seguintes obras rodoviárias:

1. Rodovia AM-353 (Manacapuru/Novo Airão), com execução de revestimento primário em 15 Km.

2. Estrada do Arari/Rio Amazonas, no município de Itacoatiara, com a execução de revestimento primário em 24 km.

3. Construção da ponte sobre o Igarapé Espírito Santo, no município de Coari, na área central da cidade, em estrutura metálica e concreto.

4. Melhoramento da estrada do Puraquequara, beneficiando a Colônia Antonio Aleixo, nesta capital, numa extensão de 8,5 Km.

5. Abertura de estrada vicinal, no município do Careiro da Várzea, numa extensão de 5.935 m de serviços de desmatamento e terraplenagem.

- Vicinais implantadas e obras de arte, em andamento.

Estão sendo implantadas pela SETRAN, estradas vicinais, através de Frentes de Serviços, nos seguintes municípios: Carauari, Envira, Iranduba, Manaquiri, Pauini e São Paulo de Olivença.

Por administração indireta a SETRAN está, ainda, realizando as seguintes obras rodoviárias e de arte no interior do Estado:

1. Município de Parintins - Implantação de drenagem profunda da cidade, inclusive, com serviços de recomposição asfáltica, caixas coletoras com boca de lobo, poços de visita, meio-fio, sarjeta e calçada para pedestre.

2. Município de Autazes - Implantação de estrada vicinal do Novo Céu, com revestimento primário, numa extensão de 21,10 Km.

- Obras de infra-estrutura na capital.

Na capital a SETRAN está executando, por administração indireta, as seguintes obras de infra-estrutura:

. Produção de 7.000 lotes urbanizados no mutirão da Cidade Nova;

. Implantação de 4.630 lotes no loteamento Vivaldo Frota na Cidade nova.

Já foram concluídas as seguintes obras e serviços:

. Terraplenagem e pavimentação do bairro de Santa Etelvina;

. Terraplenagem, pavimentação e drenagem do bairro de Santo Antonio e União;

. Continuação da execução das obras do Projeto Manaus Moderna, com a execução dos serviços de sub-base e base, imprimação e asfalto, calçada, meio-fio, sarjeta, drenagem, rampa de acesso, remoção de material orgânico, aterro e cravação de estacas metálicas na rua Marquês de Santa Cruz e ruas adjacentes.

- Melhorias em campo de pouso.

Os campos de pouso dos municípios de Envira, Manicoré, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença, sofreram melhorias através dos serviços de terraplenagem, revestimento em concreto e asfáltico nas estradas de acesso.

- Construções, recuperações, reformas e/ou restaurações concluídas na capital.

Na área da Educação a SETRAN, concluiu as seguintes obras na capital:

. Construção de 1 (uma) escola com 12 (doze) salas de aula, equipada, no bairro da Alvorada I, com 1.500 m² de área construída;

. Construção de 1 (uma) escola com 10 (dez) salas de aula, equipada, no Conjunto Hiléia I, 1.350 m2 de área construída;

. Reforma da escola Ondina de Paula no Bairro do Japiim I, constante de 10 (dez) salas, com 1.238 m2 de área construída;

. Ampliação da escola Cunha Melo no bairro da Raiz, constante de 4 (quatro) salas de aula, com 200 m2 de área construída;

. Recuperação da escola Almirante Barroso, na Vila Amazônia, cuja área construída corresponde a 972 m2.

Nas áreas de Saúde, Segurança e Justiça a SETRAN efetuou as seguintes obras:

. Construção de 1 (uma) maternidade com 36 leitos, Hospital Adriano Jorge, equipada, tendo como área construída 860 m2,

. Readaptação e recuperação do Posto de Assistência Médica - PAM na Cachoeirinha, para funcionamento do Pronto Socorro da Criança, com capacidade para atender 300 crianças por dia, dispondo, ainda de 36 leitos;

. Construção da Escola da Polícia, no bairro da Cidade Nova, constante de 12 (doze) prédios, numa área construída de 2.812,24 m2,

. Conclusão do prédio do Tribunal Regional Eleitoral, no bairro do Aleixo, com 1.800 m2 de área construída;

. Recuperação parcial do prédio do Tribunal de Contas, cuja área corresponde a 207 m2.

Já foram, também concluídas as seguintes obras:

. Construção de uma área assistencial e recreativa no bairro da Cidade Nova (Mutirão I) com 7.000 m2;

. Recuperação geral do Parque de Exposição Angelina Beviláqua, constado de 27 prédios com 9.000 m2, inclusive com a recuperação de 13.157 m2 de pavimento asfáltico;

. Restauração do Teatro Amazonas, com 7.985 m2 de área construída.

- Construções, reformas, recuperação e/ou ampliação em andamento na capital.

Encontram-se em andamento na capital, as seguintes obras referentes a área da educação:

. Construção de 4 escolas;

. Início de uma quadra de esportes, recreio coberto e depósito na escola Almirante Barroso, com 1.047 m2 de área construída;

. Início da 2a. etapa do Centro de Educação Física e Desporto do Amazonas.

Reforma, Ampliação e Recuperação

. Escola Melo e Póvoas, com 11 salas de aula, contendo 1.200 m2 de área construída;

. Escola Paula Angela Francineti, com 2 salas de aula, contendo 233 m2 de área construída;

. Escola Castelo Branco, contendo 14 salas de aula, numa área construída de 2.953,42 m2;

. Escola Eunice Serrano, com 12 salas de aula, numa área construída de 1.200 m2;

Nas áreas de saúde, segurança e justiça, a SETRAN está promovendo as seguintes obras:

. Construção do Hospital Francisca Mendes, equipado com 106 leitos e 6.783,98 m2 de área construída;

. Reforma e ampliação com mais de 120 leitos do Hospital do Instituto de Medicina Tropical;

. Reforma e ampliação do Hospital Adriano Jorge, com 36 leitos numa área construída de 860 m2;

. Adaptação, reforma e conclusão da área comercial

para Posto Policial, numa área construída de 153 m2.

Ainda estão em andamento, as seguintes obras:

. Construção da Diretoria, Auditório, Feira de Artesanato e estacionamento da Legião Brasileira de Assistência, com uma área construída de 1.182 m2;

. Restauração da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, com uma área construída de 4.791 m2;

. Ampliação, reforma e adequação da Penitenciária Agrícola Anísio Jobim, com uma área construída de 7.500 m2;

. Foram executados serviços de manutenção em 17 unidades de saúde, no Teatro Amazonas e Centro de Educação Física e Desportos do Amazonas.

- Construções, recuperações, reformas e/ou ampliações concluídas no Interior:

. Reformas das escolas dos municípios de Maués e Eirunepé;

. Recuperação da unidade mista do município de Tefé;

. Recuperação do prédio onde funciona o Fórum no município de Boca do Acre.

- Estudos e Projetos.

Durante o ano de 1990, na área de estudos e projetos foram realizados os seguintes projetos:

. Estrada de Urussacanga, no município de Nova Olinda do Norte, com 2.320 m de extensão;

. Projeto geométrico e greide;

. Terminal de passageiros;

. Hospital Geral no município de Guajará com 22 leitos;

. Aeroporto do município de Maraã;

. Loteamento no município de Iranduba com 500 lotes;

. Estrada Borba/Mapiá, no município de Borba, com 26.600 m de extensão.

Rodovias, e Vicinais Recuperados

Anori: Recuperação da Estrada Anori/Anamã;

Caapiranga: Recuperação da estrada Vicinal na área Rural;

Humaitá: Intervenção do trecho da BR-319/BR-230;

Iranduba: Recuperação da Estrada Iranduba/Cacau-Pirêra;

Lábrea: Recuperação do trecho da BR-230 na sede do Município;

Nova Olinda: Recuperação total das estradas vicinais do Curupira, Fontenele e do Urussacanga;

Boca do Acre: Recomposição e Pavimentação da BR/AM-317: Treho Boca do Acre até a divisa entre os Estados do Amazonas e Acre, numa extensão de 113 Km de terraplenagem e 25 Km de Pavimentação;

Pavimentação do Platô do Piquiá.

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS
S U P L A N

Vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras -SETRAN, a SUPLAN teve em 1990 seu trabalho voltado para as atividades de construção, recuperação e reforma, manutenção, levantamentos, estudos, projetos e vistorias.

OBRAS CONCLUÍDAS EM 1990

. Construção do centro de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas

Através de recursos do Governo do Estado do Amazonas / Caixa Econômica Federal, e com área construída de 30.000 M2 esta obra está sendo feita em duas etapas. A primeira etapa finalizou em 02 de maio de 1990 com a entrega da Vila Olímpica parcialmente concluída.

. Restauração do Teatro Amazonas

Com recursos do Governo do Estado do Amazonas / Caixa Econômica Federal /Suframa, a obra teve início em 16 de dezembro de 1987, e após prorrogação de prazo contratual, foi entregue definitivamente em 30 de julho de 1990.

. Reforma do Prédio da Empresa Amazonense de Turismo - EMAMTUR

Tendo iniciado em 12 de setembro de 1989 a obra foi entregue em 16 de agosto de 1990.

. Construção de Escola com oito salas de aula no bairro da Compensa.

O início da obra se deu em 18 de agosto de 1989 e foi entregue em 10 de agosto de 1990, tendo sido construída numa área de 420 m2.

OBRAS EM ANDAMENTO

. Restauração da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa

Com recursos do Governo do Estado do Amazonas / Ministério da Justiça, a construção abrangerá uma área de 4.791 m2, tendo iniciado em 17 de dezembro de 1987. Através de termo aditivo o prazo contratual foi prorrogado para 30 de dezembro de 1990.

. Amplicação, reforma e adequação da Penitenciária Agrícola Anísio Jobim

O Governo do Estado do Amazonas/ Ministério da Justiça são os responsáveis pelos recursos desta obra que representa 7.500 m2 de área construída, iniciada em 22 de fevereiro de 1988 e com entrega prevista para 180 dias a partir de 17 de novembro de 1990.

. Conclusão do Centro de Educação Física de Desportos do Estado do Amazonas.

A segunda etapa da construção da Vila Olímpica tem seu término previsto para 28 de maio de 1991.

. Reforma, e ampliação do Instituto de Medicina Tropical (Manaus)

A obra teve início em 21 de agosto de 1989, com recursos provenientes da SUD / Ministério da Saúde e teve seu prazo contratual dilatado para 90 dias a partir de 27 de novembro de 1990.

. Construção de um hospital com 20 leitos no Município de Fonte Boa.

Iniciada em 05 de dezembro de 1989 a obra deverá ser concluída e entregue dentro do prazo de mais 120 dias a partir de 12 de dezembro de 90.

. Readaptação, e recuperação do Posto de Assistência Médica - PAM

Tendo iniciado em 21 de fevereiro de 1990, a obra deverá ser entregue em janeiro de 1991

. Recuperação do prédio do Poder Judiciário e prédio anexo

A obra iniciou em 08 de abril de 1990 e encontra-se concluída, tendo sido entregue provisoriamente em 27 de agosto de 1990.

. Construção de Hospital com 12 Leitos em Iranduba

O início da obra se deu em 18 de abril de 1990 tendo solicitado dilatação do prazo contratual para mais 120 dias a partir de 10 de fevereiro de 1991.

. Recuperação da Televisão Educativa do Amazonas

A obra, iniciada em 30 de setembro de 1990, já foi concluída e entregue provisoriamente em 03 de dezembro de 1990.

. Reforma do Prédio da Empresa Amazonense de Turismo -EMAMTUR

Tendo iniciado em 12 de setembro de 1989 a obra foi entregue em 16 de agosto de 1990

. Construção de escola com oito salas de aula no bairro da compensa

O início da obra se deu em 18 de agosto de 1989 e foi entregue em 10 de agosto de 1990, tendo sido construída numa área de 420 m2.

OBRAS EM ANDAMENTO

. Restauração da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa

Com recursos do Governo do Estado do Amazonas / Ministério da Justiça, a construção abrangerá uma área de 4.791 m2, tendo iniciado em 17 de dezembro de 1987. Através de termo aditivo o prazo contratual foi prorrogado para 30 de dezembro de 1990.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
D E R / AM

Durante o ano de 1990 o Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, teve seu plano concentrado nas seguintes obras no Estado.

A NÍVEL DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO

- Projeto: Construção da Rodovia Circular/BR 319 com uma diretriz de 26 Km. Foram executados serviços de melhoramento e regularização da plataforma estadual ao longo do percurso.

- Projeto: Construção e melhoramento da BR 174 / Manaus (Km 0) divisa AM/BR-Caracaraí / Km 180, com a produção de serviços de melhoramento e pavimentação ao longo da diretriz da rodovia no percurso de 180 Km, sendo efetuados serviços de desmatamento, destocamento, limpeza, escavação e compactação de aterro.

- Projeto: Construção da Ponte do Rio Ariaú, com produção de serviços de engenharia ao longo da diretriz estabelecida, a obra de arte especial (ponte), sobre o Rio Ariaú, Km 36,5 da rodovia estadual radial, AM 070 Manaus-Cacau Pirêra - Manacapuru. As obras realizadas correspondem à Infra e Meso Estrutura com as etapas de: Fornecimento e Perfis Duplo I de 12" 1ª alma ou similar, fornecimento de tubo metálico para encamizamento de estaca 0 0,5 m e espessura 1/4", cravação de estaca metálica e execução de encamizamento em estaca matálica.

Blocos, pilares e vigas de ligação com as etapas de: Fornecimento e execução de escoramento, corte, dobra e montagem de armação em aço CA 50 e fornecimento, lançamento e adensamento de concreto.

Empreendimento em fase de conclusão. Entregue ao público em dezembro/90.

- Projeto: Construção de Balsas e Barcaças. Entregues ao departamento no corrente exercício, as 3 (três) Balsas de aço, com capacidade de 150 TPB, cada. Em fase de construção estão os 2 (dois) Ferry-boats com capacidade de 403 TPB cada.

A NÍVEL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

Supervisão e Serviços de Conservação e Melhoramento de Rodovias.

- Projeto: Rodovia AM 010 Manaus-Itacoatiara, com uma extensão de 266 Km os serviços executados foram de conservação corretiva rotineira através de: limpeza manual da faixa de domínio, desobstrução e limpeza de bueiros, limpeza manual de aterro e remoção mecanizada de barreira. E obras de conservação preventiva periódica, obras auxiliares e outras atividades.

- Projeto: Rodovia AM 070 Manaus-Cacau Pirêra-Manacapuru. Com obras de conservação corretiva rotineira numa extensão de 86 Km, sendo limpeza mecanizada da faixa de domínio, transporte de material e recomposição mecanizada de aterro.

- Projeto: Melhoramento da Rodovia BR 230 Humaitá/Lábrea. Produção de serviços de terraplenagem e pavimentação ao longo da diretriz da plataforma estradal na extensão de 186 Km. As obras correspondem a serviço de terraplenagem, tais como: regularização do sub-leito estradal, execução de espalhamento e compactação do leito estradal e remoção da camada vegetal. Serviços de pavimentação com lançamento de material selecionado na sub-base e base do leito estradal e execução de espalhamento e compactação do leito estradal.

A NÍVEL DE PLANEJAMENTO

Conceituação estratégica da malha rodoviária, formulação e prioridade na elaboração de projetos geométricos e geotécnicos em diferenciadas localizações no Estado do Amazonas.

Os empreendimentos contemplados, em execuções, correspondem: Sistema viário da Comunidade de Santo Antônio, Implementação no Município de Uricurituba, locação de marcos no Terminal Hidroviário de São Raimundo nos projetos geométricos e projetos geotécnicos nos municípios de Maués, Anori, Itacoatiara e Manacapuru e no Terminal Hidroviário de São Raimundo.

A NÍVEL DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PROGRAMA RODOVIÁRIO

Todos os elementos de gastos estabelecidos no Quadro de Detalhamento da Despesa do Orçamento e Programa de Obras deste departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, foram movimentados com o base na execução das grandes DIRETRIZES e OBJETIVOS delineados para a política rodoviária estadual.

Das inúmeras atividades MEIO e FIM desenvolvidas por este órgão rodoviário estadual avultam como relevantes:

- Promoção de cursos de treinamento aos funcionários;

- Regularização da frota de veículos leves do DER/AM;

- Conservação e manutenção do sistema elétrico dos imóveis;

- Estudos diversos de viabilidade técnica e econômica no âmbito do sistema de transporte Rodoviário.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
D E T R A N

O Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas, durante o decorrer do ano de 1990, procurou desenvolver trabalho de continuidade ao que foi executado no ano anterior, com uma séria fiscalização, para coibir todas as irregularidades do trânsito.

O grande marco administrativo do órgão no ano de 1990, foi a construção de um auditório para 192 pessoas, onde serão realizadas palestras e outras atividades correlatas, visando reciclar os condutores de veículos e a aquisição de 100 bafômetros e 20 motocicletas que irão auxiliar na fiscalização.

RECEITA ARRECADADA

DETRAN / AM-90

ESPECIFICAÇÃO	C R $
- Taxa p/ prestação de serviço	80.060.430,44
- Multas	84.877.433.84
- Restituição	265.771,91
- Transferência de Estado (Consignação)	16.079.344,55
- Transferência de Estado (LIQ. Folha de Pagamento)	85.815.491,69
TOTAL	267.098.472,43

OCORRÊNCIA JURÍDICA

MANAUS 89/90

C.N.Hs	A N O S		%
	1989	1990	
CASSADAS	48	19	60,4
SUSPENSAS	138	129	6,5
TOTAL	186	148	20,4

Fonte: Assesoria Técnica

ANÁLISE

Das 148 C.N.Hs. suspensas e cassadas em 1990, 78 foram por embriagues alcoólica, 22 por entregar direção à pessoa não habilitada, 06 por acidente de trânsito com vítimas lesionadas ou danos materiais, 04 por procedimento escandaloso (desacato à autoridade), 04 por espírito de emulação, 03 por acidente de trânsito com vítima e por embriagues, 03 por embriagues e procedimento escandaloso, 03 por praticar direção perigosa, 03 por acidente grave de trânsito com vítima fatal, 01 por determinação judicial, 01 por direção perigosa dirigir na contramão, 01 por colocar em risco a vida de pedestre.

Comparando 1990 em relação a 1989, verificamos que houve uma redução da ordem de 20,4%.

NOTIFICAÇÕES MAIS FREQUENTES

DETRAN/AM - 1990

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Nº DE NOTIFICAÇÕES
- DESOBEDECER SINAL FECHADO/PARADA OBRIGAT.	20.487
- DESOBEDECER A SINALIZAÇÃO	4.778
- DIRIGIR SEM ATENÇÃO	1.788
- DIRIGIR SEM ESTAR DEVIDAMENTE HABILITADO	367
- ESTACIONAR MENOS 3M DA LINHA DE CONSTRUÇÃO	4.263
- ESTACIONAR AO LADO DE OUTRO VEÍCULO	5.060
- ESTACIONAR EM DESACORDO COM O REGULAMENTO	7.527
- ESTACIONAR EM PONTO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE COLETIVO	410
- ESTACIONAR NA CONTRA-MÃO DE DIREÇÃO	369
- ESTACIONAR NA CALÇADA/FAIXA DE PEDESTRE	2.081
- ESTACIONAR EM LOCAL E HORÁRIO PROIBIDO	32.240
- ENTREGAR A DIREÇÃO A PESSOA NÃO HABILITADA	91
- NÃO PORTAR, NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS DO VEÍCULO OU HABILITAÇÃO	575
- TRANSITAR COM DEFEITO OU FALTA DE EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO	1.167
- TRANSITAR PELA CONTRA-MÃO DE DIREÇÃO	811
- TRANSITAR SEM ESTAR DEVIDAMENTE LICENCIADO	256
- TRANSITAR EM VELOCIDADE ACIMA DA PERMITIDA	114
- FAZER RETORNO FORA DO LOCAL DETERMINADO	2.584
- TRANSITAR COM PLACA ILEGÍVEL	114
- TRANSITAR TRANSPORTANDO PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE CARGA SEM AUTORIZAÇÃO	827
- TRANSITAR COM FARÓIS ALTOS	52
- DIRIGIR EM ESTADO DE EMBRIAGUES ALCOÓLICA OU SOB EFEITO DE TÓXICO	192
- OUTROS	864
T O T A L	87.017

FONTE: 4º BATALHÃO

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS EM MANAUS -

1 9 9 0

ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
- DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS (CARTA AO PEDESTRE)	19.736
- DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS (PAZ NO TRANSITO)	14.839
- DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS (ALCOOLISMO)	3.736
- DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS (DIA DOS PAIS)	500
- CAMPANHA EDUCATIVA (PEDESTRE)	02
- CAMPANHA EDUCATIVA (DIA DOS PAIS)	01
- CAMPANHA NACIONAL DO TRANSITO (PAZ NO TRANSITO)	01
T O T A L	38.815

FONTE: SETOR DE EDUCAÇÃO PARA O TRANSITO

POPULAÇÃO, FROTA E ACIDENTES

COMPARATIVO - 89/90

CAPITAL

ESPECIFICAÇÃO	A N O S		%
	1 9 8 9	1 9 9 0	
POPULAÇÃO	1.089.962	1.113.676	+ 2,17
FROTA	104.079	106.632	+ 2,45
ACIDENTE	4.116	3.436	- 16,05

FONTE: CODEAMA, 4o BATALHÃO, IAT-DETRAN/AM.

ACIDENTES E VÍTIMAS DE TRÂNS. REGISTRADOS NO ESTADO DO AMAZONAS

JAN/NOV

89/90

LOCAIS	ACID. REGISTRADOS 1989	ACID. REGISTRADOS 1990	%	VÍTIMAS FATAIS 1989	VÍTIMAS FATAIS 1990	%	VÍTIMAS LESIONADAS 1989	VÍTIMAS LESIONADAS 1990	%
CAPITAL	3.740	3.436	+ 8,1	241	231	- 4,1	4.038	4.522	+ 11,9
INTERIOR	97	118	+21,6	33	12	-63,6	57	96	+ 68,4
ESTADO	3.837	3.554	- 7,3	274	243	-11,3	4.095	4.618	+ 12,7

FONTE: 4º BATALHÃO, IML, PRONTO SOCORROS, DIRETANS.

OCORRÊNCIAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

COMPARATIVO - 1989-1990

CAPITAL

JAN/NOV

NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE		%
	1989	1990	
- VÍTIMAS C/LESÕES CORPORAIS	4.038	4.522	+ 11,9
- VÍTIMAS FATAIS	241	231	- 4,1
- ACID. COM DANOS MATERIAIS	3.040	2.812	- 7,5
- ACIDENTES C/VÍTIMAS	700	624	- 10,8

FONTE: IML, 4º BATALHÃO, PRONTOS SOCORROS

ACIDENTES DE TRÂNSITO REGISTRADOS NO ESTADO DO AMAZONAS

SEGUNDO A NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS

1990

NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS	LOCAIS		TOTAL
	CAPITAL	INTERIOR	
- COLISÃO	2.242	46	2.288
- CAPOTAMENTO	55	07	62
- ATROPELAMENTO	242	39	281
- CHOQUE	182	05	187
- QUEDA DE PESSOAS DE VEÍCULOS	07	--	07
- ABALROAMENTO	681	15	696
- OUTROS	27	04	31
TOTAL	3.436	116	3.552

DETRAN/AM

OFICINAS MECÂNICAS

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
OFICINAS FISCALIZADAS	198
OFICINAS REGISTRADAS	334
TOTAL	532

FONTE: SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OFICINAS MECÂNICAS DO DETRAN/AM.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO INTERIOR DO AMAZONAS
CONAVI

1. PROGRAMA DE AFRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES DA FROTA CONAVI

1.1 Teve prosseguimento normal no exercício passado, constituindo-se na principal fonte de recursos da Companhia;

1.2 Foram também efetuados contratos de cessão de uso com entidades governamentais como FUNDAC E PETROBRÁS.

2. PROJETO DE OTIMIZAÇÃO DE REFORMA DO NAVIO L/M "LÁBREA"

2.1 Efetuada no Estaleiro Rio Negro "ERIN" a reforma geral das obras mortas, jumborização do casco e instalação de 01(hum) motor "CUMMINS" de 325 hp. Tal reforma aumentou a velocidade da embarcação de 6 para 9 nós e reduziu o consumo de óleo diesel em 50% (Cinquenta por cento).

3. RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AFRETAMENTO COM REVISÃO DE PREÇOS

3.1 Foram renovados os contratos de afretamento em diversos meses do ano com reajuste vinculado ao BTN, visando recompor afretamentos com preços defasados.

4. APOIO À TRAVESSIA MANAUS/CACAU PIRÊRA/MANAUS

4.1 Em conjunto com o DER/AM, a Companhia colocou a embarcações L/M LÁBREA no transporte de passageiros no trecho MANAUS/CACAU PIRÊRA / MANAUS tendo as duas embarcações transportado cerca de 720.000 passageiros no exercício passado.

Vale salientar que esta travessia é feita de forma gratuita sendo os custos de óleo, alimentação e reparos realizados às expensas do DER/AM, cabendo à CONAVI a cessão do navio e das tripulações.

5. OUTROS SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO

5.1 Á Companhia efetua, eventualmente, para terceiros e para órgãos estatais serviços de pequeno reboque, desencalhe de embarcações e consultoria junto à Companhia dos Portos e Estaleiros.

SECOM

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
S E C O M

Na área da comunicação, através da Coordenadoria de Imprensa a SECOM atuou com eficiência na cobertura jornalística e fotográfica dos eventos e viagens do Governador ao interior do Estado, bem como inaugurações e outros acontecimentos de interesse da comunidade amazonense. Acompanhou o Chefe do Poder Executivo nas suas inspeções às obras que estão sendo construídas dentro do plano de governo.

Através de um bem elaborado serviço de hemeroteca, a Assessoria de Informática coletou as notícias referente as ações governamentais, permitindo uma consulta rápida aos assuntos.

SEDAF

SEDAF

SECRETARIA DE ESTADO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS DE FRONTEIRAS
S E D A F

A Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento das áreas de Fronteira - SEDAF, no ano de 1990, dando prosseguimento às suas atividades em benefício dos municípios de fronteiras, concluiu vários projetos iniciados em 1989. Dentre a realização de suas inúmeras atividades, pode-se destacar:

. Conclusão da construção do Centro Administrativo de Tabatinga, com o parqueamento e paisagismo.

. Em convênio com a Prefeitura de Amaturá, a construção de creches e sanitários domiciliares naquele município.

. Distribuição do restante das Escolas de Formação do Pequeno Produtor Rural.

. Construção de poços tubulares nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru.

. Distribuição em todos os Municípios de fronteiras de carteiras escolares, destinadas a equipar as Escolas de Formação do Pequeno Produtor Rural.

. Elaboração das Prestações de Contas, junto aos órgãos federais, dos convênios assinados com esta Secretaria.

SEAB

SECRETARIA DE APOIO EM BRASÍLIA
S E A B

A Secretaria de apoio em Brasília, no cumprimento de suas prerrogativas legais, contando, para tanto, com a cooperação inestimável do abnegado, eficiente e zeloso contingente funcional de que é dotada, vem procurando executar, na Capital da República e em outros pontos do Território Nacional onde sua atuação for necessária, efetivo trabalho de assessoramento às autoridades constituídas do Estado, sempre quando no desempenho de missões oficiais.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Dentro dos pressupostos que ensejaram sua criação, a SEAB tem como meta prioritária a prestação de serviços de apoio logístico aos órgãos públicos que constituem a administração estadual e/ou municipal no que concerne à identificação de novas fontes para a captação de recursos, no âmbito do Governo da União Federal, os quais poderão propiciar condições materiais para a execução dos respectivos programas de trabalho.

1. SECRETARIA DE APOIO

Efetivou o atendimento às solicitações que lhe foram dirigidas pelos órgãos integrantes do Poder Público Estadual, bem como promoveu, "motu próprio" , ações ligadas às suas atividades, conforme especificadas:

a) Fornecimento às Embaixadas dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de informações pertinentes à estatística básica sobre o Estado do Amazonas;

b) Entrega ao Itamaraty, para repasse à Embaixada Brasileira nos Estados Unidos da América, em Moçambique e na Nigéria, de material promocional relacionado ao Amazonas, ofertado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.

c) Obtenção e remessa à Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento Econômico, da publicação intitulada " Amazônia - Bibliografia vol - 4, 1973/74", adquirida no Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia - IBICT;

d) Adoção de providências destinadas à consecução de nota de visto para entrada na França e nos Estados Unidos da América, em nome de componentes do staff governamental;

e) Entrega e acompanhamento da programação do ICOTI, à Assessoria para assuntos Municipais da Presidência da República, com vistas a obtenção de recursos financeiros tendentes a viabilizar sua execução ;

f) Participação em reuniões do Programa de Ação Social Especial Integrada - PASEI, como representante do Governo do Estado, todas realizadas no Estado - Maior das Forças Armadas;

g) Consulta à Procuradoria Geral do Estado a respeito de assuntos administrativos diversificados, de interesse da Secretaria;

h) Aprovação do seu Regimento Interno com a implementação do sistema de lotação dos servidores por setores específicos de atividades;

i) Realização de visitas aos Ministérios da Educação (FNDE), Justiça e Saúde, com o objetivo de identificar fontes alternativas de recursos para a aplicação na área de atuação da SEDUC e das Prefeituras Municipais;

j) Constituição de comissão especial destinada a processar o levantamento completo dos registros efetuados nas fichas funcionais e financeiras dos componentes do respectivo quadro de pessoal;

l) Acompanhamento, junto à Procuradoria Geral da República, de assuntos ligados ao Ministério Público Estadual;

m) Contato com o Ministério da Educação e Instituto Nacional de Seguridade Social, via IAPAS, objetivando o acompanhamento dos pleitos atinentes do Estado;

n) Encaminhamento à SEPLAN, SESAU, SETRAN e CODEAMA, de programas relacionados aos cursos de treinamento de recursos humanos e respectiva bolsa de estudo obtidos junto à Embaixada da Bélgica;

o) Gestões perante o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Brasileira de cooperação Internacional, visando identificar fontes de recursos técnicos e financeiros para o incentivo à economia formal do Estado;

p) Participação, como representante da SETRABES, na reunião preparatória com vistas a realização do XXI Forum Nacional de Secretários Estaduais de Trabalho, a ter lugar em Manaus.

Processou-se, através de criterioso trabalho de Acompanhamento dos pleitos de interesses do Estado do Amazonas, a liberação de recursos financeiros no montante de Cr$ 1.938.746.298,00 (Hum Bilhão, Novecentos e Trinta e Oito Milhões, Setecentos e Quarenta e Seis Mil, Duzentos e Noventa e Oito Cruzeiros), expresso no seguinte quadro de detalhamento:

Ministério	Órgão Beneficiado	Valor Liberado
Educação/FNDE	Prefeituras diversas(19)	23.350.230,00
Educação/FNDE	SEDUC	280.000.000,00
Trabalho	SETRABES	2.000.000,00
Saúde	Prefeituras diversas(05)	65.000.000,00
Saúde/INANPS	SESAU	1.561.000.000,00
Interior (extinto)	Pref. Munic. de Coari	1.950.668,00
Ação Social/FOBIA	SETRABES	222.000,00
Ação Social/FOBIA	Pref. Munic. de Coari	257.000,00
Ação Social/FOBIA	Pref. Munic. de Manacapuru	1.265.400,00
Ação Social/FOBIA	IEBEM	3.701.000,00
TOTAL		1.938.746.298,00

2. CASA CIVIL

Encaminhamento de informações sobre o quadro de pessoal da SEAB, inclusive no que pertine a cargos comissionados e regime jurídico respectivo.

3. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

- Elaboração e remessa da proposta orçamentária da SEAB para o exercício financeiro de 1991.

- Contato com o Ministério da Agricultura e a Secretaria do Meio Ambiente, entre outros órgãos federais, com o fito de identificar possíveis fontes para captação de recursos destinados à implementação do Projeto Edimary e seus consectários práticos.

4. SECRETARIA DA FAZENDA

- Acompanhamento, junto ao supremo Tribunal Federal, da ADINR 310/90 - DF, em que o Estado argüiu a inconstitucionalidade dos convênios números 1,2 e 6 de 31.05.90, editados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

5. SECRETARIA DA JUSTIÇA

- Consecução e remessa para o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CODECON /AM), dos subsídios atinentes aos debates no Congresso Nacional durante a fase que precedeu o advento do novo Código de Defesa do Consumidor.

6. SECRETARIA DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL

- Realização de gestão perante:

a) Ministério da Educação, Saúde, Justiça e Ação Social, assim como a Legião Brasileira de Assistência visando a consecução de material de divulgação para a campanha sobre a valorização da pessoa portadora de deficiência;

b) Ministério do trabalho no sentido de viabilizar o

envio de carteiras profissionais destinadas à utiiização pelo SINE - AM.

- Visita ao SINE-OF com a finalidade de observar o processo de intermediação de mão de-obra e colher sugestões a serem implantadas no SINE - AM.

- Remessa de relatórios oriundos da coordenação de Estatística e Informação do Ministério do Trabalho contendo subsídios estatísticos de âmbito Nacional relacionados ao quantitativo de empregados e desempregados registrados no período de abril a junho do exercício fluente.

- Entrega e acompanhamento mensal junto ao Sistema Nacional de Emprego - Ministério do Trabalho, das fichas cadastros para pagamento do Seguro Desemprego em Manaus.

- Apoio logístico ao titular da aludida Pasta ao ensejo de sua audiência com os senhores Ministros do Trabalho e da Ação Social.

7. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

- Gestão junto ao Instituto Nacional de Indentificação do Departamento de Polícia Federal com o objetivo de ultimar a liberação e a efetiva remessa do material doado áquele órgão de segurança estadual.

8. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

- Remessa de peças integrantes dos autos alusivos à ação direta de inconstitucionalidade, em curso no Supremo Tribunal Federal, de interesse da referida Corte.

- Encaminhamento de subsídios pertinentes à Secretaria Especial de Controle das Estatais - SEST e ao Conselho Federal de Desestatização, bem assim de legislação e resolução originárias do Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais - CISE.

9. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- Entrada, no Supremo Tribunal Federal, de petição do Estado do Amazonas contendo suas Razões Contestatoriais à Ação Civil Ordinária NR 415 - 2/90 ,

proposta pelo Estado do Acre, atinente a questões limítrofes.

- Contato com o Tribunal Superior do Trabalho no sentido de obter e enviar ao órgão central do sistema jurídico estadual, cópia da MC - NR 12.368 /90-7, proposta por Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP e Companhia Telefônica da Borda do Campo - CT BC.

10. PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

- Procedeu-se ao ajuizamento perante o Superior Tribunal da Justiça, de pedido de suspensão de liminar concedida à Companhia Energética do Amazonas - CEAM, de autoria do órgão de referência.

- Efetivaram-se visitas frequentes à Procuradoria Geral da República para verificação do andamento de assuntos do seu interesse.

- Encaminhamento de exemplares da Cartilha de Orientação ao Policial durante o período eleitoral, editado pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal.

11. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS NATURAIS E PROTAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- Remessa da obra do elenco completo de resoluções editadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - COSAMA, até o exercício de 1990 e Legislação Federal vigente sobre meio ambiente.

SEPDE

SECRETARIA DE ESTADO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
SEPDE

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO

Muito embora houvesse uma perspectiva animadora para o exercício que ora finda, os resultados alcançados não foram aqueles que havíamos previsto. Diversos acontecimentos contribuiram para que a atividade econômica se retraísse, e um dos fatos que merece menção é o plano de estabilização baixado pelo Governo Federal.

Não queremos, com isso, dizer que o País não estivesse necessitando de medidas duras e urgentes para solucionar os grandes problemas nacionais. O fato é que , mesmo não havendo alterações na legislação que rege os incentivos da Zona Franca de Manaus, ela foi afetada frontalmente, posto que o Brasil, que era um País com grandes entraves alfandegários para importação de determinados bens, abriu suas fronteiras para entrada de produtos de todos os lugares do mundo. As proibições de importações até então existentes cairam.

Os reflexos dessas medidas se fizeram sentir, notadamente, até outubro do corrente ano, ficando tal circunstância evidenciada pelo nível de consultas recebidas por nossa Pasta.

Outro fato que merece destaque na nossa avaliação, é a falta de definição do Governo Federal quanto à política que pretende adotar para Zona Franca de Manaus, particularmente no que concerne à quota de importação e que tem merecido muita atenção por parte das empresas instaladas em Manaus, uma vez que é um assunto de vital importância para sobrevivência dessas empresas. Os sinais vindos de Brasilia se nos afiguram tímidos nesse momento, dado que a criação do valor agregado para os produtos lá montados podem ser uma solução para alguns segmentos, mas poderá significar a falência de outros tantos.

Tudo que se projetar para o ano que se avizinha é mera especulação. O tamanho da recessão é que vai dimensionar aonde poderemos chegar. A Zona Franca de Manaus poderá ser superficialmente ou fortemente atingida, tudo dependerá da política do Governo Federal.

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO

Resumo de Atendimento:

Quantidade	País
35	Brasil
06	América do Norte
10	Coréia
05	Japão
04	Itália
06	China

PROMOÇÃO E ALTERNATIVAS DE SEGURANÇA

Diante do dramático quadro de violência e narcotráfico que sofre o País, o nosso Estado em particular, buscamos alternativas para encaminhar o problema. Localizamos nos E.U.A. e na Europa, mecanismos capazes de auxiliar o Poder Público na prevenção e combate da criminalidade, especialmente no que se refere ao narcotráfico. Assim é que, através de contatos com autoridades do governo Francês no Brasil, viabilizamos um convênio entre aquele governo e o Amazonas, de treinamento e equipamento da Polícia Judiciária do Estado. Este convênio, já aprovado em diversas instâncias, pretende responder ao problema da criminalidade que hoje intranquiliza o cotidiano da comunidade amazonense. Com propósitos semelhantes está o Ministério da Justiça do Brasil, através da Superintendência da Polícia Federal.

Ainda no que se refere à alarmante questão das drogas, encaminhamos aos diversos órgãos do Estado, envolvidos na questão, projeto de prevenção ao uso das drogas a ser efetivado junto aos pais e professores ligados à rede pública. Trata-se de uma experiência bem sucedida nascida no âmbito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e levada a feito pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

PROMOÇÃO E MEIO AMBIENTE

Foi desenvolvido no âmbito da SEPDE um projeto de extrema relevância e elogiado pela comunidade internacional na linha da preservação de significativa área da floresta amazônica. Trata-se da criação de uma Fundação, a ser chamada "O Último Jardim do Mundo" (Last Garden of the World), que administraria uma área de floresta publicamente

definida pelas autoridades competentes. O projeto foi submetidos à Curadoria das Fundações do Estado do Amazonas, bem como às principais organizações ambientais norte-americanas, e teve pareceres favoráveis, alguns entusiasmados. Há o apoio expresso do IBAMA e de outros organismos como a FAO.

PROMOÇÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Foram feitos no decorrer de 1990 contatos com a FAO (Dr. Pavelli) no sentido de subsidiar projetos para a produção de alimentos. Todos conhecemos os problemas da região no que se refere a esse assunto. Nessa mesma direção, temos contato próximo com o ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos, que já prestou serviços na região amazônica e conhece nossa problemática de abastecimento, tendo alternativas concretas de intervenção.

São iniciativas que pretendem abrir caminhos e facilidades para eventuais projetos. Temos insistido, ao longo desses anos, numa aproximação/intercâmbio entre o Estado do Amazonas e o de São Paulo, dadas as vantagens na troca de tecnologia e pesquisa de que podemos instruir. Temos, apesar disso, sido intermediários em demandas setorias de Instituições do Estado e Órgãos do Governo no encaminhamento de problemas específicos. Este ano, ampliamos nosso acervo de informações sobre Alternativas Energéticas. Hoje, diante da crise do Golfo Pérsico, temos condições de assessorar projetos de energia alternativa, localizando centro de pesquisa, especialistas no assunto, formando relatórios de experiências, bibliografia e eventuais agências financiadoras, nacionais e estrangeiras. Nossas reservas de energias alternativas na região dos trópicos úmidos é seguramente a maior do planeta, e certamente a razão maior da cobiça internacional.

PROMOÇÃO E CULTURA

Ampliou-se em 1990 a preocupação com a questão cultural do Amazonas, particularmente no que diz respeito a memória de nosso Estado. Além de assessorar o intercâmbio entre os órgãos culturais do Amazonas e São Paulo, demos um lugar de destaque na programação do nosso Banco de Dados da Amazônia para o aspecto histórico/cultural. Recentemente recebemos a visita do professor Mário Ypiranga Monteiro, nosso maior especialista em história/cultura/folclore do Estado. Além de aprovar o texto em arte-final do álbum iconográfico Eduardo Ribeiro: Negritude e Modernidade, esboçou várias possibilidades de projetos de publicação e

pesquisa sobre questões amazônicas, expressando expectativas de apoio desta SEPDE. À medida em que isto significa Promoção de nosso Estado, nada mais coerente com nossa atividade a participação e o apoio em tais projetos.

Álbum Iconográfico: Superadas as dificuldades da falta de recursos, fim da Lei Sarney, recessão econômica etc, conseguimos com a decisiva colaboração do gabinete do Sr. Governador levar a efeito a publicação do projeto; Negritude e Modernidade – a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Um trabalho marcado pela excelência gráfica e sobretudo pela informação e pesquisa consistentes que recupera parte importante de nossa História e represente um justo tributo à figura do ilustre homem público que tantas obras legou ao Estado do Amazonas. Sua viabilidade se deve também a algumas empresas do Distrito Industrial e aos Bancos do Estado do Amazonas e da Amazônia S.A..

PROMOÇÃO A NÍVEL DE IMPRENSA

Com a finalidade de assessorar seus objetivos de divulgação do Governo do Amazonas, a Assessoria de Imprensa da Secretaria do Estado do Amazonas, está viabilizando um plano de ação que promove a aproximação dos meios de comunicação do Centro-Sul do País com as ações do governo do Estado. Esse plano inclui: O projeto Hemeroteca, Cadastro dos Órgãos de Comunicação da Amazônia, Promoção a Nível de Eventos e o projeto Banco de Dados.

1.1 – Projetos Hemeroteca

Atendendo a demanda de informações vinda de órgãos públicos, imprensa e universidades, já está em funcionamento através do sistema de informação computadorizada, o acervo de artigos publicados na imprensa nacional sobre a Amazônia, classificados de acordo com doze (12) temas previamente estabelecidos: Administração Pública, Ecologia, Economia, Geografia, História da Amazônia, Municípios, Política, População Indígena, Recursos Naturais e Turismo.

Essa hemeroteca está disponível a consultas de todas as procedências e inclui matérias dos últimos três (03) anos.

1.2 – Cadastro dos Órgãos de Comunicação da Amazônia

Visando divulgar as ações de governo em toda a região amazônica sempre que tais ações tenham repercussão no Centro-Sul do País, temos

disponivel para atendimento dos orgãos de administraçao do Estado e da imprensa amazonense, o cadastro de todos os veículos de comunicação da imprensa falada, escrita e televisava do Centro-Sul, o que nos permite rapidamente localizar matérias, inserir notícias de interesse do Estado e abrir espaço de divulgação para as questões amazônicas. Nessa direção revelou-se importante a aproximação dos orgãos de imprensa do Amazonas com os demais veículos do Centro-Sul do País, o que permite também prestar assessoria a jornalistas interessados em produzir matérias sobre nossa região.

Este ano foi possível agendar em diversos programas de rádio e televisão, a participação do Governandor e demais autoridades do Amazonas, debatendo problemas e projetos relacionados com a região amazônica. O mesmo ocorreu nos principais jornais e revistas do Centro-Sul do País, o que propocionou a abertura de espaços de divulgação na imprensa nacional.

1.3 – **Promoção a Nível de Eventos**

Foi dada no decorrer deste ano, assessoria em diversos encontros, reuniões, seminários e simpósios, ocorridos em Manaus e São Paulo, sobre as questões amazônicas. Desta forma, este setor participou dos seguintes eventos: Seminário sobre Recursos Hídricos e Alternativas de Navegação, Ecologia 90, entre outros.

Compete ainda à Assessoria de Imprensa responder pela agenda do Sr. Governador quando em trânsito por São Paulo. Isso envolve programação de reuniões com empresários, autoridades políticas e científicas. Sempre com a preocupação de inserir tais encontros nos meios de comunicação. Finalmente, esta assessoria se encarrega de planejar e organizar a vinda de Missões Econômicas estrangeiras, interessadas em conhecer alternativas de investimentos no Amazonas, agendando encontros desses empresários com seus eventuais parceiros comerciais e ainda com autoridades governamentais.

1.4 – **Banco de Dados**

Já está estruturado o projeto Banco de Dados da Amazônia, com dois sistemas de computação instalados e com a programação de levantamento de dados definida e iniciada.

Foram classificadas doze (12) áreas de conhecimento e de atividades, envolvendo questões amazônicas. Abrange desde história da Amazonia, passando por recursos naturais (energéticos, alimentares, etc.),

cultura, até indicadores econômicos e industriais da região, e a correspondente bibliografia. Para tanto estão sendo estreitados contatos com orgãos de pesquisa, ciência e tecnologia tais como: UNICAMP, IPT, BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL, etc.

Em funcionamento, esse acervo amazônico pretende atender a uma demanda crescente de orgãos de imprensa, pesquisadores, instituições de ciência e tecnologia, empresários, que buscam a Secretaria para obter as mais variadas informações.

Não se trata de montagem de um acervo interno, não temos estrutura para tanto, mas da capacidade de localizar com precisão e rapidez as fontes das informações solicitadas.

PGJ

O Ministério Público, por força do diploma constitucional vigente, alcançou posição de instituição permanente para a defesa da ordem Jurídica do regime democrático dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Para consecução de tais fins, deferiu-se-lhe a autonomia funcional administrativa dispondo-o, ainda, de orçamento próprio capaz de lhe garantir o desenvolvimento das funções institucionais no art. 129, da Constituição da República.

A Constituição Estadual, em seção própria, garantia ao Ministério Público do Estado do Amazonas as linhas definidas na Carta da República, razão por que no dia 14.12.89, consagrado à Instituição, o governo do Estado editou o Decreto nº 12.615, antecipando a partir de janeiro de 1990, o exercício desse "Status" graças à compreensão e empenho demostrado para o reconhecimento dessa maioridade de caráter político institucional.

No período de 05 a 20.12.90, este órgão promoveu Concurso Público para o INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Com a finalidade de melhor qualificar os membros do Ministério Público, houve a realização de palestras, conferências e seminários locais, bem com o destaque de alguns Promotores de Justiça ao proferir palestras em outros Estados, sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Há que se destacar, ainda, a freqüência de membros do "parquet" em cursos de especialização e mestrado em outros Estados como São Paulo e Santa Catarina.

É importante que se dê destaque à eleição ocorrida no dia 06.12.90, através da qual a classe escolheu três Procuradores de Justiça, para integrar o Egrégio Conselho do Ministério Público. Ocorreu, também, no dia 17.07.90, eleição para a escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público.

O Ministério Público do Estado do Amazonas desenvolveu, ainda, de forma pioneira no país, a informatização na área criminal do controle e registro de todos os processos criminais que tramita nas Comarcas do Interior e da Capital, atendendo, assim, até mesmo órgãos externos.

PGE

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
P G E

A Procuradoria Geral do Estado, mediante a atuação de seus procuradores, desempenha funções essenciais à justiça, seja através das Procuradorias Especializadas contenciosas, que representam judicial e extrajudicialmente os interesses do Estado, inclusive na execução da cobrança de sua dívida ativa,seja através das Procuradorias Especializadas, de superior consultoria e assessoria jurídicas, que, mediante articulações e pareceres, oferecem normações para garantir a juridicidade e legalidade dos atos e ações da pública administração.

No plano estadual, a Constituição do Estado, promulgada em 05 de outubro de 1989, assentou a competência e atribuições da carreira e da Procuradoria Geral do Estado, no corpo da Seção III, DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO, abrangidas pelos artigos 94 e 101.

No plano infra-constitucional, além das competências estabelecidas na nova Carta Magna Estadual, a Procuradoria Geral do Estado tem sua Lei orgânica (Lei nº 1639, de 30 de dezembro de 1983) e foi republicada, com texto atualizado condensado, no Diário Oficial do Estado, edição de 06.12.89.

Dentro desse contexto, a instituição, vem cumprindo regularmente suas funções técnico-jurídicas, através de atividades ditas auxiliares ou de assessoramento, contando com os seguintes órgãos: Gabinete do Procurador Geral, o Centro de Estudos Jurídicos e a Coordenadoria de Administração, além do apoio das atividades normativas do Conselho de Procuradores do Estado.

No plano de representação judicial dos interesses do Estado, o Procurador Geral do Estado, pessoalmente, tem se manifestado, na estrita defesa dos interesses estatais, perante o Tribunal de Justiça do Estado, o Tribunal Regional do Trabalho, bem como, em Brasília-DF, perante a Procuradoria Geral da República, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e os demais tribunais superiores, obtendo nessas empreitadas dignificantes vitórias, para o Estado do Amazonas, como, verbi gratia, assinala-se: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE contra ato do CONFAZ que suspendeu os incentivos fiscais sobre remessa de bens semi-elaborados para a Z.F.M e Ação Cautelar Inominada, também deferida pelo T.S.T, para suspender os

efeitos da setença normativa 31/90, do T.R.T da 11a região, conhecido como o dissídio dos Professores.

Também é necessário destacar que neste ano a Procuradoria Geral inaugurou uma fase nova no recrutamento e seleção de Procuradores do Estado, executando diretamente a realização do último concurso público, deixando de contar com a participação do Centro de Estudos Jurídicos do Estado de São Paulo, pois o Estado não dispunha de recursos financeiros suficientes para custear o convênio firmado com PGE paulista. Obtiveram aprovação somente duas pessoas. Após nomeados, tomaram posse em Sessão Solene e entraram em exercício no passado dia 17 de dezembro de 1990.

Para o desempenho de suas atividades-fim, a Procuradoria Geral do Estado dispõe dos seguintes órgãos de ação direta, executiva, caracterizados em Procuradorias Especializadas e órgãos auxiliares:

1 - A PROCURADORIA JUDICIAL COMUM representa o Estado em juizo, ora na Justiça Estadual, ora na Justiça Federal, no Amazonas, na defesa dos interesses do Estado, em todos os feitos que não se enquadram na competência das Procuradorias do Patrimônio Imobiliário e Pessoal Temporário.

Nas ações de Mandado de Segurança, essa Especializada prepara, na maioria das vezes, as informações a serem prestadas em juizo, pelo Governador do Estado e dirigentes das repartições públicas, todos na condição de autoridades chamadas coatoras.

Igualmente, essa Especializada defende os interesses do Estado perante o Supremo Tribunal Federal e demais tribunais superiores sediados em Brasília, mormente através de interposição de propositiva de ações diretas de inconstitucionalidade, acerca de Leis estaduais e de dispositivos da própria Constituição Estadual.

2- A PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO tem atuado ativamente na defesa e no resguardo dos interesses do Estado, na área de seu patrimônio, quer através de peças apresentadas em juizo e contínuo acompanhamento dos feitos, quer por intermédio de pareceres e orientações, em todos os processos dessa natureza, como, por exemplo, nas desapropriações, na incorporação de glebas ao patrimônio fundiário público, regularização de próprios públicos nos

álbuns de registro imobiliário, inclusive na defesa da integridade do território amazonense, nas questões de limites e divisão com os Estados vizinhos de Rondônia e Acre, de tão rumorosa divulgação nos órgãos da imprensa local e nacional.

Na instrução dos processos judiciais, envolvendo terras estaduais, a PGE conta com o imprescindível apoio técnico do IMA, antigo ITERAM. Também, no procedimento das desapropriações por utilidade pública ou interesse social, toda a fase de processamento das despesas é cumprida no PGE, até ao empenho, mediante a alocação de recursos financeiros suficientes, pela SEFAZ, ao orçamento da Procuradoria Geral, culminando com a realização das pertinentes providências e atos cartoriais, para definitiva incorporação dos bens expropriados ao patrimônio do Estado.

3- A PROCURADORIA DO PESSOAL TEMPORÁRIO tem atuado especificamente na defesa dos interesses do Estado (compreendendo os órgãos da Administração Direta, inclusive Indireta, perante as juntas de conciliação e julgamento e aos Tribunais do Trabalho, nas questões ajuizadas, referentes a servidores (empregados públicos) que, filiados ao regime jurídico trabalhista, prestam serviços nos diferentes órgãos públicos estaduais.

De par com a referida defesa judicial essa Especializada presta assessoramento jurídico, através de pareceres, orientação oral aos setores de pessoal dos órgãos públicos, na solução administrativa de controvérsias e regularização de situações funcionais, inclusive quanto ao denominado regime especial de trabalho, de caráter temporário, praticado largamente na Administração Estadual, substituindo quase que integralmente o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

4- A PROCURADORIA FISCAL, antiga Procuradoria da Fazenda, passou a integrar a estrutura da Procuradoria Geral do Estado, por força do art. 7° da Lei n° 1807, de 23 de novembro de 1987, a qual, implantada posteriormente, se encontra consolidada, e continua a funcionar no prédio-sede da SEFAZ, dada a conveniência de articulação com os órgãos Fazendários que lhe prestam imprescindível apoio técnico, como os da fiscalização e do serviço do registro da Dívida Ativa.

Essa Especializada tem tido destacada atuação, representando e defendendo judicialmente os interesses da Fazenda Pública, em todos os feitos concernentes à matéria fiscal ou tributária, especificamente na cobrança judicial da dívida ativa do Estado. Funcionou também na área de assessoria, mediante oferecimento de pareceres e, no processo administrativo fiscal, com representante permanente e exclusivo junto ao Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, da SEFAZ, apreciando todos os processos que tramitam.

5- A PROCURADORIA ADMINISTRATIVA exerce, predominantemente, as funções de superior assessoria e consultoria dos órgãos da Administração Estadual, em matéria de Direito Administrativo, mediante produção de pareceres.

Essa Procuradoria Especializada tem, outrossim, a atribuição de examinar e autenticar todos os ajustes e contratos administrativos firmados pelos órgãos públicos com as empresas privadas ou mesmo entre órgãos da Administração, além de examinar todos os processos de licitação pertinentes.

6- A PROCURADORIA DO PESSOAL ESTATUTÁRIO examina e aprecia todos os assuntos e questões ativando ao pessoal do regime estatutário, que lhe são postos pelo Governador do Estado ou pelos dirigentes dos órgãos públicos, ditando articulações, oralmente, em forma de assessoramento direto e, ordinariamente, através de pareceres formalizados que, por sua relevância, após aprovados pelo Governador do Estado, passam a ter forma normativa para toda a Administração estadual, constituindo uma jurisprudência administrativa.

ÓRGÃOS TÉCNICOS AUXILIARES DA PGE

- CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO JURÍDICO

Esses dois órgãos técnicos de função auxiliar, encontram-se em regular funcionamento.

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Por imposição das CONSTITUIÇÕES Federal e Estadual vigentes, e lei complementar nº 01/90, de 30.03.90, foi extinto o Departamento de Assistência da Jurídica do Estado, até então vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, passando a denominar-se Defensoria Pública do Estado do Amazonas, gozando de indivisibilidade, impessoalidade e autonomia funcional, administrativa e financeira.

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, destina-se a prestar assistência jurídica e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses em todos os graus de jurisdição.

ATUAÇÃO NA CAPITAL E NO INTERIOR

Atualmente com 20 (vinte) Procuradores e 28 (vinte e oito) Defensores Públicos de 2º Entrância, deve-se atentar para o seguimento mosaico:

a) Três Defensores Públicos de 2º Entrância à disposição da Prefeitura Municipal de Manaus.

b) Três Defensores Públicos de 2º Entrância, atuando nas Comarcas de Parintins, Itacoatiara e Tabatinga.

Em Manaus foram instalados e estão em pleno funcionamento escritórios nos bairros da Compensa e Alvorada, epicentros de atendimento dos demais grandes aglomerados populacionais e está-se projetando a criação de outros, o que, a médio prazo, terá coberto com nossas representações toda a periferia da Capital, inclusive a Zona Rural.

Os Defensores Públicos de 2º Entrância, atuam, fora da sede da Defensoria Pública, no Juizado de Menores, Delegacia de Menores, Delegacia Especializada da Mulher, Auditoria Militar da Polícia Militar, nas Varas Criminais, plantão diário junto às Delegacias da Polícia Judiciária, da Polícia Federal, do Ministério Público e dos Juizes Plantonistas; em todos os flagrantes lavrados no âmbito estadual e policial federal.

Junto ao Tribunal de Justiça do Estado, a Denfesoria obteve a exclusividade de dois dias por semana para a realização de audiência na área de família, com o propósito de agilizar as decisões finais da Justiça.

Foi celebrado com a Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, um convênio, permitindo o estágio de jornalistas em nossas atividades-fins.

ADMINISTRATIVAMENTE

Foram criadas as Divisões Especializadas de Direito Familiar, Civil, Criminal, Trabalhista e Agrário, para melhor eficiência, desempenho, aprimoramento e atendimento dos necessitados.

Implantou-se a Assessoria Jurídica, objetivando proporcionar apoio ao Procurador Geral no exame da complexidade dos processos que lhe são submetidos diariamente e, finalmente ampliou-se os serviços da Divisão de Assistência Social, inclusive com as visitas que se façam necessárias às partes em seus próprios domicílios ou residências.

PMA

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS
P M /AM

A Polícia Militar do Amazonas, procurou desenvolver, no presente exercício, um elenco de atividades em diversas áreas.

1 - Desenvolvimento Organizacional e Físico (obras)

- Criação do 6º Batalhão de Polícia Militar e respectiva instalação em dependências provisórias no Conj. Hab. Cidade Nova (Mutirão).

- Instalação do 5º Batalhão de Polícia nas dependências do Esquadrão de Polícia Montada.

- Implantação de Sub-Seções de Incêndios nos Municípios de Manacapuru, Tefé e Tabatinga.

- Construção de um moderno Stand de Tiro no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

- Instalação de uma cozinha industrial no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

- Reativação em definitivo da Granja da Polícia Militar no Km 86 da Am 010.

2 - Reequipamento

Procurou-se neste exercício, dotar as Unidades da Polícia Militar do Amazonas de uma infra-estrutura operacional adequada notadamente em viaturas, comunicação, armamento, munição, e equipamento.

3 - Transportes

- Programa de Manutenção em níveis de 1º, 2º e 3º escalão, através de recuperação das lanchas do Pelotão Fluvial e das viaturas operacionais pertencentes ao 1º, 4º e 5º BPM e Corpo de Bombeiros.

- Foram doadas pela Suframa 10 (dez) Motos-Vespa, destinadas ao policiamento de Trânsito da Capital.

4 - Comunicação

- Aquisição e instalação de 06 (seis) possantes torres de comunicação no 1°, 4°, 5° e 6° BPM, Companhia de Choque e Corpo de Bombeiros.

- Instalação de moderna Central Telefônica interligando diretamente o público externo com o Centro de Operações da Polícia Militar do Amazonas.

5 - Equipamentos do Corpo de Bombeiros

- Implantação do sistema de microfilmagem de documentação, modernizando-se conseqüentemente as pesquisas, e proporcionando rapidez e segurança às informações.

6 - Equipamento de Apoio Administrativo

- Instalação no hospital da Polícia militar de uma moderna sub-estação de energia elétrica suprindo de vez as necessidades dessa unidade de apoio.

7 - Ensino e Instrução

- Criação de novos núcleos de formação, implantados nos municípios de Tefé e Boca do Acre.

- Realização de Estágios de Adaptação para Bombeiros de Aeródromos, para os efetivos do 3° Batalhão e 2ª Companhia Independente de Polícia Militar em Tefé e Tabatinga.

- Realização de cursos de Formação de Sargentos, Cabos e Soldados e de Aperfeiçoamento de Sargentos.

- Realização do curso de Mergulhador Autônomo Profissional, no Corpo de Bombeiros com a presença de instrutores do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

8 - Recursos Humanos

Desempenho da área social

- instalação em definitivo do Centro de Convivência Social, destinado a oferecer benefícios de natureza social aos militares da ativa, da reserva, reformados, servidores civis.

- recuperação a ampliação da Creche "Casulo Tiradentes", destinada a atender os filhos dos Sargentos, Cabos e Soldados em suas necessidades básicas.

SUPERINTENDÊNCIA
POLÍCIA JUDICIÁR

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

As atividades desempenhadas pela Polícia Judiciária no ano 1990 foram as seguintes:

a) Elaboração final do Projeto de estrutura administrativa da Superintendência Geral.

b) Elaboração do Anteprojeto do Plano de Cargos e Salários.

c) Elaboração do esboço do Anteprojeto do Estatuto do Policial Civil.

d) Operações Policiais Realizadas 38

e) Registros de Arma de Fogo 1.560

f) Porte de Arma 256

g) Nº de Furtos 2.315

Obs: houve 3 assaltos a bancos

h) Carteiras de Identidades Expedidas

Capital 70.446

Interior 19.465

i) Implantou-se o serviço de Informática com o Instituto de Indentificação de Brasilia DF - Setor Criminal.

j) Laudos Técnicos 2.709

Quadro Demonstrativo de Inquéritos Policiais

Intendência	Instaurados	Concluídos	Remetidos à Justiça	Em Andamento
C.G.P.J	2.777	-	2.809	-
I.O.P.S	126	-	-	-
I.R.F	225	200	200	25
I.A.T.F.V	160	142	142	18
I.P.R.E	183	180	180	03
I.C.M	306	-	-	-
I.A.P.M	170	-	-	-
1a I.D	181	165	165	16
2a I.D	114	104	104	10
3a I.D	146	140	140	06
4a I.D	197	183	183	14
5a I.D	66	64	64	02
6a I.D	108	98	98	10
7a I.D	196	190	191	06
8a I.D	216	216	216	-
9a I.D	239	223	223	16
10a I.D	75	68	68	07
11a I.D	85	81	81	04
S.P.I	01	01	01	-
T O T A L	5.071	2.055	4.865	137

Estatística de Registro de Ocorrência de Furtos de Veículos

Veículo	Recuperados	Não Recuperados
Onibus	11	06
Caminhões	32	15
Automóveis	442	355
Motocicleta	21	93

CEAM

COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS
C E A M

Apesar das dificuldades conjunturais que afligem o setor elétrico brasileiro, motivados pela compressão tarifária e supressão dos recursos da RGG/RENCOR imposta pelo Governo Federal, a CEAM aumentou sua capacidade instalada em 3,24% e continuou os principais programas de expansão e modernização dos serviços.

Fontes alternativas de energia estão sendo pesquisadas, no sentido de diminuir a dependência do Estado em relação à energia diesel elétrica, substituindo-a por PCT'S, PCH'S e/ou biogás para micro - usinas.

PROJETOS CONSTANTES DO ORÇAMENTO DE 1990.

1 - Ampliação do Mercado de Energia Elétrica.

A curto prazo (1990/93) a CEAM aponta um crescimento médio de 11% , devendo ser incorporados ao sistema CEAM cerca de 22.365 novos consumidores dos quais 18.069 pertencentes à classe residencial.

Ressaltamos como fatores para o aumento acentuado do consumo de energia elétrica o crescimento econômico verificado nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Tefé, Humaitá, Iranduba, Coari, Tabatinga, Lábrea e Maués, a regularização da oferta, energização de novas localidades e ação governamental voltada para infra-estrutura social básica.

2 - Rede de Distribuição .

A CEAM conseguiu realizar em 1990 um expressivo programa de obras na área de distribuição.. Foram ligados 8.500 novos consumidores, a maioria de baixa renda.

Possui, atualmente, 1.887 quilômetros de rede de distribuição de energia elétrica, dos quais 502 quilômetros estão implantados em área rural.

3 - Geração

A área de concessão da CEAM é composta por 78 localidades das quais 75 são atendidas por usinas térmicas a diesel e 03 são atendidas por energia comprada da Eletronorte. As 75 usinas que compõem o parque Térmico da CEAM totalizam uma potência instalada de 100 mw.

A geração própria de energia, em 1990, foi de 253.100 mwm, 11% superior à verificada em 1989, representando 98,6% do requisito total de energia.

O requisito total de energia do sistema CEAM, incluindo perdas foi de 256.616 mwn. A demanda máxima desse requisito foi de 46.646 km ocorrida em setembro /90.

4 - Transporte.

Mesmo a despeito das dificuldades de recursos financeiros, esses serviços atenderam ao transporte de 33.130.000 lts de óleo diesel e 700 ton. de carga a seco..

Apresenta um custo total desses serviços a quantia de Cr$ 38.774.686,56 sendo Cr$ 32.638,67 referente a sua própria frota e Cr$ 6.136.073,89 com frota de terceiros.

Com relação à renda da prestação de serviço, apresentamos um total de Cr$ 90.540.628,75 distribuídos entre ressarcimento (85.615.533,29) e carga a seco (Cr$ 4.925.095,46),configurando assim um lucro líquido de Cr$ 51.765.942,19.

5 - Informática.

Em 1990, a CEAM adquiriu 45 equipamentos que permitem atender à demanda reprimida dos últimos anos, principalmente com a entrada em operação de várias unidades impressoras, CPU'S e terminais IBM.

Implantaram-se projetos, tais como: Sistema de Contas a Pagar, Suprimento, Cadastro de Fornecedores, Cadastro de materiais, Banco de Preço e Gestão de Pessoal.

O projeto de informatização atingiu também o "Suprimento", facilitando o planejamento, a compra, o armazenamento e a distribuição dos materiais e equipamentos da empresa.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Para mostrar o desenvolvimento da CEAM neste aspecto, apresentamos os números abaixo:

Recursos Externos	Cr$ 964.346.000.000
Receita Total	Cr$ 1,444,182,000,000
Amortização	Cr$ 202.792.000,000

ASPECTOS GERAIS

Com a finalidade de aprimorar os conhecimentos e dar uma nova visão de trabalho, os Agentes de Manacapuru e Itacoatiara, realizaram estágios na Enersul (Campo Grande) e Eletropaulo (São Paulo).

Em termos de faturamento global a CEAM, apresenta um aumento na ordem de 3,578% em relação ao ano anterior, representando a quantia de Cr$ 1.314.483.000,000.

O Departamento de Comercialização do CEAM, realizou fiscalização de combate a fraude em 15 cidades, obtendo em multas o total de Cr$ 4.476.848,36.

Houve um trabalho significativo na área de Recursos Humanos, principalmente com relação á capacidade através de treinamentos, estágios oferecidos, etc.

COSAMA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS
COSAMA

1. PROGRAMA DE OBRAS E SERVIÇOS - MANAUS 1990

Sistema de Abastecimento de água - Capital

A seguir detalham-se, sucintamente, as obras e serviços que foram executados no período.

1.1 - Implantação do Sistema de Abastecimento de água do Bairro Armando Mendes.

Serviços que foram realizados:

- Implantação de uma adutora de água tratada, extensão de 2.500m, diâmetro 250mm em F° F° ;

- Construção de um reservatório semi-enterrado com capacidade de 700m3 (em fase de conclusão);

- Construção de um reservatório elevado com capacidade de 300m3 (em fase de conclusão);

- Construção de uma estação elevatória com montagens dos equipamentos eletromecânicos e hidráulicos;

- Assentamento da rede de distribuição de água, com extensão de 16.400m, diâmetros variando de 60 a 400mm;

- Execução de 3.600 ligações prediais de água;

Objetivo:

Beneficiar com água potável cerca de 21.600 pessoas.

1.2. - Implantação do Sistema de Abastecimento de água do Bairro Zumbi dos Palmares.

. Serviços que foram realizados:

- Implantação de uma adutora de água bruta extensão 80m, diâmetro 250mm F°F°;

- Construção de um reservatório elevado em concreto armado com capacidade de 300m3;

- Assentamento da rede de distribuição de água, com extensão de 8.170m, diâmetros variando de 60 a 250mm

- Execução de 2.000 ligações prediais de água.

. Objetivo

Beneficiar com água potável cerco de 12.000 pessoas.

1.3. - Implantação do Sistema de Abastecimento de água do Bairro Tancredo Neves (em execução)

. Serviços que foram executados:

- Construção de 04 poços tubulares profundos;

- Construção de um reservatório semi-enterrado, com capacidade de 700m3;

- Construção de um reservatório elevado com capacidade de 300m3;

- Assentamento de rede de distribuição de água potável com extensão total de 18.424m, diâmetros variando de 60 a 350mm;

. Objetivo

Beneficiar com água potável cerca de 19.800 pessoas.

1.4. - Conclusão das obras do reservatório semi-enterrado do Setor Aleixo, com capacidade de 6.000m3.

. Serviços que foram realizados:

- Impermeabilização do reservatório;

- Montagem dos barriletes e tubulações de alimentação e distribuição;

- Urbanização da área;

- Instalação elétrica;

- Drenagem.

. Objetivo:

Aumentar a capacidade de reservação do sistema de distribuição do setor Aleixo, otimizando o suprimento de água potável dos Bairros Aleixo, Parque 10 e União..

2.5. - Conclusão das Obras do Centro de Reservação do Setor Aeroporto, reservatório semi-enterrado com capacidade de 600m3 e elevado com capacidade de 2500m3.

. Serviços que foram realizados:

- Impermeabilização do reservatório;

- Montagem dos barriletes e tubulações de alimentação e distribuição dos reservatórios;

- Aquisição e instalações de 03 grupos moto-bomba, com capacidade total de 150 hp;

- Montagem eletromecânica dos equipamentos;

- Urbanização da área.

. Objetivos:

Aumentar a capacidade de reservação do Setor Aeroporto, possibilitando a criação de duas zonas de pressão alta e baixa, regularizando as pressões e permitindo a distribuição de água em regime contínuo para os bairros de Educandos, Colônia Oliveira Machado, Sta. Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia e Crespo.

1.6. - Conclusão das Obras de Reservação do Coroado, reservatório semi-enterrado com capacidade de 2.000m3 e elevado com capacidade de 1.000m3.

. Serviços que foram executados:

- Montagem dos barriletes e tubulações de alimentação dos reservatórios;

- Aquisição e instalação de 05 grupos moto-bomba com potência total instalada de 825 Hp;

- Urbanização da área.

. Objetivo:

Aumentar a capacidade de reservação do Setor Coroado, possibilitando o atendimento dos Bairros Armando Mendes e Zumbi dos Palmares com água potável e reforçar o abastecimento dos Bairros São José I e II.

1.7. - Construção do Distrito de Operação, Manutenção e Atendimento da Cidade Nova (em fase de licitação)

. Serviços que foram realizados:

- Construção do prédio sede do Distrito;

- Aquisição de três caminhões retro-escavadeira e cinco viaturas tipo pick-up;

- Aquisição de móveis, utensílios, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para o funcionamento do Distrito;

- Urbanização da área;

- Implantação do Sistema Gerencial de Manutenção e atendimento telefônico 195.

. Objetivo:

Otimizar os serviços de Operação e Manutenção nos Bairros da Cidade Nova, São José I e II, Tancredo Neves, Zumbí dos Palmares e Armando Mendes, permitindo um atendimento rápido e eficiente aos usuários da COSAMA, residentes nas áreas mencionados.

1.8. - Implantação de Estação de Cloração em 07 Reservatórios de Distribuição.

. Serviços que foram realizados:

- Elaboração do projeto de engenharia;

- Construção de 07 casas de cloração;

- Aquisição e montagem dos materiais e equipamentos de cloração.

. Objetivo:

Melhorar a qualidade sanitária da água servida à população, garantindo cloro residual livre em todas as unidades de consumo, com melhoria significativa da saúde e qualidade de vida da comunidade.

1.9. - Aquisição e Instalação de 30.000 hidrômetros domiciliares.

. Serviços que foram realizados:

- Aquisição de 30.000 medidores de água domiciliares;

- Aquisição de tubos e conexões para instalação dos 30.000 medidores.

. Objetivo:

- Cobrança de tarifa justa;

- Reduzir o desperdício e abuso de consumo nas áreas taxadas;

- Ganhar disponibilidade de água para atender a áreas de expressão da cidade sem acréscimo de produção..

1.10 - Ampliação da Rede de Distribuição de água numa extensão de 25.887m.

. Serviços que foram realizados:

- Assentamento de 25.887m de linha de distribuição de água nos bairros existentes na cidade de Manaus (crescimento vegetativo).

. Objetivos:

Prolongamento de rede de distribuição de água na cidade de Manaus, em virtude do crescimento vegetativo do sistema.

1.11 - Recuperação do Sistema de Esgoto do Conjunto D. Pedro II.

. Serviços que foram realizados:

- Remanejamento da rede coletora;

- Construção de poços de visitas;

- Construção de 04 unidades de tratamento de esgotos sanitários;

- Asfaltamento de vias públicas.

. Objetivo:

Otimizar o sistema de coleta, transporte e disposição final dos esgotos sanitários do Conjunto D. Pedro II.

1.12 - Implantação de 7.529 Ligações Prediais de água.

. Serviços que foram realizados:

- Aquisição de tubos e conexões;

- Execução das ligações, de acordo com a nova padronização.

. Objetivo:

Executar 7.529 ligações domiciliares a fim de atender o crescimento vegetativo do sistema.

1.13 - Implantação do Sistema de Fluoretação das águas.

. Serviços que foram realizados:

- Aquisição e montagem dos materiais, equipamentos e instrumentos de controle;

- Reforma e adequação da casa de química existente;

- Aquisição de fluossilicato de sódio.

. Objetivo:

Fluoretação da água como medida preventiva ao combate das cáries dentárias, sobretudo, na população com faixa etária de 7 a 14 anos.

1.14 - Conclusão das obras da "Central de Estocagem de Cloro" (em andamento).

. Serviços que foram realizados:

- Conclusão das obras civis;

- Fornecimento e montagem de materiais e equipamentos especiais;

- Urbanização da área.

. Objetivo:

Dotar a COSAMA de instalações adequadas e seguras para o armazenamento do cloro líquido com capacidade de atender o sistema até o ano 2.010.

2. - PROGRAMAS DE OBRAS E SERVIÇOS PARA O INTERIOR - 1990.

Sistema de Abastecimento de água do Interior.

As obras concluídas e em execução do Interior do Estado deverão atender os três objetivos básicos:

- objetivos sanitários, com prevenção e controle de enfermidades;

- objetivos sociais, das condições de conforto e segurança;

- objetivos econômicos, com o aumento de "vida eficiente" e o conseqüente acréscimo da renda per-capita, decorrente do aumento da produtividade e de melhores condições de fixação do homem no interior.

A seguir detalha-se sucintamente as obras e serviços que foram executados no período, bem como os investimentos necessários para cada uma delas, na seqüência de prioridade:

Caapiranga

. Construção de 02 poços tubulares, com capacidade de produção de 36m3/h e 24m3/h.

. Aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos.

. Assentamento de 1.500m de rede de distribuição..

. Construção do reservatório elevado de 35m3 (obra em andamento).

. Assentamento de Adutora - 1.000m

. Construção do Escritório sede da Cosama.

Ipixuna

. Construção do Escritório sede da Cosama.

. Construção da casa de química.

. Construção da estação pressurizadora.

. Construção do reservatório apoiado - 150m3.

. Implantação da ETA 50m3/h.

. Ampliação da rede de distribuição - 12.800m.

. Instalação de 04 grupos moto-bomba.

Tefé

. Implantação da captação superficial - 500m3/h.

. Instalação de 03 conjuntos moto-bomba.

. Assentamento de adutoras - 800m.

. Construção de 02 sub-estações abaixadoras.

. Reforço e ampliação da rede de distribuição - 1.500m.

. Construção de 02 poços tubulares, com capacidade de produção 90m3/h e 30m3/h (respectivamente).

São Paulo de Olivença (em andamento)

. Implantação de 02 ETA's - 100m3/h.

. Construção da barragem de nível.

. Construção de reservatório elevado - 100m3.

. Construção de reservatório apoiado - 100m3 (em andamento).

. Construção de estaçäo pressurizadora (em andamento).

. Construção da casa de química (em andamento).

. Construção da casa de bomba (em andamento).

. Assentamento de adutora, 0 300mm, 1.068 (em andamento).

. Instalação de equipamento eletromecânico (em andamento).

Autazes (em andamento)

. Ampliação da captação em 100m3/h (em andamento).

. Instalação de equipamentos eletromecânicos (em andamento).

. Construção de estação pressurizadora (em andamento).

. Construção de reservatório apoiado - 100m3 (em andamento).

. Construção de reservatório elevado - 100m3 (em andamento).

. Implantação de 02 ETA's - 100m3/h (em andamento).

. Assentamento de adutoras - 850m (em adamento).

. Construção de casa de bomba (em andamento).

Iranduba

. Instalação de equipamentos eletromecânicos (em andamento).

. Construção de estação pressurizadora (em andamento).

. Construção de reservatório apoiado - 100m3 (em andamento).

. Construção do reservatório elevado - 100m3 (em andamento).

. Implantação de 02 ETA's - 100m3/h (em andamento).

. Assentamento de adutoras - 970m (em andamento).

Santo Antonio do Içá

. Construção da barragem de nível (em andamento).

. Construção da casa de química (em andamento).

. Construção de estação pressurizadora (em andamento).

. Implantação de uma E.T.A. - 50m3/h (em andamento).

. Construção de reservatório apoiado - 100m3 (em andamento).

. Construção de reservatório elevado - 100m3 (em andamento).

. Instalação de equipamento eletromecânico (em andamento).

. Assentamento de adutoras - 2.265m (em andamento).

Careiro/Castanho

. Ampliação da captação - 100m3/h (em andamento).

. Instalação de equipamentos eletromecânicos (em andamento).

. Construção de estação pressurizadora (em andamento).

. Construção de reservatório apoiado - 100m3 (em andamento).

. Construção de reservatório elevado - 100m3 (em andamento).

. Implantação de 02 ETA's - 100m3/h (em andamento).

. Assentamento de adutoras - 850m (em adamento).

. Construção de casa de bomba (em andamento).

Boca do Acre

. Reforma da casa de bomba e química.

. Reforço e ampliação da rede de distribuição - 1.600m.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Manaquiri

. Construção de 02 poços tubulares, com capacidade de produção de 24m3/h (cada).

. Construção do escritório sede da Cosama.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Reforço e ampliação da rede de distribuição - 3.000m.

Nhamundá

. Construção de dois poços tubulares.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Anamã

. Construção de 01 poço tubular, com capacidade de produção de 363m3/h.

Beruri

. Construção de 02 poços tubulares, com capacidade de produção de 42m3/h e 15m3/h.

. Assentamento de adutoras - 240m.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Novo Aripuanã

. Implantação de captação superficial - 50m3/h.

. Construção da casa de bomba flutuante.
. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Assentamento de adutoras - 1.600m.

Eirunepé

. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Instalação de sub-estação abaixadora de tensão.

Envira

. Assentamento de adutoras.

. Implantação de captação superficial.

. Montagem de uma ETA - 50m3/s.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Borba

. Construção de 03 poços tubulares, com capacidade de produção de 10m3/h, 29m3/h e 18m3/h respectivamente.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Recuperação da ETA existente - 50m3/h.

Nova Olinda do Norte

. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Construção de 02 poços tubulares, com capacidade de produção de 36m3/h (cada).

Jutaí

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Japurá

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Alvarães

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Humaitá

. Construção de 03 poços tubulares, com capacidade de procução de 36m3/h, 12m3/h e 36m3/h, respectivamente .

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Anorí

. Perfuração de 02 poços tubulares, com capacidade de produção de 36m3/h cada .

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Rio Preto da Eva

. Construção de 02 poços tubulares (em andamento).

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Itamaratí

. Montagem do reservatório elevado - 65m3 (obra à iniciar-se).

. Colocação em operação do poço tubular PT2.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Manacapuru

. Assentamento de 3.600 metros de rede de distribuição.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Tabatinga

. Assentamento de 3.827 metros de rede de distribuição.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Construção da casa de química e bomba.

. Reforço e ampliação da rede de distribuição - 1.200m.

Itapiranga

. Instalação de equipamento eletromecânico.

. Assentamento de 1.260 metros de rede de distribuição (em andamento).

Novo Airão

. Construção de 01 sub-estação abaixadora de tensão.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Santa Izabel

. Ampliação da captação superficial - 50m3/h.

. Assentamento de adutoras - 650m.

. Construção de reservatórios apoiados - 100m3.

. Construção de 01 casa de bomba.

. Construção de 02 sub-estações abaixadoras.

. Reforço e ampliação da casa de química.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Benjamin Constant

. Assentamento de 3.730m de rede de distribuição.

Atalaia do Norte

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Careiro da Várzea

. Assentamento de 2.200m de rede de distribuição.

. Reforma da casa de bomba da captação flutuante.

Caviana

. Perfuração de 01 poço tubular (em andamento).

. Assentamento de 1.200m de rede de distribuição.

Codajás

. Assentamento de 1.200m de rede de distribuição.

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Urucurituba

. Instalação de equipamento eletromecânico.

Fonte Boa

. Colocação em operação do poço tubular PT6 com capacidade de produção de 24m3/h.

Pauini

. Colocação em operação do novo complexo de tratamento de água constante de:

. 01 E.T.A (tipo clarificador de contato) com capacidade de 50m3/h.

. 01 casa de química.

. 01 estação pressurizadora.

. 01 reservatório semi-enterrado construído em concreto armado, com capacidade de 200m3.

. Assentamento de 3.000m de rede (adutora de água bruta).

. Assentamento de 4.500m de rede de distribuição.

IPASEA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS
I P A S E A

Das atividades desempenhadas pelo IPASEA no exercício de 1990, destacam-se:

PROJETOS:

Construção de um centro de apoio à maternidade infantil. Projeto/Atividade nº 13.75.432.3183.000

Este centro possibilitará um atendimento aprimorado da maternidade e infância, com a orientação direta da Diretoria de Medicina, evitando que as crianças seguradas e dependentes sejam direcionadas a outras casas de saúde, proporcionando sobremaneira uma diminuição em torno de 15 a 20% dos gastos na área de Saúde.

ENCARGOS COM PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA

Não obstante o acréscimo dado pela Nova Carta das despesas com pensionistas, esse órgão se houve a contento no cumprimento de dispositivo constitucional sobre pensionistas.

OUTRAS ATIVIDADES:

Foram de rotina as demais atividades deste órgão face a limitação dos recursos financeiros, decorrente da Política Econômica em vigor no País.

Composto e Impresso
nas Oficinas Gráficas
da Coordenadoria do
Diário Oficial

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM